

PÁGINAS a&b

arquivos & bibliotecas

3

2015 SÉRIE 3

Em pleno Verão e em tempo de férias é também o tempo habitual de brindar os leitores com mais um número de *Páginas a&b*. Este é o terceiro número da revista em formato eletrónico, alteração que não foi fácil, muito porque o gosto em ter o exemplar na mão para folhear e manusear nos fazia resistir à mudança. Mas os constrangimentos financeiros obrigaram à transição para o digital e em boa hora o concretizámos. A revista ganhou, sem dúvida, outra dinâmica. O número de artigos submetidos para avaliação aumentou, a visibilidade da revista cresceu, o público internacional que passou a ter acesso aos conteúdos também se alargou e o processo das avaliações, mercê de um contacto mais expedito com os membros do Conselho Científico, também estes em maior número, passou a ser mais célere e com prazos mais rigorosos, graças ao uso da plataforma em que a revista está alojada.

Este número de *Páginas a&b* apresenta mais artigos do que os anteriores, fruto do aumento de textos enviados pelos autores e da qualidade dos mesmos. A presença dos colegas brasileiros tem tido, desde sempre, uma regularidade assinalável e este número não é exceção, pois conta com sete textos de autores brasileiros, sendo que dois desses autores desenvolvem, atualmente, os seus estudos em Portugal.

A temática dos diversos artigos é variada e aborda múltiplos problemas da maior atualidade. A comunicação da ciência é tema do texto de Gallotti, um trabalho que se enquadra no âmbito dos estudos de doutoramento que tem em curso, e Simões dá-nos uma perspetiva, simultaneamente histórica e atual, da problemática de elaboração de resumos, uma forma de tratamento documental especialmente dirigida à literatura científica.

As relações entre Informação e Cultura são objeto de análise por Ochoa e Pinto, discutindo a importância da medição e avaliação dos impactos e sua aplicação ao campo da informação, nomeadamente no que toca à identificação de novos indicadores e evidências para os serviços de informação.

As questões da memória e sua relação com os arquivos estão presentes em vários textos: Vivas apresenta um estudo muito interessante sobre a vida e a obra do bibliotecário-arquivista Mário Alberto Nunes Costa, tema que desenvolveu na sua tese de mestrado e que representa uma abordagem tanto inédita quanto fundamental para se conhecer o passado da profissão e uma das personalidades mais marcantes nesta área do saber. Espírito Santo também trata as questões da memória, analisando o caso particular do arquivo otomano e sua função social e Pontes estuda um outro caso específico, o arquivo pessoal do poeta Alberto de Moura. A completar este conjunto de textos, um artigo de Silva, que se foca no chamado “fundo local” das bibliotecas públicas, encarado como elemento identitário e de memória das comunidades.

Seguem-se dois textos de teor legislativo, um aspeto que na era da informação em que vivemos é da maior pertinência. Perlingeiro traz-nos um estudo comparativo do direito de acesso à informação na América Latina e Ferreira centra a sua análise no direito à informação nas bibliotecas públicas no contexto da lei brasileira.

A problemática do digital vai muito para além do enquadramento legislativo., embora não possa deixar de o ter em conta. Há questões técnicas da maior importância que os profissionais, os utilizadores e os próprios produtores de informação precisam dominar.

Alves e França ilustram os problemas com que se debate hoje a telemedicina no Brasil, analisando aspetos de preservação da produção audiovisual a partir da prática arquivística; Coutinho e Pestana mostram como está a evoluir o mercado editorial no estudo que fazem sobre os *ebooks*, uma investigação resultante de uma dissertação de mestrado.

A fechar a lista dos artigos, um estudo de Melo Filho e Alves sobre a formação de profissionais de informação a partir dos ingressos no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (Brasil) e das trajetórias profissionais dos graduados.

Reabrindo um espaço que tem estado um pouco esquecido nos últimos números da revista e que dá pelo nome de *Divulgar o passado*, publica-se um interessante texto de Cabral, a propósito de uma carta de Rocha Madahil ao bibliotecário António Cruz, então diretor da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Também nesta secção se trata de preservar a memória da profissão, reforçando a identidade de uma área científica, a Ciência da Informação, cujas raízes em Portugal remontam a uma prática centenária e a uma afirmação disciplinar que emergiu na centúria de oitocentos e se consolidou com a criação do Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista, instituído em 29 de dezembro de 1887.

Resta-me desejar a todos boas férias e boas leituras....

Fernanda Ribeiro

Resumo: O presente artigo visa discutir o novo modelo de comunicação científica percebido após a emergência da sociedade da informação e do uso maciço de tecnologia da informação e comunicação (TIC). Diante disso, como contexto geral, enfoca *Digital Scholarship* e a difusão da comunicação científica através de blogues de acadêmicos. Especificamente, visa apontar quais as implicações presentes para a comunicação científica nestes tipos de suportes, indicando as vantagens e desvantagens, bem como as suas limitações. Como metodologia utiliza-se da pesquisa bibliográfica com uso de informações em fontes de informação heterogêneas tais como periódicos, livros, *websites*, blogues, dentre outros. É percebido que, apesar das vantagens desse suporte de informação e conhecimento científico, tais como incremento na colaboração para a construção de conteúdos, maior dialogia entre docentes e seu público consumidor, possibilidade de difusão mais ampla da informação científica, os blogues ainda não são valorizados na sua totalidade pela academia, uma vez que as formas de validação e valorização do que é conhecimento científico ainda perpassam por filtros institucionais, que o conhecimento publicado em blogues é considerado empírico dentre outros aspectos debatidos. Por fim, percebe-se que a questão do conhecimento científico publicado em blogues se encontra numa interseção paradigmática onde ao mesmo tempo possui valores do paradigma científico anterior convencional, e o novo paradigma centrado na mediação digital do conhecimento que emerge a partir da sociedade da informação.

Palavras-chave: Comunicação Científica; *Weblogs*; Blogademia; Ciência 2.0

Abstract: This paper aims to discuss the new scientific communication model that has emerged within the information society through massive use of information technology. Therefore, in general, it focuses on Digital Scholarship issues regarding scientific communication diffusion through scientific blogs. Specifically, it aims to point out the implications of scientific communication in blogs indicating its advantages, disadvantages, as well as limitations. The methodology used was bibliographic research with the use of information in heterogeneous information sources such as journals, books, websites, and blogs, among others. It is noticed that despite the advantages such as increased collaboration for content building, higher dialoged spectrum between professors and their public, the possibility of wider scientific information dissemination, blogs are not yet appreciated in the entirety by the academy due to traditional forms of validation and enhancement of scientific knowledge. It is also seen that this process undergoes institutional filters, that knowledge published in blogs is considered empirical, amongst other issues. Finally, it is perceived that scientific knowledge published in blogs relies in a paradigmatic intersection characterized by conventional scientific process on one side and the new paradigm that emerges from the information society on the other.

Keywords: Scientific Communication; *Weblogs*; Blogademia; Science 2.0

1. Introdução

Desde que o início dos tempos o conhecimento tem sido um recurso de valor fundamental para o homem e para a sociedade. A comunicação científica, como um veículo de difusão de informação e conhecimento científico tem sofrido alterações significativas com o uso e aplicação de novos artefatos tecnológicos. Conforme evolui o tempo, surgem novas ferramentas surgem, novos modelos de sistemas de informação promovendo um redesenho da ciência e de sua comunicação. Diante desse contexto, faz-se mister refletir

como se encontra o fenômeno da comunicação científica na atualidade sobretudo com a emergência desses novos modelos e cenários. Portanto, o presente *paper* visa analisar a questão do *Digital Scholarship* e a difusão da comunicação científica através de blogues de acadêmicos. Especificamente, visa apontar quais as implicações presentes para a comunicação científica nestes tipos de suportes, indicando as vantagens, desvantagens bem como as suas limitações. Como metodologia utiliza-se a pesquisa bibliográfica com uso de informações em fontes de informação heterogêneas tais como periódicos, livros, websites, blogues, dentre outros.

2. Comunicação científica e a emergência do Digital Scholarship

A sociedade hodierna se caracteriza como uma sociedade baseada em tecnologia, e de um modo muito particular, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) em suas atividades. Por isso a sociedade tem sido denominada, especialmente após o contexto pós-industrial, de Sociedade da Informação/Sociedade Informacional ou para alguns, Sociedade do Conhecimento (BELL 1974; CASTELLS, 2009; MASUDA, 1982). Nesse contexto há a valorização de dois insumos a informação que é percebida em sua essência como:

um fenômeno humano e social que compreende tanto o dar forma a ideias e a emoções (informar), como a troca, a efectiva interacção dessas ideias e emoções entre seres humanos (comunicar). E identifica um objecto científico, a saber: conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com//pela interacção social, passíveis de serem registradas num qualquer suporte material [...] (SILVA e RIBEIRO, 2002).

Portanto, a informação só adquire sentido quando registrada comunicada e percebida pela sociedade. É consenso que a ciência evolui motivada pelas novas descobertas científicas que precisam ser comunicadas para que possam ser utilizadas e promover inovação e evolução humana. De forma geral, a comunicação científica é uma atividade que visa à difusão das informações, conhecimento, saberes acumulados ao longo do tempo. Desde que o homem faz ciência torna-se necessário a sua disseminação. Para (GARVEY e GRIFFITH, 1972) a comunicação científica é:

o campo de estudo do espectro total de atividades informacionais que ocorrem entre os produtores da informação científica, desde o momento em que eles iniciam suas pesquisas até a publicação de seus resultados e sua aceitação e integração a um corpo de conhecimento científico.

Este conceito nos aponta alguns elementos importantes que devemos considerar: em primeiro lugar a comunicação científica é um fenômeno amplo, feito em uma sequência lógica, formado por *atividades científicas*, *métodos científicos* e se dá a partir do momento em que existe uma motivação para pesquisa, engloba o *modus operandi* de acesso às fontes de informação, à informação, ao manejo dela com fins de vertê-la em conhecimento que vai ser publicado e difundido. Entendemos, no entanto, que a comunicação científica não é a mera difusão do repertório acumulado de conhecimento e se dá desde a sua concepção, disseminação, até a aceitação e uso. Para ser aceito e aplicado este novo conhecimento produzido precisa ser referendado, testado e/ou refutado, conforme propõe Popper (2004) quando afirma que “a ciência evolui a partir de

um processo de corroboração ou refutação de hipóteses e teorias, após análise criteriosa pela comunidade científica”. A aceitação é garantida por um processo de revisão metódica feita por pares (*peer review*) em instituições ligadas a academia. Para Ziman (1968) e Meadows (1999) o processo de *peer review* garante dentro do processo de comunicação científica, quatro elementos importantes tais como a disseminação do conhecimento atual, o arquivamento do conhecimento, confere controle de qualidade sobre o que é publicado além de atribuição de prioridade e de crédito para o trabalho dos autores.

A ciência pode ser comunicada de diversas maneiras, mas em geral através de canais formais e informais. Os canais formais fundamentam-se através da escrita que tradicionalmente se manifesta em produtos tais como livros, revistas científicas, periódicos dentre outros. a recuperabilidade da informação registrada é garantida através do seu acesso físico. Já nos canais informais de comunicação pode ocorrer num ambiente como um simpósio, uma sala de aula, em uma conferência de forma presencial ou remota. Os dois canais compõem um sistema cuja ecologia é dinâmica e fluida. Para Le Coadic (2004) as diferenças existentes entre os dois canais está principalmente relacionada à sua “audiência, armazenamento, atualidade, orientação, redundância e interatividade”. No entanto, atualmente a divisão dos dois tipos de canais de comunicação se dissipa a partir do já mencionado avanço tecnológico onde comunicação em sua maior é difundida de forma eletrônica. Para McMurdo (1995), “a comunicação científica eletrônica lida essencialmente com transmissão de informações científicas utilizando-se para isto os meios eletrônicos”. Mas, a comunicação científica eletrônica não é a simples transposição da informação agora para um ambiente eletrônico, existem suscetibilidades inerentes este processo. O que observamos é a presença de **um novo modelo de comunicação de ideias científicas** (que se situa numa interseção entre dois paradigmas) onde a comunicação digital emula a linguagem, formato utilizado em modelos anteriores que sofre novas adaptações para formar o modelo vigente. Esta adaptação / *mediatização* do conhecimento científico traz impactos significativos para a sociedade e merece ser debatida. A esse respeito Calvi e Cassella (2013) apontam o potencial completo e inovador trazido pelos modelos de comunicação oferecidos pela tecnologia, particularmente através do paradigma atual que permite a combinação de Acesso Livre e Acesso Aberto, e a partir das mais avançadas ferramentas da Web 2.0 estão reconfigurando o relacionamento tradicional entre ciência e sociedade. Os impactos advindos desse novo modelo de comunicação científica são percebidos especialmente na forma como a ciência é comunicada. Para Borges (2007) “os processos de criação, produção, tratamento e entrega da informação estão a sofrer alterações provocadas pelas novas tecnologias da informação e comunicação que eliminam tempo e a distância. Analisar as consequências de uma mutação em pleno processo significa contribuir para o desenho de sistemas de informação cuja concretização ao mais alto nível será digital”. Além de novos modelos de comunicação digital, o que temos assistido é a uma nova ambiência em relação ao fazer científico como um todo. Todos os aspectos do fazer científico são afetados e inauguram novas realidades marcadamente após a emergência de uma complexidade digital. Essa nova realidade tem sido dominada de *Digital Scholarship* (DS).

2.1. Digital Scholarship: conceitos e reflexões

As primeiras discussões e legitimação do que se convencionou chamar de DL é percebida na literatura a partir de apontamentos feitos por Charles W. Bailey Jr. (2008). Para o autor, o DL se reporta a “questões relacionadas à informação, curadoria digital, direitos autorais, repositórios institucionais, *Open Access*, **comunicação científica** e assuntos ligados à **informação digital**”. Já para Borgman (2007) o DL abrange as “ferramentas, serviços e infraestrutura de apoio à pesquisa em todas e quaisquer áreas de estudo”. Rumsey (2011), por sua vez, define esse fenômeno como sendo “o uso de métodos e certificação, autoria, publicação, preservação, curadoria digital além do uso do que é publicado em forma de conhecimento”. Portanto, podemos dizer que o fenômeno do DS é amplo e se reporta a todas as questões relacionadas à geração difusão da informação científica especialmente relacionada ao ambiente digital. Sua principal característica é que faz um esforço para estabelecer os média digitais como um ambiente legítimo de comunicar a ciência, se diferenciando do *scholarship* feito em formatos convencionais. Para Boyd, Chang e Goodman (2004) o DS representa um fazer acadêmico novo que se distancia um pouco do paradigma anterior tradicional em relação à coleta, preservação e difusão das informações científicas, trata-se de uma evolução natural e adaptação à tecnologia digital aplicada neste ambiente. Para Boyer (1990) o DS adota uma matriz baseada em quatro aspectos da vida acadêmica, sobretudo em 1) descobertas de novas informações e criação de conhecimento em novas disciplinas 2) na integração de conhecimento por entre as disciplinas de forma interdisciplinar 3) aplicação do conhecimento para além da academia, mas ainda centrado no trabalho do docente 4) ensino onde a Internet tem um papel fundamental conferindo um apoio para a infraestrutura tecnológica para facilitar e distribuir dados de forma intensa e colaborativa. Para Weller (2011) o DS é “radicalmente diferente e ao mesmo tempo familiarmente tradicional” e com isso aponta a interseção paradigmática em que esse fenômeno é situado. São as velhas práticas acadêmicas agora “transplantadas” para uma nova realidade digital com modelos adaptados de trabalho na área científica. Porém, ao se incorporarem no novo *locus* digital surgem novas suscetibilidades inerentes ao processo de adaptação a um novo meio, uma nova ecologia se apresenta. Ainda para Weller (2011), o DS vai além de apenas adotar novos modelos, mas se refere a adotar novas atitudes em relação ao manejo do conhecimento científico neste novo ambiente, com seus valores abertos, suas novas ideologias e a potencialidade possibilitada a partir da tecnologia. Portanto, torna-se importante promover reflexões pontuais de como algumas áreas estão sendo afetadas nesse novo contexto. A nossa análise focar-se-á na questão do impacto do DS na comunicação científica na Blogosfera, isto é, centrar-se-á apenas nos blogues acadêmicos com vista a apurar as alterações e respectivas implicações trazidas em relação a uma fonte específica e com isso perceber algumas especificidades do fenômeno.

3. Os Blogues e o fenômeno da Blogadêmia

A exploração e a descoberta das potencialidades dentro do mundo da grande teia de comunicação, a *world wide web* trouxe consigo novas ferramentas, novos modelos de comunicação bem como novas formas de se difundir a informação e o conhecimento científico. Dentre estas, podemos apontar um das fontes de informação surgidas após a aplicação da tecnologia da informação que são os *weblogs* ou blogues. O termo advém da contração da palavra *web* com a palavra *blog*. Trata-se de uma “página de internet

regularmente atualizada, que contém textos organizados de forma cronológica, com conteúdos diversos (em forma de diário pessoal, comentários, discussões sobre dado tema, etc. e que geralmente contém ligações com outras páginas” (Infopédia, 2014). A primeira vez que foi usado esse neologismo foi em 1997 numa citação de Jorn Barger que designou sites diferenciados que tinham relatos pessoais. Aos poucos sites semelhantes surgem se agrupam e o movimento foi se popularizando rapidamente. Eles surgem devido às condições tecnológicas favoráveis tais como a evolução da web que nessa fase (a da web 2.0) permite maior interatividade e conexão. Outro fator foi à criação de plataformas tais como o *Blogger*, *Wordpress* dentre outras, que permitiu até leigos em tecnologia criar e manter seus próprios blogues.

A blogosfera, universo em que se situam os blogues, é muito variada. Os blogues desde seu surgimento se organizam em volta de determinado tema. Dentro da esfera científica existem os blogues destinados a cobrir informação de cunho acadêmico. Nesse ambiente, os blogues que tem este objetivo recebem uma nomenclatura variada desde *k-blogs* (*knowledge blogs*) (KULCZYCKI, 2012), *edublogs* (*educational blogs*); (LARA, 2005), *scholarly blogs*, ou mesmo *academic blogs*, *science blogs*, dentre variadas utilizadas. De toda forma, dentro da ecologia dos blogues estas fontes especializadas fazem parte do universo da *blogadêmia*. O primeiro indício do uso deste termo foi feito por Craig Saper (2006). De acordo com ele o termo designa um tipo de *blogue* especializado em comunicar ideias, links, vídeos, informações relacionados diretamente ou indiretamente com a academia. Nesta categoria estão os blogues de professores, de alunos individuais ou de grupos de pesquisa além de blogues de instituições de pesquisa. Diferenciam-se dos demais tipos uma vez que o conteúdo é direcionado a publicações de cunho científico como descobertas recentes, podem trazer artigos científicos, informações de interesse da comunidade em questão, dados de determinada pesquisa, dentre outros. Zivkovic (2012) indica que os primeiros investigadores a utilizar blogues eram os que tinham *sites* próprios, que participavam e faziam *upload* de conteúdos em grupos especializados e com o tempo, migraram essas discussões e conteúdos para estas plataformas de blogues que surgiam no final dos anos 90 do século passado e início dos anos 2000. Os blogues de acadêmicos fazem parte da microblogosfera e crescem em tamanho e importância. Ainda para Zivkovic (2012) os que *blogam* sobre ciência têm algumas particularidades e o *science blogging* tem suas próprias normas. Inicialmente os *posts* não tinham limite de caracteres, e em geral são mais longos que os *posts* dos demais blogues, os *blogueiros* entendem e dão muito valor aos *links*, costumam utilizá-los com frequência, promovendo um cruzamento de informações entre várias ciências. Como a maioria dos cientistas que *blogam* são *experts* em seu campo de estudo, não costumam recorrer a terceiros para opinião ou entrevistas, “postam” eles mesmos a informação que frequentemente advém de pesquisas em andamento. É comum a troca frenética de informação em redes de blogues presente através dos *loops* de interação e *links*. Para o autor por vezes a mesma informação publicada no blogue é publicada em outras plataformas como *twitter* e redes sociais acadêmicas (por exemplo, Academia. Edu), recebendo delas *inputs* variados que acabam por transformar a informação originalmente publicada. Dentro desse universo, os blogues se interconectam também através redes bem específicas em relação a assunto, como por exemplo o *Research Blogging* que serve para promover discussões em relação a escrita de artigos em andamento. No início deste tipo de blogues existia o *Blog Carnival* feito para se construir comunidades específicas dentro do campo científico; hoje, algumas novas ferramentas tais como os *feeds* de notícias já suprem essa lacuna.

São vários os impactos e vantagens promovidas com o uso desse tipo de plataforma para a ciência. A seguir, enfatizaremos algumas, em nosso entender as mais significativas. Saper (2006) afirma que os blogues permitem a **tradução de informações e conhecimento erudito de forma mais inteligível**, podendo facilitar a absorção pela grande maioria. É comum nessa mídia o uso de recursos que podem tornar o *display* de informações mais atrativas como vídeos, infográficos, *links* embutidos que remetem a mais explicações. A presença do hipertexto permite uma leitura não linear, motivada pelos interesses específicos dos utilizadores. Nos meios tradicionais de escrita isso se torna mais difícil devido às limitações de formato. Outra faceta importante é a **facilidade de alcance do público**, pois um blogue tem a capacidade de atingir uma grande quantidade de pessoas. Nos meios tradicionais, especialmente antes do movimento do *Open Access* os materiais acadêmicos apresentavam-se para um público muito restrito. Em 1988 Vygostsky já anunciava que “a interação social é à base do desenvolvimento do processo educacional e o conhecimento é construído ao longo da história social do homem, em sua relação com o mundo, por meio de mediações” e com este tipo de ferramenta a faceta interação adquiriu outro status. Nesse novo paradigma, com os blogues, as informações veiculadas podem ser debatidas e construídas de **forma colaborativa**, o conhecimento pode ser maturado para depois ser publicado em “tempo real”, ubíquo, ao contrário dos processos mais longos demandados por outros suportes. Para Lévy (1999) “o ciberespaço designa o universo das redes digitais, um espaço no qual “todo” elemento de informação encontra-se em contato virtual com todos e com cada um”. O conteúdo inicialmente publicado poderá resultar em um novo texto, uma vez que são plataformas colaborativas, sofrendo mutações sucessivas a partir de novos elementos, *bits* de informação acrescentados pelos leitores. Para Primo e Recuero (2003) os *posts* e as sucessivas discussões apontam uma “[...] uma ação coletiva e construída de complexificação e transformação da rede hipertextual pela ação de blogueiros e leitores, que terminam por participar também como autores”. Há uma co-presença com o conhecimento que não formado em blocos, de forma estanque e sim fluida, através da presença de diversos atores. A tradicional divisão entre quem produz e quem consome se dissipa emergindo a figura dos *prosumers*, que nesse caso seriam os *prosumers de informação/conhecimento*. Para alguns autores como Hank (2013); Blood, (2002) e Zivkovic (2012) os *blogues* se configuram como uma plataforma, uma **alternativa a mais para se publicar** e trocar informação, as descobertas podem ser difundidas e debatidas e depois de maturadas podem percorrer a rota inversa, serem publicadas em formatos convencionais servindo como uma **incubadora de conhecimento científico**. No entanto, apesar de ser um espaço coletivo o blogue ainda se configura em um espaço individual, como uma **forma de expressão do pessoal docente**. Diante dessa afirmativa entendemos que essa ferramenta aos poucos passa ser usada direcionada ao que se convencionou chamar de *Mass Self communication* (Castells, 2009) que é um fenômeno de comunicação de conteúdos personalizados direcionados. A seleção é feita desde o momento da escolha o que se coloca no blogue quando na parte do acesso a informação uma vez que o utilizador escolhe qual conteúdo aceder, que tipo de informação deseja extrair desta plataforma. Nesse tipo de ferramenta a ciência pode hoje ser comunicada fora dos muros da academia. Isso gera alterações significativas. Chamamos atenção para a questão da **ausência do gatekeeping institucional**. Isso é percebido uma vez que o docente pode comunicar-se diretamente com seu público via plataforma digital, sem necessariamente passar pelo filtro da academia. Ele ao mesmo tempo representa a instituição, mas com seu discurso próprio o que pode ser convencionado como uma narrativa do eu acadêmico. A ordem então pode ser subvertida

e o viés do controle do que é aceito em forma de discurso oficial não é mais determinado pela instituição acadêmica.

Outro importante impacto é percebido no **processo de peer review**. O sistema tradicional de revisão por pares é um sistema em que uma fase só pode ser iniciada quando a outra termina. A troca de informação *on line, on time* feita nos blogues pode vir a facilitar e acelerar esta tarefa conferindo maior agilidade ao processo. A revista *Nature*, por exemplo, tem feito experiências neste sentido realizando revisão por pares de forma aberta em seu blogue. No entanto, neste aspecto a academia ainda está presa no paradigma anterior onde a revisão e a legitimação do que é aceito ou não ainda é feito via *outputs* e sistemas tradicionais (livros, periódicos impressos e eletrônicos). A academia neste aspecto é muito conservadora. Para Björk (2007) pondera que não há ainda um consenso nesta área e esse assunto da legitimação da revisão eletrônica por pares tem levado a debates acalorados tanto com argumentos contra quanto a favor. Entendemos que uma “solução” para esse impasse não está perto de acontecer devido a várias ramificações que esse fenômeno traz desde aspectos como certificação, legitimação do conhecimento científico até fatores relacionados ao *controle social* como aponta Bourdieu (1983) “O sistema de relações engendrado pela atividade científica pressupõe a inserção e manutenção nesse campo científico de processos culturais que atuam como elemento de autoridade, prestígio e distinção entre os educadores”. Portanto, os processos culturais nesse *metier* estão profundamente enraizados, as mudanças são difíceis de se promover. Outro aspecto é que os blogues podem potencializar **acesso a produções científicas fora do eixo convencional**. Produções e trocas de informação entre pessoas em vários pontos do globo podem convergir em uma rede de blogues vindo a permitir uma *interdisciplinaridade e fertilização cruzada da ciência* conforme apontam Calvi e Cassella (2013). Para o acompanhamento do que ocorre na blogosfera existem ferramentas tais como o *Posgenomic* que analisa o debate nos blogues científicos. São indicados através das análises dos *loops* de interação quais os *posts* mais acessados e citados. As análises baseiam-se no uso de algoritmos e servem para coletar e agrupar dados de acesso e uso.

Em relação a estatísticas de uso de blogues acadêmicos, em recente pesquisa da Universidade de Nottingham e da Universidade Nacional da Austrália e publicadas no *The Guardian*, vejam-se os seguintes índices:

(%)	Assuntos tratados pelos blogues acadêmicos
41	<i>Comentários e avaliação da vida acadêmica, financiamentos e políticas de educação</i>
40	<i>Relatos e comentários sobre a pesquisa docente no geral, comentários, conselhos sobre vida acadêmica</i>
30	<i>Estilo de escrita informal, simples e direto com menos uso de referências bibliográficas</i>
75	<i>Têm conteúdo voltado para os colegas e sobre os trabalhos em andamento</i>

Fonte: TECHNORATI, 2014 (elaboração da autora)

Estas análises, por sua vez, corroboram com o que foi discutido neste *paper*, que os blogues são plataformas que permitem uma aproximação maior entre o que o pesquisador produz e o público; que estes blogues trazem informações do mundo acadêmico para os sujeitos acadêmicos e que as informações colocadas buscam verter o conhecimento científico historicamente rebuscado em formas mais acessíveis ao público comum. Outro ponto é que os blogues promovem um acesso mais ampliado em relação à produção docente que está sendo disponibilizada cumprindo seu papel na difusão de conteúdos científicos.

Apesar de ser uma ferramenta importante, ainda são considerados no meio acadêmico como um **suporte “menor”, menos valorizado**. Isso ocorre devido a algumas razões. Como vimos acima, a comunicação das ideias científicas valoriza os meios e suportes tradicionais de escrita e disseminação de informação tais como livros, artigos científicos, dentre outros. Outra razão é que nem a blogosfera nem os blogues permanecem os mesmos, estão em **constante mutação** tornando-o um produto de difícil avaliação, pois inexistem critérios de avaliação sólidos tais como os suportes convencionais. As **métricas** aplicadas para se avaliar a produção encontra barreiras uma vez que o que é publicado num blogue pode ter sido replicado do *twitter*, ou num *paper* convencional, ou pode ter sido feito de forma colaborativa tornando-se difícil indicar quem produziu *o quê, onde e quando*. Borgman (2007) aponta a questão dos perigos do **plágio** uma vez que é comum docentes compartilharem dados de sua pesquisa em andamento. Há também a presença de pseudo-blogues científicos com uso de dados falsos e informações sem nenhuma comprovação científica que comumente são contabilizados pelos sistemas webométricos vigentes. A **preservação dos conteúdos** publicados nos blogues também é algo que precisa ser melhorado (e debatido); muitos dos conteúdos são efêmeros, e uma vez apagado o *link*, a informação não é mais recuperada. Outro ponto nesta discussão é apontado por Kjellberg (2009), quando coloca que na prática da comunicação científica **o social e o empírico estão imbricados** tornando o blogue um “palco para descobertas acadêmicas não comprovadas cientificamente”. Um dos fatores mais importantes na limitação de aceitação aos blogues é que informações, artigos publicados nestes suportes ainda não são aceitos como publicações oficiais. Os avanços na carreira acadêmica ainda estão atrelados a índices de citações e fatores de impacto, quantidade de pesquisas publicadas em periódicos com altos índices acadêmicos e quantidade de citações que os autores recebem, fazendo com que os docentes prefiram outras formas para difundir e registrar suas descobertas. Para Borges (2007) “o impacto de citação tem sido amplamente aplicado às publicações convencionais. Porém, com o novo contexto, há de ampliar esta técnica a novos meios capazes de expressar outras formas de impacto, ampliando as possibilidades da análise de citação ao ambiente digital”.

Outro fator de interesse é que são ainda poucos os cientistas que adotam um blogue para partilhar suas ideias. Em geral, apontam a falta de tempo entre outros aspectos da carreira docente e, por isso, o debate em torno de assuntos importantes por vezes pode ficar reduzido a poucas opiniões presentes na blogosfera. Existe inegavelmente a questão da integração dos sistemas e linguagem convencionais. Para Kulczycki (2012) “a comunicação científica [...] enfrenta desafios internos e externos, pois deve justificar-se enquanto lócus e legitimar-se no processo científico deve desenvolver regras para que haja uma fusão com as “velhas mídias” acadêmicas”. Os blogues se situam numa interseção importante, trazem as “velhas mídias” e sistemas de produção de

conhecimento socialmente aceitas e engendradas para novas mídias, novos contextos tecnológicos, e com isso apresentam características de ambos os meios que não necessariamente se integram.

4. Considerações finais

Este *paper* buscou destacar alguns pontos de interesse e reflexão em relação à emergência do DS e os possíveis impactos na comunicação científica na atualidade. Portanto, de forma mais específica, situamos nossa análise no contexto dos blogues científicos com vistas a perceber mais concretamente possíveis consequências desse fenômeno. Inicialmente foi possível perceber que a aplicação maciça da tecnologia ao processamento da informação trouxe alterações importantes reconfigurando todo o sistema de comunicação científica. Foi apontado que a comunicação de ciência adota modelos e é feita a partir de estruturas e artefatos disponíveis conforme a era em que está circunscrita. Foi visto que a problemática do fazer científico complexo se situa no âmbito do DS e nesse sentido, buscamos conceituar e caracterizar esse fenômeno. Percebeu-se que o DS traz a possibilidade de abarcar todas as suscetibilidades inerentes ao *scholarship* tradicional, porém em um novo ambiente, a partir de uma nova realidade, promovendo uma nova ordem que traz em si complexidades que precisam ser analisadas. De forma geral foi possível inferir que o DL não é a mera transposição do *modus operandi* da produção, uso e da aceitação do conhecimento científico convencional e sim há a presença de uma reconfiguração destas práticas formando um novo sistema, promovendo uma **nova ecologia científica**, com novos objetivos e novas práticas e formas próprias de se comunicar a ciência. Foi indicado que este fenômeno na realidade se situa numa interseção paradigmática, de um lado pertencendo a um sistema tradicional onde a legitimação do discurso científico é possibilitado por um sistema convencional baseado em valores como certificação, curadoria formal de resultados e por outro lado, o fenômeno se situa já na esfera de um novo paradigma que é centrado no uso da tecnologia como mediadora da informação e do conhecimento presente através de novas plataformas digitais. Dentre as diversas plataformas, os blogues se apresentam como uma alternativa dinâmica e interessante para a difusão científica. Foi apontado que este tipo de fonte de informação eletrônica traz vantagens e limitações em seu uso. Dentre algumas vantagens foi percebido que é um canal de mais de informação, que traz possibilidades de ampliar o diálogo entre docentes e público, entre público e público e entre público e conteúdo. O conteúdo por sua vez pode ser representado através de formatos variados sempre com o objetivo de torná-lo mais atrativo. Foi visto que os blogues propiciam uma expressão pessoal do docente e de seu trabalho sem necessariamente sofrer interferências de filtros institucionais. O aspecto da colaboração docente é um dos elementos mais positivos propiciado pelos blogues. Foi visto também que os blogues se apresentam como uma forma de acesso ao conhecimento produzido por pessoas que tradicionalmente poderiam ser marginalizadas no sistema, aumentando as possibilidades do *citizen science*. Vimos que apesar de trazer vantagens ao processo de comunicação científica, os blogues trazem sérias limitações. Em primeiro lugar, devido a sua arquitetura informacional *sui generis* até os dias atuais estas fontes ainda não puderam ser avaliadas e validadas de forma ideal. As ferramentas métricas atuais não são adequadas para se medir os verdadeiros impactos dessas fontes. As informações uma vez disponibilizadas, se não preservadas, são efêmeras e o conteúdo se dissolve sem possibilidades de recuperação, em segundo lugar e no nosso

entender a faceta mais limitadora, o que é publicado no blogue não é aceito em sua totalidade como conhecimento legítimo por razões já debatidas. Para Weller (2011) de forma geral a aceitação e incorporação da tecnologia às “velhas” práticas traz a possibilidade de ir além da curva da ciência. Para o autor esse novo paradigma traz consigo novas metodologias, novas possibilidades de conexão e ainda clama por **novas formas de análises**. É preciso atenção também para não cair na armadilha do determinismo tecnológico, em nossa opinião essa nova realidade fornece uma ampla e variada gama de ferramentas, mas o foco não deve ser esse. É importante enfatizar e refletir como o conhecimento é localizado, acessado, organizado e utilizado nessas novas plataformas, e ainda, quais as habilidades necessárias para isso. Diante de tudo, faz-se necessário aumentar o debate sobre o assunto através da continuação de pesquisas com vistas a ampliar o espectro e entendimento do assunto e focar pontos que não foram passíveis de debate devido à limitação de formato adotado nesta comunicação.

Referências bibliográficas

BAILEY JR, C. W.

2008 *Scholarly Electronic Publishing Bibliography*. 2008. Disponível em: <http://www.digital-scholarship.org/sepb/sepb.html> . Acedido em 2 jan. 2014.

BELL, D.

1974 *El Advenimiento de la sociedad post-industrial*. Madrid: Alianza Universidad, 1974.

BJÖRK, B.-C.

2007 A Model of scientific communication as a global distributed information system. *Information Research*. 12:2 (2007). Disponível em: <http://InformationR.net/ir/12-2/paper307.html> . Acedido em 2 jan 2014.

BLOOD, R.

2002 *We've got blog: how weblogs are changing our culture*. Berkley: Perseus Books Group, 2002.

BORGES, M. M.

2007 *A Esfera: comunicação académica e novos media*. Coimbra, 2007.

BORGMAN, C. L.

2007 *Scholarship in the digital age: information, infrastructure and the Internet*. [USA]: The MIT Press, 2007.

BOURDIEU, P.

1983 O campo científico. In ORTIZ, R., org. *Pierre Bordieu*. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155.

BOYD, D.; CHANG, M.; GOODMAN, E.

2004 Representations of Digital Identity. In *Conference on Computer Supported Cooperative Work*. Chicago, 2004.

BOYER, E. L.

1990 *Scholarship reconsidered: priorities of the professoriate*. Princeton: Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching, 1990.

CALVI, L; CASSELLA, M.

2013 Scholarship 2.0: analyzing scholars' use of Web 2.0 tools in research and teaching activity. *Liber Quarterly*. 23:2 (2013) 110-133.

CASTELLS, M.

2009 *Communication power*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

LE COADIC, Y. F.

1996 *A Ciência da Informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

GARVEY, W. D.; GRIFFITH, B. C.

1972 Communication and information processing within scientific disciplines: empirical findings for psychology. *Information Storage and Retrieval*. 8 (1972) 123-126.

HANK, C.

2013 Communications in Blogademia: an assessment of scholar blogs' attributes and functions. *New Review of Information Networking*. 18:2 (2013) 51-69.

INFOPÉDIA

2014 *Infopédia*. Disponível em: <http://www.infopedia.pt/>

KJELLBERG, S.

2009 Blogs as interfaces between several worlds: a case study of the Swedish academic blogosphere. *Human IT*. 10:3 (2009) 1-45.

KULCZYCKI, E.

2012 *Blogs and scientific services: scientific communication in culture of convergence*. 2012. Disponível em <https://repozytorium.amu.edu.pl/jspui/handle/10593/2521>.
Acedido em jan. 2014.

LARA, T.

2005 Blogs para educar: uso de los blogs en una pedagogía constructivista. *Revista Telos*. 65 (out.-dez. 2005) 86-93.

LÉVY, P.

1999 *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MASUDA, Y.

1982 *A Sociedade da informação como sociedade pós-industrial*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1982.

MCMURDO, G.

1995 Changing contexts of communication. *Journal of Information Science*. 21:2 (1995) 140-146.

MEADOWS, A. J.

1999 *A Comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

POPPER, K. R.

2004 *A Lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

PRIMO, A. F. T.; RECUERO, R. da C.

2003 Hipertexto cooperativo: uma análise da escrita coletiva a partir dos blogs e da wikipédia. *Revista Famecos*. 23 (2003) 54-63.

RUMSEY, A. S.

2011 *Scholarly Communication Institute. 9 - New-model scholarly communication: roadmap for change*. [S. l.]: University of Virginia Library, 2011.

SAPER, C.

2006 *Blogademia: Reconstruction 6*. 2006.

Disponível em: <http://reconstruction.eserver.org/064/saper.shtml>. Acedido em 20 jan 2014.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F.

2002 *Das "ciências" documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

VYGOTSKY, L.

1988 *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

WELLER, M.

2011 *The Digital scholar: how technology is transforming scholarly practice*. London, New York: Bloomsbury Academic, 2011.

ZIMAN, J. M.

1968 *Public knowledge: an essay concerning the social dimension of science*. London: Cambridge University Press, 1968.

ZIVKOVIC, B.

2012 *Science blogs: definition and a history*. 2012. Disponível em: <http://blogs.scientificamerican.com/a-blog-around-the-clock/2012/07/10/science-blogs-definition-and-a-history>

Mónica Marques Carvalho Gallotti | monica_mcg@hotmail.com

Doutoranda em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais – Universidade de Aveiro e Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo: O resumo documental foi desde sempre um recurso associado à literatura científica, como atesta a revisão bibliográfica efetuada. A afirmação da literatura científica trouxe consigo a consolidação do resumo. Propõe-se como objetivo geral uma análise sistémica no que se refere à origem, ao desenvolvimento e à consolidação do resumo, em particular à sua relação com a literatura científica. Objetivos específicos: i) Apresentar um apontamento sobre a sua origem; ii) Analisar o papel das academias e das revistas científicas, das revistas e dos serviços de resumos na sua emergência, desenvolvimento e consolidação. A exploração bibliográfica das obras editadas na Europa e nos Estados Unidos da América (2^a metade do século XX até à atualidade) e a sua análise cruzada foi a metodologia adotada. Entre outras conclusões, salienta-se que o resumo documental é um meio essencial na divulgação e acesso à literatura científica e que a sua consolidação foi sustentada por este tipo de literatura.

Palavras-chave: Resumo documental; Literatura científica; Revista de resumos; Serviços de resumos

Abstract: The abstract has always been a resource associated with scientific literature, as demonstrated by the bibliographic revision carried out. The scientific literature affirmation brought about the abstract's consolidation. As a general objective, we suggest a systemic analysis concerning the development and consolidation of the abstract in relation to scientific literature. Specific objectives: i) Present evidence on its origin ii) Analyse the academies and the scientific journals' role, as well as the area journals and the abstracts services' part in the abstracts' emergence, development and consolidation. The methodology adopted has been the bibliographic exploration of works edited in Europe and the United States of America (2nd half of the 20th century until the present time) and the cross analysis of these readings. Among other conclusions we emphasize that: the abstract is an essential means to publicize and promote access to scientific literature, and its consolidation has been sustained by this type of literature.

Keywords: Documentary abstract; Scientific literature; Abstract journal; Abstract service

Introdução

A revisão bibliográfica efetuada na investigação deste tema atesta a importância que o resumo assumiu como recurso documental nas diversas atividades do homem, em particular a partir do século XVII, no desenvolvimento e consolidação da ciência moderna, quer seja na sua produção, quer seja no seu consumo. Nesta perspetiva, muitos são os estudos de análise, de sistematização e de reflexão crítica sobre a produção de resumos e o seu papel ao longo da história que se encontram sob diversas tipologias e suportes. Sobre este tema apontam-se, de entre outros, os estudos levados a cabo por Kronick (1924), Sholnik (1979) e Wolf (1962), que descrevem de forma breve, porém sistemática e fundamentada, as suas origens, a sua função e o seu papel, sobretudo desde a Antiguidade até à Idade Moderna. Nestes estudos pode observar-se a importância que o resumo assumiu ao longo da história, nomeadamente na vertente política e cultural. Na Antiguidade e na Idade Média, como meio privilegiado de conservação e preservação dos documentos originais, mas também como meio de veicular a informação no que respeita, em particular ao poder instituído, quer seja no aspeto laico, quer no aspeto religioso. Ao

longo deste período o resumo assumiu uma função essencialmente empírica, funcional mas também educacional e pedagógica. Pela leitura destes textos e de tantos outros que descrevem e comentam a emergência da ciência moderna e os meandros nos quais cresceu e se consolidou, não pode deixar de observar-se o papel relevante que o resumo assumiu neste processo construtivo, ao ponto de poder afirmar-se como um dos seus principais pilares, no que respeita ao seu desenvolvimento e afirmação, conforme sustentam Manzer (1977) e Maizell, Smith e Singer (1971). Quando se refere, o resumo documental e a sua articulação com a ciência moderna essencialmente, no que respeita à sua disseminação e acesso é obrigatório mencionar e refletir sobre as academias científicas, e as revistas de resumos (finais do séc. XVII) como refere Collison (1971), e também sobre o surgimento dos serviços de resumos (finais do século XIX), tal como mencionam Bourne e Hahn (2003), Lancaster e Neway (1982) e Pinto Molina (2001), na medida em que tiveram um papel decisivo na sua origem e consolidação.

Ao longo do século XX a sua importância como documento secundário, que agrega a si funções tão importantes como as de alertar o consumidor de informação, em especial o da produção científico-técnica, antecipar a sua publicação e, eventualmente substituir o documento original, assim como a de selecionar e atualizar a informação, ganha cada vez mais relevância pelo facto de a informação que apresenta, de acordo com Lancaster (1991:86), ser representada de uma forma breve e precisa. É deste modo que o resumo documental é um instrumento da maior pertinência, em particular para a comunidade científica e académica, a qual assenta, essencialmente, sobre dois eixos estruturantes, a produção e o consumo de informação, a qual se pretende que seja sempre atualizada. Segundo Simões e Ferreira (2014:533) o resumo é um dos meios mais céleres e credíveis da disseminação da informação científica, ideia que, de resto, se encontra manifestada na maioria dos estudos produzidos sobre este assunto desde o século XX até à atualidade. A sua importância na literatura científica é atestada nas obras de diversos autores, entre os quais salientam-se Borko e Bernier (1975), Cleveland e Cleveland (2001), Courrier (1976), Chaumier (1993), Cremmins (1982), Rowley (1982), Lancaster (1991), Moreira González (1988), O'Connor (1996), Pinto Molina (2001, 2005), Peñas Huertas (2012) e Simões *et al.* (2014) que, de um modo crítico, fundamentado e acurado apresentam os vários aspetos de um resumo documental, relevando a sua complexidade, ao mesmo tempo que os cruzam numa teia de variáveis com vista à construção de uma unidade conceptual que permita a sua inteligibilidade, seja a nível morfológico seja a nível semântico. Fazem-no quase sempre através da correlação entre a fundamentação teórica que sustenta e contextualiza a construção dos resumos e as exigências renovadas dos seus destinatários que geralmente se movem em meios académicos e científicos, que obrigam à atualização contínua das técnicas, dos procedimentos e da normalização que regula a sua construção. Atualmente, e numa vertente pragmática, não pode deixar de referir-se o volume de literatura que se encontra publicado na Internet, geralmente com finalidades de ordem prática, facto que é um indicador da importância que o resumo documental assume na atualidade, no campo da literatura científica.

Por último, e para atestar o seu interesse internacional e institucional, referem-se as normas internacionais de elaboração de resumos, na medida em que são o garante da sua qualidade. Pela expressão internacional que assumem, salientam-se as normas: ISO 214-1976: *Analyse pour les publications et la documentation* e a ANSI Z39.14-1997: *Guidelines for abstracts*. Pelo exposto, entende-se pertinente apresentar um estudo no qual se descreva a sua origem, o seu desenvolvimento e a sua consolidação, em particular

no que respeita à sua relação com a literatura científica. Para a concretização de tal propósito, as leituras efetuadas incidiram em obras publicadas na Europa e Estados Unidos da América, num período cronológico que se situa entre a segunda metade do século XX e a atualidade.

1. Evolução histórica do resumo documental

Tal como a revisão bibliográfica efetuada manifestou, desde tempos imemoráveis, por razões de várias naturezas, o homem sentiu necessidade de resumir os documentos. Dado o seu interesse para a contextualização da matéria que se segue, apresenta-se uma síntese das suas origens que situamos num período que vai desde as Civilizações Pré-clássicas à atualidade.

1.1 Das civilizações pré-clássicas ao advento da civilização moderna

Numa primeira fase, que corresponde às civilizações pré-clássicas e clássicas, nomeadamente à suméria, à egípcia, à romana e à grega, o homem exerceu esta prática por questões de preservação e segurança. Na civilização suméria há conhecimento de que já existiam escribas que elaboravam breves anotações sobre os conteúdos de determinados documentos, na parte externa dos documentos originais, que nesta época eram, na sua maioria, de argila. Esta prática era também usada na civilização egípcia, cujos conteúdos dos documentos, em papiro ou pergaminho, geralmente se prendiam com as áreas do direito e da história. Conclui-se, portanto, que estas civilizações já produziam estes instrumentos de acesso à informação, independentemente do seu suporte, fosse ele em argila, em papiro, em pergaminho ou em qualquer outro material. Esta prática encontrava-se associada a dois argumentos de natureza pragmática: a preservação e a segurança dos documentos. Havia, contudo, um outro argumento que muito contribuiu para o desenvolvimento e consolidação da elaboração de “resumos”; este de natureza utilitária: a dimensão dos documentos que, em muitos casos, dificultava o manuseamento e a respetiva consulta. A sua elaboração, por um lado possibilitava o acesso ao conteúdo de um determinado documento sem que, para isso, houvesse necessidade de consultar-se o original, situação que ainda hoje ocorre, considerando-se este ponto de vista uma das funções de um resumo – substituir o documento original. Por outro lado, evitava-se o manuseamento, o qual provocava danos, muitas vezes irreparáveis no documento, assim como a difícil arrumação do mesmo no respetivo lugar o que, dadas as circunstâncias, se tornava uma árdua tarefa. De acordo com a situação descrita, pode inferir-se que neste período, tal como já se referiu, se observa o prelúdio de um dos principais objetivos dos resumos: a substituição do documento original pois, tal como referem Cleveland e Cleveland (2002:108), em determinados casos um resumo poderá substituir o artigo original; nesta circunstância concreta não um artigo mas outros tipos de documentos. A importância destes resumos para a construção da história das referidas civilizações¹ é hoje capital, na medida em que eles são uma base sólida credível

¹ Para se ter uma ideia aproximada da época em que surgiram os primeiros “resumos” lembrar-se-á que o início da civilização suméria data dos meados do quarto milénio, assistindo-se a um florescimento cultural da mesma 3500 e 3000 a C, altura que presumimos coincidir com a elaboração dos primeiros “resumos”. O aparecimento da civilização egípcia data, sensivelmente, do mesmo período cronológico, o que concorre para inferirmos que os primeiros resumos tenham surgido ao mesmo tempo.

e, em muitos casos, a única para preencher determinadas lacunas históricas relativas a estas culturas.

O interesse que a civilização grega² devotou à cultura é evidente, independentemente das suas manifestações. Uma dessas manifestações eram as bibliotecas particulares, constituídas por uma quantidade substancial de documentos em pergaminho e papiro. Outra manifestação cultural, muito ao gosto dos gregos, era o teatro. É relacionada com esta atividade que nos aparecem os resumos. Aquando da representação da peça teatral era prática facultar ao público um resumo da mesma, assim como uma lista dos nomes dos autores que a interpretavam³. Mais tarde, no período helenístico, idade do apogeu da civilização grega, no qual foram construídas duas grandes bibliotecas, a de Alexandria⁴ e a de Pérgamo⁵, esta prática veio a desenvolver-se e a incrementar-se. Nestas duas grandes bibliotecas da antiguidade clássica, os escribas e os estudiosos copiavam, faziam anotações, extratos e resumiam os documentos pelos mesmos motivos que tinham feito os sumérios e os egípcios: permitir o acesso de um modo mais cómodo ao documento sem o deteriorar contribuindo, deste modo, para a sua preservação e conservação. Foi através do recurso a estes resumos, e a outros registos abreviados do conteúdo dos documentos depositados nestas bibliotecas que, após o desaparecimento dos documentos originais, foi possível construir a história da civilização grega e da civilização romana (SKOLNIC, 1979:215).

Após a queda do Império Romano do Ocidente no século V entrou-se num extenso período - a Idade Média, no qual a Igreja detém o poder do ensino e da cultura⁶. Era muito usual os centros de ensino, que funcionavam em mosteiros, conventos e igrejas, possuírem as suas bibliotecas particulares, que poderiam ser maiores ou menores consoante o prestígio da instituição que as integrava. Ao longo deste período, devido a um conjunto de contingências de várias naturezas, entre as quais se salientam a política, a militar e a socio-cultural, os resumos e todas as práticas similares caracterizadas pela brevidade e condensação da informação vieram a desenvolver-se de forma significativa. Esta época caracteriza-se pela compilação do conhecimento em compêndios e em *Summae*⁷, que eram a forma por excelência de preservar o conhecimento e a cultura daquele tempo, assim como um meio privilegiado de o transmitir. As *Summae*

² Desenvolveu-se entre 1 100 a.C. até ao domínio dos romanos em 146 a.C., observando-se o seu apogeu no período helenístico (323 a. C. a 146 a.C.).

³ Ao conjunto constituído pelo resumo e pela lista os gregos chamavam *hipótese*.

⁴ A Biblioteca de Alexandria foi fundada no início do século III a.C., tendo sido aberta ao público pelo faraó Ptolomeu I. No seu auge continha 500.000 rolos (papiro e pergaminho), quantidade que hoje equivaleria a 100.000 livros. Durante sete séculos foi considerada o maior referencial científico e cultural do Mundo Antigo. Manteve-se aberta até à Idade Média, altura em que foi completamente destruída por um incêndio de origem duvidosa.

⁵ A Biblioteca de Pérgamo (cidade da Ásia Menor), construída no início do século II a. C., por Eumenes II, no seu apogeu continha 200 000 documentos do mesmo tipo dos que existiam na Biblioteca de Alexandria (papiro e pergaminho). Esta biblioteca foi construída para competir com a de Alexandria, ideia que é fácil de entender quando comparamos os números de documentos pertencentes às duas.

⁶ Este período é caracterizado pela hegemonia da cultura eclesiástica, sendo o latim a sua língua de eleição, em detrimento das línguas nacionais, assumindo-se deste modo, à época, como língua internacional.

⁷ *Summae* (Sumas) eram “comentários” concisos e sistemáticos destinados a esclarecer um texto. Este género de literatura caracterizava-se por grandes sínteses que procuravam compreender a totalidade do saber (SIMÕES, 2011:93).

debruçavam-se sobre todas as matérias, e apresentavam características próprias do modelo de uma compilação.

Nos séculos XII e XIII, quando pela Europa Ocidental começaram a surgir as primeiras universidades, surgiram também, em paralelo, as grandes obras de carácter enciclopédico, que pretendiam abarcar todo o conhecimento e cujo objetivo era apoiar o ensino universitário⁸. Como era um ensino baseado no método escolástico, em que se atribuía grande relevo à palavra do professor (*Magister dixit*)⁹, era prática dos alunos elaborarem nas aulas resumos das matérias lecionadas. Dentro do espírito eclesiástico que dominava esta época, competia aos monges nos respetivos mosteiros copiarem os textos, muitos deles procedentes da Antiguidade clássica. Neles era muito frequente, fazerem-se anotações nas margens, e/ou breves resumos sobre os respetivos conteúdos.

Também no período considerado e no que diz respeito à sociedade laica, relativamente ao aspeto político e militar, os reis solicitavam aos generais e embaixadores que lhes enviassem resumos dos seus relatórios, nomeadamente no que dizia respeito às campanhas militares. Estes relatórios/resumos eram enviados para os reis e para o Vaticano, tal como refere Skolnik (1979:215-216): *Since the year 1000, countless abstracts of these reports have been accumulating in the Vatican.*

No fim da Idade Média e advento da Renascença, um invento veio revolucionar e democratizar a cultura: a imprensa de Gutenberg. Uma das suas principais e imediatas consequências foi o aumento exponencial da publicação de livros, panfletos e outros meios de divulgação do conhecimento, tornando-os também acessíveis a estratos sociais que até então não tinham acesso a eles. O progresso nas áreas da ciência e da técnica, a que se assistiu neste período, como foi o caso da matemática, astronomia, física e química, veio a formalizar-se e a divulgar-se com este invento. Ele trouxe consigo o crescimento da produção e sobretudo da disseminação de obras destas áreas do conhecimento, cujo objetivo era, na maioria dos casos, o uso académico. Todo este contexto literário e científico-técnico, desenvolvido sobretudo nas universidades, concorreu para o desenvolvimento da prática da elaboração de resumos, ainda que de uma forma muito incipiente.

2. As academias científicas e as revistas científicas

Ao longo dos séculos XV-XVII desenvolveram-se e consolidaram-se as primeiras academias científicas e artísticas. Estas instituições do saber eram associações privadas e restritas nas quais se divulgavam e discutiam os avanços científicos e artísticos e onde artistas e cientistas partilhavam ideias, novos conhecimentos e novas experiências. Tal como os livros e os jornais, as academias eram um veículo privilegiado na divulgação do saber. Assim, entre o século XV e XVI, estas associações foram um ponto de encontro informal de eruditos com interesses científicos ou artísticos comuns. Os encontros ocorriam com uma periodicidade regular em casas particulares e neles debatia-se um

⁸ Entre outros autores que se ocuparam com este assunto, destaca-se Hugo de S. Victor (1096-1141) com a obra *Eruditionis Didascalica* e o dominicano Vincent de Beauvais (1190-1264) com o texto *Speculum Majus*. *Idem*, p. 95-96.

⁹ À letra, “O Mestre disse”; é uma expressão latina que se refere a um pensamento que é tido como inquestionável.

conjunto diversificado de assuntos¹⁰. As características informais que particularizavam as academias foram-se diluindo ao longo do século XVII acabando estas, já em meados deste século, por se tornarem organizações formais legitimadas pelo poder instituído. A primeira sociedade científica a receber uma licença oficial da Igreja Católica foi a *Accademia del Cimento, também designada por Academy of Experiments*, criada em Florença (1657) e financiada por dois Médicis. Esta academia possuía uma grande quantidade e variedade de instrumentos e equipamentos científicos para a época, debruçava-se sobre diversos temas, como: anatomia, princípios de mecânica, mineralogia, astronomia, entre outros. *The roll of members of the Florentine Academy of Experiments included [...] the anatomist Borelli, who applied the principles of mechanics to physiology, the Danish anatomist and mineralogist Steno, the embryologist Redi, and the astronomer Domenico Cassini [...]* (WOLF, 1962:55).

A partir dos meados do século XVII assistiu-se à formação contínua de academias por toda a Europa, movimento que continuou e atingiu o seu apogeu no século XVIII. Salienta-se que, as academias já no início do século XVII, associadas à emergência da ciência moderna, assumiram e desenvolveram uma atividade muito próxima daquela que têm hoje. Pelas atividades científicas desenvolvidas e pelo impacto que tiveram ao longo do tempo, no campo científico destacam-se a *Royal Society*, criada em Londres em 1662, a *Académie des Sciences*, criada em Paris em 1666, a *Akademie der Wissenschaften*, criada em Berlim em 1700 e a *Academia Real das Ciências de Lisboa* criada em Portugal em 1779.

Com as academias científicas surgem as primeiras revistas científicas, meio através do qual se divulgavam na época as atividades de investigação científica que se realizavam nas academias. Estas revistas são o recurso privilegiado de disseminação do conhecimento científico. Se até ao advento das academias científicas o conhecimento era comunicado a título particular, na maioria dos casos através de carta, com o desenvolvimento e incremento deste tipo de associações começa a ser divulgado à escala nacional e internacional, para um público alargado e especializado. Este tipo de publicação, dadas as suas características, entre as quais se destaca o facto de ser de fácil edição, ser pouco volumosa, possuir informação atualizada e, já em alguns casos, ver os conteúdos submetidos à crítica dos seus pares¹¹, veio concorrer, em termos de preferência, com os manuais e outras publicações enciclopédicas, sobretudo da parte do público académico. Estas revistas apresentadas pelos membros e também por aqueles que não eram membros davam à estampa as comunicações que eram realizadas nas academias, fossem elas escritas ou orais (KRONICK, 1924:110). A par do registo das inovações eram divulgados os novos instrumentos e equipamentos científicos, em muitos casos devidamente comentados. Publicavam-se ainda obituários, geralmente de cientistas

¹⁰ Um exemplo foi a casa dos Médicis, em Florença, no século XV. *De rerum natura*. Disponível em: <http://dererummundi.blogspot.pt/2007/07/breve-histria-das-academias-cientificas.html>

¹¹ A necessidade de avaliar a qualidade dos textos científicos não é nova, observando-se vários exemplos desta prática ao longo do tempo. Segundo Frans A. van Vught (1994:355), durante a Idade Média já existiam universidades imbuídas da cultura da qualidade e que por isso faziam a avaliação dos textos científicos. Exemplos desta prática são a Universidade de Paris, a de Cambridge e a de Oxford. No primeiro caso recorria-se a pessoas externas à Universidade para fazer a análise dos textos; no caso inglês recorria-se ao sistema de revisão por pares anónimos, sistema que ainda hoje é usado. Pensa-se que este sistema de revisão surgiu pela primeira vez em 1752, na revista *Philosophical Transactions* para rever os artigos que poderiam ser publicados como artigos científicos.

famosos, com o resumo da sua obra, as listas de novos livros com as respetivas observações críticas e os resumos dos trabalhos científicos.

A primeira revista científica a ser publicada com estas características foi o *Journal des sçavans* (1665)¹², da *Académie des Sciences de Paris*; seguiu-se-lhe a publicação de *Philosophical Transactions* (1666) pela *Royal Society of London*. Este último título, além de publicar as atividades levadas a cabo nesta academia, também divulgava, por meio de resumos, trabalhos originais editados em outras publicações.

Ainda no século XVII, pelo facto de se considerarem pioneiras relativamente às revistas científicas com arbitragem, importa referir a revista *Nouvelles de la République des Lettres*, publicada em Amesterdão em 1684 e a revista *Histoire des oeuvres des savans*, publicada em Roterdão em 1687. As revistas mencionadas tinham como propósito fazer um exame crítico dos documentos nelas publicados concorrendo deste modo para um controlo dos conteúdos científicos que se iam produzindo nas diferentes áreas do saber. Partindo-se deste contexto, pode inferir-se que este tipo de revistas, ao longo dos séculos XVII e XVIII, foi o meio por excelência da divulgação da produção científica. A afirmação e o reconhecimento por parte dos eruditos e dos cientistas no que se refere às revistas científicas concorreu, naturalmente, para a consolidação dos resumos científicos que nelas eram publicados, quer fossem elaborados a partir de documentos nacionais ou com base em artigos publicados em revistas estrangeiras.

Apesar da importância inegável que as academias científicas tiveram no fomento deste tipo de revistas, cumpre referir que, nem todas as revistas científicas, durante este período, foram publicadas sob sua responsabilidade ou se encontravam associadas diretamente a elas. A este propósito, S. B. Barnes, num estudo sobre esta matéria, refere o seguinte: [...] *in the period 1665-1730, of the thirty scientific journals he included only six were connected with important academies of sciences*¹³. A corroborar esta opinião refere-se também o exemplo da revista *Les Mémoires de Trevoux* (1701-1767), cujo patrocinador foi o duque de Maine.

Apesar de na primeira metade do século XVIII o crescimento das revistas científicas ter sido parco, há, contudo, notícias na literatura desta época que garantem que este tipo de publicações começava a dominar a edição bibliográfica, o que, por si só, é um indicador do importante papel que desempenhavam na sociedade cultural e científica de então. Ainda, recorrendo ao estudo de S. B. Barnes (SKOLNIK, 1979:216) pode referir-se que entre 1665 e 1730, foram publicados trezentos e trinta periódicos, em sete países da Europa contudo eram poucos aqueles que sobreviviam a mais do que alguns anos de edição.

¹² Pelo facto desta revista científica também integrar resumos, leva a que autores a considerem a primeira revista de resumos, porém aquela que é exclusivamente constituída por resumos é a: *Aufrichtige und unpartheyische Gedanken uber die Journale, Extracte ... de Christian Gottfried Hoffmann* (PINTO MOLINA, 2001: 150).

¹³ *Ibidem*.

3. Revista de resumos

Em paralelo com a publicação das revistas científicas, durante a segunda metade do século XVII e ao longo do século XVIII publicava-se também outro tipo de periódicos da mesma natureza. Tinha características e exigências diferentes, podendo considerar-se como uma variante às vulgarmente designadas revistas científicas; são elas: a revista de resumos e a revista crítica¹⁴. Editava-se ainda outro tipo de publicações que, pelas suas características, se pode designar como uma publicação híbrida, por apresentar elementos estruturais próprios de uma monografia e particularidades que se encontram presentes nas revistas mencionadas¹⁵.

A primeira publicação considerada como uma revista de resumos por alguns autores foi a revista alemã *Monatsextracte*, publicada em 1703 em Leipzig. Este periódico científico, que consideramos uma publicação de características híbridas, não diferindo muito das primeiras revistas científicas, era composta por uma seleção de temas sobre política que eram publicados em outras revistas, assemelhando-se, deste modo, a um sumário de notícias, tal como refere Collison (1971:60): *The first german abstract journal was the famous Monatsextracte, ... comprised a selection of important items from political journals, and thus more closely resembled a news summary.*

A primeira revista exclusivamente de resumos que se conhece foi publicada entre 1714-1717 por Christian Gottfried Hoffmann, com o título *Aufrichtige und unpartheyische Gedanken über die Journale, Extracte...* Apesar de esta publicação abranger todas as áreas do conhecimento, atribuía um maior relevo aos artigos literários. A especialidade disciplinar, particularidade que iria a curto prazo caracterizar as revistas científicas, em especial as revistas de resumos, não era ainda notória. Nesta perspetiva, no que se refere às temáticas, de um modo geral, eram abordadas nos manuais, obras enciclopédicas e outras desta natureza. Para a edição da revista mencionada, o seu autor, apresentou como objetivos os seguintes: evitar ao leitor o trabalho de ler todas as revistas mensais e consequentemente fazê-lo economizar dinheiro na sua compra; possibilitar ao leitor o acesso a uma compilação de obras com a respetiva “recensão crítica”; facultar um relatório das obras examinadas e um resumo dos seus extratos (*apud* KRONICK, 1924:152).

Como pode observar-se, o primeiro propósito coincide ainda hoje com um dos objetivos das revistas de resumos: evitar aos interessados a leitura de um número considerável de

¹⁴ Apesar dos seus antecedentes serem remotos no tempo (séc. XVII), foi nos séculos XX e XXI que esta revista se veio a afirmar como uma revista de impacto no que respeita à produção científica - revista científica arbitrada.

¹⁵ No que se refere a este tipo de obras, e a título de exemplo, salienta-se pelo impacto que teve na época, sobretudo para os geógrafos, a obra de Johann Georg Hager, intitulada *Geographisches Buchersall zum Nutzen und Vergnugen eroffnet*. Esta obra combinava em si vários tipos: podia ser descrita como um manual, o qual era publicado periodicamente, continha resumos, característica de uma revista de resumos (*The Abstract Journal*), e ao mesmo tempo apresentava características de uma Revista crítica (*Review Journal*). Todavia, existem autores que a consideram como a primeira revista de resumos especializada. Outra revista científica que consideramos desta natureza é a *Deutsche Acta Eruditorum*, publicada entre 1682 e 1782. Fundada em Leipzig por Otto Mencke, é considerada a primeira revista científica alemã. Além dos resumos incluía também críticas de outras revistas.

revistas, tendo acesso à representação dos conteúdos mais significativos destas acedendo apenas a uma, ou a um número o mais reduzido possível¹⁶.

Outra revista de resumos alemã publicada em Frankfurt-am-Main, entre 1765-1769, que possuía características particulares para a época foi a *Neue Auszüge aus den besten ausländischen Wochen-und Monatsschriften*, pelo facto de ter uma periodicidade semanal e ser constituída por resumos de revistas exclusivamente estrangeiras das áreas da medicina, agricultura, política, belas artes e literatura.

A esta publicação periódica seguiram-se, outras revistas noutros países. Em Inglaterra foram editadas a *Universal Magazine of Knowledge and Pleasure* (1747-1815) e a *Monthly Review* (1749-1844). Em 1778, a última revista mencionada inseria resumos de trabalhos científicos tal como os que eram publicados na *Philosophical transactions*, assim como noutras revistas publicadas pelas academias e pelas sociedades científicas¹⁷.

Um grande número das revistas científicas dedicava um espaço considerável a extratos e a resumos de outras revistas, ao mesmo tempo que incluía também trabalhos originais. Por este motivo, ao longo do período considerado era muito difícil identificar com precisão as revistas de resumos, as revistas críticas e as revistas científicas propriamente ditas. Contudo, segundo Kronick (1924:153), *grosso modo* podem distinguir-se as revistas científicas das revistas críticas e das revistas de resumos. De acordo com este autor, as primeiras facultavam uma panorâmica de toda a literatura, enquanto as revistas de resumo ou extratos se dedicavam à literatura que aparecia em outros periódicos e continham apenas resumos. A partir do século XVIII e, segundo os critérios estabelecidos por Kronick (1924:153) para a distinção deste tipo de revistas, começam a observar-se de um modo mais preciso as revistas que continham os originais e por vezes resumos, daquelas que apenas continham resumos de artigos publicados em outras publicações.

No decorrer do século XVIII foi publicado um número considerável de revistas científicas, que davam ênfase aos resumos e a extratos de outras revistas. Estas contemplavam sobretudo a área das ciências, na qual é particularmente relevante o campo da química. A edição de revistas sobre esta matéria foi extremamente significativa ao longo do século XVIII, XIX e primeira metade do século XX. A título de exemplo, salientam-se, no século XVIII, entre outros títulos, os seguintes: *Chemisches Journal fuer die Freunde der Naturlehre ...*, criada por Lorenz von Crell em 1778, considerada a primeira revista de química. Como se depreende da própria designação, esta revista publicava resumos e extratos de notícias relacionadas com a química. Em 1789 foi publicada a revista *Annales de Chimie*, que ainda continua a ser publicada¹⁸.

A título de síntese, no que respeita ao papel que as revistas de resumos assumiram no século XVIII, pode referir-se que o grande benefício que trouxeram, e que ainda hoje lhes é reconhecido, se prende com o facto de possibilitarem a divulgação e acesso aos conteúdos substanciais dos documentos primários, quando estes, em muitos casos, eram publicados em revistas estrangeiras. Este foi um dos grandes contributos destas revistas,

¹⁶ Estes propósitos apenas foram cumpridos na íntegra no 1º volume. Este volume continha o resumo de cerca de quarenta títulos de revistas, entre as quais a: *Acta Eruditorum* e o *Journal des sçavans*. O 2º volume continha crítica originais aos respetivos documentos, não sendo, por isso considerada uma revista de resumos.

¹⁷ A *Monthly Review* a partir de 1825 passou a ser uma revista de recensão crítica.

¹⁸ Esta revista foi mudando de nome ao longo dos séculos XIX e XX, e a partir de 2004 passou a ser publicada em linha pela Elsevier.

se as contextualizarmos neste período, em que os recursos de comunicação eram muito incipientes e a consolidação da investigação científica começava a dar os primeiros passos de forma consistente.

Tal como acontecia com as revistas científicas, editadas ou não pelas academias, no geral as revistas de resumos também tinham uma vida relativamente efémera, além de que raramente eram especializadas (KRONICK, 1924:156), particularidade que a breve trecho este tipo de revista foi desenvolvendo, começando-se a especializar e automatizar nas áreas do saber de acordo com o contexto disciplinar em que eram criadas. A importância dos resumos era tão valorizada, que desde o início do século XVIII, no prefácio da primeira edição da revista *Les mémoires de Trevoux* (1701) (FERRAND), o próprio editor incentivava os autores a elaborarem extratos dos seus próprios trabalhos científicos, na medida em que ninguém os conhecia melhor do que eles próprios, podendo deste modo contribuir para a objetividade e precisão desses “resumos”. Com base no apelo deste autor pode inferir-se que ele foi pioneiro no que respeita à elaboração dos resumos de autor.

A tendência para se privilegiar a química, no século XVIII irá acentuar-se ao longo do século XIX¹⁹, no qual é publicado um número substancial de revistas de resumos desta especialidade, situação que se irá verificar também na primeira metade do século XX, num espaço geográfico amplo.

No século XIX, as revistas científicas, seguindo o curso da própria ciência, começaram a especializar-se numa área do conhecimento. No início do século XIX, estas revistas multiplicaram-se, surgindo em 1830 a primeira revista de resumos de química: a *Pharmaceutisches Zentralblatt*. Começou por ser quinzenal, mas no mesmo ano passou a ter uma periodicidade semanal, o que leva a inferir que deveria ser uma revista com uma consulta muito significativa e com informação atualizada. Um dos principais objetivos desta revista em 1833 era cobrir a maior parte da literatura periódica sobre química, através de resumos concisos e precisos, e divulgar os acontecimentos científicos mais pertinentes sobre este tema.

Em 1858 a Sociedade francesa de química, iniciou a publicação de resumos no *Bulletin de la Société Chimique de France*. O mesmo aconteceu com a Sociedade alemã de química, que publicou resumos no *Berichte der deutschen chemischen Gesellschaft* de 1868 a 1896. A partir de 1897 esta publicação foi substituída pelo *Chemisches Zentralblatt*, ano em que assumiu a edição dos resumos de química. Em Inglaterra, em 1871, a Sociedade de química inglesa publicava os seus resumos no *Journal of the Chemical Society* e a Sociedade de química industrial inglesa publicava os seus resumos no *Journal of the Society, of Chemical Industry*, em 1882. Em 1926, estas duas sociedades inglesas fundaram o *British Abstracts*.

Para concluir este périplo pelo século XIX no que se refere à publicação de resumos de química, salienta-se a Sociedade americana de química, que publicava resumos desta área no *Journal of the American Chemical Society*, de 1897 a 1907, ano em que se começou a

¹⁹ A área da química foi aquela que se impôs ao longo dos séculos XVIII e XIX, continuando no século XX, na produção de revistas de resumo.

publicar o *Chemical Abstract*²⁰, considerada a mais importante revista de resumos nesta área.

O crescimento da edição de resumos e das respetivas revistas na área da química no período considerado, não teve paralelo com qualquer outra área do saber; contudo, não é única na medida em que se assiste ao desenvolvimento de outras revistas de resumos em áreas afins. Dada a sua importância no universo científico, destaca-se, entre outras, a publicação em Londres da *Abstracts of physical papers from foreign sources* (1837-1842), que teve uma duração de dois anos, sendo a sua publicação retomada pela conhecida *Physics Abstracts*; na matemática, entre 1842-1927, publicou-se em Paris a revista *Nouvelles Annales de mathématiques*, em 84 volumes, e em Berlim (1868) a *Jahrbuch über die Fortschritte der Mathematik*²¹, que publicava resumos de artigos de diversas e importantes revistas de matemática.

Neste século, outras áreas do saber seguiram esta prática; é o caso do direito e medicina que, ao mesmo tempo que se iam especializando, iam tendo necessidade de atualizar e divulgar as suas matérias. Assim, a primeira metade do século XIX, foi pródiga na edição de revistas de resumos relativas a estes temas, designadamente em Inglaterra e nos Estados Unidos da América. Entre outras salientam-se: *The Law Journal Reports* (Londres 1822-1849), *The Jurist* (Londres, 1837-1866) e *Law Times Reports* (Londres, 1843-1947). Na medicina foi publicada em Filadélfia, a primeira revista especializada em resumos nesta área: a *American Medical Intelligencer*, (1837-1842), tendo sido substituída pela *Medical news and library* (1843-1879). Esta revista sofreu várias alterações ao título²², de entre as quais salienta-se o *International Record Medicine* (1865). Estas alterações demonstram o quanto era efémero o tempo de vida deste tipo de revistas.

No que se refere a estas duas disciplinas, na década de 40 foram publicadas duas importantes revistas, no direito a *Manning, Granger and Scott's Reports of Cases in the Court of Common Pleas*, publicada em Londres (1846)²³ e na medicina a *Half-Yearly Abstract of the Medical Sciences: being a digest of British and continental medicine and of the progress of medicine and the collateral sciences*, publicada em Londres e em Filadélfia entre 1845 e 1873.

Para concluir esta breve síntese relativa à edição das revistas de resumos no século XIX, há que referir algumas publicações que se desenvolveram ao longo do mesmo e que, dada a similitude das suas características e dos seus objetivos poder-se-ão considerar neste ponto; são as seguintes: as revistas de estatísticas, os repertórios e os índices. Entre outras publicações editadas ao tempo salientam-se o *British Annual Abstract of Statistics*, em que a informação se apresentava sob a forma de resumo, o primeiro volume data de 1853; no que respeita aos índices, destaca-se o *New York Times* já em 1851

²⁰ Esta revista veio substituir a *Review of American Chemical Research*, que foi publicada entre 1897 e 1906.

²¹ Pam Division Award Citation for 2005.

Disponível em: http://www.emis.de/MATH/JFM/PAM_Division_Award_Jahrbuch_200.pdf.

²² Manteve o título original de Abril 1865 a Junho 1881. Entre 1883 e 1923, chamou-se *New York medical journal*; de julho de 1881 a dezembro de 1882, *New York medical journal and obstetrical review*; entre 1924 e 1933 designou-se *Medical journal and record*; de 1934 a 1950, *Medical record* e de 1951 a 1956, *International record of medicine and general practice clinics*.

²³ Collison refere o ano de 1845 como data de publicação desta revista; porém, nos catálogos consultados ela aparece como tendo sido publicada no ano de 1846 (COLLISON, 1971: 62).

apresentava as mais importantes características de um resumo: pormenor, imparcialidade, brevidade da matéria e, ao mesmo tempo, abrangência da mesma²⁴.

Ao longo do século XX, nomeadamente na primeira metade, assistiu-se ao desenvolvimento e crescimento do número destas revistas, alargando-se este tipo de periódico a outras áreas. Assim, em 1909 foi publicada, nos Estados Unidos, a Revista de resumos *Metallurgical abstracts*, e em 1926 a revista *Biological abstracts*, esta última mencionada foi uma publicação em co-edição entre a *American Association for Advancement of Science*, a *Union of American Biological Societies* e a *National Academy of Sciences*. Segue-se em 1938, a primeira revista de resumos dedicada exclusivamente às teses de doutoramento a *Dissertation abstracts*, hoje disponível *online*, como tantas outras revistas de resumos publicadas durante os dois últimos séculos.

No que se refere à área das humanidades observa-se uma edição muito aquém da que é observada nas ciências puras e aplicadas. Contudo, o seu número começa a apresentar alguma expressividade a partir da primeira metade do século XX, tendência que se veio a registar depois ao longo do mesmo. Note-se que, na segunda metade do século XIX, como já foi referido, foram publicadas algumas revistas importantes na área do direito, situação que irá manter-se e desenvolver-se em outras áreas das ciências sociais. Assim, em 1927 foi publicada a revista *Psychological abstracts* pela Associação Americana de Psicologia. Na década de 50 relevamos, ainda, na área das ciências sociais as revistas de resumos *Library science abstracts* e a *Sociological abstracts* (1952). A primeira especializada em conteúdos relacionados com a biblioteconomia, a segunda em temas de sociologia. Outra revista de resumos publicada na mesma década é a *Historical abstracts*.

O século XX caracterizou-se por um crescimento exponencial da documentação. Para este fenómeno contribuíram fatores de diversas naturezas, entre os quais destaca-se aqueles que se relacionam com os aspetos científicos, na medida em que este estudo se ocupa de um dos recursos de divulgação e de acesso à produção científica. Neste sentido, começa por referir-se a grande revolução que se observou a nível do documento, quer no que se refere à sua tipologia, quer no que respeita ao acesso e ao uso da informação neles contidos. Em inícios do século XX, essencialmente nos meios académicos e científicos, o livro foi substituído pela publicação periódica, que cresceu de uma forma exponencial. Dada esta circunstância, a produção de revistas de resumos seguiu, naturalmente, esta tendência dado que este tipo de revista se encontra associado, de uma forma geral, às publicações periódicas, em particular às de tipo científico. Nesta perspetiva, assiste-se ao crescimento do número das revistas científicas e ao aumento da extensão do seu volume, porque cada vez se publicam mais artigos.

A vida do documento, que até aos finais do século XIX e inícios do século XX, era longa, pois o seu conteúdo pouco ou nada se desatualizava, passa a ser breve e, consequentemente, o seu “prazo de validade” quanto aos seus conteúdos é também muito limitado. Sobre este assunto Boutry (*apud* DIJK e SLYPE, 1997:18) refere que os documentos científicos não são de carácter permanente e o interesse do seu conteúdo, no que respeita à sua atualização, começa a decrescer a partir do momento em que é editado. Deste modo e, segundo o mesmo autor, a informação neles contida é completamente inútil passado pouco tempo, daí ser supérfluo conservá-los.

²⁴ *Idem*, p. 63.

A esta alteração observada no próprio documento acrescem as alterações ocorridas no perfil e nas necessidades de informação de quem o pesquisa. O novo utilizador necessita de uma formação permanente e atualizada, que não se esgota na aquisição de um conhecimento específico, mas sim num tipo de conhecimento interdisciplinar.

O próprio desenvolvimento da investigação científica, que se manifestava no acréscimo substancial do número de investigadores que emergiram neste novo contexto científico, que privilegiava não só a exploração do real baseada na observação e na experimentação, mas que exigia, também paralelamente, a síntese e a revisão contínua do conhecimento construído, convergiram indubitavelmente para o aumento do consumo e simultaneamente da produção científica²⁵. Como consequência desta situação, a partir da década de 70 assistiu-se a um aumento considerável do número de revistas de resumos, a alterações nos seus conteúdos e no seu processo editorial.

Para estas alterações contribuíram vários fatores, entre os quais, salientam-se: o desenvolvimento e a aplicação das novas tecnologias aos serviços de informação que trouxeram, entre outras vantagens, maiores facilidades no processo editorial, na sua difusão e no seu acesso; o financiamento deste tipo de periódicos e dos serviços a eles associados; uma maior especialização da ciência; a interdisciplinaridade que cada vez mais se insinuava na investigação, o que concorre para que se escrevam cada vez mais artigos em coautoria; e, por fim, a “democratização” da investigação, que convergiu, naturalmente, não só para o aumento exponencial da sua produção, mas também para consolidar o artigo científico como formato privilegiado da difusão deste tipo de conhecimento²⁶.

Após esta breve síntese sobre as revistas de resumos e, em particular, sobre a importância que tiveram na divulgação e consolidação do conhecimento científico, importa agora referir algumas especificidades deste tipo de periódico enquanto recurso disseminador da produção científica.

As revistas de resumos são um tipo de documento que recolhe e organiza documentos secundários, breves textos analíticos e as respetivas referências bibliográficas dos documentos que lhes servem de base, designados neste contexto documentos primários ou originais. Estes podem ser: artigos, partes de uma monografia ou a própria monografia integral, patentes, teses, entre outros. Quanto ao seu conteúdo, elas podem ser especializadas ou multidisciplinares.

O seu principal objetivo é proporcionar um acesso célere e seletivo aos documentos primários, ao informarem os utilizadores, sobretudo os académicos e investigadores, sobre o conteúdo atualizado, já publicado ou inédito, deste tipo de documentos. Esta situação concorre, por um lado, para que elas mantenham os utilizadores informados sobre a sua área temática sem terem a necessidade de, num primeiro acesso, recorrerem aos documentos primários e por outro, para que através delas possam eleger os textos que lhes interessam. Nesta circunstância, este tipo de revista assume-se como um meio privilegiado de seleção dos documentos primários. Relacionado com a observância deste propósito encontra-se uma característica chave deste tipo de publicação ser exaustiva numa determinada área do saber. Para que estes objetivos sejam conseguidos de uma

²⁵ *Idem*, p. 19.

²⁶ Para um desenvolvimento mais exaustivo deste tema ver: BORGES, 2006: 18-29.

forma plena é necessário que o tempo que medeia entre a publicação do artigo e a inclusão do respetivo resumo numa revista deste tipo seja simultâneo, embora a situação ideal seja aquela em que resumo antecede a publicação do próprio original. Porém, este tão almejado propósito nem sempre é cumprido de forma satisfatória. Para tal contribui o facto de o crescimento da produção científica nas últimas décadas ter sido acelerado situação que concorre para que o controlo deste tipo de produção seja muito difícil, quer no que respeita ao número, quer no que respeita à qualidade. Para amenizar esta situação contribuíram entre outros recursos e expedientes, os meios informatizados, ao facultarem recursos e meios mais amigáveis, no que respeita à representação dos conteúdos e à sua interação com os utilizadores, e a reestruturação das políticas editoriais, que se manifestaram, na maioria dos casos, num maior controlo de qualidade, como é o caso da arbitragem editorial²⁷. Outro aspeto a salientar para obviar esta situação tem a ver com a periodicidade; pretende-se que as edições destas revistas sejam céleres, quer elas sejam impressas ou *online*. Esta é uma das características e exigências mais vincada das revistas de resumos, dado que uma das suas principais funções é manter o público a que se destinam atualizado relativamente às matérias do seu interesse que se encontram nos documentos originais.

Interessa ainda que este tipo de periódicos proporcione aos utilizadores bons índices, para que eles possam encontrar a informação de uma forma imediata (PINTO MOLINA, 2001:313). A inclusão de índices, da respetiva área temática, cumulativos ou individuais, cada vez mais exaustivos, é um valor acrescentado pelo facto de ajudarem o utilizador a fazer uma melhor localização das matérias que pretende. Todas estas mais-valias concorrem para que as revistas de resumos sejam dos documentos secundários mais procurados na atualidade, como forma de aceder aos documentos originais. Dado o seu interesse como meio de excelência na divulgação da produção científica, elas devem possuir um elevado nível de qualidade traduzido na clareza, na legibilidade e na objetividade dos resumos que as constituem.

É com base nestes argumentos que é possível explicar e compreender o que se observou ao longo do século XX no que respeita à elaboração de documentos secundários e, em particular, dos resumos. Este processo é marcado essencialmente por duas realidades: por um lado o surgimento e desenvolvimento dos Serviços de resumos, por outro a emergência das bases de dados *online*; estes dois meios de divulgação e acesso à informação vieram estimular esta forma abreviada de representação da informação, desenvolvimento que se acelerou desde a segunda metade do século XX até à atualidade.

4. Serviços de resumos

A criação dos serviços de resumos teve na sua origem, os mesmos objetivos que foram referidos na elaboração dos resumos e nas respetivas revistas: disponibilizar ao utilizador de forma rápida a maior quantidade de informação num formato condensado, de modo a possibilitar-lhe a seleção da mesma para colmatar a sua necessidade de informação, poupando-lhe tempo e dinheiro para aceder ao documento original. É também objetivo de um Serviço de resumos facultar informação atualizada e relevante dentro de uma área específica do conhecimento, por forma a manter atualizado o leitor. Este tipo de Serviço

²⁷ *Ibidem*.

carateriza-se por ser orientado para a elaboração de documentos secundários: resumos e produtos derivados da indexação e classificação como, por exemplo, os índices.

Face à quantidade excessiva de informação científico-técnica que se começou a produzir a partir dos meados do século XIX, realidade que se observou ao longo do século XX de uma forma exponencial, como tem sido referido ao longo deste estudo, sentiu-se a necessidade de controlar a informação no que diz respeito à qualidade através de rigorosos critérios de seleção. Neste processo, procurou-se essencialmente determinar o grau de pertinência do documento face às necessidades reais de informação dos potenciais utilizadores, tornando-se o binómio *assunto-utilizador* o indicador de maior relevância no processo de resumir. Perante esta situação era urgente criar centros que se responsabilizassem pela seleção da informação contida nos documentos originais, isto é: que se procedesse à análise da informação que a condensassem nos seus elementos essenciais e que a disponibilizassem, o mais rápido possível, em especial à comunidade científica altamente especializada em determinados temas. Se no início, para a divulgação deste tipo de produtos estes serviços recorreram a revistas impressas, com o advento das novas tecnologias, a partir da segunda metade do século XX, esta disseminação passou também a ser efetuada através do suporte eletrónico (CDs e bases de dados em linha).

Os primeiros serviços de resumos a serem criados datam dos finais do século XIX. Em 1885 foi criado o *Engineering Index* e em 1907, o *Chemical Abstracts Service*, este último criado no seio da Sociedade americana de química (*American Chemical Society*), cujo objetivo era fomentar e difundir o conhecimento sobre química. Em 1931 fundou-se o *International Council of Scientific Unions*, uma organização não-governamental que procurou, uma cooperação internacional em prol do desenvolvimento científico. Com esta finalidade, esta organização em conjunto com a UNESCO (1952) criou um serviço de resumos (BOURNE e HAHN, 2003:168): o *Abstracting Board* que, à época, foi um recurso de extrema importância, nomeadamente no que concerne à divulgação de literatura científica de ponta, designadamente da área da física.

Em 1939 fundou-se em Paris o Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), com o propósito da promoção do conhecimento, desenvolvendo neste âmbito todo o tipo de pesquisas que contribuíssem para o desenvolvimento sustentável dos aspetos sociais, culturais e económicos. Neste centro em 1940 desenvolveu-se um serviço especializado na elaboração de resumos e outros trabalhos de indexação que foi responsável pela edição do *Bulletin Analytique* no mesmo ano (DIJK e SLYPE, 1969:30-31; AURAM, MCCALLUM e PRICE, 1982:213-216). Os primeiros resumos a serem elaborados neste serviço versavam sobre matérias das ciências puras, tais como: matemática, física e biologia; a partir de 1947 passou também a elaborar e a divulgar resumos sobre ciências sociais²⁸.

Ainda nesta década, em 1946, foi criada na Holanda a *Excerpta Medica Foundation*, uma organização com fins não lucrativos, cujo propósito era divulgar um número considerável de revistas internacionais que se ocupavam de temas de medicina. Neste mesmo ano esta Fundação editou uma revista de resumos com o mesmo nome. Este periódico caraterizava-se por ser de âmbito geral, dentro da especialidade abrangendo, deste modo, as áreas mais relevantes da medicina, com o objetivo de facultar aos profissionais desta matéria informação atualizada.

²⁸ A partir de 1956 foi continuada pelo *Bulletin signalétique*.

Nas décadas de 50 e 60, entre inúmeros serviços de resumos que foram criados para a difusão e controlo da produção científica salienta-se a National Federation of Advanced Information Services (NFAIS), organização sem fins lucrativos fundada em Washington em 1958 e transferida em 1962 para Filadélfia, onde ainda permanece. Era seu objetivo promover a disseminação da literatura científica em todas as áreas por forma a fomentar a pesquisa e a investigação. A atividade levada a cabo por esta organização no que respeita aos conteúdos era abrangente, na medida em que, como já foi referido, se debruçava sobre todos os domínios do conhecimento. Era seu principal propósito difundir de uma forma periódica a informação primária, de modo a garantir um fluxo sistemático e consistente de informação a todos os que se dedicavam à investigação científica.

Ao longo da segunda metade do século XX, foi aumentando de forma considerável o número destes serviços. A sua proliferação em todas as áreas do conhecimento era uma evidência, no entanto era nas ciências puras e aplicadas que eles mais se destacavam. Num estudo publicado pela FID em 1965 e revisto em 1969, um diretório internacional onde se encontram registados os serviços de resumos (revistas e serviços por ficha), denominado *Abstracting Services in Science, Technology, Medicine, Agriculture, Social Sciences, Humanities* pode observar-se que, em 1969, existiam aproximadamente 1.500 serviços de resumos (INTERNATIONAL, 1969). Deste número, apenas uma minoria, cerca de 200, diziam respeito a documentos das ciências sociais (*Social Sciences, Humanities*) elemento através do qual se pode intuir que esta não era a área privilegiada por este tipo de serviços, tendência que, de resto, se veio a confirmar ao longo deste século e que permanece até à atualidade. O elevado número de serviços de resumos está estreitamente relacionado com a excessiva produção de literatura científica que se observou, nomeadamente, nas ciências puras e aplicadas a partir dos anos 50 do século XX. A este propósito, Bernardo A. Houssay (*apud BRIET, 1960:6-7*), no discurso inaugural da 3ª Reunião da Comissão Latinoamericana da Federação Internacional da Documentação, em 1962, entre outras declarações proferidas aludiu ao facto de a produção científica em química duplicar de oito em oito anos, tendência que se observava em outras áreas do conhecimento como por exemplo a medicina, cuja produção duplicava de dez em dez anos. Ainda neste contexto, refere que à época existiam entre cinquenta mil e sessenta mil revistas científicas, onde se publicavam cerca de três milhões de artigos científicos.

Todavia, com base neste estudo pode inferir-se que, apesar de as revistas de resumos terem emergido nas ciências naturais, elas foram-se afirmando nas ciências sociais, embora de uma forma paulatina, o que contradizia a tendência que se observava nas ciências puras, cuja produção se multiplicava a um ritmo alucinante, quando comparada com a das ciências sociais.

A partir dos meados do século XX, muitos foram os serviços que, para responderem de uma forma pertinente ao novo contexto tecnológico e mental, assim como às novas exigências do perfil dos utilizadores, tiveram de adequar os seus propósitos, em muitos casos e, em situações limite, alterar o nome das suas publicações, e principalmente o suporte. Paulatinamente, porém, de forma sistemática, o papel dá lugar ao digital, observando-se, por um lado a publicação de revistas em papel ou em suporte digital, por outro, estas são concomitantemente publicadas nos dois tipos de suporte. Quando se observa esta última situação verifica-se uma diminuição dos números de exemplares impressos, na medida em que se torna mais oneroso para a editora e para quem consulta

aceder a este tipo de publicações. A publicação em suporte eletrónico veio também resolver a questão do armazenamento.

É neste novo contexto automatizado que, a partir do último quartel do século XX, mais concretamente a partir dos anos 70, começaram a emergir as bases de dados, que se revelam hoje uma realidade indispensável. Os resumos e as respetivas revistas encontram nestas plataformas o seu meio privilegiado de difusão, seja na modalidade de livre acesso, seja na de acesso condicionado.

Neste processo salientam-se algumas revistas, que começaram a ser publicadas em finais do século XIX e nos inícios da primeira metade do século XX, e que a partir da segunda metade do século, devido a estas circunstâncias, começaram a informatizar-se para serem publicadas, primeiro em suportes automatizados analógicos, depois *online*. Pelo seu papel preponderante na área da química, salienta-se a *Chemical Abstracts*; tal como outrora, os resumos de química e respetivas revistas são hoje considerados uma das mais importantes fontes de dados internacionais. Entre outros conteúdos abordados nesta área, destacamos os relacionados com a química analítica, com a bioquímica, com a química orgânica e com a química física. Esta base de dados tem a sua origem na produção científica publicada pelas mais conceituadas revistas internacionais especializadas desta matéria. A par dos resumos refere ainda informações relativas a congressos, relatórios científico-técnicos, teses e patentes sobre a respetiva área disciplinar.

Atualmente toda a informação disponibilizada por este serviço pode ser consultada em *CD-Rom* ou na base de dados *online* CAS Search Services.

Dado o interesse deste serviço no que se refere ao acesso à informação através dos resumos, regista-se em nota de rodapé uma breve referência aos melhoramentos que se entende serem os mais significativos dos que foram levados a cabo por este serviço no campo da automatização, para agilizar o acesso à informação²⁹.

Com a revolução que se operou a nível do suporte do documento, a partir dos meados do século XX, e que se concretizou na passagem do impresso para o eletrónico, como já foi

²⁹. Face às exigências científicas dos seus utilizadores, o Chemical Abstracts Service (CAS) criou em 1965 um sistema automatizado, o Chemical Abstracts Service que lhe permitia identificar qualquer substância química de acordo com a sua base molecular. Esta circunstância veio trazer um nível de eficácia considerável nas pesquisas, na medida em que através deste expediente se reduzia de uma forma considerável a ambiguidade.

Em 1966 desenvolveu um sistema automatizado, que não só produzia o *Chemical Abstracts* impresso, mas também começou a alimentar um banco de dados que podiam ser legíveis por computador. Desta forma o CAS foi um serviço pioneiro na adoção das novas tecnologias, que lhe deram a possibilidade de começar a disponibilizar os seus produtos em microforma e fita magnética.

Outras funções automatizadas foram sendo introduzidas pela CAS, com vista ao acesso mais célere e pertinente à informação que disponibilizavam. Em 1980, o CAS ONLINE, através da introdução de técnicas de pesquisa seletivas que permitem o específico veio permitir pesquisas mais restritas e precisas. Este recurso veio facilitar a tarefa de pesquisa não só aos investigadores mas também aos profissionais da informação.

Nos anos 90 o CAS reconheceu as potencialidades da INTERNET para agilizar e simplificar o acesso aos documentos. Entre outras funcionalidades salienta-se aquela que possibilita estabelecer ligações entre um artigo identificado através de uma pesquisa *online* e o respetivo artigo em texto integral num periódico. Todas estas alterações, ocorridas essencialmente no âmbito da pesquisa vão concorrer para um aumento exponencial da consulta dos documentos (AMERICAN CHEMICAL SOCIETY, s. d.).

referido, observaram-se grandes e inovadoras vantagens no que se refere aos resumos, como é o caso do aceleração da edição e a sua divulgação. A alteração destes dois fatores concorreu, não só para um acesso mais célere deste tipo de produto, como também para a sua disseminação a uma maior escala geográfica. No que se refere à escala geográfica, assistiu-se a um aumento considerável deste tipo de serviços. Neste sentido e, de uma forma geral, por todo o mundo, assistiu-se a um incontestável aumento destes serviços, nomeadamente na Europa e nos Estados Unidos, na área das ciências puras e aplicadas. Calcula-se que nos finais do século XX, entre serviços de resumos sem fins lucrativos e serviços de resumos com fins comerciais, institucionais e/ou privados, e independentemente da sua orientação temática, existiam mais de 1500 em todo o mundo.

Como se referiu, e a título de síntese, pode afirmar-se que o suporte eletrónico trouxe consigo novos meios de armazenamento e de divulgação deste tipo de documentos, já que os serviços de resumos começaram a disponibilizá-los em CD-rom e *online*, assim no último quartel do século XX, surgiram as primeiras bases de dados de resumos. Muitas revistas de resumos, que até aqui disponibilizavam este produto em formato papel ou suportes analógicos passaram a facultá-lo em suporte digital. O facto de este trazer consigo uma maior capacidade de armazenamento e uma célere divulgação contribuiu para uma maior atualização das matérias.

O cenário que se começou a desenhar nos anos 70 consolidou-se a partir dos anos 90 com a *Internet*, na qual estas revistas ficam disponíveis *online* para consulta por qualquer interessado, na maioria dos casos mediante um pagamento prévio, que se encontra associado a uma subscrição. A partir desta década proliferam as bases de dados em que se podem consultar resumos e textos integrais.

Face à mudança de suporte e de atitude do utilizador que passou a verificar-se nas últimas décadas do século XX e inícios do século XXI, revelando este uma atitude cada vez mais “agressiva” e seletiva face ao uso da informação, interrogamo-nos se os serviços de informação, como serviços secundários, cujo primeiro propósito é a divulgação e o acesso rápido aos documentos primários, continua a assumir a pertinência que teve quando foi criado e que manteve ao longo dos últimos dois séculos. Na nossa perspetiva, mais do que nunca, os produtos fornecidos por este tipo de serviços, nomeadamente resumos e indexação, são uma considerável mais-valia para os investigadores e todos aqueles que consultam bases de dados porque, como refere Lancaster num artigo sobre o futuro dos Serviços de resumos, são um filtro da pesquisa bibliográfica, ao orientar quem consulta os documentos secundários para os primários, ou de um documento secundário para outro documento secundário. Eles são o meio através do qual se depura o manancial de informação disponível na *Internet*, proporcionando, deste modo, aos interessados, não a totalidade da informação que se produz numa determinada área específica, mas apenas aquela que se encontra orientada para um determinado campo restrito do seu interesse, aquela que, em última análise, vem preencher a sua necessidade de informação (LANCASTER e NEWAY).

Se é um facto que hoje, através da *world wide web* (www) se podem elaborar resumos e outros documentos secundários, é também um facto que esta plataforma, em parte, se alimenta de resumos, sobretudo no que diz respeito à produção científica. Deste modo, este sistema é simultaneamente produtor e consumidor deste tipo de documentos. Para tal situação concorre a proliferação de revistas impressas e, sobretudo eletrónicas, cujos conteúdos são produzidos pela comunidade científica. Muitos dos seus conteúdos são

divulgados, em forma de resumos, na *world wide web* antes de serem publicados em texto completo nas bases de dados que se encontram em linha. Muitos dos resumos que constituem estas bases de dados e, em alguns casos, repositórios científicos, são elaborados por serviços de resumos, os quais são caracterizados por um elevado nível de qualidade, uma vez que estão vocacionados para a elaboração desta tarefa e que, devido a este objetivo, têm pessoal especializado para produzir este tipo de documentos.

5. Conclusões

Uma primeira conclusão a reter deste estudo é que os resumos tal como ontem continuam a ser um meio privilegiado de divulgação e seleção dos documentos primários, nomeadamente no que se refere à literatura científica, apesar de no seu estado embrionário e num formato muito distinto daquele que hoje lhe conhecemos, foram um veículo de transmissão de informação e conhecimento muito importante, na área da política e do ensino. Salienta-se, como ponto conclusivo que, a emergência das academias científicas nos séculos XVII e XVIII, foram essenciais no seu desenvolvimento, na medida em que os resumos foram o meio de disseminação e divulgação da literatura e eventos científicos que então aconteciam. Destaca-se ainda, o contributo preponderante que tiveram na evolução dos resumos, em especial no que respeita ao seu formato, as revistas científicas, especialmente as que se desenvolveram nas áreas da química, da física e das ciências biomédicas. Por último, concluiu-se que os serviços de resumos foram o corolário da consolidação deste documento secundário no que respeita, essencialmente às ciências puras e aplicadas, tendência que, de resto, sempre se observou desde a sua origem, pois tiveram um percurso paralelo. Deste modo pode afirmar-se que resumo e literatura científica são uma face da mesma moeda, dado serem indissociáveis.

Referências bibliográficas

AMERICAN CHEMICAL SOCIETY

[s. d.] *CAS History* [Em linha] [Consult. 6 ago. 2012]. Disponível em: <http://www.cas.org/about-cas/cas-history>.

ANSI/NISO Z39.14

1997 *Guidelines for abstracts* Bethesda: National Information Standards Organization, 1997. [Em linha]. [Consult. 24 abr. 2012]. Disponível em: http://www.niso.org/apps/group_public/download.php/6610/Guidelines%20for%20Abstracts.pdf

AURAM, Henriette D.; MCCALLUM, Sally H.; PRICE, Mary S.

1982 *Organizations contributing to development of library standards*. [S. l.: s. n.], 1982. [Em linha]. [Consult. 4 ago. 2012]. Disponível em: https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/7260/librarytrendsv3i12d_opt.pdf?sequence=1

BORGES, Maria Manuel

2006 *A Esfera: comunicação académica e novos media*. Coimbra: [s. n.], 2006. Tese de doutoramento.

BORKO, Harold; BERNIER, Charles L.

1975 *Abstracting concepts and methods*. New York [etc.]: Academic Press, 1975.

BOURNE, Charles P.; HAHN, Trudi Bellardo

2003 *A History of online information services, 1963-1976* Cambridge, Mass: MIT Press, 2003. [Em linha]. [Consult. 2 ago. 2012]. Disponível em: http://books.google.pt/books?id=LTTvmUU8rskC&pg=PR11&lpg=PR11&dq=icsu-ab&source=bl&ots=m5vNQfl7de&sig=TkRRjNL_nQKKMNXYJkGunR4friY&hl=pt-PT&sa=X&ei=c2UZUK7QDOfXmAXlxoGACg&ved=oCFoQ6AEwCDgK#v=onepage&q=icsu-ab&f=false

BRIET, Suzanne

1960 *Que es la documentación?* Santa Fé: Imprenta de La Universidad Nacional del Litoral, 1960.

CHAUMIER, Jacques

1986 *Análisis y lenguajes documentales: el tratamiento lingüístico de la información documental*. Barcelona: Editorial Mitre, 1986.

CHAUMIER, Jacques

1993 *Travail et méthodes du/de la documentaliste: connaissance du problème*. Paris: ESF Éditeur, 1993.

CLEVELAND, Donald B.; CLEVELAND, Ana D.

2001 *Introduction to indexing and abstracting*. 3rd ed. Greenwood Village: Libraries Unlimited, 2001.

COLLISON, Robert L.

1971 *Abstracts and abstracting services*. Santa Barbara: ABC-Clio, 1971.

COURRIER, Yves

1976 Analyse et langage documentaires. *Documentaliste: Sciences de l'Information*. (1976) 178-189.

CREMMINS, Edward T.

1982 *The art of abstracting*. Philadelphia: ISI Press, 1982.

DIJK, Marcel Van; SLYPE, Georges Van

1969 *Le Service de documentation face à l'explosion de l'information*. Paris: Les Éditions d'Organisation, 1969.

FERRAND, Pascale

[s. d.] *Mémoires de trévoux 1 :1701-1767* [Em linha] [Consult. 20 nov. 2012]. Disponível em: <http://dictionnaire-journaux.gazettes18e.fr/journal/0889-memoires-de-trevoux-1>

INTERNATIONAL FEDERATION FOR DOCUMENTATION

1969 *Abstracting Services*. The Hague: [s. n.], 1969.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION

1988 ISO 214. 1976 (F): *Analyse pour les publications et la documentation*. Genève: ISO, 1988.

KRONICK, David A.

1962 *A History of scientific and technical periodicals: the origins and development of the scientific and technical press, 1556-1790*. New York: The Scarecrow Press, 1962.

LANCASTER, Frederick W.

1991 *Indexing and abstracting in theory and practice*. London: Library Association Publishing, 1991.

LANCASTER, Frederick W; NEWAY, Julie M.

1982 The Future of indexing and abstracting services. *Journal of the American society for information science*. 33:3 (1982) 183-190. [Em linha]. [Consult. 7 out. 2012]. Disponível em:

<http://ehis.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=d1c1fcf6-96c9-4c10-9e7e-69ce81ce1ced%40sessionmgr112&vid=2&hid=121>.

MAIZEL, Robert E.; SMITH, Julian F.; SINGER, T. E. R.

1971 *Abstracting scientific and technical literature: an introductory guide and text for scientists, abstractors, and management*. New York [etc.]: Wiley-Interscience, 1971.

MANZER, Bruce M.

1977 *The Abstract journal, 1790-1920: origin, development, and diffusion*. Metuchen: Scarecrow Press, 1977.

MOREIRO GONZÁLEZ, Jose Antonio

1988 El Resumen y la comunicación científica: variedad de aplicaciones. *Cuadernos de documentación de Cajas de Ahorros*. 3:7-8 (1988) 57-88.

NATIONAL FEDERATION OF ABSTRACTING AND INFORMATION SERVICES

[s. d.] *Years of knowledge & experience* [Em linha] [Consult. 11 set. 2012]. Disponível em: <http://www.nfais.org/page/62-history>

O'CONNOR, B. C.

1996 *Explorations in indexing and abstracting: pointing, virtue and power*. Englewood: Library Unlimited, 1996.

PAM DIVISION AWARD CITATION

2005 [Em linha]. [Consult. 10 set. 2012]. Disponível em: http://www.emis.de/MATH/JFM/PAM_Division_Award_Jahrbuch_200.pdf

PEÑAS HUERTAS, Maria José

2012 *Resumen documental: ejercicios prácticos*. Madrid: Estudios de Técnicas Documentales, 2012.

PINTO MOLINA, María

2001 *El Resumen documental: paradigmas, modelos y métodos*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2001.

PINTO MOLINA, María

2005 *Aprendiendo a resumir: prontuario y resolución de casos*. Gijón: Trea, 2005.

ROWLEY, Jennifer E.

1982 *Abstracting and indexing*. London: Clive Bingley, 1982.

SHOLNIK, Herman

1979 Historical development of abstracting. *Journal of Chemical Information and Computer Sciences*. 19:4 (1979) 215-228.

SIMÕES, Maria da Graça; FERREIRA, Carla

2014 Resumo e abstract: evolução morfológica e semântica. *Biblos*. 2ª Série. 11 (2014) 531- 550.

SIMÕES, Maria da Graça [et al.]

2013 O Resumo como recurso privilegiado na divulgação da produção científica: origem e evolução do resumo estruturado. In *I Congresso ISKO Espanha e Portugal*. Porto: FLUP, CETAC.MEDIA, 2013, p. 879-900. [Em linha]. [Consult. 12 nov. 2014] Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/749221-I-Congresso-ISKO-Espanha-e-Portugal-XI-Congreso-ISKO-Espana/>

VUGHT, Frans A. van; Westerheijden, Don F.

1994 Towards a general model of quality assessment in higher education *Higher Education*. 28 (1994) 355-371. [Em linha]. [Consult. 8 mar. 2012]. Disponível em: <http://wustl.edu/community/faculty-staff/assets/Towards-a-General-Model.pdf>

WOLF, A.

1962 *A History of science, technology and philosophy in the 16th & 17th centuries*. London: George Allen & Unwin, 1962.

Maria da Graça Melo Simões | gsimoes@darq.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

INFORMAÇÃO E CULTURA NA AGENDA PÓS-2015: análise das dinâmicas de convergência na avaliação de impactos

INFORMATION AND CULTURE IN THE POST-2015 AGENDA: analysis of convergence dynamics in the impacts measurement

Paula Ochôa | Leonor Gaspar Pinto

Resumo: A importância da medição e avaliação dos impactos tem vindo a ser destacada em várias áreas culturais: nas bibliotecas, com o surgimento da norma *ISO 16394 - Methods and procedures for assessing the impact of libraries*; na reflexão e debate em torno dos compromissos e metas que irão integrar a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015; e na discussão da integração da Cultura como o quarto pilar do desenvolvimento sustentável, com destaque para a criação pela UNESCO de uma bateria de Indicadores de Cultura para o Desenvolvimento e para a recente realização do UNESCO World Forum on Culture and the Cultural Industries, onde foi reconhecida a complexidade da criação e gestão integrada de indicadores.

Tendo como objetivo contribuir para o debate em curso, apresenta-se uma estrutura de medição e avaliação de impactos, centrada em sete potenciais dimensões de impacto e a sua aplicação ao campo da Informação-documentação, discutindo a importância de se obterem novos indicadores e evidências para os serviços de informação.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Medição de impactos; Informação-documentação; Convergência

Abstract: The importance of impact measurement and assessment has been highlighted in various cultural areas: in libraries, with the emergence of *ISO 16394 - Methods and procedures for assessing the impact of libraries*; in the reflection and debate around the commitments and goals that will integrate the Post-2015 Development Agenda; and in the discussion on Culture as the fourth pillar of sustainable development, with emphasis on the creation by UNESCO of a battery of Culture Indicators for Development and the recently held UNESCO World Forum on Culture and the Cultural Industries, where the complexity of indicators creation and integrated management was recognized.

As a contribution to the ongoing debate, we present a framework for measuring and assessing impacts centered on seven potential dimensions of impact and its application in the Information-documentation field, focusing the discussing on the importance of producing new indicators and evidences and information services.

Keywords: Sustainability; Impact measurement; Information-documentation; Convergence

Introdução

Na história do conceito de desenvolvimento sustentável (DÖBEL, 2008; GRUBER, 2012) uma das características mais interessantes para os investigadores tem sido o assistir ao seu alargamento e ao renovado interesse pela inclusão da cultura entre as preocupações globais para as atuais e as futuras gerações. Na discussão em curso no âmbito das Nações Unidas¹, Ser SUSTENTÁVEL está associado à criação e à manutenção das condições que

¹ Para mais informação relativa à atual discussão em torno do desenvolvimento sustentável, deve ser consultado <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015>. Deve ser dada especial atenção à análise das ligações culturais entre a sustentabilidade e a economia, educação, património,

permitam aos seres humanos e à natureza coexistirem em harmonia produtiva, satisfazendo as necessidades económicas, sociais e culturais das gerações.

A investigação em torno das suas dinâmicas é, muitas vezes, prospetiva e de longo prazo, lidando com elevados níveis de incerteza, aspetos normativos e abordagens híbridas e exploratórias com contornos e discussão a uma escala mundial em que assume destaque a visão e os cenários do futuro: “Robust strategies require robust scenarios — it is important for participants to avoid shortcuts, and construct rich stories of the future. The richness of the detail, as argued by many authors, is key to building engaging and scenarios” (MULVIHILL e KRAMKOWSKI, 2010:2.462).

Para os profissionais, pensar o futuro é uma necessidade, podendo ser expressa pela criação de narrativas ou pela criação de cenários², seja através de estudos prospetivos sobre os perfis profissionais³, organizacionais ou setoriais⁴ ou ainda através de debates sobre o futuro da profissão⁵.

Para os investigadores da área da Ciência da Informação, o ano de 2015 vem realçar a importância do estudo das dinâmicas e impactos do alinhamento estratégico ao nível das propostas de governança dos pilares do desenvolvimento sustentável, abrindo novas perspetivas de análise nas áreas de convergência. Destas, merecem destaque três dinâmicas:

- As estratégias de alinhamento do conceito de Multiliteracias de Informação (UNESCO, 2012) com o posicionamento de vários *stakeholders* da Informação-documentação na Agenda pós 2015 (IFLA, 2014) fortalecendo o papel da gestão da informação e dos serviços de informação
- As estratégias de alinhamento estratégico com o setor da cultura e o papel das suas evidências na avaliação dos impactos das organizações culturais

comunicação, governança e instituições, participação social e igualdade de género, no âmbito dos objetivos interdependentes da Agenda Pós 2015: Dignidade e direitos humanos para todos; Equidade, igualdade e justiça; Respeito pela natureza e planeta; Paz; Sistemas económicos e financeiros justos; Estruturas democráticas e participativas.

² Destacamos a experiência australiana relatada por Inayatullah (2014), usando como metodologia um processo em seis etapas: “1. Mapping the future – searching for the critical pushes, the emerging images of the future, and the historical weights. 2. Anticipating the future – searching for emerging issues that challenge the current map of the future. 3. Timing the future – a search for macrohistorical patterns. 4. Deepening the future – analyzing core metaphors and myths of current and future libraries, using Causal Layered Analysis. 5. Creating alternatives through scenario planning. 6. Transforming the future through visioning and backcasting”. Esta estratégia tem por base o uso de narrativas profissionais, classificadas por Shadiow (2013) como formas de “recall, retell, and then scrutinize your stories”, através da reflexão crítica.

³ Ver: Observatório da Ciência da Informação da Universidade do Porto, de consulta recomendada especialmente para os novos perfis de desempenho: <http://paginas.fe.up.pt/~lci/images/serprofissional/perfis.pdf>. Consultar também os estudos de MARCHIONINI e MORAN (2012); Consejo de Cooperación Bibliotecaria Grupo de Trabajo sobre Perfiles Profesionales (2013); Consejo de Cooperación Bibliotecaria. Grupo estratégico para el estudio de prospectiva sobre la Biblioteca en el Nuevo Entorno Informacional y Social (2013) e GÓMEZ HERNÁNDEZ, HERNÁNDEZ SÁNCHEZ e MERLO VEGA (2011).

⁴ Um exemplo recente é a iniciativa da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) de constituir um Grupo de Trabalho *Bibliotecas da Administração – pensar o futuro*, para estudar a estratégia para este setor de atividade na Administração Central.

⁵ É o caso da *Mesa Redonda BAD Redefinir fronteiras / afirmar identidade: desafios dos profissionais da informação* (14 de março 2015).

- As estratégias de debate em torno da importância da medição e avaliação dos impactos, com particular relevância na área das bibliotecas, tendo esta fase sido já apelidada de um *debate existencial* “about what libraries are and what they might and should be during times of fundamental change in forms of information and communication” (TOWN e STEIN, 2014, p.335).

Discussão das áreas de convergência

O debate em torno da avaliação da cultura tem sido intenso na última década, caracterizado pela necessidade de saber mais em várias áreas interrelacionadas e convergentes, desde as estatísticas culturais até às evidências dos impactos e à capacidade criativa das organizações. Progressivamente tem-se assistido a um interesse crescente pela comparação de frameworks de domínios e estatísticas culturais com um foco nas indústrias criativas e culturais (UNESCO, UNCTAD, NACE, Eurostat, ESSnet Culture, OECD, WIPO), considerando a recolha, a contextualização, agregação e análise de dados e o carácter transdisciplinar da avaliação e a possibilidade da cocriação de soluções orientadas para a transferência de conhecimento e práticas de avaliação entre sectores, stakeholders culturais e comunicação com a sociedade, monitorizando resultados e impactos.

Em dez anos registaram-se grandes avanços, desde logo pelo desenvolvimento de agendas de investigação das políticas culturais e das indústrias criativas e culturais, pela discussão da integração da Cultura como quarto pilar da Agenda de Desenvolvimento Sustentável Pós 2015 e pelo estreitamento de relações entre a cultura, a informação e a cidadania⁶, alargando a abrangência de conceitos e criando um novo discurso sobre a sustentabilidade.

Integra-se nesta estratégia de convergência o conceito de literacia mediática e informacional (*media and information literacy*)⁷, um requisito da UNESCO para a

⁶ “Citizens are increasingly becoming not only information or media content consumers, but also producers and evaluators, through the use of various tools and media. User-generated content is growing and new platforms for sharing information and media content are emerging. In short, information and content can now be easily produced, accessed and shared by nearly everyone, leading to increased collaboration and greater participation by citizens in society. Technological trends and changes also influence professional practices and attitudes. Social media platforms and technological solutions such as interactive tablets, smart phones, etc. are not only means for communication between people, but also powerful tools for education, social participation, public debate, and engagement. Cloud computing and crowdsourcing provide numerous opportunities for professional and non-professional communities, contributing to economic and societal development. These new practices create not only new conditions for a more open and transparent society; they have also changed our attitudes and the way we learn, communicate and work together.” (UNESCO, 2013:25).

⁷ “The ability of people to interpret and make informed judgements on the information that they consume. It also helps them to become skillful creators and producers of information and media messages in their own right.” (UNESCO, 2013:10) Principais etapas do conceito: a discussão e colaboração internacionais, a Década das Nações Unidas para a Literacia (2003-2013) e as declarações de Praga (*Towards information literate societies*, 2003), de Alexandria (*Alexandria proclamation on information literacy and lifelong learning*, 2005), de Lima (2009), de Fez (*Declaration on Media and Information Literacy* (2011), de Moscovo (*Moscow declaration on media and information literacy*, 2012) e de Havana (*15 ações de literacia da informação / ALFIN...*, 2012), reforçadas pelas Recomendações da IFLA sobre a literacia informacional e mediática (2011) e pela apresentação dos indicadores para a literacia de informação e média (2012)

construção de sociedades do conhecimento inclusivas, abertas, participativas e plurais, reforçando o seu papel na construção da cidadania. Kuzmin e Parshakova (2013:9) definem este conceito nos seguintes termos: “plural, dynamic and situational, relating not only to basic writing and numeracy skills in one language, but also the ability to identify, understand, create, communicate and compute information in various languages. It is also equally necessary to critically engage with media messages, and produce content to be shared through diverse communication and information tools. It also means that literacy involves a *continuum* of learning for individuals to achieve their goals, develop their knowledge potentially and participate fully in community and wider society”.

Nesta dinâmica assume destaque a defesa da integração da literacia mediática e informacional nas políticas nacionais para atingir simultaneamente os *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio* e os objetivos do *World Summit on the Information Society*: acesso universal à informação universal, acesso à educação, liberdade de expressão e respeito pelo património e diversidade cultural, envolvendo pessoas, comunidades, países e multi-stakeholders. Como frisa D. Frau Meigs (2013:76) “WSIS, by aligning itself to the MDGs for 2015, has set an ambitious target for itself. Emphasizing investments, equitable growth and the eradication of poverty are not possible without the establishment of a vibrant mediasphere that encourages citizens individually and collectively to criticize, comment and contribute to their own sustainable growth. Open information and communication flows and networks need to be promoted and maintained, for better governance and access to knowledge”.

Uma outra área é a da análise dos impactos da transição digital nos grupos profissionais da informação e documentação, bem como em outras profissões tem vindo a ganhar destaque, reavaliando os seus papéis, funções, impactos e valor social (OCHÔA, 2012), introduzindo novas áreas de investigação ligadas à avaliação de desempenho e aos modelos predominantes nas diferentes fases do desenvolvimento da sociedade da informação (PINTO e OCHÔA, 2014). Esta associação entre as duas áreas de investigação tem vindo a abrir espaço para questionar a duração dos ciclos de avaliação organizacionais e os respetivos modelos face às questões suscitadas pela sustentabilidade. Os modelos de desempenho emergentes integram já as principais dimensões da qualidade aliadas à sustentabilidade.

No quadro conceptual das abordagens de desempenho em bibliotecas, a adoção de uma perspetiva holística sobre o desempenho tem vindo a traduzir-se na inclusão de indicadores que contemplem a importância da literacia informacional e mediática, bem como de aspetos ligados à responsabilidade social e à cidadania. Nesta dinâmica de integração de abordagens e modelos, devemos ter em atenção o Global Learning (GL) Impact Planning and Assessment (IPA) Road Map (STREATFIELD e MARKLESS, 2009) para avaliar o desempenho e impacto de programas, tendo sido adotado pela Global Libraries Initiative da Fundação Bill & Melinda Gates para apoiar os beneficiários dos subsídios no processo de planeamento e avaliação dos impactos. O modelo IPA Road Map estabelece um equilíbrio entre os diferentes níveis e tipos de impactos, assim como entre impactos de curta e longa duração, em cinco níveis de mudança: conhecimento e competências; perceções e confiança; comportamentos específicos; qualidade de vida; sociedade e economia.

contemplando o contexto multicultural e as competências de multiliteracias que assegurem trajetórias de literacia ao longo da vida, garantindo os 7 C's: compreensão do conteúdo, crítica, criatividade, consumo, comunicação cultural, cidadania e resolução de conflitos.

Apesar de frequentemente usado na literatura sobre avaliação do desempenho, o termo impacto continua sujeito a definições e interpretações difusas e contraditórias, tal como a sua medição mantém ainda uma feição predominantemente experimental, pelo que consideraremos, na linha da norma ISO 16394 - *Methods and procedures for assessing the impact of libraries* (2014) que:

Impacto é qualquer efeito de um serviço, evento ou iniciativa num indivíduo ou grupo, podendo ser de curta ou longa duração, positivo ou negativo, intencional ou acidental, crítico ou trivial, resultante em mudanças em atitudes, comportamentos, resultados. A mudança é a essência do impacto.

Esta abordagem geral à avaliação dos impactos foi igualmente adotada pela IFLA – International Federation of Library Associations – para delinear a estratégia futura para a *Iniciativa Free Access to Information and Freedom of Expression* (2009) e retomada na atual discussão em torno da sustentabilidade, consubstanciada na *Declaração de Lyon sobre o Acesso à Informação e Desenvolvimento* (IFLA, 2014) que realça o papel das bibliotecas na sociedade de informação, no desenvolvimento das literacias e na reflexão e debate em torno dos compromissos e metas que irão integrar a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015⁸ assente em vários pilares: “Libraries strongly support broader development targets on access to information. Libraries are the institutions in society that assist people to exercise their right to information, and safeguard and provide access to cultural heritage. The growth of libraries in an evolving information and cultural environment is essential, as key stakeholders providing access to information, education and research and social participation. Libraries:

- Support people to make informed decisions through access to information, skills, media and information literacy, and digital literacy;
- Secure cultural heritage for current and future generations;
- Support governments, civil society, and local communities to achieve development goals;
- Support creators and provide a rich foundation for new forms of creativity” (IFLA, 2014:7).

Para a IFLA, é determinante que os próximos quinze anos sustentem uma estratégia que valorize a adoção de políticas, normas e legislação que garantam o acesso, financiamento, a integridade, preservação e fornecimento da informação por parte dos responsáveis

⁸ Numa declaração de dezembro 2014, a IFLA reforçou a sua posição face ao Synthesis Report of the Secretary-General on the UN Post-2015 Development Agenda: *The Road to Dignity by 2030: Ending Poverty, Transforming All Lives and Protecting the Planet*, incentivando as Nações Unidas a reconhecer “the transformative impact of access to information in a human-rights based approach to development by including access to information, and the skills to use it effectively, as a cross-cutting target that supports all sustainable development goals, and as a means of implementation. We welcome the focus on a sustainable development agenda for Intellectual Property reform, which supports access to publicly funded research (Open Access), access to technology for all, TRIPS flexibility, and incentives for technological innovation. We also welcome the inclusion of further issues in the Report that support access to information, including culture and indigenous knowledge as tools for learning and diversity; and lifelong learning as a critical educational skill. We support access to open data and measuring information gaps as a means of implementation. We note the need for Media and Information Literacy skills to bridge the gap between the information rich and information poor in accessing, using and communicating data and information will only increase in a digital environment” (<http://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/unsg-synthesis-report-response.pdf>).

governamentais a nível mundial, desenvolvendo metas e indicadores que avaliem os impactos do acesso à informação e aos dados.

É consensual entre os autores que analisam a profissão de Informação-documentação que o desenvolvimento das competências de literacia de informação teve um importante impacto, individual e organizacional, no desempenho dos bibliotecários (CRAWFORD e IRVING, 2014), a que devemos acrescentar as competências de avaliação de desempenho organizacional que têm caracterizado uma área importante na investigação em serviços de informação (PINTO, 2012).

Frau-Meigs (2013b) e Torras Calvo (2014) chamam a atenção para diferentes tipos de acesso à informação, destacando o *acesso efetivo* (competências para usar TIC) e o *acesso sustentável* (apropriação pelos utilizadores das oportunidades e mudanças causadas pela cultura mediada) por oposição ao *illectronism* (a incapacidade para ler, escrever e contar através de ecrãs digitais) e à ausência de competências para lidar com a informação, à ausência de sentido crítico e de envolvimento na criação de conteúdos e na curadoria da informação, acompanhada pela incapacidade de ter acesso sustentável à informação. Entre as tendências futuras, defendem a constante revisão da educação para a literacia, alargando-a a necessidades sociais e cognitivas (auto-atualização, satisfação ao longo da vida, cidadania), a integração na aprendizagem não formal, a integração da aprendizagem nas práticas culturais em que a criação de conteúdos depende da gestão da informação (e-presença), gestão da cultura digital e um maior conhecimento das tecnologias convergentes, avaliando o seu impacto sociocultural e o desenvolvimento sustentável da sociedade da informação.

Este debate é considerado uma oportunidade para uma ampla participação e pode ser determinante na discussão da integração da Cultura⁹ como o quarto pilar do desenvolvimento sustentável, envolvendo um grande número de partes interessadas, com destaque para a criação pela UNESCO de uma bateria de (22) Indicadores de Cultura para o Desenvolvimento e para a recente realização do UNESCO World Forum on Culture and the Cultural Industries, onde foi reconhecida a complexidade da criação e gestão integrada de indicadores e a importância de medir o valor e o impacto da cultura e da criatividade no desenvolvimento sustentável (Declaração de Florença - UNESCO, 2014).

Esta fase de convergência interdisciplinar e de alinhamento estratégico, a uma escala mundial, permite contactar com múltiplas influências e perspetivas (governamentais, cidadãos, ONG, empresas, universidades, etc.) e valorizar a visão de novas estruturas de avaliação **complementares e colaborativas** que contemplem indicadores de impacto sectoriais ou globais e a sua publicitação junto dos cidadãos. Este foco em múltiplas respostas aos problemas e aos impactos causados, para além de possibilitar a análise de problemas complexos interrelacionados, permitirá uma análise sistémica útil para as

⁹ Entre as iniciativas que antecederam esta fase destacam-se: a Terceira Resolução em Cultura e Desenvolvimento Sustentável (Assembleia Geral das Nações Unidas, 2013), que reconheceu o papel da cultura como catalisadora e impulsionadora de desenvolvimento sustentável e requereu a devida consideração na agenda de desenvolvimento pós-2015; a Convenção pela Proteção e pela Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO, as cinco Convenções sobre o património cultural, assim como os últimos encontros internacionais de alto nível e a Declaração de Hangzhou, *Posicionar a cultura no centro das políticas de desenvolvimento sustentável* (maio de 2013), a declaração ministerial do debate de alto nível da ECOSOC, os dois debates temáticos sobre a cultura e o desenvolvimento para o programa de desenvolvimento pós-2015 da Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York (junho 2013 e maio 2014) e a campanha mundial *O Futuro que queremos inclui a cultura*, conduzida pelas organizações governamentais e não-governamentais de quase 120 países.

organizações. Os indicadores e os instrumentos de avaliação intersectoriais focalizados em novas dinâmicas sociais (AUSTEN *et al.*, 2012) realçam ainda a gestão da sua governança e contemplam instrumentos de gestão baseada em evidências, políticas de comunicação, aprendizagem organizacional, estratégias de cidadania e relacionamentos com os *media* e outras partes interessadas (SCHRAAD-TISCHLER, 2013).

Contributos para a avaliação das dinâmicas e impactos

Visando participar neste debate e apresentar contributos para a investigação destas temáticas em Portugal foi desenvolvido um *workshop* interdisciplinar de desenvolvimento de competências de avaliação de impactos no âmbito do Mestrado em Ciência da Informação e Documentação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (janeiro-junho 2014). As atividades desenvolveram-se em 3 fases: 1) Revisão das políticas nacionais e internacionais e da literatura especializada sobre a temática; 2) Mapeamento das áreas de sustentabilidade a partir da identificação dos conceitos-chave e dimensões de avaliação de impactos aplicáveis ao contexto da Ciência da Informação; 3) Construção de uma estrutura para avaliação, baseada na proposta (na altura, ainda em fase de teste) da UNESCO para Indicadores de Cultura para o Desenvolvimento (UNESCO, 2011), na abordagem apresentada por Anheier (2007) e numa visão holística da proposição do valor aplicada ao campo da Informação e Documentação.

Esta reflexão e os resultados do *workshop* foram posteriormente desenvolvidos e apresentados a nível internacional (OCHÔA e PINTO, 2014), integrando uma linha de investigação que valoriza as dinâmicas de avaliação do sector cultural. Dando continuidade a esta dinâmica, o presente artigo tem por objetivo apresentar esta Estrutura de Medição e Avaliação de Impactos, discutindo a importância de um novo tipo de evidências e indicadores entre os profissionais de informação-documentação.

Estrutura de medição e avaliação de impactos

Ao procurar novas respostas e conhecimentos, o homem recorre não só às sensações e percepções imediatas, mas também à reflexão e ao conhecimento acumulado, através da formulação de hipóteses e da estruturação de teorias, modelos e outras formas de conceptualização, constituindo a abstração um instrumento poderoso de avanço do conhecimento, designadamente da investigação científica.

Segundo Calvert (2008:68), é importante ter presente as diferenças entre **conceito** e **construto**: “Whereas ‘concept’ can be purely abstract, a construct necessarily involves active participation by an individual or a group of people. If this is taken further, the implication is that whilst a concept is unlikely to alter through time and space, a construct will probably be different at different times and in different places”. Nesse sentido, as bibliotecas, e outros tipos de organizações culturais, são construtos sociais e a avaliação do seu desempenho deve ser entendida como um construto social resultante daquele (CULLEN, 1999).

No processo de construção de um modelo ou estrutura de avaliação do desempenho, os indicadores ocupam um lugar central, uma vez que, como refere P. M. Boulanger (2008:46), “An indicator is therefore an observable variable used to report a non-

observable reality”. Este autor identifica as principais fases da construção de indicadores sociais, aplicando-os à área do desenvolvimento sustentável:

- identificação das várias dimensões que suportam o conceito (constructo);
- desagregação das dimensões em variáveis (seleção e definição de indicadores);
- medição (de acordo com o objetivo, âmbito e método de cálculo do indicador);
- agregação de vários indicadores num só indicador sintético (índice).

Tomando como principal base a proposta da UNESCO (2011), a medição e avaliação de impactos deve comportar sete dimensões - *Economia, Educação, Património, Comunicação, Governança, Participação Social e Igualdade de Género* – desdobráveis em sub-dimensões e indicadores.

A ligação do desenvolvimento sustentável a uma política cultural universal implica a construção de uma visão da sua integração no ciclo da sustentabilidade numa estrutura multidimensional para medir e avaliar impactos em que a (multi)literacia informacional e mediática, tal como a cidadania, são considerados vetores transversais da sustentabilidade.

Utilizando a norma ISO 16.439 e aprofundando a reflexão sobre a convergência de métricas, consideram-se três áreas para avaliação do impacto de bibliotecas, extensíveis ao desempenho de qualquer organização cultural – *impacto nos indivíduos, impacto na instituição de tutela ou na comunidade e impacto social* –, e definindo três métodos para a recolha de evidências dos impactos: *inferição* (com base em resultados do desempenho – participação em eventos, utilização de serviços e produtos, etc. – ou nos níveis de satisfação dos utilizadores), *solicitação* (questionários, entrevistas, grupos de foco/ outros métodos para recolher informações ou opiniões) e *observação* (através de observação estruturada ou informal, testes, etc.). Conforme apresentado no Quadro 1, esta relação entre as dimensões e as áreas de impacto (os *objetos* do impacto) foi complementada com apresentação dos respetivos indicadores propostos pela UNESCO (CDIS) e por Perez Tornero (2014) e pela Sustainable Development Solutions Network e Friends of the Chair Group on Broader Measures of Progress (TECHNICAL ADVISORY GROUP, 2014), os quais, realçando a transversalidade da literacia mediática e informacional e da cidadania, alertam-nos para a imprescindibilidade da inclusão destas variáveis no debate sobre a medição e avaliação da sustentabilidade do sector cultural e das organizações que o constituem.

Esta visão a um nível macro vem preencher uma lacuna na tipologia de abordagens de avaliação utilizadas pelos profissionais e permite equacionar os seus impactos a um nível regional, nacional e global. Permite ainda pensar a avaliação dos impactos nos direitos culturais dos cidadãos, abrindo igualmente as portas para novas discussões éticas. Como referiam Koivunen e Marsio (2007:116): “In the area of cultural policy it is difficult to assess the realisation of ethical principles without different qualitative and quantitative measures and other tools. Some initiatives have been taken to develop ethical indicators for international cultural policy, and there are studies which would provide a starting point for developing evaluation tools. The motivation for our ambitious goal was the hope to be able to anchor the ethical assessment of cultural policy permanently onto cultural policy development and everyday reality. Clear measures and indicators could be developed as a remedy to the current reality shortfall. On the other hand, the ethics of art

and culture is an extremely sensitive and vulnerable area and it is important not to use too rough, one-sided or purpose-oriented tools to measure creativity and cultural diversity”.

Quadro 1 - Estrutura de Medição e Avaliação de Impactos – Perspetiva macro

(Baseada em: UNESCO, 2014a, 2014b; Perez Tornero, 2014; e EFA Steering Committee, Technical Advisory Group, 2014)

Medição e Avaliação dos IMPACTOS						
Mudança	Evidências			Indicadores		
	Objetos	Inferidas	Solicitadas	Observadas	UNESCO (CDIS)	(Multi)Literacia mediática e informacional & Cidadania
SUSTENTABILIDADE Economia Visa demonstrar o contributo do sector cultural para o desenvolvimento económico	Sociedade	Estatísticas e outros dados nacionais e internacionais			<ul style="list-style-type: none"> % contribuição das atividades culturais, formais e privadas, para o PIB % pessoas com emprego em atividades culturais na população empregada total % despesa final dos agregados familiares em atividades, bens e serviços culturais na despesa final de consumo dos agregados familiares total 	<ul style="list-style-type: none"> índice do contexto mediático - <i>Indústria dos media</i> [Grandes empresas relacionadas com a educação para os media e TIC; Associações industriais relacionadas com a educação para os media] *
	Sociedade	Estatísticas e outros dados nacionais e internacionais	Inquérito	Testes, etc		<ul style="list-style-type: none"> índice do contexto mediático - <i>Educação para os media</i> [Formação dos professores em literacia mediática; Formação dos professores em literacia digital; Estrutura de avaliação da literacia mediática] * índice de competências de utilização - <i>Competências de utilização de PC e internet</i> [Competências de uso PC; Competências de uso Internet] * índice de competências de utilização - <i>Competências de utilização ativa e equilibrada de media</i> [Competências de uso Internet; Assinaturas de telemóvel] * índice de competências de utilização - <i>Competências avançadas de internet</i> [Compras pela Internet; Leitura online de jornais; Internet banking] * índice de compreensão crítica [Literacia (PIAAC); Leitura (PISA)] *
		Estatísticas e outros dados nacionais e internacionais			<ul style="list-style-type: none"> Índice da média de anos de escolaridade da população entre 17 e 22 anos, ajustado para refletir as desigualdades % horas de formação dedicada a promover o multilinguismo em relação ao número total de horas de formação dedicados às línguas (níveis 7-8) % horas de formação dedicadas ao ensino de artes em relação ao número total de horas de formação (níveis 7-8) Índice de coerência e cobertura do ensino e formação técnica e profissional e ensino superior na área da cultura 	
	Património Usando uma perspetiva holística, avalia as políticas e ações públicas empreendidas para proteção e promoção da sustentabilidade do património	Sociedade	Checklist		Checklist	<ul style="list-style-type: none"> Índice do desenvolvimento de uma estrutura multidimensional de enquadramento da sustentabilidade do património
Comunicação Avalia as condições existentes para difusão e acesso a conteúdos culturais diversos	Sociedade	Estatísticas nacionais	Inquérito		<ul style="list-style-type: none"> % indivíduos que utilizam a Internet 	<ul style="list-style-type: none"> Índice de disponibilidade de media [Tel. móveis por habitante; Taxa de penetração da banda larga; % Tv cores] * índice de competências de comunicação - <i>Relações sociais</i> [Mensagens publicadas em salas de chat] * índice de competências de comunicação - <i>Criação de conteúdo</i> [Carregamento de conteúdo autocriado; Publicação de mensagens em sites de chat; Criar uma página web] *

Medição e Avaliação dos IMPACTOS						
Dimensões	Objetos	Evidências			Indicadores	
		Inferidas	Solicitadas	Observadas	UNESCO (CDIS)	(Multi)Literacia mediática e informacional & Cidadania
SUSTENTABILIDADE	Comunicação Avalia as condições existentes para difusão e acesso a conteúdos culturais diversos	Sociedade	Questionário (Freedom of the press survey)		<ul style="list-style-type: none"> Índice de liberdade de expressão nos media (impressos, radiodifusão, Internet) 	
			Estatísticas nacionais		<ul style="list-style-type: none"> Proporção de tempo de emissão anual de programas de ficção televisiva domésticos em relação ao tempo total de emissão de programas de ficção em canais de televisão nacionais gratuitos 	
		Sociedade	Checklist	Checklist	<ul style="list-style-type: none"> Índice do desenvolvimento da estrutura enquadradora para a proteção e promoção da cultura, direitos culturais e diversidade cultural Índice do desenvolvimento do quadro político e institucional para a proteção e promoção da cultura, direitos culturais e diversidade cultural Índice da promoção da participação dos profissionais e minórias do sector cultural na formulação e implementação das respetivas políticas, medidas e programas 	<ul style="list-style-type: none"> Índice do contexto mediático - Política de literacia mediática [Leis; Atualizações legislativas; Plano para TIC; Plano para literacia mediática; Agências públicas especializadas em literacia mediática] *
			Estatísticas e diretórios nacionais		<ul style="list-style-type: none"> Distribuição das infra-estruturas culturais selecionadas em relação à distribuição da população do país pelas divisões administrativas imediatamente abaixo do nível do Estado 	
	Participação Social Destaca o impacto das práticas, valores e atitudes culturais no progresso social	Sociedade	Estatísticas e outros dados nacionais e internacionais	Inquérito	<ul style="list-style-type: none"> % população que participou, pelo menos 1 vez, numa atividade cultural, nos últimos 12 meses % população que participou em pelo menos 1 atividade de consolidação da identidade cultural, nos últimos 12 meses Nível de tolerância da sociedade em relação a pessoas de diferentes origens culturais Nível de confiança interpessoal Pontuação mediana da perceção sobre direito à auto-determinação 	<ul style="list-style-type: none"> Índice do contexto mediático - Sociedade civil [Associações de educação mediática; Festivais de cinema; Iniciativas de educação para os media; Prémios de literacia mediática] * Índice de competências de comunicação - Participação [Interação com autoridades públicas] *
	Igualdade de Género As relações entre homens e mulheres desempenham um papel fulcral na formação e transformação dos valores, normas e práticas culturais de uma sociedade, influenciando e sendo influenciadas pela matriz de fatores sócio-económicos, políticos e culturais	Sociedade	Estatísticas e outros dados nacionais e internacionais	Inquérito	<ul style="list-style-type: none"> Índice de discrepâncias (gaps) entre mulheres e homens nas áreas da política, educação e trabalho e em termos do quadro legislativo em vigor (resultados objetivos) Nível da avaliação positiva da igualdade de género (resultados subjetivos) 	<ul style="list-style-type: none"> % indivíduos que adquiriram as competências e valores necessários para a cidadania e desenvolvimento sustentável global (aos 14 anos) **

Partilhamos a visão destes autores ao considerar relevante a integração da avaliação ética das políticas culturais¹⁰, abrangendo a diversidade cultural, a equidade e os códigos éticos das profissões, como mais uma estratégia de convergência com impactos positivos para as organizações de informação-documentação, valorizando as competências de avaliação de desempenho que têm vindo a ser consolidada nas últimas décadas e que constituem uma das suas áreas distintivas na investigação, académica e organizacional.

¹⁰ Usando a definição dos autores “Cultural policy is an entity of measures by which different operators in society consciously seek to influence, and influence, cultural activities in society” (2007:9). Os mesmos autores elencam as várias abordagens seguidas na avaliação ética: “cultural tradition; lifestyle and identity; the vitality, diversity and assured continuity of culture; cultural infrastructure; the availability of, access to and participation in cultural life; unimpeded accessibility for all; education; the plurality of the media; the diversity of content; social cohesion; interaction between cultures; cultural policy, administration and provision; and art education” (2008:4) Explicando as implicações éticas das escolhas culturais, enquadram-nas em três tipologias: a *virtude ética*, a *responsabilidade ética* e o *corolário ético*, esclarecendo ainda que “depending on the point of view, we can speak of the different dimensions of ethical choices in cultural policy, which can be described with emphasis on freedom ethos, rights ethos or benefit ethos. None of these choices is “more ethical” or “more valuable” than the others. Indeed, the aim of ethical assessment in cultural politics could primarily be to find out and make visible the selection principle used and the decider’s own position and to analyse the impact of choices” (2008: 8).

Referências bibliográficas

ANHEIER, H.

2007 Introducing 'Cultural Indicator' Suites. In ANHEIER, H.; ISAR, H., ed. - *Conflict and tensions, culture and globalization series*. London: SAGE, 2007. Vol. 1, p. 335-347.

AUSTEN, S. [et al.], ed.

2012 *The Cultural component of citizenship: an inventory of challenges*. Brussels: European House of Culture, 2012.

BOULANGER, P-M.

2008 *Sustainable development indicators: a scientific challenge, a democratic issue*. S.A.P.I.EN.S. 1:1 (2008) 45-59.

CALVERT, P. J.

2008 *Assessing the effectiveness and quality of libraries*. Victoria University of Wellington. Tese de Doutoramento. Disponível em: <http://researcharchive.vuw.ac.nz/bitstream/handle/10063/1045/thesis.pdf?sequence=1>.

CARNWATH, J. D.; BROWN, A. S.

2014 *Understanding the value and impacts of cultural experiences: a literature review*. London: Arts Council, 2014.

CRAWFORD, J.; IRVING, C.

2014 Information literacy, policy issues and employability. *International Journal of Multidisciplinary Comparative Studies*. 1:2 (2014) 8-25.

CULLEN, R.

1999 Does performance measurement improve organisational effectiveness?: A postmodern analysis. *Performance measurement & metrics*. Sample issue+ (August 1999) 9-30.

DÖBEL, R.

2008 *Sustainability in history: on the uses and abuses of a concept and a term* [Em linha]. Disponível em: http://community.eldis.org/.598db2cb/txFileDownload/f.598db2cb/n.Sustainability Chapter Version18_B.pdf

EFA STEERING COMMITTEE. Technical Advisory Group

2014 *Towards indicators for a post-2015 education framework: version 2*. Montreal: UNESCO-UIS, 2014.

ESPAÑA. Consejo de Cooperación Bibliotecaria. Grupo Estratégico para el Estudio de Prospectiva sobre la Biblioteca en el Nuevo Entorno Informacional y Social

2014 *Prospectiva 2020: las diez áreas que más van cambiar en nuestras bibliotecas en los próximos años*. Madrid: Grupo Estratégico para el Estudio de Prospectiva sobre la Biblioteca Entorno Informacional y Social. [Em linha]. Disponível em: http://www.mcu.es/bibliotecas/docs/MC/ConsejoCb/GruposTrabajo/GE_prospectiva/Estudiopropectiva2020.pdf

ESPAÑA. Consejo de Cooperación Bibliotecaria. Grupo de Trabajo sobre Perfiles Profesionales

2013 *Perfiles profesionales del Sistema Bibliotecario Español: fichas de caracterización*. [Em linha] Disponível em: <http://travesia.mcu.es/portaln/jspui/bitstream/10421/6841/1/perfilesprofesionalesSBE.pdf>

FRAU-MEIGS, D.

2013a *Exploring the evolving mediascape: towards updating strategies to face challenges and seize opportunities: UNESCO/WSIS Report 2013*. [Em linha]. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/wsis/WSIS_10_Event/exploring_the_evolution_of_the_mediascape_Report_final_version_DFM.pdf

FRAU MEIGS, D.

2013b. Key relevant trends in the matter of media and information literacy. In *IFLA Trend Report Expert Papers*. P. 13-27. [Em linha]. Disponível em: http://trends.ifla.org/files/trends/assets/ifla-trend-report-expert-submissions_full-text_2013-0227.pdf

FRAU-MEIGS, D.

2013c Transliteracy: sense-making mechanisms for establishing e-presence. In Carlsson, U.; Culver, S. H., org. - *Media and Information Literacy and Intercultural Dialogue*. Göteborg: The International Clearinghouse on Children, Youth and Media, 2013, p.175-189.

GÓMEZ HERNÁNDEZ, J. A.; HERNÁNDEZ SÁNCHEZ, H.; MERLO VEGA, J. A.

2011 *Prospectiva de una profesión en constante evolución*. Madrid: Fesabid, 2011. [Em linha]. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/18057/#.ULXoWuMSU9A>

GROBER, U.

2012 *Sustainability: a cultural history*. Chelsea: Green Pub Co, 2012.

INAYATULLAH, S.

2014 Library futures: from knowledge keepers to creators. *The futurista: a magazine of forecasts, trends and ideas about the future*. 46:6 (Nov.-Dec. 2014). [Em linha]. Disponível em: <http://www.wfs.org/futurist/2014-issues-futurist/november-december-2014-vol-48-no-6/library-futures-knowledge-keepers-c>

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2014 *Lyon Declaration on Access to Information and Development launched* [Em linha]. Disponível em: <http://conference.ifla.org/node/522>

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2014 *Toolkit: libraries and the UN post-2015 development agenda*. The Hague: IFLA, 2014.

KOIVUNEN, H., MARSIO, L.

2007 *Fair Culture?: Ethical dimension of cultural policy and cultural rights*. Helsinki: Ministry of Education, 2007. [Em linha]. Disponível em: <http://www.culturalpolicies.net/web/files/47/en/FairCulture.pdf>

KOIVUNEN, H., MARSIO, L.

2008 Ethics in cultural policy. *D'Art Topics in Arts Policy*. 24 (2008). [Em linha]. Disponível em: <http://www.ifacca.org/themes/>

KUZMIN, E.; PARSHAKOVA, A., org.

2013 *Media and information literacy for knowledge Societies*. Moscow: Interregional Library Cooperation Centre, 2013.

MARCHIONINI, G.; MORAN, B. B., ed.

2012 *Information professionals 2050: educational possibilities and pathways*. Chapel Hill: School of Information and Library Science, 2012. [Em linha]. Disponível em: <http://sils.unc.edu/sites/default/files/publications/Information-Professionals-2050.pdf>

MCNALL, S. G.; BASILE, G.

2014 How to create a new narrative for sustainability that will work: and why It matters. Part 2. *Sustainability: the Journal of Record*. 7:1 (Feb. 2014) 9-20.

MERCER, C.

2004 *From data to wisdom: building the knowledge base for cultural policy* [Em linha]. Disponível em: http://www.policiesforculture.org/insight/insight3_mercer.html

MULVIHILL, P. R.; KRAMKOWSKI, V.

2010 Extending the Influence of Scenario Development in Sustainability Planning and Strategy. *Sustainability*. 2 (2010) 2.449-2.466.

OCHÔA, P.

2012 *Transições profissionais na sociedade da informação em Portugal: percursos identitários e ciclos de competências de bibliotecários portugueses: 1973-2010*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2012. PhD thesis. Disponível em: <http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/17109/TESIS%20PAULA%20OCHOA.pdf?sequence=1>

OCHÔA, P.; PINTO, L. G.

2014 Sustainability metrics in library and information services: a quality management framework *Proceedings of the IATUL conferences*. Paper 5. [Em linha] Disponível em: <http://docs.lib.purdue.edu/iatul/2014/plenaries/5>

PEREZ-TORNERO, J. M., dir.

2014 *Media literacy indicators in Spain 2014*. Barcelona: Facultad Ciencias de la Comunicación, Universidad Autónoma de Barcelona, 2014.

PINTO, L. G.

2012 *Dimensões estratégicas e emergentes da avaliação do desempenho: modelos, dinâmicas e impactos na Rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa: 1989-2009*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2012. PhD thesis. Disponível em: <http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/17141/TESIS%20LEONOR%20GASPAR%20PINTO.pdf?sequence=1>

PINTO L. G.; OCHÔA, P.

2014 Information society and library evaluation transitions in Portugal: a meta-evaluation model and frameworks: 1970–2013. *Liber Quarterly*. 23:3 (2014) 214-236.

POLL, R.

2012 Can we quantify the library's influence?: Creating an ISO standard for impact assessment. *Performance Measurement and Metrics*, 13:2 (2010) 121-130.

SCHILLINGER, H. R.

2013 *Towards a framework of universal sustainability goals as part of a post-2015 agenda*. Berlin: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2013.

SCHINDLER, J. M.

2012 *Culture, politics and Europe: en route to culture-related impact assessment*. [Em linha]. Disponível em: http://www.culturalpolicies.net/web/files/222/en/Culture_Politics_and_Europe-1.pdf

SCHRAAD-TISCHLER, D.

2013 *Sustainable governance indicators: measurement framework and post 2015 process*. Beterlsman: Stiftung, 2013.

SHADIOW, L.

2013 *What our stories teach us: a guide to critical reflection for college faculty*. San Francisco: Jossey-Bass, 2013.

STODDART, R. A.

2014 *Pedagogy for critical reflection in librarianship: a suggested methodology and syllabus for teaching autoethnography and self-reflection*. [Em linha]. Disponível em: http://works.bepress.com/richard_stoddart/46

STREATFIELD, D.; MARKLESS, S.

2009 What is impact assessment and why is it important? *Performance measurement and metrics*. 10:2 (2009) 134-141.

TORRAS-CALVO, M.-C.

2014 MIL in the post-2015 development framework: libraries furthering development. *ECIL 2014* [Em linha]. Disponível em: http://ecil2014.ilconf.org/wp-content/uploads/2014/11/MARIA_CARME_TORRAS.pdf

TOWN, S.; STEIN, J.

2014 Ten Northumbria Conferences: a reflection on themes, trends and contributions. In Northumbria International Conference on Performance Measurement in Libraries and Information Services, 10th – *Proceedings*. Org. I. Hall, S. Thornton, S. Town. York: University of York, 2014, p. 335-338.

UNESCO

2010 *Towards Media and Information Literacy Indicators*. Paris: UNESCO, 2010

UNESCO

2011 *Towards a UNESCO culture and development indicators suite* [Em linha]. Disponível em: http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/creativity/pdf/culture_anddevelopmentindicators/

UNESCO

2014a *UNESCO Culture for Development Indicators: implementation toolkit*. Paris: UNESCO, 2014.

UNESCO

2014b *UNESCO Culture for Development Indicators: methodology manual*. Paris: UNESCO, 2014.

UNITED NATIONS

[S. d.] *Action 2015: overview*. [Em linha] Disponível em:
<http://www.un.org/millenniumgoals/beyond2015-overview.shtml>

UNITED NATIONS

2007 *Indicators of Sustainable Development: guidelines and methodologies*. New York: United Nations Publications, 2007.

UNITED NATIONS

2013 *Governance, Public Administration and Information Technology for Post-2015 Development*. New York: U.N., 2013.

Paula Ochôa | poc.paula@gmail.com

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa-UA / CHAM - Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar

Leonor Gaspar Pinto | lgpinto@sapo.pt

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

MÁRIO ALBERTO NUNES COSTA (1920-2010): percurso biográfico de um arquivista e bibliotecário, em Portugal, na segunda metade do século XX

MÁRIO ALBERTO NUNES COSTA (1920-2010): biographical path of an archivist and librarian, in Portugal, in the second half of the 20th century

Diogo Vivas

Resumo: Este trabalho analisa o percurso biográfico e profissional do bibliotecário e arquivista português, Mário Alberto Nunes Costa (1920-2010). Um estudo em torno de um profissional virado para a ação, que procurou aplicar na prática o resultado de investigação a que se dedicou ao longo da vida. Uma obra que transformou a Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, num serviço modelo para a época, seguindo de perto as mais recentes práticas na construção/ remodelação de edifícios para arquivos e no tratamento arquivístico da documentação ao introduzir em Portugal as técnicas documentais do arquivista americano Schellenberg. Um plano de ação que lhe granjeou grande projeção no meio profissional, mercê da qual foi nomeado para o desempenho de cargos de grande relevo no setor arquivístico e bibliotecário nacional, designadamente o de vogal da 3.^a Secção da Junta Nacional de Educação e de Presidente da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização da Documentação.

Palavras-chave: Mário Alberto Nunes Costa; Biografia; Arquivista português; Schellenberg

Abstract: This work analyses the biography and professional life of the Portuguese librarian and archivist Mário Alberto Nunes Costa (1920-2010). A study about an action-minded professional who sought to put into practice the results of a lifelong research. A work that has turned the Ministry of Public Works Historic Library and Archive into a model for that time, closely following the most recent practices in construction/remodeling of buildings and archives and in the archival processing of documentation by introducing in Portugal the documental techniques of the American archivist Schellenberg. An action plan that granted him great projection into the professional field, through which he was appointed for holding highly prominent positions in the national archival and librarian field, namely that of Member of the Third Chamber of the National Education and President of the Portuguese Technical Committee for Standardization of Documentation Board.

Keywords: Mário Alberto Nunes Costa; Biography; Portuguese archivist; Schellenberg

Introdução

Em 2010, a preparação de um trabalho no âmbito do Seminário de Teoria e Metodologia de Investigação em Ciências da Informação e da Documentação¹, do Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, despertou-me o interesse pela temática da formação profissional de arquivistas e bibliotecários, em Portugal, e do seu papel para a valorização social da profissão.

A preparação deste estudo permitiu-me um contacto apurado com a evolução do campo disciplinar em Portugal, ao longo do século XX, e a descoberta de um conjunto de personalidades que marcaram de forma significativa a história da Arquivística e da Biblioteconomia portuguesas, mas que invariavelmente se encontravam esquecidas /

¹ O trabalho refere-se a um estudo sobre o *Estágio de Arquivistas de 1913* (formação inovadora que funcionou em Portugal, entre 1913 e 1919, constituída pelas disciplinas de Arquivologia, Biblioteconomia e de Paleografia e destinada a formar bibliotecários e arquivistas para os respetivos serviços do Estado).

ignoradas da comunidade científica em geral e, de um modo particular, dos profissionais da área. Entre elas, destaca-se Mário Alberto Nunes Costa (1920-2010), arquivista e bibliotecário português, que desempenhou um papel determinante no contexto da direção e organização da Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (1958-1982), ao introduzir em Portugal as novas técnicas documentais do arquivista americano Schellenberg, segundo as quais deu a primeira organização funcional ao arquivo e publicou os primeiros inventários preliminares.

Uma figura central da Arquivística portuguesa, que também se notabilizou nos diversos cargos e funções de relevo que desempenhou no setor arquivístico e biblioteconómico em paralelo com a sua atividade profissional. Os variados estudos e reflexões sobre assuntos de natureza técnica legados são paradigmáticos do percurso de um homem, que embora formado segundo um paradigma custodial e tecnicista, que dominou em Portugal durante o século XX, foi um conhecedor das tendências em voga no seu tempo no campo da Arquivística e da Biblioteconomia. As ideias e as propostas legadas revelam um profissional orientado para a ação, que procurou colocar em prática o resultado dos seus estudos e investigações.

Nestas circunstâncias, com recurso ao método biográfico e seguindo os parâmetros correntes deste tipo de abordagem, pretende-se dar a conhecer o seu percurso pessoal e profissional enquanto bibliotecário e arquivista e a atividade desenvolvida nos vários cargos que ocupou. Uma utilização necessariamente acompanhada do contexto social e histórico em que o indivíduo se insere, dado que ele é uma expressão da sua época, do lugar e do grupo onde desenvolve a sua atividade. Um trabalho baseado num estudo de caso, que nos permite caracterizar com relativo grau de detalhe o indivíduo na sua singularidade, compreendendo o modo como a sua trajetória pessoal e profissional se insere e pode ser influenciada pelo contexto histórico, político e cultural e, nesse sentido, compreender melhor os limites impostos ao desenvolvimento do seu trabalho (PUJADAS MUÑOZ, 2002:49-50).

No caso concreto de um estudo biográfico sobre um arquivista, consideram-se, de todo, pertinentes as palavras de Antonia Heredia Herrera sobre as características indispensáveis a um trabalho desta natureza. Segundo a autora, não é possível separar o perfil do arquivista e do modelo de arquivo da evolução da própria disciplina, isto é, não se pode falar de arquivistas e de arquivos sem referir as mudanças no seio da Arquivística. Uma aproximação ao seu estudo terá obrigatoriamente de partir do conceito de Arquivo no período em análise e da metodologia de trabalho aplicada pelo arquivista. Os arquivos serão aquilo que se exige aos arquivistas e estes, por sua vez, irão concebê-lo segundo características muito próprias, produzindo-se uma relação muito próxima entre si e a partir da qual se pode definir o profissional que se ocupa dele (HEREDIA HERRERA, 1998:175).

Com esta abordagem, visamos utilizar o estudo biográfico sobre Mário Alberto Nunes Costa enquanto bibliotecário e arquivista como via de caracterização do campo disciplinar e profissional da Biblioteconomia e da Arquivística portuguesas da segunda metade do século XX.

De Estremoz à Alma Mater: a entrada no funcionalismo público e os primeiros contactos com a prática arquivística e biblioteconómica

Mário Alberto Nunes Costa, filho de Francisco Martinho Costa, empregado no comércio e de Emília Augusta Nunes Costa, doméstica, nasceu em Estremoz (Santo André), a 15 de agosto de 1920 e faleceu na Amadora (Venteira), a 15 de fevereiro de 2010.

Nascido no seio de uma família de pequenos comerciantes, Mário Costa passou a sua infância e adolescência entre Estremoz e Évora no contexto político e socioeconómico, que medeia entre o final da Primeira República e a instauração e consolidação do Estado Novo. Terminados os primeiros estudos na sua cidade natal, frequentou e concluiu, como aluno externo, os estudos liceais em Évora, no Liceu André de Gouveia (1937) e, em Lisboa, no Liceu Pedro Nunes (1939). Neste contexto e da emancipação que lhe havia sido concedida por seu pai, Francisco Martinho Costa, em 27 de março de 1939 para que pudesse encontrar trabalho, concorreu a um lugar de escriturário de segunda classe para o quadro do pessoal administrativo da Direção Geral da Indústria, tendo sido colocado na Segunda Circunscrição Industrial, em Coimbra, onde tomou posse, a 22 de agosto de 1940². O exercício de funções de forma “competente, zelosa e assídua” permitiram-lhe a promoção a escriturário de primeira classe, em 1941 e o ingresso definitivo no quadro do pessoal administrativo, a 26 de agosto de 1943³.

Com efeito, promovido a escriturário de primeira classe, matriculou-se como aluno ordinário na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde frequentou a licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, em simultâneo com a atividade profissional, que lhe garantia o sustento e lhe dava condições para a frequência do curso. À formação em Ciências Históricas e Filosóficas, concluída em 1946 com a classificação final de treze valores, juntou o Curso de Ciências Pedagógicas, em 1948, classificado com doze valores e, um ano mais tarde, o Curso de Bibliotecário Arquivista, com quinze valores, após seis meses de estágio no Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra.

A progressão na carreira não se refletiu, todavia, numa melhoria significativa a nível económico e financeiro. Nesse sentido, já licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas solicitou, a 19 de abril de 1947 autorização para exercer o ensino das disciplinas de História e Filosofia no ensino liceal particular, que lhe foi concedida pelo Ministério da Educação Nacional por diploma de 10 de julho do mesmo ano⁴, passando, desde então, a conciliar a atividade profissional juntamente com a prossecução dos estudos universitários e do ensino particular.

Ao longo do seu percurso académico manteve, como referido, a sua ligação à Direção Geral dos Serviços Industriais. Nela, onde foi ascendendo na carreira profissional até ser nomeado e empossado como terceiro oficial da referida Direção Geral, a 10 de dezembro de 1947, “demonstrou ser sempre um funcionário competentíssimo, muito assíduo, de comportamento irrepreensível e resolvendo inteligentemente e com invulgar prontidão todos os assuntos que lhe foram reportados”⁵.

² Lisboa, Arquivo Central do Ministério da Economia (ACME), *Processo individual de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 746.

³ Lisboa, ACME, *ibidem*.

⁴ Lisboa, Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças (ACMF), *Processo individual de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 127. Diploma n.º 12.995 passado pelo Ministério da Educação Nacional, a 10 de julho de 1947.

⁵ Lisboa, Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (BAHMOP), *Processo pessoal de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 5.885.

Neste serviço, contactou e desenvolveu, pela primeira vez, com o trabalho técnico em Arquivos e Bibliotecas ao ter a seu cargo o “Arquivo Geral e a Biblioteca especializada de carácter técnico da referida circunscrição”. Em maio de 1948, no trabalho prático apresentado no âmbito da cadeira de Arquivologia e Arquivoeconomia, do Curso de Bibliotecário Arquivista, regida pelo Professor Mário Brandão, o autor recordava na introdução ao trabalho o seu “contacto, vai para oito anos, com um pequeno, apagado e desprezioso arquivo administrativo” (COSTA, 1948:1), ao qual deu “um ordenamento sistemático”.

Na biblioteca especializada também foi possível conhecer o trabalho desenvolvido. De acordo com um parecer de Francisco Mateus Mendes, Engenheiro Chefe da referida Circunscrição, datado de maio de 1951, promoveu a “carimbagem de todas as espécies da Biblioteca, a revisão das espécies inventariadas e a integração de centenas de exemplares que aguardavam registo, iniciando simultaneamente a execução dos catálogos didascálico, geral metódico e analítico de publicações periódicas existentes”. Com efeito, informação que nos permite tecer algumas considerações sobre a natureza do trabalho realizado na referida Circunscrição. Sem formação específica, nomeadamente o Curso de Bibliotecário Arquivista, que concluiu apenas em 1949 dando-lhe a necessária habilitação ao desempenho de tais funções ou qualquer curso profissional ou de nível médio sobre arquivos ou bibliotecas – que à época não existia em Portugal –, o trabalho desenvolvido teve início através da realização de tarefas rotineiras e de natureza meramente administrativa dando lugar, progressivamente, ao trabalho técnico no arquivo geral e na biblioteca. Trabalho esse, dada a ausência de formação específica, resultante das suas investigações e reflexões de natureza pessoais, que efetuou e lhe permitiram adquirir noções básicas para organizar um arquivo e uma biblioteca especializada.

O empenho que sempre dedicou às funções que desempenhou ao longo da sua vida e, em particular, a este trabalho são notórios nas palavras do Engenheiro Chefe da referida Circunscrição ao considerar que “esta missão foi desempenhada com muita proficiência e invulgar dedicação, o que bem confirmam as suas excepcionais qualidade de trabalho e competência que muito me apraz registar”⁶.

Contudo, os seus objetivos futuros não se limitavam ao trabalho administrativo na Direção Geral dos Serviços Industriais. A aposta na formação superior que obteve, em Coimbra em paralelo com a atividade profissional desenvolvida naquela cidade bem como a candidatura a diversos concursos públicos é disso um bom exemplo. Como tal, foi nomeado, após concurso público, para desempenhar interinamente o cargo de Segundo Conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais, em substituição do Conservador efetivo, Fernando Pais de Almeida e Silva, tendo tomado posse a 2 de dezembro de 1948⁷. Não se desvinculando da Direção Geral, solicitou uma licença ilimitada e foi colocado na Zona de Monumentos Nacionais de Leiria, ficando “encarregado de ordenar o arranjo e conservação dos monumentos do distrito”⁸.

⁶ Lisboa, BAHMOP, *Processo pessoal de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 5.885.

⁷ Lisboa, ACMF, *Processo individual de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 127.

⁸ Lisboa, ACMF, *ibidem*.

A sua passagem pelos Palácios e Monumentos Nacionais foi, porém, bastante efémera uma vez que a 28 de setembro de 1949 foi exonerado do cargo⁹, embora tenha permanecido em funções até 31 de outubro, data a partir da qual Fernando Pais de Almeida e Silva deu entrada no serviço¹⁰. Numa missiva dirigida ao Diretor Geral de Finanças, António Luís Gomes, e datada de 26 de setembro¹¹, isto é, dois dias antes do despacho ministerial que ditou a sua exoneração do cargo, Mário Alberto Nunes Costa fez saber que “extra oficialmente” tinha recolhido informação de que o Conservador Fernando Pais de Almeida e Silva tencionava ocupar o seu lugar no fim do mês, embora até à data não lhe tivesse sido dado conhecimento oficial.

Efetivamente, embora estivesse na condição de licença sem vencimento da Direção Geral dos Serviços Industriais, Mário Costa estava consciente de que a legislação não lhe permitia um regresso automático ao seu anterior cargo. Na referida carta são notórias e, citando as suas palavras, “as dificuldades com que a verificar-se esta hipótese eu terei naturalmente que haver na estabilização da situação”. De facto, entre outubro e 28 de fevereiro de 1950, data do Despacho do Subsecretário de Estado das Finanças – comunicado oficialmente apenas no final do mês de março¹² –, que autorizou o seu regresso à situação de efetividade, Mário Costa passou por momentos de alguma dificuldade. Decorreram cerca de seis meses durante os quais se dedicou ao ensino particular e preparou o concurso para o cargo de Terceiro Conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Um regresso à Circunscção Industrial em Coimbra que, todavia, não se efetivou uma vez que foi empossado como Conservador da Torre do Tombo, a 24 de março¹³, isto é, um dia depois da data em que foi determinada a comunicação oficial do despacho ministerial, que autorizou o seu regresso à situação de atividade.

Durante dez anos, soube aproveitar da melhor da forma a sua atividade de funcionário administrativo, em Coimbra, conciliando-a de forma exemplar com a frequência da formação de nível superior na Universidade Coimbra. Fruto de muito esforço pessoal e profissional, munuiu-se de um conjunto diverso de ferramentas, que se vieram a revelar decisivas não só para a prossecução da sua carreira de bibliotecário e arquivista, mas também para o desempenho de diversos cargos e funções no campo das bibliotecas e arquivos, em Portugal.

⁹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério das Finanças: Repartição do Património. Despacho Ministerial [28 set. 1949]. *Diário do Governo*. 2.^a série. Lisboa. N.º 229 (1 out. 1949), p. 5.678.

¹⁰ Lisboa, BAHMOP, *Processo pessoal de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 5.885.

¹¹ Lisboa, ACMF, *Processo individual de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 127.

¹² Lisboa, ACME, *Processo individual de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 746.

¹³ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Educação Nacional: Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. Portaria [de 9 abril. 1950]. *Diário do Governo*. 2.^a série. Lisboa. N.º 69 (24 mar. 1950), p. 1.465.

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo e o início da carreira profissional

Após uma curta experiência de cerca de um ano, entre dezembro de 1948 e outubro de 1949, como Conservador dos Palácios Monumentos Nacionais na recém-criada Zona Monumental de Leiria, Mário regressou à Circunscrição Industrial, em Coimbra. Como o próprio referiu, após um período difícil, decorrente da saída dos Palácios e Monumentos Nacionais, apresentou uma nova candidatura a um concurso público, em dezembro de 1949, para provimento do lugar de Terceiro Conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na sequência do qual ingressou na referida instituição, onde tomou posse a 24 de março de 1950¹⁴.

A sua entrada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo que assinalou o início oficial da sua carreira profissional como bibliotecário-arquivista, coincidiu com um marco importante para a Arquivística: a criação, em agosto de 1950, do Conselho Internacional de Arquivos. A necessidade de coordenação a nível internacional, que cada vez mais se fazia sentir, sobretudo ao nível da utilização uniforme dos conceitos e da metodologia de trabalho, levou à criação, no âmbito da UNESCO, de um organismo capaz de promover esse consenso. Sob a sua égide promoveu-se o 1.º Congresso Internacional de Arquivos, em Paris (1950) e foi lançada a revista *Archivum*, publicação oficial do Conselho Internacional de Arquivos, cujo primeiro número saiu em 1951 com as atas do primeiro Congresso (SILVA, 2009:136).

Ao longo da década de cinquenta, outras questões bastante pragmáticas marcaram o debate internacional, como a terminologia, a formação profissional e a comunicação, debatidos no 2.º Congresso Internacional, em Haia, em 1953 ou o tema das instalações para arquivos, das triagens e dos arquivos privados no âmbito do 3.º Congresso, em Florença, em 1956 (SILVA, 2009:136-138), no qual Mário Alberto Nunes Costa teve oportunidade de participar. De igual modo, também a nível teórico se destacou o aparecimento de diversos manuais como os de Adolf Brennecke (1953) e de Leopoldo Cassese (1959), teóricos das escolas alemã e italiana, respetivamente. Porém, aquele que mais se evidenciou foi o trabalho do arquivista americano Theodore Roosevelt Schellenberg, *Modern Archives: principles and techniques* (1956), que compulsou e sistematizou a teoria arquivística americana até então com pouca expressão na literatura da especialidade.

Um momento de grande progresso que se vivia em diversos países da Europa, contrastante com a “fase de imobilismo e estagnação” em que se encontrava Portugal, consequência do regime político vigente. Com exceção dos esforços de António Ferrão – sucedera a Júlio Dantas, em 1946 na direção da Inspeção –, que se podem considerar muito positivos em matéria de reflexão e estudo sobre questões de carácter biblioteconómico e arquivístico, em particular sobre aspetos técnicos (RIBEIRO, 2008:111) e dos esforços individuais de um ou outro profissional, como foi o caso de Mário Alberto Nunes Costa, o “estado de apatia” que se abateu sobre os arquivos portugueses e mesmo sobre o órgão coordenador nacional, não promoveu contactos com

¹⁴ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Educação Nacional: Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. Portaria [de 9 Abril. 1950]. *Diário do Governo*. 2.ª série. Lisboa. N.º 69 (24 mar. 1950), p. 1.465.

os organismos internacionais que desenvolviam trabalho e estudos na área dos arquivos, como o recém-criado Conselho Internacional de Arquivos (RIBEIRO, I, 2003:622).

A inoperância verificada culminou em protestos tanto de profissionais, como de investigadores. Os primeiros pela falta de interesse do poder político pelos arquivos e pela profissão em si, patente nos baixos salários que auferiam, quando comparados com profissionais com a mesma formação. Os segundos, pela inacessibilidade às fontes documentais, sobretudo as da época contemporânea (RIBEIRO, 2008:111)¹⁵.

É pois nesta conjuntura de profunda letargia que se vivia em Portugal, em oposição àquilo que se passava na Europa, que Mário Costa iniciou a sua carreira profissional como bibliotecário arquivista no Arquivo Nacional. A atividade técnica desenvolvida no âmbito das suas funções de Conservador focalizou-se essencialmente, numa primeira fase, na descrição documental e na elaboração de instrumentos de pesquisa. Logo que assumiu funções, naquele que foi o seu primeiro trabalho como Conservador, o então Diretor do Arquivo Nacional, Alfredo Pimenta determinou-lhe a “ordenação de todos maços da chamada *Colecção das Alfândegas* que [se encontrava] espalhada pelo Arquivo na mais deplorável desordem”¹⁶, onde esboçou uma organização topográfica e cronológica da documentação.

Dois meses mais tarde foi-lhe “determinado o ordenamento das espécies que constituem, no Arquivo Nacional, o chamado espólio de José Luciano de Castro”¹⁷. Do espólio composto por documentos adquiridos pelo Estado Português, Mário Alberto Nunes Costa procedeu à sua ordenação em duas séries com um primeiro ordenamento alfabético de cada, distribuídos por doze caixas. No entanto, como afirmou “chegado a este ponto surgiram dúvidas sobre a oportunidade de abertura do maço contendo os documentos depositados por D. Júlia Seabra de Castro e a sua inclusão no ordenamento já iniciado” (COSTA, 1950:2). Após um processo de carimbagem dos documentos e de um ordenamento provisório por pastas, “com vista a uma inventariação sumária e consequente segurança dos mesmos documentos”, considerou o relacionamento dos documentos de cada pasta para um conhecimento do número total de documentos. Como tal, elaborou um instrumento de descrição documental plasmado num livro, dividido em duas séries, onde dispõe por ordem alfabética a “rúbrica que identifica cada pasta e o número de espécies que cada uma delas contém” (COSTA, 1950:2).

Nos anos seguintes, teve a seu cargo dois trabalhos de maior importância: o primeiro, que se prolongou durante cinco anos, entre 1951 e 1956, de descrição da documentação da Ordem de Avis, proveniente da Repartição de Finanças de Portalegre; e o segundo, com a publicação, em 1955 de um instrumento de pesquisa relativo ao arquivo de D. António, Prior do Crato e seus descendentes, que intitulou “Os Arquivos del-rei D. António e de seus servidores” (COSTA, 1955a).

¹⁵ A este propósito veja-se a comunicação apresentada por Virgínia Rau ao Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, em Washington (1950) onde menciona os principais arquivos de Lisboa, com indicação dos fundos mais importantes à sua guarda, apresentando sugestões para os tornar acessíveis ao investigador (RAU, 1961:189-213).

¹⁶ Lisboa, ANTT, Arquivo do Arquivo, Ordens de Serviço, Cx. 4, Lv. 10, fl. 49 (Ordem de Serviço n.º 48, de 25 de março de 1950).

¹⁷ Lisboa, ANTT, Arquivo do Arquivo, Ordens de Serviço, Cx. 4, Lv. 10, fl. 54 (Ordem de serviço n.º 53, de 22 de maio de 1950).

Na documentação da Ordem de Avis, procedeu à descrição dos maços 1 a 10, num total de 850 documentos, sumariando o conteúdo de cada documento através de um pequeno texto suficientemente explícito e preciso, com indicação do local e data de produção, suporte, dimensão, língua e cota(s) antiga(s) e atual(ais)¹⁸. Uma ação em consonância com uma tradição bastante arreigada de elaboração de verbetes com o sumário de cada documento, em tudo semelhante aos conteúdos ministrados nas cadeiras de Aperfeiçoamento de Paleografia, do curso de Bibliotecário Arquivística onde os alunos, ao invés da transcrição integral dos documentos, procediam à redação do respetivo sumário que, numa fase posterior, servia de base ao trabalho arquivístico de redação de verbetes para os catálogos e índices em organização no Instituto de Estudos Históricos, onde decorriam as aulas práticas da referida cadeira (PERES, 1940:8).

No segundo dos trabalhos, relativo ao arquivo de D. António, Prior do Crato e seus descendentes, Mário Alberto Nunes Costa teve a seu cargo a elaboração de um instrumento de descrição documental referente ao arquivo, que havia sido comprado pela Legação Portuguesa em Bruxelas ao Conde Liedekerke, em 1934 (COSTA, 1955a:1). O primeiro contacto com a documentação aconteceu em 1950, após a sua entrada no Arquivo Nacional. Porém, apenas no último terço do ano seguinte lhe foi determinada a inventariação pelo então Diretor do Arquivo, João Martins da Silva Marques (COSTA, 1955a:3).

No estudo introdutório que desenvolveu, procurou relatar os antecedentes do arquivo, referindo a ação desenvolvida pelo Dr. Alberto de Oliveira e tecendo diversas considerações sobre a natureza da documentação e a sua quantidade (RIBEIRO, I, 2003:460). Como tal, dado que nem todas as peças eram contemporâneas de D. António “havia-as posteriores, uma ou outra do século XVIII e muitas do século XVII, cuja presença ali não se justificava”, procedeu a uma “separação das espécies, não apenas para expurgar o chamado arquivo de D. António das que a ele ou a seus servidores não podiam ter pertencido, como também para nos certificarmos de que nos restantes maços do “Arquivo de Portugal” a operação inversa não se verificava ser necessária” (COSTA, 1955a:3-4).

Como tal, um trabalho que, como o próprio título indica, incidiu apenas sobre a documentação relativa a D. António e “seus servidores”, ficando assim reduzido a 350 peças. A nível arquivístico, o tratamento consistiu na identificação das diferentes personalidades a quem a documentação dizia respeito, organizando-a por grupos relativos a cada uma delas e à qual anexou um índice onomástico e outro toponímico. De acordo com Fernanda Ribeiro, não havendo uma classificação perceptível para os documentos, a solução encontrada por Mário Alberto Nunes Costa “parece-nos adequada, pelo facto de não “forjar” qualquer quadro classificativo temático, como tem sido tendência relativamente a arquivos que são qualificados de desorganizados, situação muito vulgar nos arquivos de família ou pessoais” (RIBEIRO, I, 2003:460).

Ao contrário dos dois anteriores trabalhos que realizou, assentes em ações de natureza rotineira e tradicional de resumo de documentos e elaboração de verbetes, o tratamento dado ao arquivo de D. António e “seus servidores” já apresentou outro nível de complexidade, ao exigir um conjunto de opções com vista à classificação dos documentos.

¹⁸ Encontram-se acessíveis na Sala de Referência do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nas *Cadernetas da Ordem de Avis*, C. 638 a C. 643.

Não obstante, todos eles marcados pelo acentuado tecnicismo, característico da Arquivística do período após a Segunda Guerra Mundial (RIBEIRO, 2002:99).

Entre os trabalhos de revisão e conferência sistemática das coleções, onde teve a seu cargo o Cartório Jesuítico¹⁹, foi incumbido, em outubro de 1952, de “continuar a inventariação dos documentos do Corpo Cronológico, omitida nos antigos inventários, ou seja, a partir do Maço 134 da II Parte”²⁰. Contudo, tal não se verificou uma vez que a conclusão destes trabalhos técnicos, em 1956, coincidiu com a sua nomeação para participar em dois projetos. Em fevereiro, por despacho do Ministro da Educação Nacional, Francisco de Paula Leite Pinto, foi nomeado para integrar a comissão presidida pelo Diretor da Biblioteca Popular de Lisboa, encarregada de proceder ao exame do Códice “Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores”, redigido entre 1646 e 1654, da autoria de Frei Diogo das Chagas²¹.

A competência e a diligência demonstrada na sua curta experiência como arquivista, permitiram-lhe, a partir de maio de 1956, a dispensa do serviço oficial e a equipação a bolseiro no país ao serviço do Instituto para a Alta Cultura para colaborar com a Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. Neste âmbito e durante dois anos, participou na preparação da *Monumenta Henricina*, para a qual efetuou trabalhos de recolha, transcrição e revisão de textos para a obra comemorativa do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, não só no Arquivo Nacional, como em diversos arquivos de Lisboa (COMISSÃO, 1960:XVIII). Segundo o relatório enviado à Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, referente ao primeiro ano de atividade enquanto bolseiro, as tarefas desenvolvidas consistiram “[...] em trabalhos de investigação histórica relativa aos ditos *Monumenta*, na leitura e exploração cuidadosa e metódica de fontes documentais quase sempre do século XV, com o espírito amplo do plano de investigação que estruturará a referida obra. O [seu] trabalho incidiu sobre originais e registos de documentos quatrocentistas em número provável e aproximado de 25.000, pertencentes não só ao Arquivo Nacional, onde quase sempre trabalh[ou], como a outros arquivos portugueses”. Um trabalho que não utilizou possíveis índices da documentação em causa “por não servirem de momento o fim em vista”, uma vez que só a leitura dos documentos satisfaz os critérios estabelecidos. Assim, do trabalho realizado, resultou a recolha de 1.040 sumários de documentos, dos quais, larga percentagem deve figurar nos *Monumenta Henricina*.

Ao longo de cerca de oito anos, que medeiam entre a entrada no Arquivo Nacional e a tomada de posse como bibliotecário-arquivista no Ministério das Obras Públicas, a sua atividade não se limitou apenas ao trabalho referido. Pelo contrário, a entrada no Arquivo Nacional marcou, de forma decisiva, o início de uma fase de intensa atividade intelectual, a qual soube desenvolver em simultâneo com a sua vida profissional. Desse período,

¹⁹ Lisboa, ANTT, *Arquivo do Arquivo*, Ordens de Serviço, Cx. 110, Lv. 245-A, fl. 34 (Ordem de serviço n.º 22, de 21 de dezembro de 1951).

²⁰ Lisboa, ANTT, *Arquivo do Arquivo*, Ordens de Serviço, Cx., 110, Lv. 245-A, fl. 40v (Ordem de serviço n.º 26, de 18 de outubro de 1952).

²¹ Lisboa, ANTT, *Arquivo do Arquivo*, *Processo individual de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 77, n.º 260 – NT116, fl. 32.

surgem os primeiros trabalhos no âmbito da Arquivística e da Biblioteconomia bem como o início da colaboração em diversos jornais e revistas²².

Desde logo, num artigo publicado a 26 de janeiro de 1953, no *Diário Popular* (COSTA, 1953), a propósito de uma conferência de Javier Lasso de La Vega (1892-1990), da Universidade Central de Madrid sobre *Alguns problemas da documentação no momento actual*, onde deixou bem claro o inconformismo dos profissionais perante a situação a que estavam votados os arquivos e as bibliotecas, em Portugal. Afirmava: “são os factos que determinam – pela consciência que deles temos – a aspiração de evolução e aperfeiçoamento”. Considera que os arquivos e as bibliotecas em Portugal se tornaram em locais “apagados, sombrios e bafientos”, que “quase não vão além de terra a descobrir, de ninho de águia deste ou daquele, de distração, com laivos de erudição, de meia dúzia de pessoas pouco ocupadas. São forçada passagem de uns tantos que, por motivos económicos ou impelidos para ali por interesses quase sempre escolares, entram e saem da sua órbita, tão exígua, sem lhes ficar o desejo de regresso a esses lares de preparação que devem ser agradáveis, solícitos, acolhedores e fecundos”.

Uma situação insustentável “por vezes tão dolorosamente sentida pelos trabalhadores do espírito, especialmente pelos investigadores, que esta agitação e este doloroso sentir tem necessariamente repercussão entre nós”, salientando a urgência de um movimento que invertesse tal situação. Tomando como exemplo a conferência a que assistiu “forçoso é reconhecê-lo, muitas e muitas lições nos cabe seguir – lições da experiência alheia, com vista ao melhor conhecimento das realidades nacionais”, isto é, seria bastante profícua a participação dos bibliotecários e arquivistas portugueses não tanto em conferências protocolares, mas em reuniões públicas de trabalho com técnicos estrangeiros e nacionais para que “tenham oportunidade de contactar, estudar, discutir e assentar ideias”. Um movimento que seguisse o debate internacional sobre temas emergentes, como a explosão documental do pós-guerra ou o acelerado desenvolvimento tecnológico, sob pena de agravar ainda mais o fosso existente em relação à Europa e aos Estados Unidos.

Entre os estudos técnicos, podemos destacar a primeira comunicação apresentada ao *Congrès International des Bibliothèques et des Centres de Documentation*, que decorreu em Bruxelas, entre 11 e 18 de setembro de 1955, onde teve oportunidade de expor algumas propostas para a normalização da catalogação de livros (COSTA, 1955b:230-234). Consciente da necessidade de uniformização do trabalho de catalogação em bibliotecas, a comunicação denota o conhecimento das práticas em voga noutros países e o acompanhamento, com natural expectativa, desde o início da década de cinquenta, da evolução do debate internacional (COSTA, 1955b:230-231). Neste contexto, sem prejuízo dos trabalhos em curso, propôs ao Congresso que enviasse à FIAB/IFLA a proposta de criação de uma comissão internacional com os seguintes objetivos: definição dos propósitos mínimos essenciais para a catalogação bibliográfica; determinar os princípios de catalogação e estabelecer a sua ordem e disposição e, por último, a elaboração de notas

²² A partir de 1953 Mário Alberto Nunes Costa iniciou a colaboração com algumas revistas e jornais, onde publicou diversos artigos no âmbito da Arquivística e da Biblioteconomia assim como no campo historiográfico. Entre outras revistas podem citar-se: *A Cidade de Évora* (1953), *Olisipo* (1953-1954), *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* (1953), *Arquivo de Bibliografia Portuguesa* (1955), *Revista Portuguesa de História*, *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* (1955), *Brasília* (1955), *Arquivo do Distrito de Aveiro* (1958) e *Arquivo Histórico da Madeira* (1958) e, em jornais, como: *Diário Popular* (1953), *O Cronista* (1955) e *Brados do Alentejo* (1953), com o qual deu início a uma profícua colaboração com artigos sobre História local, com particular ênfase sobre a sua Estremoz natal.

explicativas, já normalizadas, de todos os artigos. As conclusões alcançadas deveriam ser recomendadas a todos os organismos nacionais e internacionais, solicitando a sua aprovação e publicidade junto dos respetivos países (COSTA, 1955b:234).

Dois anos mais tarde, em 1957, no II Congresso da Indústria Portuguesa, em Lisboa, Mário Costa apresentou uma comunicação sobre *A documentação e o desenvolvimento da indústria portuguesa* (COSTA, 1957). Os conhecimentos adquiridos sobre a indústria portuguesa, durante os cerca de dez anos que passou como funcionário da Direção Geral da Indústria, aliado ao seu interesse pela normalização da documentação foram determinantes para as propostas apresentadas no referido Congresso. Por outro lado, um interesse que o levou mais tarde, na década de sessenta, à presidência da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização da Documentação.

A presença em alguns congressos internacionais permitiu-lhe tomar conhecimento das mais recentes práticas em Arquivos e Bibliotecas. Não será alheia, portanto, a participação no III Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Florença, entre 25 e 29 de setembro de 1956, dedicado, entre outros temas, às instalações para arquivos. Este encontro, como teremos oportunidade de ver, será de inegável importância para um conjunto de realizações futuras como sejam, por exemplo, as obras de remodelação das instalações da Biblioteca e Arquivo do Ministério das Obras Públicas. Aliás, neste âmbito publicou uma nota de leitura sobre o relatório apresentado por Ingvar Andersson ao referido Congresso, acerca da construção e equipamento de arquivos (COSTA, 1956).

Contudo, a sua participação em reuniões de trabalho internacionais no âmbito da Arquivística e da Biblioteconomia, não só como assistente, mas também como comunicante, aliada à publicação de um conjunto variado de artigos de natureza técnica e à experiência de quase vinte anos como funcionário público, oito dos quais como Conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, permitiram-lhe a formação de um *curriculum* considerável e, simultaneamente, granjeou-lhe alguma projeção junto da comunidade científica de então. Decerto, em muito contribuiu para a obtenção do primeiro lugar²³, no concurso público para provimento do lugar de bibliotecário-arquivista do quadro permanente da Secretaria Geral do Ministério.

A direção da Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

Como se pode comprovar pelos elementos atrás enunciados, Mário Alberto Nunes Costa foi sempre um funcionário público, primeiro como escriturário de segunda classe e terceiro oficial da Direção Geral da Indústria, na Segunda Circunscrição Industrial, em Coimbra, depois, já em Lisboa, como Terceiro Conservador do Arquivo nacional. Uma carreira profissional que, desde 1940 foi construindo e cimentando desde os patamares mais baixos do funcionalismo público até alcançar um lugar de topo como o de Chefe de Divisão. Primeiro, como Chefe de Divisão de Documentação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em 1969 ainda que por um período de escassos meses e, posteriormente, também como Chefe de Divisão da Secretaria-geral do Ministério das

²³ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério das Obras Públicas: Secretaria Geral. Despacho [19. set. 1958]. *Diário do Governo*. 2.ª série. Lisboa. N.º 223 (23 set. 1958), p. 7.723.

Obras Públicas, categoria na qual se aposentou, em janeiro de 1982, após cerca de quarenta e dois anos de serviço público.

De acordo com o seu processo individual de funcionário, data de 1951 a primeira tentativa de ingresso no Ministério das Obras Públicas, embora sem sucesso, quando apresentou candidatura ao concurso aberto para provimento do lugar de bibliotecário-arquivista do quadro permanente da Secretaria Geral do MOP, deixado vago após o pedido de exoneração de Manuel dos Santos Estevens e consequente nomeação para o cargo de Diretor da Biblioteca Nacional²⁴. Contudo, apenas seis anos mais tarde, em 20 de dezembro de 1957 foi admitido a um novo concurso aberto para o preenchimento de idêntico lugar. A sua entrada definitiva na Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, a 8 de outubro de 1958²⁵ – data em que tomou posse do lugar – constituiu um marco decisivo para um conjunto de realizações futuras e na consolidação de um percurso profissional que desde há duas décadas vinha construindo.

Como referido anteriormente, à exceção dos esforços notáveis de António Ferrão, que sucedeu a Júlio Dantas à frente dos destinos da Inspeção, em 1946, e da iniciativa de um ou de outro profissional a título individual, o período após a Segunda Guerra Mundial caracterizou-se por uma fase de grande inoperância no que dizia respeito aos arquivos e às bibliotecas (RIBEIRO, I, 2003:622). Um “estado de apatia” que originou as primeiras vozes de protesto não só de investigadores, como Virgínia Rau, em 1950, patente na comunicação apresentada ao Colóquio Internacional de Estudos Luso – Brasileiros (RAU, 1961), em Washington, mas também dos próprios profissionais, como foi o caso de Jorge Peixoto, em 1956 no XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (PEIXOTO, 1957) – no qual Mário Alberto Nunes Costa também participou –, onde apresentou um conjunto de propostas a implementar tendo em vista a reforma dos arquivos e das bibliotecas portuguesas.

O inconformismo latente que desde o final da década anterior se vinha manifestando ganha, verdadeiramente, maior notoriedade no início dos anos sessenta, quando arquivistas e bibliotecários decidiram organizar-se e tornar públicas as suas preocupações, assinalando um momento de viragem na Arquivística e na Biblioteconomia portuguesas: o aparecimento dos *Cadernos de Biblioteconomia e Arquivística* (FARIA *et al.*, 1983; PERICÃO *et al.*, 1984) – cujo primeiro número veio à estampa em junho de 1963 –, uma publicação de caráter técnico que funcionou como polo dinamizador onde se publicavam artigos científicos, divulgavam notícias várias, nacionais e internacionais sobre a área, se debatiam diversas questões e se esclareciam dúvidas. Com efeito, toda uma dinâmica com vista a um processo de renovação, ao qual se seguiu a organização do I Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses, em Coimbra, em abril de 1965. Um trabalho árduo de organização e de cooperação entre bibliotecários e arquivistas de todo o país, que permitiu uma união de esforços para a apresentação de propostas de reforma do sector de bibliotecas e arquivos, das carreiras profissionais e, no fundo, da própria dignificação do trabalho de arquivista e de bibliotecário junto da tutela. Um esforço que teve o seu primeiro fruto na publicação do Decreto-Lei n.º 46.350, de 22 de

²⁴ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério das Obras Públicas: Secretaria Geral. Despacho [8 jul. 1951]. *Diário do Governo*. 2.ª série. Lisboa. N.º 106 (10 maio 1951), p. 2.331.

²⁵ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério das Obras Públicas: Secretaria Geral. Despacho [25 out. 1958]. *Diário do Governo*. 2.ª série. Lisboa. N.º 255 (30 out. 1958), p. 8.700.

maio de 1965, que abarcou algumas dessas disposições, embora nem todas executadas de forma imediata.

A reforma contemplou a extinção da Inspeção – órgão coordenador dos serviços e da política do setor –, considerada um organismo “burocrático e técnico”, conjugando a sua ação na Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes e na recém-criada terceira Secção da JNE, dedicada especificamente aos Arquivos e às Bibliotecas assim como a criação de diversos arquivos distritais que faltavam para completar a rede definida, em 1931²⁶. Por outro lado, também ao nível do provimento dos lugares de bibliotecários e arquivistas de categoria igual ou superior a terceiro-bibliotecário sem que para tal estivesse habilitado com o Curso de Bibliotecário-Arquivista ou da prioridade, também consignada na legislação, ao trabalho técnico de inventariação e catalogação da documentação e da publicação dos respetivos instrumentos de descrição documental. Um processo de renovação no qual Mário Alberto Nunes Costa participou ativamente como colaborador assíduo dos *Cadernos* (publicação de artigos e esclarecimento de dúvidas técnicas) ou participando como comunicante nos Encontros de Bibliotecários e Arquivistas, com a apresentação de propostas nos campos da terminologia arquivística, da normalização e da catalogação. Aliás, a sua nomeação pelo então Ministro da Educação Nacional, Prof. Doutor Inocêncio Galvão Teles, para vogal da recém-criada 3.^a Secção da Junta Nacional de Educação permitiu que as suas propostas pudessem ser ouvidas a outro nível, como teremos oportunidade de ver mais adiante.

Os anos sessenta e setenta, com particular incidência para os primeiros, foram o auge da sua carreira profissional e científica. Um período de atividade que se enquadra numa das fases de evolução da arquivística portuguesa definida por Fernanda Ribeiro, entre 1965 e os anos oitenta. Segundo a autora, um período no qual “não houve, por parte dos poderes políticos, uma preocupação em encarar frontalmente os problemas com que os arquivos se debatiam”, embora se tenha destacado pela criação da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, em 1973, símbolo das conquistas que se foram alcançando (RIBEIRO, I, 2003:628). Um polo dinamizador da consciência profissional para os graves problemas que o país atravessava em matéria de serviços de informação, conferindo à Associação até à atualidade “um estatuto de voz autorizada e de opinião imprescindível em tudo quanto à definição da política para este sector” (RIBEIRO, I, 2003:633).

Contudo, a reforma instituída em 1965, apesar de ter implementado algumas medidas não logrou mudanças significativas que retirassem o sector do imobilismo em que se encontrava (RIBEIRO, I, 2003:629). Não se verificou uma orientação estratégica global para o setor, apenas a publicação de algumas medidas com pouco significado para enfrentar os desafios que se colocavam (RIBEIRO, I, 2003:629).

À semelhança das décadas anteriores, uma vez mais Portugal não soube acompanhar os grandes desenvolvimentos a nível internacional, que os organismos internacionais como a Federação Internacional das Associações de Bibliotecas, a Federação Internacional de Documentação ou o Conselho Internacional de Arquivos vinham promovendo (RIBEIRO, I, 2003:629). A revolução de abril de 1974 e a conseqüente abertura de Portugal ao

²⁶ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Instrução Pública: Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes: Decreto n.º 19.952 [24 jun. 1931]. *Diário do Governo*. 1.^a série. Lisboa. N.º 146 (27 jun. 1931), p. 1253-1.269.

exterior, ao fim de quase meio século de isolamento a que esteve votado, revelou a distância a que se encontrava de outros países mais avançados. Contudo, de acordo com Fernanda Ribeiro, só na década de 80 com a reestruturação da Secretaria de Estado da Cultura e a criação do Instituto Português do Património Cultural e, no âmbito deste, o Departamento de Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação foi possível inverter “o estado lastimável em que se encontrava a situação arquivística do país” (RIBEIRO, I, 2003:631).

Numa comunicação apresentada no 2.º Congresso dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, em 1987. Manuel Luís Real traçou um panorama bastante detalhado dos acontecimentos que se sucederam neste período (REAL, 1987). Foi uma época de algumas iniciativas relevantes, como a criação de grupos de trabalho ou comissões com vista à elaboração de estudos técnicos que, no entanto, num tempo conturbado como foi o período após a Revolução de Abril, não tiveram a força necessária para vingarem, acabando por serem extintos, sem cumprirem com os objetivos para os quais haviam sido criados.

Com efeito, foi nesta conjuntura que Mário Alberto Nunes Costa desenvolveu a sua atividade no Ministério das Obras Públicas durante cerca de vinte e cinco anos. A preparação técnica adquirida com os anos de experiência como Conservador do Arquivo Nacional e o conhecimento do que em matéria de arquivos e bibliotecas se estava a operar noutros países mais avançados – mercê das deslocações ao estrangeiro –, conferiram-lhe uma certa “bagagem intelectual” determinante para o trabalho a desenvolver futuramente. O seu ingresso na Ministério deu-se num momento de declínio que desde há algum tempo vinha afetando a instituição, agravado substancialmente com a extinção do quadro privativo do pessoal, em 1936. Uma situação delicada, acentuada ainda mais entre 1951 e 1958, nomeadamente com a falta de técnico dirigente – a saída de Manuel dos Santos Esteves para a direção da Biblioteca Nacional –, de funcionários auxiliares e pela precariedade das instalações (PORTUGAL, 1959).

O projeto de remodelação das instalações, iniciado em 1958 após a sua entrada no Ministério das Obras Públicas e que resultou na abertura ao público da Biblioteca a Arquivo em junho de 1959, constituiu o seu primeiro trabalho à frente da instituição. De acordo com a nota de leitura que publicou sobre *Novos edifícios para arquivos*, é interessante verificar que o espaço agora remodelado, seguiu de perto um conjunto variado de características nela enunciadas. Situado em local central (Praça do Comércio – Lisboa) e apesar de mantida a estrutura primitiva, o projeto de remodelação, segundo Mário Costa foi concebido “de modo a atender aos aspectos funcionais do serviço, ao espaço disponível e às exigências peculiares de estabelecimentos desta natureza”.

De facto, apesar do reduzido espaço disponível, o arquivo encontrava-se dividido em dois pisos, contemplando espaços como a sala de leitura, o depósito, a sala de multigrafia e reproduções, as instalações sanitárias e a arrecadação, todos situados no rés-do-chão, com exceção do depósito que se distribuía pelos dois pisos. Por outro lado, também ao nível do mobiliário e dos materiais utilizados no revestimento do espaço interior, procurou orientar a sua ação de acordo com as diretrizes enunciadas no relatório apresentado por Ingvar Andersson no III Congresso Internacional de Arquivos, em Florença, em 1956 (COSTA, 1956), ou seja, de acordo com aquilo que de mais moderno se utilizava neste tipo de equipamentos. O arquivo foi equipado com mobiliário metálico, com a estanteria disposta em corredores perpendiculares à luz natural, composta por

prateleiras amovíveis, assentes em grades metálicas e suportadas por pilares de cimento²⁷. Preocupações ao nível da segurança, nomeadamente na instalação elétrica (distribuição pelo interior das paredes, por secções) ou ao nível da conservação e preservação, na utilização de material metálico para o mobiliário assim como no controlo da humidade e temperatura através da utilização de aparelhagem específica para esse tipo de função.

Considerando o artigo publicado por Mário Alberto Nunes Costa no *Diário Popular*, em 1953, e a tendência em voga noutros países são claros os princípios orientadores que presidiram à remodelação da Biblioteca e Arquivo do Ministério e ao conceito de Arquivo e Biblioteca que gostaria de implementar. De facto, procurou que a biblioteca e arquivo “desempenhassem as funções culturais e de informação de interesse para o Ministério, para os seus funcionários e para o público”. Uma reformulação que permitisse criar um serviço público orientado para a “especialização nas matérias que hoje estruturam em todos os sectores de actividade do Ministério [...] e, simultaneamente, um centro de informação e de documentação científica e técnica, especializado nos ramos em que o Ministério tem de agir”. No que dizia respeito ao arquivo, a ação devia orientar-se para o tratamento dos fundos à sua guarda, à publicação dos respetivos instrumentos de pesquisa e procurar “completar os núcleos arquivísticos mais antigos”.

Após a sua nomeação como responsável pelo arquivo e pela biblioteca, iniciou a reorganização interna dos respetivos conteúdos documentais e o tratamento das espécies, introduzindo em Portugal as técnicas documentais do arquivista americano Theodore Roosevelt Schellenberg (1903-1970), segundo as quais iniciou a publicação dos primeiros inventários preliminares dos “núcleos” mais antigos identificados e a que deu a primeira organização funcional²⁸. Nas palavras do próprio, a publicação dos “inventários preliminares” a que dera início, em 1960 com a publicação do inventário relativo ao Arquivo da Superintendência-Geral dos Contrabandos (1771-1834) (COSTA, 1960), inseriu-se num plano de ação arquivística com provas dadas noutros países, nomeadamente nos Estados Unidos da América e no Brasil, rompendo com “uma tradição multissecular de raiz europeia, de princípios que são em boa medida ponderáveis, mas cujas realizações estão longe de satisfazer arquivistas e quem dos arquivos se pretende servir” (COSTA, 1962:115).

As dificuldades em aceder à informação tanto por parte dos investigadores, como dos historiadores nacionais e estrangeiros levou Mário Costa a romper com uma prática muito seguida em Portugal de elaboração de “sumários” do conteúdo de cada documento e optar por uma “técnica mais adequada”, que permitisse uma intervenção global num arquivo detentor de muitos “núcleos ou grupos arquivísticos”. Retomando o artigo publicado no *Diário Popular*, colocou em prática um verdadeiro serviço público, optando

²⁷ Lisboa, BAHMOP, *Arquivo Privado Mário Costa*, Cx. 1. Pastas 6 e 7. Nela encontramos a correspondência trocada entre Mário Alberto Nunes Costa e diversas empresas estrangeiras de equipamento para depósito de Biblioteca e Arquivo, datada de janeiro de 1957, ou seja, cerca de um ano antes da sua admissão ao concurso.

²⁸ Mário Costa publicou os seguintes inventários preliminares: O Arquivo da Superintendência-Geral dos Contrabandos: 1771-1834: Inventário preliminar. *Revista Portuguesa de História*. IX (1960) 325-333; O Arquivo do Conselho de Minas: 1859-1868: Inventário preliminar. Lisboa: Edição do autor, 1961; Núcleos do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas. *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*. Ano 4:1 (1963) 115-164 e O Arquivo da Montaria-Mor do Reino: 1583-1833: Inventário preliminar. *Revista Portuguesa de História*. 11:1 (1964) 151-176.

por tornar acessível de forma imediata a documentação custodiada pelo Ministério através da publicação de inventários preliminares.

Como tal, uma estratégia que conciliando os meios humanos e materiais disponíveis e “as forças de investigação interessadas”, isto é, os meios que tinha à sua disposição para organizar o arquivo e uma visão a longo prazo sobre os possíveis utilizadores do arquivo, “a criação de um estado de ordem que se pretende geral e de conhecimento genérico, mas de tendência específica, das fontes de informação”. Uma opção por aquilo que era possível realizar, em detrimento de “metas óptimas ideais mas praticamente inatingíveis”.

A experiência adquirida não só como Conservador do Arquivo Nacional, mas também como investigador que desde há alguns anos vinha contactando com a realidade dos arquivos portugueses considerou a elaboração de inventários preliminares, como primeiro passo a tomar na descrição dos “núcleos ou grupos arquivísticos” de Arquivos Históricos. Este tipo de “auxiliares de busca” (COSTA, 1960:6), segundo o próprio, tinham por objetivo “dar a conhecer, interna e externamente, de modo efetivo e com economia, os núcleos ou grupos arquivísticos permanentemente válidos que se preservam em arquivos históricos” (COSTA, 1963:115). Eram inventários provisórios e de uso interno como auxiliares elementares de pesquisa e de fiscalização administrativa, mas de grande utilidade para o conhecimento genérico e para utilização imediata dos fundos, os quais deveriam ser preparados logo após a incorporação da documentação no arquivo histórico (COSTA, 1960:6).

Estes inventários tinham um carácter provisório pelo que após o estudo e seleção – em caso de necessidade – das “peças arquivísticas” e a sua disposição numa ordem fixa, Mário Costa considerava necessária uma revisão dos inventários preliminares e a elaboração de descrições definitivas. Este trabalho seria complementado, de acordo com os recursos disponíveis, com “relatórios especiais, índices, listas e outros auxiliares de busca em relação com os núcleos ou grupos arquivísticos” (COSTA, 1960:6).

Segundo Fernanda Ribeiro, ao longo dos tempos, os inventários variaram muito na quantidade de elementos informativos que continham, podendo constituir desde simples listas com os títulos das séries arquivísticas e as datas extremas, até instrumentos com descrições mais elaboradas, com diversos elementos informativos (RIBEIRO, II, 2003:45).

Numa análise à estrutura interna dos inventários preliminares publicados, na década de sessenta por Mário Alberto Nunes Costa, verifica-se que obedeceram a uma estrutura fixa que se repetiu ao longo de todos eles, composta pelos seguintes elementos informativos: designação do fundo, história custodial e arquivística, série, título, datas extremas, dimensão, tipo de ordenação e número de ordem (ou cota). Uma estrutura que permitiu a identificação dos diferentes “núcleos ou grupos arquivísticos”, representando o seu conteúdo e a localização física, embora “não se chegue a um conhecimento das suas especificidades orgânico-funcionais” (RIBEIRO, II, 2003:216).

De acordo com o método utilizado para a elaboração dos inventários, de notar a preocupação constante em apresentar informação sobre a história custodial e arquivística do “núcleo” que publicava. O tratamento arquivístico da documentação iniciado logo após a sua entrada no Ministério, em 1958 não se limitou, como foi possível observar, à preparação de simples listas de documentos existentes no Arquivo. A elaboração dos

inventários preliminares teve por base todo um trabalho de estudo e reflexão sobre os diferentes “núcleos ou grupos arquivísticos”, que implicaram desde operações de organização mais elementares até intervenções mais profundas no seu tratamento. A título de exemplo, as operadas nos arquivos do Estribeiro-mor D. Jaime de Melo, 3.º Duque do Cadaval “encontrado sem ordem e sem haver notícia da organização antiga” (COSTA, 1963: 137-140) e, da Montaria-Mor do Reino (1583-1833), onde “as peças de que se compõe foram repostas, quanto possível, segundo a ordem primitiva, mercê de elementos delas constantes, reveladores do arranjo inicial (caso das série fundamentais 1 a 17) ou segundo se julgou percebê-la (como nas séries 18 a 27)” (COSTA, 1964).

Um apurado trabalho de investigação sobre os diferentes arquivos permitiu-lhe verificar a sua dispersão por diferentes entidades detentoras, constatando a necessidade de as restantes partes beneficiarem de igual tratamento para que se pudesse compulsar todo o arquivo, como foi o caso do Arquivo do Conselho de Guerra (COSTA, 1963:127-135) ou da Junta dos Três Estados (COSTA, 1963:149-160), entre outros.

Além dos dezasseis inventários preliminares publicados durante a década de sessenta, elaborou e/ou coordenou a elaboração de mais cerca de nove dezenas inventários, enquanto responsável pela Biblioteca e Arquivo do Ministério (PORTUGAL, 1994), disponibilizando ao utilizador um conjunto bastante alargado de instrumentos de descrição documental relativos à documentação custodiada²⁹.

Mário Costa destacou-se de forma paradigmática, como impulsionador dos arquivos dos ministérios – que a legislação designava de arquivos especiais –, sendo o melhor exemplo disso o trabalho desenvolvido no âmbito do seu Ministério, ao longo de cerca de vinte e cinco anos em que dirigiu a instituição.

O conhecimento que adquiriu sobre a documentação da BAHMOP, fruto da publicação dos primeiros inventários, granjearam-lhe “rasgados elogios dos Professores Eduardo de Oliveira França, Manuel Nunes Dias e Frédéric Mauro, que pediram esclarecimentos sobre a documentação aí existente e do maior interesse para o [estudo] da economia brasileira e do atlântico”³⁰, em face da comunicação apresentada ao Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, que decorreu em Lisboa, em 1960. Elogios, esses, também provenientes do Secretário-geral e do Ministro das Obras Públicas, Eng.º Arantes e Oliveira que manifestaram “o elevado apreço com que superiormente se tomou conhecimento da sua valiosa comunicação que muito veio prestigiar e pôr em destaque o Arquivo Histórico do Ministério”³¹.

No âmbito da sua atividade no Ministério das Obras Públicas foi ainda convidado pela Comissão de Divulgação do Código Civil, sob a dependência do Gabinete do Ministro da Justiça para colaborar na preparação da Exposição Bibliográfica do Código Civil de 1966, que decorreu nas instalações do Secretariado Nacional da Informação (PORTUGAL, 1966:21). De igual modo, no âmbito do seu Ministério integrou a Comissão encarregada

²⁹ Além dos Inventários preliminar, Mário Costa publicou, em colaboração com Maria Stella Afonso Gonçalves Pereira o *Catálogo da Coleção de desenhos Avulsos do Arquivo Histórico do Ministério da Habitação e Obras Públicas*. Lisboa: Secretaria Geral do Ministério, 1981.

³⁰ Lisboa, BAHMOP, *Processo pessoal de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 5.885.

³¹ Lisboa, BAHMOP, *ibidem*.

de coordenar os trabalhos de preparação de uma brochura a distribuir por ocasião das comemorações do 125º aniversário do Ministério, em 1977 (PORTUGAL, 1980).

Em paralelo com a sua atividade profissional, teve oportunidade de participar em alguns congressos e colóquios não só como assistente, mas também como comunicante. São disso exemplo a participação no VI Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Madrid, entre 3 e 7 de março de 1968 e a presença assídua nos sucessivos Encontros de Bibliotecários e Arquivistas. Aliás, juntamente com a sua biblioteca particular³² representam a necessidade que tinha em manter-se atualizado, em conhecer as tendências em voga no seu tempo no campo da Arquivística e da Biblioteconomia e em acompanhar os debates nacionais e internacionais.

A década de sessenta e a seguinte foram o ponto alto da sua carreira. Destacou-se o início da colaboração com a Editorial Verbo, na *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, dada ao prelo entre 1963 e 1976, onde participou na elaboração de diversos verbetes relacionadas com as temáticas da sua especialização e interesse³³. Por outro lado, no *Dicionário Geral Luso-Brasileiro da Língua Portuguesa*, onde se encontram as marcas da sua autoria em diversas entradas – não assinadas –, nas áreas da Arqueologia, Arquivística, Biblioteconomia, Documentação, Diplomática, Paleografia, Bibliologia, entre outras³⁴.

Na sequência do intenso trabalho intelectual que vinha desenvolvendo, data de 1972, em colaboração com Maria Augusta P. de Aguiar Rodrigues e Bernardino Ribeiro, a publicação de um interessante trabalho sobre a *Organização e funcionamento do sistema arquivístico da Repartição dos Serviços Administrativos da Direção Geral das Construções Escolares* (COSTA, RODRIGUES e RIBEIRO, 1972). Um trabalho inovador para a época e representativo dos anos de experiência e de trabalho no campo da Arquivística e da Normalização.

Em consonância com os cargos que desempenhou, desenvolveu diversos estudos. O interesse pela questão da catalogação bibliográfica, que desde o início da década de cinquenta vinha acompanhando com natural interesse foi um desses temas. Como foi possível verificar, esse interesse, patente na comunicação que apresentou ao *Congrès International des Bibliothèques et des Centres de Documentation* em Bruxelas, em 1955, levou à sua nomeação quatro anos mais tarde, em 25 de março de 1959, para prestar colaboração no grupo de trabalho encarregado do estudo das regras básicas internacionais de catalogação, cujos resultados serviram de base ao trabalho que a Junta

³² Mário Alberto Nunes Costa doou a sua biblioteca particular, constituída por cerca de dois mil títulos, à Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, em janeiro de 2010.

³³ Na *Enciclopédia Verbo* publicou os seguintes verbetes: Arquivo Histórico Ultramarino. In *Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 2, [D. L. 1996], colns. 1282-1283; Arquivos dos Ministérios. In *Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 2, [D. L. 1996], colns. 1283-1285; Arquivos Municipais. In *Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 2, [D. L. 1996], colns. 1288-1290; Arquivos das Províncias Ultramarinas. In *Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 2, [D. L. 1996], colns. 1293-1295 e, em colaboração com Maria Teresa Pinto Mendes, Bibliotecas Portuguesas. In *Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 3, [D. L. 1992]. coln. 1270-1278.

³⁴ ZUQUETE, Afonso, coord. - *Dicionário Geral Luso-Brasileiro da Língua Portuguesa*. 2 vols., Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1962-1973.

Nacional de Educação apresentou à reunião preliminar da Conferência Internacional de Catalogação, que se realizou em Londres, entre 19 e 25 de julho desse mesmo ano³⁵.

Neste âmbito, alguns anos mais tarde, numa comunicação apresentada ao V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros realizado em Coimbra, em 1963, retomou o tema da catalogação. Neste trabalho defendeu a possibilidade de criação de códigos de catalogação biblioteconómica para áreas linguísticas. Com efeito, num plano menos ambicioso, como o próprio afirmou, a sua proposta vai ao encontro do que a referida Conferência Internacional (resolução V) preconizou “ao recomendar que os países pertencentes à mesma área linguística procedam às consultas necessárias com o fim de unificar os seus respectivos usos” (COSTA, 1968b:17). Consciente da complexidade e da morosidade do trabalho em causa considerou, todavia, que Portugal e o Brasil “dispõem de esforços disseminados dos seus técnicos mais competentes, carecidos, no caso português, de um traço de união real”, isto é, a língua.

Mário Costa aponta o trabalho desenvolvido, desde 1954, pela Comissão Brasileira de Catalogação e o contributo dado por ambos os países para a normalização da catalogação bibliográfica à escala mundial, na Conferência Internacional sobre os Princípios de Catalogação, que decorreu em Paris, em 1961 para reforçar a “oportunidade” de realização de tal trabalho (COSTA, 1968b:18). Aliás, reforça essa ideia referindo um trabalho anterior conjunto para a área linguística do português como foi o caso da edição da Classificação Decimal Universal cujo “sistema lentamente se vai enraizando em nossos dias nos dois países” (COSTA, 1968b:18). Ao abrigo dos trabalhos paralelos sugeridos pela Primeira Conferência Internacional acerca dos Princípios de Catalogação, propôs a constituição de um grupo de trabalho luso-brasileiro que se dedicasse a estas atividades.

No campo da Arquivística, uma das temáticas que mereceu a sua atenção e sobre a qual produziu um pequeno trabalho diz respeito à terminologia arquivística. Na referida reunião científica realizada em Coimbra, em 1963, na sequência da proposta de criação de um código de catalogação biblioteconómica para países de língua oficial portuguesa, apontou a necessidade de unificação da terminologia arquivística em língua portuguesa. Numa extensa introdução sobre os trabalhos produzidos até à data – reveladora do interesse e do acompanhamento que fazia do tema –, apontava a necessidade de tratamento da temática pelos arquivistas portugueses e brasileiros. Justificou essa necessidade pelo número de falantes em língua portuguesa, pela grande massa documental produzida em língua portuguesa existente nos dois países assim como pelo benefício de que o trabalho de arquivo teria “numa época como a actual, em que um e outro começam a adoptar em seus arquivos técnicas que, suplantando em eficiência as tradicionalmente aplicadas, introduzem ao mesmo tempo novos conceitos” (COSTA, 1968b:8).

A introdução “em Portugal, em 1960 dessas novas técnicas” e não obstante as dificuldades que a uniformização da terminologia poderia trazer, considerava necessário, à semelhança do que se vinha praticando noutros países, “coligir as noções arquivísticas em língua portuguesa, sejam tradicionais ou recentemente adquiridas, atingir definições, unificar, quando necessário, a terminologia” por forma a incluir esses resultados no trabalho da Comissão Internacional de Terminologia Arquivística (1960). Para o efeito, propôs a criação de comissões nacionais semelhantes à Comissão Internacional ou

³⁵ Lisboa, ANTT, ISBA, Cx. 86, Processo n.º 385/1 A – Pasta 345/11.

“grupos de trabalhos discretos, abertos, activos e entusiastas, que considerem o programa, a experiência e os resultados” da referida comissão assim os casos tipicamente portugueses.

Na terceira das comunicações que apresentou no Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, em 1963, Mário Costa expôs um trabalho no âmbito da normalização do trabalho intelectual e da documentação com aplicação aos casos brasileiro e português. Na comunicação, referindo-se a anteriores atividades de cooperação luso-brasileira como, por exemplo, a já referida edição luso-brasileira da Classificação Decimal Universal apontou uma outra onde essa cooperação deveria ser estimulada. Nesse sentido, apesar de algumas diferenças em relação à atividade de normalização nos dois países, sugeriu a continuação do mesmo, nos países de língua portuguesa, considerando não só as recomendações da ISO, como também os casos específicos da área linguística em causa. Além disso, propôs a criação de um órgão ou sistema coordenador da normalização nos dois países, que promovesse a unificação das normas portuguesas e brasileiras já publicadas e incentivasse a criação de novas normas (COSTA, 1968b:13-14).

Em todos os trabalhos encontrou-se um ponto de convergência: a necessidade de normalização, tanto ao nível da catalogação biblioteconómica, como da terminologia arquivística ou do trabalho intelectual e da documentação, ou seja, áreas onde se destacou pela sua atuação na Comissão Técnica Portuguesa de Normalização da Documentação bem como na 3.^a Secção da Junta Nacional de Educação.

A atividade intelectual no campo da Arquivística e da Biblioteconomia, que iniciou após a entrada no Arquivo Nacional como Conservador, intensificou-se e atingiu o seu ponto alto nas décadas de sessenta e setenta, enquanto bibliotecário arquivista no Ministério das Obras Públicas. Foram cerca de duas décadas de intensa atividade não só como responsável pela Biblioteca e Arquivo o Ministério das Obras Públicas, mas também como Presidente da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização da Documentação e como vogal da 3.^a Secção da Junta Nacional de Educação, que lhe granjearam grande notoriedade no seio da Arquivística e da Biblioteconomia portuguesas da segunda metade do século XX.

Cargos e funções no exercício de uma profissão

Ao longo do seu percurso profissional como bibliotecário e arquivista, Mário Costa também foi chamado a desempenhar alguns cargos, designadamente a presidência da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização da Documentação assim como o cargo de vogal da 3.^a Secção da Junta Nacional de Educação, dedicado às Bibliotecas e Arquivos.

O interesse demonstrado por esta temática levou a que fosse convidado, em julho de 1964, para a presidência da Comissão Técnica. O plano de ação definido permitiu que ao longo de sete anos em que presidiu a este órgão, fossem emitidos cerca de sessenta pareceres de estudos de norma, inquéritos, normas e revisão de normas já publicadas. Além da produção e revisão de normas, Mário Costa centrou também a sua atenção na sensibilização para o seu uso. Um desenvolvimento de ações de sensibilização que permitiu não só um aumento do número de utilizadores das normas de Documentação,

como a sua difusão em setores profissionais diversos e um alargamento da área geográfica de implementação (COSTA, 1968a:471).

No plano internacional, a ação centrou-se na colaboração, com o Comité Técnico N.º 46 da International Standardization Organization (ISO/TC 46 – *Documentation*) e com as demais Comissões Técnicas de Normalização da Documentação dos restantes países membros desta organização. A cooperação traduziu-se no estudo de cerca de três dezenas de anteprojetos e projetos de recomendação para transposição para a normativa nacional.

Neste âmbito, foi convidado para participar no Simpósio Regional da África Austral sobre Informação Científica e Técnica, integrado no *66th Annual Congress of the South Africa Association for the Advancement of Science*, em Lourenço Marques (atual Maputo), em 1968, onde defendeu o papel da Normalização no domínio da informação documental, revelando o interesse em implementar programas de investigação e desenvolvimento no domínio da normalização da documentação e focando os benefícios, a curto ou médio prazo, desses trabalhos (Costa, 1969). De igual modo, chefiou a delegação portuguesa que participou nas reuniões do Comité Técnico n.º 46 da International Standard Organization (ISO/ TC 46 – *Documentation*), em Estocolmo (1969) e, em Lisboa (1971), na 13.ª reunião plenária do referido Comité.

A nomeação para o lugar de vogal da 3.ª Secção (Arquivos e Bibliotecas), da Junta Nacional de Educação aconteceu em fevereiro de 1966, por convite dirigido pelo então Ministro da Educação Nacional, Inocêncio Galvão Teles.

A atividade desenvolvida ao longo de quase uma década como vogal da 3.ª Secção da Junta Nacional de Educação, entre 1966 e 1975, onde marcou presença de forma assídua, incidiu sobre aspetos variados, entre os quais se podem destacar, além da redação de pareceres técnicos de vária índole, o trabalho desenvolvido no âmbito de diversos grupos de trabalho³⁶. Além da colaboração no grupo de trabalho dedicado às *Regras Portuguesas de Catalogação* (1967-1968) (PEIXOTO, 1975), Mário Costa apresentou um projeto de diretrizes para a implementação de um Catálogo Coletivo das Bibliotecas Portuguesas (1967).

Este projeto de diretrizes e a sua implementação pretendiam garantir o funcionamento regular de um serviço de informação bibliográfica e servir como elemento de base para a redação e publicação da bibliografia nacional, a implementar por fases, segundo as possibilidades de colaboração do pessoal das bibliotecas, centros de documentação e outros depósitos bibliográficos. Como último passo deste projeto, tornar possível o empréstimo de livros entre bibliotecas nacionais, encarando também a possibilidade do empréstimo internacional, mediante regulamentação própria.

Mário Costa dedicou, ainda, parte da sua atividade na 3.ª Secção da Junta Nacional de Educação à elaboração de vários pareceres técnicos³⁷. Entre outros podem destacar-se os pareceres respeitantes às medidas elementares contra o risco de incêndios nos edifícios pertencentes às autarquias locais; sobre a reprodução de documentos na posse de

³⁶ Apesar de ter integrado a Junta Nacional de Educação até 1975, apenas dispomos de informação até 1971, nomeadamente o livro de atas das sessões.

³⁷ Lisboa, ANTT – *Terceira Secção da Junta Nacional de Educação*. Sessões de 21/10/1968, 21/07/1969 e 18/01/1971.

Arquivos e Bibliotecas do Estado (1968); sobre a livre circulação de livros no mundo (1969) e sobre as condições para o Depósito de Arquivos dos Governos Cívicos (1971).

A atividade associativa e académica

A par do desempenho profissional como bibliotecário arquivista e dos demais cargos anteriormente referidos, Mário Alberto Nunes Costa esteve também vinculado a diversas associações e organizações científicas. Como prova dos seus interesses culturais e científicos foi sócio do Conselho Internacional de Arquivos, entre 1955 e 1987 e integrou a Academia Portuguesa de *Ex-Libris*. Nesta associação, foi sócio fundador e Secretário da primeira Direção, entre 20 de maio e 10 de novembro de 1953, quando solicitou a sua exoneração³⁸. Ilustrativa dos seus interesses culturais e científicos, a sua ação teve, contudo, maior notoriedade na Academia Portuguesa da História e na Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD).

Na BAD, a dedicação e a competência que sempre demonstrou estiveram também presentes nos trabalhos preparatórios da sua fundação³⁹. Nesta associação, onde se manteve como sócio desde a sua fundação até março de 1981, de notar a sua participação, entre outros aspetos, em várias reuniões de valorização profissional, em atividades de investigação ligadas à terminologia arquivística e na elaboração dos estatutos⁴⁰. Além disso, integrou o Grupo de Trabalho N.º 12 dedicado ao Plano Nacional de Arquivos (1975) (NOTÍCIA, 1975:36-37) – na sequência da saída de Maria Julieta Oliveira –, foi representante da Associação no grupo de trabalho encarregado de estudar a reestruturação do Estágio de Preparação Técnica de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (1975)⁴¹ e, segundo Manuel Luís Real, “ficou encarregado de coordenar os trabalhos sobre “Normalização de Terminologia Arquivística” (REAL, 1987:241).

Neste contexto, de referir a sua nomeação para integrar alguns grupos de trabalho. Em 1974 destaca-se a sua nomeação pelo Secretário de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação Científica do Ministério da Educação e Cultura⁴² para integrar juntamente com Manuela Cruzeiro e Maria Isabel Martins Alexandre, a Comissão de Estudos dos Assuntos Culturais e Investigação Científica para o estudo das condições de reestruturação e organização do Centro de Documentação Científica do Instituto para a Alta Cultura. Dois anos mais tarde, foi designado pelo Ministério para integrar o grupo de trabalho *ad hoc* criado no âmbito do Conselho de Ministros de 20 de janeiro desse ano⁴³ e

³⁸ Lisboa, Arquivo da Associação Portuguesa de Ex-Libris. *Pasta de Sócios 1* – Ficha de inscrição de Mário Alberto Nunes Costa. Cf. Sócios fundadores da Academia Portuguesa de Ex-libris. *Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Libris*. 1 (set. 1955), 18.

Da sua colaboração com a Academia publicou: COSTA, Mário Alberto Nunes – Marcas de posse bibliográfica, marcas de autor, marcas de impressor: apontamentos para um inventário. *Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Libris*. IIª série, 11 (maio 1959) 22-23.

³⁹ Lisboa, BAHMOP, *Arquivo Privado Mário Costa*, Cx. 2.

⁴⁰ Lisboa, BAHMOP, *ibidem*. Do seu arquivo particular constam diversos apontamentos manuscritos sobre o projeto de estatutos da BAD e de reuniões de valorização profissional.

⁴¹ Lisboa, BAD, *Actividades*, Cx. 423 - Pasta 1.

⁴² Lisboa, BAHMOP, *Processo pessoal de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 5.885.

⁴³ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Presidência do Conselho de Ministros: Gabinete do Primeiro-Ministro: Resolução do Conselho de Ministros de 20 de Janeiro de 1976. *Diário do Governo*. 1.ª Série. Lisboa. N.º 26 (31 jan. 1976), p. 238-239.

sob a dependência do Gabinete do Primeiro-Ministro, com o objetivo de estudar a política a seguir na preservação e destruição de documentação e conservação da informação científica e técnica.

De destacar ainda, em 1974, a nomeação para membro do júri do concurso para Técnicos Especialistas em Documentação do quadro do secretariado técnico da Secretaria de Estado do Planeamento, em matéria de documentação e informação económicas e, no âmbito do seu Ministério, a representação da Secretaria-geral, na qualidade de vogal efetivo na Comissão Consultiva de Estatística, entre 1977 e 1980.

Em outubro de 1980, foi designado pela Secretaria de Estado da Cultura para participar, na qualidade de perito bibliotecário, num inquérito instaurado à Biblioteca Nacional. Contudo, num processo em que o próprio nunca fora consultado sobre a sua disponibilidade para participar no referido inquérito, Mário Costa declinou tal nomeação, afirmando que “não fora previamente consultado, como era curialmente elementar, por qualquer órgão da Secretaria de Estado da Cultura sobre a minha disposição em aceitar ou não a tarefa referida no presente ofício. Lamento que, desse modo, só agora haja disponibilidade de, por esta via, informar S. E. o Secretário de Estado da Cultura a quem apresento os meus respeitosos cumprimentos, que a tarefa é inadequada à minha pessoa e que, por princípios de vária ordem, os quais desejo continuar a seguir, o desempenho da apontada intervenção é inaceitável”. Em reforço da sua posição, o Secretário-geral do Ministério, em informação dirigida ao Ministro da Obras Públicas considerava que “tal designação, para além de afectar o normal funcionamento da Divisão de Documentação da Secretaria Geral era susceptível de perturbar as boas relações existentes com a Biblioteca Nacional, dado o melindre da situação que porventura se levantariam, o que é manifestamente inconveniente”⁴⁴.

A colaboração com grupos de trabalho e na elaboração de trabalhos de natureza técnica, no âmbito da Arquivística ou da Biblioteconomia cessou com a aposentação da Função Pública. Porém, cerca de uma década depois, em março de 1991, aceitou o convite endereçado pelo Presidente do Instituto Português de Arquivos, Professor Aires Nascimento para colaborar com o grupo de trabalho sobre Normas de Descrição em Arquivo, coordenado por Ana Franqueira, tendo em vista a elaboração de um comentário à *Carta de Princípios para a elaboração de Normas de Descrição em Arquivo*⁴⁵.

A situação de prestígio que gozava entre os bibliotecários e arquivistas portugueses também foi motivo para lhe terem sido dirigidos alguns convites para ministrar formação em alguns cursos. Em outubro de 1965 foi convidado para reger, nos dois semestres do ano seguinte, matérias à sua escolha no Curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília. Porém, a presidência da Comissão Técnica e o cargo de vogal da 3.^a Secção da Junta Nacional de Educação impediram-no de aceitar tal convite⁴⁶. Entre outros, podem-se ainda citar o Curso de Técnica Bibliográfica, promovido pelo Instituto de Investigação Científica de Angola, que decorreu em Luanda, entre 21 de novembro e 5 de dezembro de 1966, onde proferiu, equiparado a Bolseiro do Instituto para a Alta Cultura, lições sobre

⁴⁴ Lisboa, BAHMOP, *Processo pessoal de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 5.885.

⁴⁵ Lisboa, BAHMOP, *Arquivo Privado Mário Costa*, Cx. 2. Do seu arquivo pessoal consta toda a informação referente à colaboração que prestou com este grupo de trabalho (BAHMOP, *Arquivo Privado Mário Costa*, Cx. 2).

⁴⁶ Lisboa, APH, *Curriculum Vitae – Aditamento*, ponto 3.

Normalização e sua aplicação prática à Documentação. Dois anos mais tarde, foi convidado pelo Diretor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Álvaro Júlio da Costa Pimpão, para ministrar lições sobre Normalização Documental, em sessões de sessenta minutos no Curso de Atualização de Técnicas Biblioteconómicas e Documentais, que decorreu em Coimbra, entre 9 e 14 de dezembro de 1968.

Na Academia Portuguesa da História, onde foi eleito Académico Correspondente, a 14 de dezembro de 1979, deu provas da sua assiduidade às sessões normais e extraordinárias, entre 1981 e 1995, sendo de destacar a colaboração regular nas suas sessões com a apresentação de trabalhos resultantes de prolongada investigação.

O seu intenso labor historiográfico, mercê da apresentação de trabalhos de grande mérito científico, valeram-lhe a elevação a Académico de Número, em 24 de junho de 1988 e, à categoria de Académico de Mérito, a 3 de dezembro de 2003. O trabalho desenvolvido no seio da Academia foi objeto de diversas distinções: Prémio de História Calouste Gulbenkian – *História de Portugal dos séculos XVI a XX* e o Prémio Dr. Possidónio Mateus Laranjo Coelho, *ex-aequo* com Alberto Iria (1984); o Prémio Augusto Botelho da Costa Veiga (1991); o Prémio de História Calouste Gulbenkian – *Presença de Portugal no Mundo* (1994); o Prémio Aboim de Sande Lemos (1996) e, em 2001, naquele que foi o seu último trabalho, *ex-aequo* com Manuela Mendonça, novamente o Prémio de História Calouste Gulbenkian - História Regional, pelo seu trabalho sobre *O Montadigo na sociedade portuguesa dos séculos XII a XVI* (VIVAS, 2012: anexo 8).

No campo do ensino, Mário Alberto Nunes Costa teve também uma curta experiência como docente universitário. A título de convidado, iniciou funções, em novembro de 1981 como Professor Extraordinário contratado, no Departamento de Ciências Históricas da Universidade Livre de Lisboa, onde regeu a cadeira anual de Biblioteconomia e Arquivologia (opção da Licenciatura em História). Até 1985, período durante o qual exerceu funções docentes na Universidade, também desempenhou as funções de Secretário do Conselho Escolar (1981-1982) e de vogal substituto do Conselho Pedagógico e Científico da Universidade (1982-1983 e 1983-1984)⁴⁷. Prosseguiu a docência no Departamento de História da Universidade Autónoma de Lisboa, em 1986, onde participou na organização inicial da referida instituição e planeou os programas das cadeiras de Teoria das Fontes e Problemática do Saber Histórico e de Biblioteconomia⁴⁸.

Conclusão

Ao longo do século XX, muitos foram os arquivistas e bibliotecários que, com maior ou menor grau de protagonismo, marcaram o processo de consolidação da chamada arquivística técnica e científica. Entre essas personalidades, encontra-se o arquivista e bibliotecário português Mário Alberto Nunes Costa (1920-2010).

Apesar de formado segundo um paradigma custodial e tecnicista, que ao longo do século XX dominou em Portugal, foi um profundo conhecedor das tendências em voga no seu tempo, da qual a sua biblioteca pessoal e a participação em reuniões e congressos internacionais são disso o melhor testemunho. Um pensador que nos legou alguns

⁴⁷ Lisboa, APH, *Curriculum Vitae – Aditamento*, ponto 3. Anexo 3.

⁴⁸ Lisboa, APH, *Curriculum Vitae – Aditamento*, ponto 4. Anexo 3.

estudos técnico-científicos mas, sobretudo, alguém orientado para a ação, que procurou aplicar na prática o resultado da investigação a que se dedicou ao longo da vida.

O seu profissionalismo e ação empreendedora em tudo a que se dedicou, estiveram bem patentes ao longo da sua atividade como arquivista e bibliotecário, assim como em todos os cargos e funções que desempenhou. Embora pouco conhecido do público em geral, Mário Costa destacou-se como grande impulsionador dos arquivos dos ministérios, sendo o melhor exemplo disso o trabalho desenvolvido sob a sua égide na direção e organização da Biblioteca e Arquivo do Ministério das Obras Públicas.

Um trabalho notável que transformou a instituição que dirigiu, num serviço modelo para a época. Um modelo que seguiu as diretrizes do que de mais inovador se praticava em termos de construção e/ou remodelação e de equipamentos, destinados a edifícios para arquivos. No âmbito do tratamento arquivístico da documentação, iniciou uma fase de grande atividade com a publicação de diversos instrumentos de pesquisa (inventários preliminares). Um plano de ação arquivística com provas dadas noutros países, que lhe permitiu ao introduzir, em Portugal as técnicas documentais de Schellenberg, organizar e tornar acessível de forma imediata a documentação custodiada.

Mercê da projeção que granjeou no meio profissional, em particular, e na comunidade científica, em geral, e das suas áreas de interesse, foi nomeado para o desempenho de cargos de grande relevo no sector arquivístico e bibliotecário nacional, nomeadamente o de vogal da 3.^a Secção (Bibliotecas e Arquivos) da Junta Nacional de Educação e a presidência da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização da Documentação.

Uma vida intensa que se estendeu também ao associativismo, participando ativamente como colaborador dos *Cadernos de Biblioteconomia e Arquivística* e nos trabalhos preparatórios de constituição da BAD e, de um modo geral, como membro ativo do movimento regenerador da Arquivística e da Biblioteconomia portuguesas, iniciado na década de sessenta século XX.

Fontes arquivísticas

Arquivo da Academia Portuguesa da História

- Processo de Académico de Mário Alberto Nunes Costa
Processo n.º 283

Arquivo da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

- Documentos da Dr.^a Isabel Cepeda, Cx. 435
- Actividades, Cx. 423, Pasta 1
- Actas - Diversos

Arquivo da Associação Portuguesa de Ex-Libris.

- *Pasta de Sócios 1* – Ficha de inscrição de Mário Alberto Nunes Costa

Arquivo Central do Ministério da Economia

- Direção Geral da Indústria
Processo individual de funcionário Mário Alberto Nunes Costa
Processo n.º 746

Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças

- Direção Geral da Fazenda Pública
Processo individual de Mário Alberto Nunes Costa
ACMF/Arquivo/DGFP/PIF/0127

Arquivo Histórico da Secretaria Geral do Ministério da Educação

- Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes
Registo biográfico de Mário Alberto Nunes Costa, 3.º Conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo
AHME/ cx. 2923/ doc. 1114

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- Arquivo do Arquivo
Ordens de Serviço, Cx. 4, Lv 10; Cx. 110, Lv. 245-A
Processo individual de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa
Processo n.º 77, n.º 260 – NT 116
- *Cadernetas da Ordem de Avis*, C. 638 a C. 643
- COSTA, Mário Alberto Nunes – *Registo provisório e muito sumário das espécies adquiridas pelo Estado português* [exemplar manuscrito]. 1950.
Disponível em: L. 18.
- Junta Nacional da Educação
Registo de Actas das sessões da 3.ª Secção, Lv. 81
Registo de cartões de vogais, Lv. 135
- PIDE
Serviços Centrais, Bol. 18.453, NT. 7.974
Delegação de Coimbra, P.I. 2.207, NT. 4.458

Arquivo da Universidade de Coimbra

- COSTA, Mário Alberto Nunes – *Inventário, Catálogo e Índices de alguns documentos avulso do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Coimbra: M. A. N. C., 1948.

Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

- Arquivo Privado Mário Costa
Caixas 1, 2 e 3
- Processo pessoal de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa
Processo n.º 5.885

Referências bibliográficas

BRENNECKE, Adolf

1953 *Archivkunde: ein Betrag und Geschichte des Europäischen Archivwesens*. Leipzig: Köler und Amelang, 1953.

CASSESE, Leopoldo

1959 *Introduzione allo studio dell'archivistica*. Roma: [s. n.], 1959.

COMISSÃO EXECUTIVA DAS COMEMORAÇÕES DO V CENTENÁRIO DA MORTE DO INFANTE D. HENRIQUE

1960 *Monumenta Henricina*. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960. Vol. I.

COSTA, Mário Alberto Nunes

1953 As bibliotecas e os arquivos devem ser centros de trabalho útil. *Diário Popular*. Ano XI, n.º 3.705 (1953) 1 e 11.

COSTA, Mário Alberto Nunes

1955a *Os arquivos del-rei D. António e de seus servidores*. Coimbra: Universidade, 1955.

COSTA, Mário Alberto Nunes

1955b Contribution à l'étude de la normalisation du catalogage des livres. *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. 3 (1955) 230-234.

COSTA, Mário Alberto Nunes

1956 Novos edifícios para arquivos: nota de leitura. *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. 8 (1956) 379-387.

COSTA, Mário Alberto Nunes

1957 A documentação e o desenvolvimento da indústria portuguesa. In CONGRESSO DA INDÚSTRIA PORTUGUESA, 2, Lisboa, 1957 – *Actas*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1957.

COSTA, Mário Alberto Nunes

1960 *O Arquivo da Superintendência-Geral dos Contrabandos: 1771-1834: inventário preliminar*. Coimbra: [s. n.], 1960.

COSTA, Mário Alberto Nunes

1963 Núcleos do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas. *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*. 1 (1963) 115-164.

COSTA, Mário Alberto Nunes

1964 O Arquivo da Montaria-Mor do Reino: 1583-1833: inventário preliminar. *Revista Portuguesa de História*. 11:1 (1964).

COSTA, Mário Alberto Nunes

1968a Desenvolvimento da normalização da documentação em Portugal. In ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS E ARQUIVISTAS PORTUGUESES, 2º, Lisboa, 1966 – *Actas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 467-471.

COSTA, Mário Alberto Nunes

1968b *Três comunicações: apontamentos para a unificação da terminologia arquivística na língua portuguesa; Normalização da organização do trabalho intelectual e da documentação, no Brasil e em Portugal; Da possibilidade e*

oportunidade de criação de um código de catalogação biblioteconómica para países de língua portuguesa. Coimbra: [s. n.], 1968.

COSTA, Mário Alberto Nunes

1969 Normalização e organização da documentação. *Boletim de Normalização*. 18:2 (1969) 57-62.

COSTA, Mário Alberto Nunes; RODRIGUES, Maria Augusta P. de Aguiar; RIBEIRO, Bernardino

1972 *Organização e funcionamento do sistema arquivístico da Repartição dos Serviços Administrativos da Direcção Geral das Construções Escolares*. Lisboa: Direcção Geral das Construções Escolares, 1972 [policopiado].

FARIA, Maria da Graça [et. al.]

1983 Subsídios para a história de Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. 1 (1983) 7-9.

HEREDIA HERRERA, Antonia

1998 Archivos y archiveros entre la Guerra Civil y las Españas de las Autonomías. In Juan Jose Generelo y Ángeles Moreno López (Eds.). *Historia de los archivos y de la archivística en España*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial: Universidad de Valladolid, 1998. *Notícia: Boletim Informativo Interno*. 2 (1975) 36-37.

PEIXOTO, Jorge

1957 *Para uma reforma das bibliotecas e arquivos portugueses*. Coimbra: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1957.

PEIXOTO, Jorge

1975 Notícia Breve sobre as Regras Portuguesas de Catalogação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*. 3:2 (1975) 193-198. [Em linha]. [Consult. 29 mar. 2015]. Disponível em:
<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?ddo=0000002950&dd1=d9f59>

PERES, Damião

1940 *O Curso de Bibliotecário-Arquivista*. Coimbra: [s. l.], 1940.
Separata da revista *Biblos*. 15:2 (1939).

PERICÃO, Maria da Graça [et. al.]

1984 Subsídios para a história de Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. 1 (1984) 5-63.

PORTUGAL. Ministério da Justiça

1966 *Código Civil Português: exposição documental*. Lisboa: Ministério da Justiça, 1966.

PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas

1980 *1852-1977: Comunicações apresentadas às sessões técnicas realizadas no âmbito das comemorações do 125^o aniversário do Ministério das Obras Públicas*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, 1980.

PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas

1981 *Lista dos Instrumentos de Pesquisa aplicáveis a Núcleos do Arquivo Histórico do Ministério*. 4.^a ed. Lisboa: Secretaria Geral do Ministério, 1981.

PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas. Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

1959 *Biblioteca e Arquivo do Ministério das Obras Públicas*. [Lisboa]: M. O. P., D. G. E. M. N., 1959.

PUJADAS MUÑOZ, Juan Jose

2002 *El método biográfico: el uso de las historias de vida en ciencias sociales*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2002.

RAU, Virgínia

1961 *Arquivos de Portugal: Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 1961.

Separata da comunicação apresentada ao I Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1950.

REAL, Manuel Luís

1987 Gestão do património arquivístico nacional. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 2^o, Coimbra, 1987 – *A Integração europeia: um desafio à informação: actas*. Coimbra: Livraria Minerva, 207-246.

RIBEIRO, Fernanda

2002 Da arquivística técnica à arquivística científica: a mudança de paradigma. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. [Consult. 29 mar. 2015]. [Em linha]. Disponível em: repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8459/2/artigo3511.pdf

RIBEIRO, Fernanda

2003 *O Acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação para a Ciência e a Tecnologia: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. Vol. I e II. [Em linha]. [Consult. 29 mar. 2015]. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7058>

RIBEIRO, Fernanda

2008 *Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial: a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão: 1887-1965*. Porto: CETAC - Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação; Edições Afrontamento, 2008.

SCHELLENBERG, T. R.

2006 *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6.^a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, Armando Malheiro da Silva [et al.]

2009 *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. 3.^a ed. Porto: Afrontamento, 2009.

VIVAS, Diogo António Correia

2012 *Mário Alberto Nunes Costa: a acção arquivística e bibliotecária*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012. Dissertação de Mestrado. [Em linha]. [Consult. 29 mar. 2015]. Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/10173>

A DESTACADA FUNÇÃO SOCIAL DO ARQUIVO OTOMANO: Hazîne-i Evrak ou Osmanlý Arşivi, Arşiv

THE DETACHED SOCIAL FUNCTION OF OTTOMAN ARCHIVES: Hazîne-i Evrak or Osmanlý Arşivi, Arşiv

Sílvia Maria do Espírito Santo

Resumo: Esta discussão gira, primordialmente, em torno da função social da instituição-arquivo e do seu reconhecimento e significação histórica otomana na Turquia, desempenhando esta instituição funções administrativas e sociais na defesa dos direitos civis. Tecnicamente, a instituição-arquivo inscreve-se, de forma clara, na Arquivística desenvolvida na Europa, Canadá e América Latina, ainda que, politicamente, seja mais flagrante o seu papel de “lugar de memória” do Império Otomano e o seu contributo na metamorfose do Império em “Estado-Nação” laico e moderno através da ação militar e política de Mustafá Kemal Atatürk (1881-1938). Assim, o Osmanlý Arşivi, Arşiv, ou Arquivo Otomano, centralizado e ramificado em duas grandes cidades na Turquia – Ankara e Istambul –, é, aqui, alvo de uma caracterização genérica que visa torná-lo conhecido para o leitor em língua portuguesa, até porque estamos perante uma das instituições arquivísticas mais importantes da Europa e da Ásia em função dos seus elevados padrões de atendimento à pesquisa internacional e à eficiente prestação de serviços públicos que revela ter.

Palavras-chave: Instituição-Arquivo, função social; Turquia, linguagem

Abstract: This discussion is mainly around the social function of the archive-institution and of its recognition and historical Ottoman relevance in Turkey, taking into account the institution’s role as far as its administrative and social functions in the defense of civil rights are concerned. Technically, the archive-institution can be placed within the scope of the Archive Science developed in Europe, Canada and Latin America, although politically its role as “local of memory” of the Ottoman Empire and its part in the metamorphosis of the Empire into a secular and modern “Nation-State” by means of the political and military action of Mustafá Kemal Atatürk (1881-1938) is more evident. The O Osmanlý Arşivi, Arşiv, or Ottoman Archive, Mustafá Kemal Atatürk, which is centralized and branched in two big cities in Turkey – Ankara and Istanbul –, is the target of a generic characterization that will enable Portuguese readers to recognize it as one of the most important archive-institutions in Europe and Asia regarding the high standards of usefulness in what concerns international research and the provision of public services.

Keywords: Archive-institutions, social function; Turkey, language

Introdução

Do ponto de vista da gestão documental, pode-se afirmar que o Arquivo Otomano¹, no território turco, espelha a estrutura evolutiva dos arquivos ocidentais, nomeadamente os mais conhecidos da Europa e América Latina, a partir da administração central, e que são

¹ “The original building was located on the grounds of the grand vezir’s offices in Gülhane and contained several main groups of documents: the records of the Imperial Council (Divan-i Hümayun) and the records of the grand vezir’s office (Bab-i Ali), as well as the records of the financial departments (Maliye) and cadastral surveys (taputahrirdefteri). With the establishment of the Republic, the Hazine-i Evrak was transformed into Başvekalet Arşiv Umum Müdürlüğü (The General Directorate of the Prime Ministry) and eventually the Başbakanlık Arşiv Genel Müdürlüğü. During this period, the records of various nineteenth-century Ottoman offices and administrative authorities were added to the collections”. In: <http://hazine.info/basbakanlik-arsivi/> (Ottoman Archive).

o resultado das razões político-administrativas do Estado-Nação. O destaque da função social do referido arquivo reside, provavelmente, nas proximidades históricas, religiosas e territoriais com países que tiveram origem nas antigas civilizações e que se encontram em conflito, ou em permanentes guerras, em redor da Turquia.

Durante a busca de publicações referentes ao “assunto arquivo”² deparámo-nos com uma notícia recente, numa página da Internet originária da Argentina, sobre a transferência dos documentos palestinos. O pequeno artigo refere a informação jornalística da transferência de uma documentação específica do Arquivo Otomano na Turquia para a Palestina. Nesse artigo, tal feito é considerado como um grande passo dado pelo governo turco. A notícia, aparentemente sem repercussão imediata, denota uma situação de estranhamento para o leitor. Para além disso, parece algo provocadora quando se tem em conta a função social de um arquivo. Assim, seria possível um arquivo público, com milhares de documentos históricos, ser útil no que concerne à recuperação de terras de antigos proprietários de um território dividido?

Imediatamente recorreríamos à história da instituição para responder a tal questão.

A questão da identidade dos documentos, a pertença, a proveniência e origem e a atribuição da prova de propriedade poderão questionar o controlo israelita das terras palestinianas? A intenção de requerer os direitos palestinianos através de documentos faz sentido na História e no controlo bélico regional acirrado no movimento sionista?

Esta notícia foi timidamente veiculada na página eletrónica do CIDIPAL - Center for Information and Documentation on Israel para a América Latina. O texto coloca a transferência dos arquivos de registo de terra aos palestinianos como um ponto positivo, tal como expresso na citação abaixo:

“Um importante paso em la política turca que apoya la lucha contra Israel. Nabil Marouf, embajador de Palestina en Ankara, transmitió que, La Autoridad Palestina, recibió por parte del gobierno turco, un copia del archivo otomano. Marouf definió la iniciativa turca como un paso muy importante que ayudará, a lós palestinos, a probar la propiedad de las tierras amezadas por el control de elementos israelíes oficiales y organizaciones de colonos”.

Neste excerto podemos verificar claramente a expectativa em relação à transferência documental e supostos beneficiários palestinianos na comprovação das propriedades de terras implicadas nas questões da luta pela devolução das terras aos Palestinos. E segue:

“O Archivo Otomano contiene cantidad de información, de gran valor, sobre las tierras palestinas durante el período otomano e incluye registros de tierras documentadas en microfilm. La embajada palestina se propone inaugurar un sector consular especial, que se ocupará de recibir pedidos –

² Este artigo faz parte de processos de pesquisa e análise da linha “Gestão da Informação” sobre a temática e sobre a Cultura do Café, orientando-se pelos documentos levantados no Arquivo Otomano e por estudos dos efeitos da organicidade documental. Foram iluminados pela história do arquivo e evidenciam a “microrresistência” dos documentos inseridos na perspectiva do valor documental. São tidos com valor de autenticidade na elaboração de significados que são representados em documentos, nas letras do alfabeto arábico da antiga língua turco-otomana.

por parte de palestinos – para obtener registros de propiedad y se propone emplear expertos que sepan leer la lengua turca de la época.

Todo palestino podrá enviar una solicitud a la embajada con información sobre su bienes inscritos, número de escritura, nombre del propietario, nombre de la ciudad o la aldea y número de parcela”.

A notícia parece duvidosa, porque, sem referências às fontes utilizadas, a margem de interpretação torna-se ampla e com um risco enorme de descredibilizar o que foi veiculado. De qualquer modo, é relevante no que diz respeito à possibilidade de se criar um setor consular com o intuito de se ocupar apenas dos pedidos de comprovativo de registo de terras por parte dos palestinianos.

Os palestinianos poderiam sonhar ter as suas terras de volta a partir do acesso documental e rever as propriedades por direito adquirido? Os efeitos de uma guerra que se prolonga teriam fim aquando da comprovação de posses a partir dos documentos arquivados? Essa pergunta ingénua não esconde uma verdade que mora além da confirmação do direito à propriedade, que é a questão religiosa, determinante na história regional e na sustentação da realidade belicista que atravessam os séculos. E está assim, finalmente, aberta uma discussão acerca do papel social dos arquivos na recuperação dos valores da humanidade, que tem sido barbaramente atingida no que concerne aos seus direitos civis. Contudo, é importante mencionar que ainda não é possível afirmar que a invenção dos arquivos centralizados do poder de Estado é invenção do período moderno, pois a Roma Antiga já dava destino aos arquivos que possuíam esta função ou característica da função centralizada de poder governamental e direitos públicos.

Cabe aqui uma citação de Giddens (2003:29) que remete a discussão dos arquivos como significações humanas da estrutura social para um resultado das práticas sociais, ou seja como um caminho para a compreensão da função social não cristalizada, consideravelmente bem mais interventiva no espelhamento das culturas regionais e no contexto dos estados democráticos.

“Resumamos nossa argumentação até aqui. A estrutura, como conjuntos de regras e recursos recursivamente organizados, está fora do tempo e do espaço, exceto em suas exemplificações e coordenação como traços mnémicos, e marcada por uma "ausência do sujeito". Os sistemas sociais em que a estrutura está recursivamente implicada, pelo contrário, compreendem as atividades localizadas de agentes humanos, reproduzidas através do tempo e do espaço. Analisar a estruturação de sistemas sociais significa estudar os modos como tais sistemas, fundamentados nas atividades cognitivas de atores localizados que se apoiam em regras e recursos na diversidade de contextos de ação, são produzidos e reproduzidos em interação” (GIDDENS, 2003:209).

Peters (2013) explica que a teoria da estruturação de Anthony Giddens se baseia no facto de que a produção, reprodução e transformação das “propriedades estruturais” de quaisquer sistemas sociais (ainda que no plural) estão ligadas intimamente ao tempo e espaço. Acrescenta, ainda, que a ligação ontológica se dá pela habilidade do sujeito, ou seja, ao analisar a teoria do sociólogo inglês, Peters reconhece que há uma feição das estruturas que está intimamente associada às práticas dos atores (GIDDENS, 1993^a:128-

129; 2003:29-33 *apud* Peters, 2013). De acordo com Giddens, referido por Peters (2013) as estruturas são entendidas como “regras e recursos” organizados como sistemas sociais, socialmente incorporadas, com capacidade reflexiva por parte dos próprios agentes dessas práticas. As estruturas sociais são, portanto, constituídas pela agência humana e são, ao mesmo tempo, o meio da sua própria constituição.

Na História é possível encontrar “meios e práticas” que representam testemunhos de que a ação da memória se ampliava na função do arquivo de documentos para que estes servissem de prova testemunhal dos direitos da população, além do fenómeno humano da prática de arquivar registos a partir das antigas civilizações do Médio Oriente. Em Portugal, no século XIV, tal como mencionado por Silva et al. (2009:81), no “processo evolutivo da Idade Média para a época moderna” está patente a busca de direitos por parte da população³.

Contudo, durante a Revolução Francesa, aquando da “nova fase” da concentração dos documentos do Estado em guardas permanentes, quebrou-se a forma sistémica dos arquivos e destinaram-se-lhes setores, tendo as formas pelas quais concebemos os arquivos atualmente sido definitivamente definidas como “administrativas” ou “histórico-culturais”.

Na altura desenvolvem-se dois aspectos da identidade do arquivo: 1) o primeiro aspeto diz respeito ao princípio da territorialidade dos documentos, uma vez que estes estavam definitivamente atribuídos ao significado da nacionalidade e 2) o segundo contempla a inventariação dos bens dos nobres para dar acesso aos documentos com caráter público.

A contribuição da Lei 7 de Messidor⁴ foi definitiva para perfilar o Archives Nationales francês. Com efeito, “Aí se conservavam os fundamentos da organização do Estado, os registos das deliberações mais odiadas pelos revolucionários, os títulos de nobreza e de propriedade dos partidários da monarquia” (SILVA et al., 2009:82).

Os arquivos públicos erguem-se a partir da própria história local, regionalizada administrativamente, e desenvolvem-se na direção do exercício da guarda, disponibilização e função social. Na maioria das vezes, em estados autoritários ou democráticos, estão em concordância com os aspectos políticos, intensificados, ou não, pela economia, na interpretação dos direitos e defesa da população ou de acordo com os sistemas ideológicos procedentes dos poderes de Estado.

³ “O exemplo do arquivo da Torre do Tombo é sintomático quanto à existência de um processo evolutivo, sem sobressaltos, da Idade Média para a época moderna. E isto é tanto mais significativo, quanto se sabe que a experiência portuguesa não foi indiferente à reforma operada no seio da Corte castelhana e que culminou na organização do Archivo de Simancas. O início do processo de modernização da Torre do Tombo parece remontar ao reinado de D. Afonso V. Após a crise de 1383-84 deu-se um forte movimento de afirmação das comunidades locais que, para melhor defesa dos seus direitos, receberam instruções para arquivagem da própria documentação municipal (carta régia de 12 de maio de 1393) e solicitaram o traslado de originais existentes no arquivo da Coroa, que diziam respeito à sua região. Foi o caso do município do Porto, cujo requerimento deu origem ao chamando “Livro Grande”, uma extensa colectânea de privilégios e doações remontando as mais antigas do século XII” (SILVA et al., 2009:81).

⁴ A Lei de 7 Messidor definiu que os manuscritos confiscados pela Revolução Francesa deveriam ficar sob a custódia da Biblioteca Nacional e também considerou que os documentos como cartas geográficas, astronómicas e martírima que deveriam ser destinados a outro local. Nesse momento teve início a separação dos documentos indispensáveis à administração e àqueles de caráter histórico e cultural.

Giddens (2003), ao analisar a sociedade a partir da teoria da estrutura, afirma que a estrutura crescente das instituições possui uma linha de entendimento a partir do aprofundamento do conhecimento das atividades sociais como *extensões de espaço-tempo*. A sua perspectiva obrigaria a repensar as divisões das disciplinas clássicas como a sociologia da história e a geografia. Admitimos, no entanto, as limitações do presente estudo no que concerne à amplificação das questões teóricas na análise do problema da estrutura social em relação à função social. Podemos, ainda, afirmar que as necessidades atuais das análises institucionais pedem articulação entre as teorias das Ciências Sociais para entender os fenómenos sociais, inclusive os relativos aos arquivos. Contudo constatámos que, genericamente, os arquivos, são o espelho de instituições como hospitais, fábricas, escolas entre outros e, como tal, não podem “virar as costas para a sociedade global” (SILVA, 2009) e devem considerar os papéis desenvolvidos pelos agentes (administrativos, jurídicos, culturais) na Sociedade da Informação.

No mesmo sentido parece-me pertinente a observação de Bacellar (2014) ao inferir que os arquivos estiveram, durante anos, voltados para os interesses dos historiadores. Tal questão reporta à função cultural que assumiu a instituição a partir da Revolução Francesa (Lei de 7 Messidor)⁵.

Faremos aqui duas pontuais observações a respeito dos complexos conceitos “competência e relevância” dos agentes sociais informacionais no âmbito da Arquivística. A primeira refere-se à importância contextual histórica para a *formação dos arquivos* e a segunda à questão da função social por eles exercida, comumente chamada de *informação de arquivo*.

Como os hospitais, os arquivos não podem cessar o atendimento, apesar das dinâmicas internas que são relativas a cada sociedade, pois defendem os interesses sociais e políticos com critérios técnicos e normativos determinados. Para um arquivo, a organização documental, tal como “os pacientes hospitalares”, só faz sentido no âmbito humano. De facto, os documentos não são estáticos como objetos em vitrinas dos melhores museus. O documento pede leitura, reflexão e entendimento, assim como a *informação* implica um dinamismo que é cognitivo e sócio-comunicacional.

Entende-se que este fenómeno é a seiva do conhecimento das técnicas arquivísticas e, assim, ao contrário do objeto museológico que depende integralmente do conhecimento especializado, a leitura do documento amplia os sentidos quando há, no receptor, o interesse civil, a informação ou o conhecimento básico da arquivística.

Leitura do documento e serviços

O jovem pesquisador surpreende-se com a sala de leitura do arquivo e para sair do estado inicial de uma franca inércia frente ao documento a ser lido, ou de modo a ultrapassar o facto de estar imbuído de uma admiração cega pelo mesmo, aconselha-se a que o pesquisador tenha conhecimentos iniciais acerca deste tipo de documentos, tal como se espera do arquivista. É, ainda, relevante referir que este profissional acumula, também, a

⁵ No século XVIII, durante a Convenção de 1789 da Revolução Francesa, as triagens e eliminações realizadas destinaram o que se considerava indispensável para a administração e aquilo que seria conservado para interesse histórico-cultural (Baudier citado por SILVA et al., 2003:100-101).

função de mediador. As dinâmicas de atendimentos próprios dos serviços rotineiros de um arquivo são também comuns na América Latina e na Europa, cada qual com sua maneira cultural, dentro de sistemas particulares, distinguindo-os no sentido da demonstração dos acervos em linguagens de acesso.

Algumas terminologias ou princípios tornam-se básicos para o entendimento do conjunto documental e organização. Estes princípios da Arquivística – fundos, proveniência, organicidade – presentes e originários no mundo ocidental, a partir da derrocada da monarquia europeia e da fundação do Archives Nationales em 1789, criaram descendências no direito público ao acesso, garantido em estatutos e regulamentos internos das instituições arquivísticas modernas. Porém, o confisco e expurgo de documentos, ainda que carregado de intenções ideológicas criou (ou reforçou) dois fetiches sociais modernos: o da *raridade* (atribuindo-lhe o valor de objeto museológico) e o da censura (ocorrida em momentos de transição, assentamento e manutenção político-ideológica). Muitos dos documentos “raros” têm como destino as vitrinas dos museus, em corredores ou salas de exposição.

No cotidiano de quem pesquisa, nos ambientes silenciosos dos arquivos, são “observáveis a olho nu” as mais subtis ou secretas intenções ou, ainda, aquelas que estão em linha com as perspectivas dos governos detentores do poder de guarda dos arquivos documentais público: são as palavras não ditas, mas implícitas no ambiente do pesquisador. Para os interessados serão sempre necessários os bisturis das legislações articuladas com bibliografia, fotografias e depoimentos pessoais na revelação dos factos e na interpretação do leitor.

A égide ideológica hegemônica do poder, que permeia os factos e as ações é, muitas vezes, surpreendente e resistente. No Brasil, são exemplos desse processo a produção documental gerada no Regime Militar e as aberturas dos arquivos da ditadura, de acordo com um projeto recente, garantido pela Lei de Acesso à Informação (Lei no. 12.527 de 18/11/2011)⁶. Ainda assim, o trabalho demanda (e demandará) um enfrentamento político, com base na Constituição Brasileira, e com apoio do movimento público, no sentido da contribuição para a justiça ou da manutenção da mesma.

Organização e serviços do arquivo

Antes de atribuir a um arquivo a existência ou não da *função social* é possível entender os contextos historicamente constituídos a partir do conhecimento da estrutura social e das práticas da gestão da informação, que se relacionam com a prática empírica, fecundada pelas relações sociais, políticas e pelo crivo da visão da mudança de paradigma concetual do *fenómeno da informação* proporcionada pela Ciência da Informação. Silva et al. (2009) defendem que a exploração da natureza da Arquivística mediante a dificuldade de entendimento das questões epistemológicas da informação, como no caso das reduções no sentido do estudo da memória histórica, sistematiza a urgência em assumir as mudanças paradigmáticas: do documento à informação. Contudo, consideramos que a imensidão dos sentidos e inquietações provocadas pela arquivística se aproximam da

⁶ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/04/documentos-da-ditadura-estao-disponiveis-na-internet>. Acedido em 5 jan. 2015.

pragmática “multissecular” rotineira, técnica, epistêmica e possui as diretrizes para o social⁷.

Próximos do paradoxo cotidiano do profissional, estamos entre a ausência de políticas claras e a presença das práticas inovadoras que se colocam aos desafios de comunicação no mundo informático, isto é, de quem se obriga a teorizar, a acompanhar as metodologias, a aplicá-las à instituição arquivística, sendo que estas devem ser retroalimentadas em pesquisas científicas (criar, aplicar métodos e sistemas para o atendimento). Assim estão definidas duas instâncias localizadas e caracterizadas na estrutura interna institucional para a gestão do arquivo:

1. Na organização do sistema arquivístico onde se cria o *input/output* dinâmicos, condicionados às políticas arquivísticas dos contextos históricos e culturais.
2. Nos serviços quando se adotam programas habilitados para o atendimento, recorrentes nos guias impressos ou eletrônicos dos arquivos.

Da experiência da organização da informação no arquivo empresarial, por exemplo, temos:

“A Gestão da Qualidade considera a Gestão da Informação um processo estratégico nas organizações pois na gestão dos processos temos informação/documentos, os processos têm que ser documentados para serem correctamente geridos e a qualidade dos processos controla-se documentalmente com registos (evidências). Além do mais, para documentar um processo precisamos de: analisar o processo, as necessidades dos clientes e o valor de cada tarefa do processo, reformulá-lo, determinar os seus componentes (agentes, tarefas, regras, tempos, sequências, diagramas de fluxo, tipos de transacções, tipos de documentos utilizados, normas e acessos), implementá-lo (*workflow*) e integrá-lo com outros processos, controlá-lo, auditá-lo e avaliar o grau de satisfação dos clientes, corrigindo as não conformidades e melhorando ou reformulando o próprio processo” (PINTO e SILVA, 2005:5).

Na sociedade contemporânea, a competência dos agentes mediadores (arquivistas) contribui para que estes vão aprimorando o seu desempenho, adicionando o sentido informacional do atendimento e melhorando o domínio sistémico baseado em razões humanísticas e tecnológicas contemporâneas que permitem converter o conhecimento em uso público.

⁷ No capítulo 3 intitulado “Uma ciência da Informação” da obra *Arquivística. Teoria e prática de uma ciência da informação* (SILVA et al., 2009) há uma apresentação do processo informacional relativo aos arquivos, (fig. 41) com um comentário pertinente: “Após um largo período de desenvolvimento que decorreu praticamente desde as origens da escrita ao fim do Antigo Regime, os sistemas de arquivo sofreram o efeito modelador da viragem ocorrida no processo histórico, com particular destaque para as implicações político-ideológicos, institucionais e jurídico-administrativas da Revolução Francesa [...]. Foi o início da era “pós-custodial” em que os arquivos emergem como sistemas de informação, cuja complexidade nem sempre se confina à ordem material dos documentos e cuja organicidade transcende as vicissitudes da sua tradição custodial”.

Turquia e Brasil: arquivos e linguagens dos tempos democráticos

A partir de 1980 o paradigma do arquivo histórico, assim como aconteceu com os museus e bibliotecas, passou a ser identificado no âmbito da sua função social nos países que derrotaram as ditaduras. Brasil e Turquia são bons exemplos disso mesmo e, tanto no país latino-americano como no país euro-asiático, tais aspectos e mudança da rotação política, não são diferentes. Posto isto, verificam-se as disponibilidades na qualidade do atendimento, a compreensão da fase de maturidade do arquivo, em suma, a realidade em vigor nas políticas sociais e estas não são como estátuas que “jamais possam se enganar ou fraquejar” (BALZAC, 2007); pelo contrário, dinamizam-se e valorizam-se ainda que as imperfeições do sistema de funcionamento não interfiram na fase do processo para identificar as diretrizes e avanços dos serviços. Observar e identificar as funções sociais de uma instituição não anula a competência adquirida em formação e experiência técnica, porque se assim fosse desprezar-se-ia o conhecimento tácito. Pelo contrário, a observação das dinâmicas criativas e a convivência entre os funcionários e pesquisadores no ambiente arquivístico há muito tempo cria ou traz renovação às ideias para a operacionalização de mudanças efetivas no conhecimento.

Retomando os princípios da Arquivística relativamente à abordagem da função social, talvez não seja tão relevante focar os termos *proveniência* e *organicidade dos fundos* na tentativa de unir numa única linha alguns princípios comuns de organização e função social. Não se trata aqui de questionar posicionamentos frente às questões críticas relativas aos termos colocados em suspenso em momentos “pós-custodiais”, mas sim de balizar a uniformidade das práticas dos termos, assim como as âncoras dos fundamentos da arquivística, sempre tendo em consideração as barreiras e facilidades que os diversos arquivos encontram em mundos diferentes.

Neste fórum são evidenciadas as custódias públicas da documentação arquivística, os exemplos pós-custodiais de Arquivos Públicos em Portugal, nomeadamente em Vila do Conde, quando houve a efetivação do projeto de Gestão Integrada do Sistema de Informação da Câmara Municipal de Vila do Conde, Portugal, em 1998.

São inúmeros os exemplos dos projetos e das conquistas encontrados a respeito dos agenciamentos retratando a experiência no micro-universo do pesquisador ao exercer a pesquisa. Esta experiência é frequentemente dificultada pela polissemia vocabular “que desemboca, muitas vezes, na confusão conceptual e na *desmultiplicação* de referências a significantes diferentes” que são evidenciadas tanto no meio informático quanto no meio administrativo, jurídico e histórico de um país (SILVA et al., 2009).

A lista de possíveis desencontros entre estrutura e acesso é ampliada com as questões históricas quando estas não influenciam a produção e a gestão documental, pois que se trata, efetivamente, de uma questão real e não de uma hipótese do sistema de um arquivo. E, por mais que haja aproximações linguísticas ou de costumes entre dois (ou mais) países, as diferenças entre estes estarão sempre presentes, são naturais e, muitas vezes, espelham os esforços comunicativos e os interesses das esferas políticas, culturais e científicas ou correspondem a esses mesmos esforços e interesses.

Quadro 1

Arquivo custodial	Arquivo pós-custodial	Sistema linguísticos diferentes e unificadores – Interoperabilidade
Informação Social	Informação Social	Informação Social baseada na Função Social dos Arquivos, princípio que implica a capacidade de “inter-comunicação, tecnológica, sintáctica e semântica, entre os repositórios de informação existentes na rede ¹⁷³ ”.
Organização tributada na ordem.	Organização tributada no Sistema.	
Objetivo: evitar as clausuras das rotinas e desmotivações	Objetivo: evitar a demasiada confiança nos sistemas	Objetivo: evitar a dispersão das funções do arquivo

Destaque da competência, documento e a função social do arquivo

O mais relevante para a presente discussão está naquilo que os arquivos cumprem em termos de papéis sociais quando os agentes envolvidos são capazes de intervir institucionalmente. Sabemos que, apesar das oscilações políticas e financeiras habituais e, principalmente, a instituição administrativa e cultural, ao focar-se em ações tais como: atender as funções que culminam no serviço de atendimento dos interesses da população (quer no âmbito dos interesses civis, científicos ou culturais) deve manter a “sacralização” do testemunho documental, necessita garantir à população os valores históricos, devendo, ao mesmo tempo, projetá-los e preservá-los para o futuro. Neste sentido, a rotina dos serviços provoca reflexões a respeito da sistematização da função social do arquivo na comunicação na Sociedade da Informação, no âmbito da linguagem.

O Brasil referencia a bibliografia americana, australiana e canadiana ao abordar as questões do desenvolvimento da área de língua inglesa para discutir a relação documental com a organização e indexação. A eficácia tecnológica informacional é adquirida na ascensão do capitalismo, nas condições do taylorismo, ritmando a “ordem”, o produto e o lucro. O universo institucional pertence, por diversas razões estruturais, ao mundo do trabalho, à relação com o “outro” e, muitas vezes, com comunidades de diversos países. O atendimento, os serviços e a produção perfilam-se, no sentido profissional, na ligação direta com o cotidiano do cientista da informação (COELHO, 2011). A referida autora afirma que o estudo da competência do profissional dos serviços ainda parece ser incipiente na área da Ciência da Informação, e para tal, cita os autores Bruce, 1999; Cheuk, 2002; Donnelly e Craddock, 2002; Lloyd, 2003; O’Sullivan, 2002 *apud* COELHO, 2011, quando ainda são escassos os esboços para analisar a realidade brasileira.

Do ponto de vista técnico do arquivo, verificamos que a *competência informacional* também não dilui (nem subtrai) as etapas dos processos de recolha, tratamento e disponibilização. Em tempo real, tais processos, ou fases do processo do genericamente designado “Tratamento Documental”, estão interrelacionados com as relações humanas,

burocráticas e, muitas vezes, são parte da eficiência tecnológica aplicada de forma digital. Portanto, as transformações dos tradicionais “fundos” armazenados num denominado “sistema informacional” promissor, leva a concluir que se estes fundos foram efetivamente modificados isto se deveu à maior intensidade (e específica formação) dos agenciamentos profissionais em conjunto com as políticas públicas postas em prática.

A competência, como descreve Coelho (2011), por exemplo, no ambiente profissional da informação (como a do bibliotecário) em órgãos públicos no Brasil, é essencial. Ambientes em que a competência informacional é um dos pressupostos da biblioteconomia, da ciência da informação e, por assim dizer, da arquivologia, é reconhecida como *função social* da instituição.

Tais preocupações unem-se aos valores, ainda significativos, do documento histórico, quer no âmbito da pesquisa científica, quer na atribuição do valor jurídico de provas, sendo este, por vezes, bastante relevante, uma vez que diz respeito aos benefícios civis destinados aos cidadãos, assumindo a forma, por exemplo, de: certidões, documentos probatórios de heranças, inventários, reivindicações trabalhistas, comprovantes de identidade, entre outros.

Enquanto no Brasil um documento histórico é, por vezes, desprezado pelas instituições, devido à obscuridade da sua caligrafia e/ou linguagem; um documento histórico na Turquia poderá ser comparado aos tapetes, sendo visto como um produto do tecer humano, aplicado como as finas linhas de seda em tecidos tramados secretamente em genealogias árabes ou turcas, com atributos destinados a significar mensagens nas estampas, que estão, atualmente reproduzidas, por exemplo, em lojas ou compondo coleções de objetos dos museus. Neste âmbito das significações, o estudo das estruturas sociais é fundamental para compreender os arquivos do passado, e destinar ao documento o lugar que evidentemente lhe pertence.

Os documentos históricos e a sua disponibilização no Brasil e Turquia

A ponte entre o documento histórico e a função social ampliada à realidade atual e, pontuando argumentos de profissionais de dois arquivos, por exemplo, do Brasil e da Turquia é possível mediante a aprendizagem básica dos termos arquivísticos e da prestação de serviços da instituição. Neste sentido, guardando as significativas diferenças culturais para uma comparação no sentido da prática, do uso e do produto da pesquisa em arquivos, podemos dizer que os contextos históricos, recentes, se assemelham aos serviços prestados às comunidades e aos pesquisadores.

O trabalho de pesquisa e a realização de entrevistas realizadas a diretores, funcionários e utentes de arquivos históricos serviram para demonstrar que a relevância informacional dos arquivos depende, exclusivamente, da preparação técnica e académica do funcionário da informação, independentemente da escala institucional e tem lugar na parte humana do fenómeno não, propriamente, na parte mecânica. Sabemos que os arquivos carregam uma significativa participação na história particular dos países. De facto, trata-se aqui da questão civil, que é particularmente relevante em países que mantêm a conquista da democracia, como é o caso da Turquia e do Brasil. Assim, uma breve descrição servirá

como lembrança dos parâmetros dos contextos históricos para conhecer este arquivo que, situado no espaço geográfico e cultural divisório entre ocidente e oriente, se mantém com os arquivos abertos aos pesquisadores e à população.

O Arquivo Público do Estado de São Paulo, existente desde 1721, está sediado no Estado de São Paulo, possui 26 mil metros lineares de documentação, foi desvinculado da Secretaria da Cultura de Estado e anexado, em organograma administrativo, ao governo, mais concretamente, à Casa Civil do Governo do Estado, pertença do modelo republicano vigente no país desde a proclamação da República a 15 de novembro de 1889. O ponto forte desse processo foi a ampliação do quadro de servidores de qualquer nível superior (embora generalizando as contratações, porque foram extintas as contratações de historiadores e arquivistas). Para além disso, com a efetiva mudança foi possível, ainda, ampliar o acervo de Ofícios Administrativos, ampliar em 10 andares a capacidade do arquivo, atualizar o Sistema de Arquivos com a obrigatoriedade de se criar a tabela de temporalidade e controlar o Arquivo no Sistema de Acesso à Informação – sistema e-SIC e sistema SPdoc para tramitação futura do governo em formato digital e e-SIC para solicitação do interior do estado.

Carlos Bacellar, coordenador do Arquivo Público do Estado de São Paulo entre março de 2007 e julho de 2013, em entrevista concedida para a pesquisa (2014) relata o que conseguiu implementar. Tendo em atenção o trabalho em causa disserta sobre as mudanças que modernizaram a instituição brasileira de caráter regional, do ponto de vista da perspectiva do atendimento às necessidades contemporâneas, a nível da atualização tecnológica, da adaptação à realidade volumétrica e do acesso. Contudo, a efetivação desse processo provocou uma nova postura, que requereu reorientações da política arquivística e a recuperação do valor administrativo, distanciado no tempo histórico no Brasil.

Além do que foi já aqui listado são, também, de referir os projetos para reequipar os laboratórios de microfilmagem, digitalização, preservação e restauro. É importante mencionar, igualmente, que o Arquivo do Estado de São Paulo, se situa junto a uma grande avenida que liga o centro da cidade à zona norte da cidade de São Paulo, com uma população metropolitana de 21 milhões de habitantes (IBGE, 2014) e, projetada, do Brasil (IBGE, 2015) de 203.945.422 habitantes.

Avançaremos para o exemplo do que aqui trataremos, ou seja, a função social do Arquivo, no caso específico da Turquia.

O Arquivo Otomano, sediado em Istambul, possui 120.000m lineares de estantes, com 9 milhões de documentos, contando com 4 milhões de registos identificados por títulos. Está situado no lado ocidental da cidade, que é, simultaneamente, europeia e asiática. O novo prédio foi construído com o objetivo de sediar a instituição, foi recentemente inaugurado, e denomina-se Ottoman State Archives, ou em turco, Osmanlı Arşivi Daire Başkanlığı, ou Office of the Prime Minister Ottoman Archives⁸. Possui as características e conceitos básicos do arquivo: como sejam a recolha, tratamento e disseminação dos documentos. Das funções mais nobres dos arquivos, ou dos repositórios, para além da salvaguarda documental e da disponibilização dos documentos para pesquisas científicas,

⁸ Informações sobre o funcionamento podem ser encontradas no site: Hazine. In <http://hazine.info/2013/10/10/basbakanlik-arsivi/>. Acedido em 10 jan. 2015.

também é de salientar a de servir a população, contribuindo para a garantia de seus direitos civis ou políticos.

Para prosseguir é necessário descrever o panorama da complexa história dos turcos, do ponto de vista moderno. No entanto, descrever a complexidade da realidade turca seria de todo impossível em tão poucas linhas. Como tal apresentam-se, aqui, em seguida, elementos gerais do contexto histórico otomano turco.

“Otomano” é o período de referência histórica do Império turco, entre 1489 e 1922, no território que compreendia Anatólia, o Médio Oriente e parte do Norte de África e Sudoeste Europeu. A dinastia de Osmani (1258, Anatólia) – de onde advém a designação “otomano” atribuída ao período, às classificações dos padrões artísticos, língua, musicalidade, documentos, arquitetura e influências políticas – foi apoiada pelos turcos oguzes, Oğuz. Os oguzes formaram os diferentes grupos dos povos turcomanos, entre os séculos VIII e XI e migraram por três séculos, a partir do século X, vindos do Mar Cáspio, mudando-se para o sul e oeste da Ásia ocidental e da Europa Oriental. Os turcos modernos são considerados descendentes dos oguzes, azeris, os turcos originários da Turquia, turcomanos, turcos qashqais do Irão, turcos do Khorassan e gazaúzes, constituindo uma população de cerca 10 milhões de pessoas. É sabido sobre a história do Império Otomano que o governo era gerido pelo grão-vizir e que este era simbolicamente equivalente à figura do sultão. O auge do império foi durante o século XVII, altura em que dominou o território de abrangência na enormidade continental, desde Anatólia ao Médio Oriente e parte do Norte de África e Sudoeste Europeu.

O Oeste de Anatólia foi governado pela dinastia de Osmani, pelos turcos oguzes, estando a região sob o vasto poder do grão-vizir e admitido pelo sultão. O auge do império, tal como referido anteriormente, foi durante o século XVII, altura em que alcançou cerca de 5.000.000 km de domínio. Em termos de comparação, pode-se dizer que o Brasil possui 9.198 km de extensão marítima, comparada numericamente a uma régua imaginária da abrangência do tamanho do império Otomano. De facto, este compreendia o estreito de Gibraltar, a oeste; o Mar Cáspio e o Golfo Pérsico, a leste; as fronteiras com as atuais Áustria, Eslovénia, a norte; e os atuais Sudão e Iémen, a sul. Alguns historiadores acreditam que o impedimento turco da passagem das especiarias para o ocidente permitiu a descoberta das Américas, por parte de Portugal e Espanha. A marinha otomana dominou, durante o século XVI, os mares no mediterrâneo, no Mar Vermelho e no Oceano Índico. Vasco da Gama terá encontrado os navios otomanos pelos mares da Índia (Demant, 2013)⁹, sendo que a conquista da América estava condicionada ao controlo dos mares de acesso ao oriente.

A instável história do Oriente Médio é marcada pelo avanço da religião islâmica, sendo que 1/5 da humanidade é muçulmana. Foi nos territórios da Península Arábica que surgiu o Islão que se tornou sinónimo do primeiro califado, tendo este paulatinamente avançado para além do Médio Oriente, durante séculos, em especial para três grandes áreas: Sub-Continente Indiano (Paquistão, Bangladesh, Índia), Ásia do Sudeste (Indonésia), África Norte e África Negra. Tanto na Idade Média como na Moderna, o Médio Oriente teve um

⁹ As referências aqui feitas são de aulas virtuais do Prof. Demant dos Cursos da Universidade de São Paulo. Disponíveis em: <http://www.eaulas.usp.br/portal/struts/search.action;jsessionid=AD64FoE1BDC72A3C1132D4E1F47947A4?professor=Peter+Robert+Demant&idOrderView=1b>. Acedido em 10 fev. 2015.

papel fundamental no trânsito comercial, atraindo nomadas e sendo fortemente marcado por conflitos e guerras.

As três colunas do Império Turco-Otomano constituem uma peça importante na relação das potências. A primeira etapa do califado árabe-muçulmano, vai, da época do profeta, do século V ao XI. Durante os séculos XVI-XII-XIII há um declínio do califado. Posteriormente, durante a Idade Moderna, a emergência do Império Otomano-turco foi evidente arrastando-se até ao século XIX. O Império Otomano baseou-se na religião muçulmana entre as esferas políticas e religiosas. Bulgária, Bósnia, Sérvia, Grécia são alguns dos países onde os cristãos foram dominados pelos otomanos.

Os militares otomanos, por exemplo, deveriam ser muçulmanos, havendo, portanto, um controlo, também, do ponto de vista religioso. Será igualmente importante referir que foram absolutistas. Porém, este absolutismo acaba por ser mais harmonioso do que o absolutismo estabelecido posteriormente na França, por Luís XIV, que foi mais feroz. De facto, relativamente ao absolutismo do Império Otomano pode-se dizer que os atritos internos entre sultão e grão-vizir serviam para garantir a descendência dos sultões.

Do ponto de vista militar inovaram, em técnicas e regimes feudais da aristocracia militar, com base na lealdade e relações familiares. Os turcos estabeleceram impostos à população cristã que era obrigada a entregar meninos que eram levados a Constantinopla, que eram desenraizados das famílias cristãs e se tornavam “ponta de espada” do exército otomano (cavaleiros chamados siphais que são janízaros) e que integravam o exército fiel ao sultão, enquanto os ulemás representam o terceiro pilar do poder – os especialistas da lei religiosa.

Entre os séculos XVI e XVII, as relações internacionais são baseadas na configuração: otomanos e mundo ocidental, ainda absolutista, baseado na monarquia. Os turcos começam a integrar-se numa espécie de “jogo” europeu, baseado em atividades ao nível comercial, militar e estadual. Os mercadores franceses, por exemplo, podiam entrar em Alexandria, através de Izmir, entre outros portos, mas somente para as negociações. Caso houvesse conflito, eram assinadas “capitulações”. Tais documentos atestavam às outras potências a existência de um julgamento. Os cônsules eram soberanos, e não o Estado. Efetivamente, esta figura do cônsul foi uma invenção do império otomano e diminuía o poder do sultão. De qualquer forma, importa aqui referir que estes documentos são veículos do poder otomano, atualmente depositados nos arquivos turcos.

O Império Otomano desafiou o poder da Europa Ocidental entre os séculos XV e XIX e desenvolveu-se até 1600 altura em que entrou em decadência, num longo período de enfraquecimento. Sultões particularmente excêntricos, ou exóticos, com atitudes pessoais fetichistas, praticaram atos criminosos que contribuíram para a decadência do império. Do ponto de vista da estrutura económica, esta situação provocou um declínio populacional no século XVIII em relação à França e à Rússia, enquanto havia um animado sistema progressista saído das conquistas europeias e domínio extrativista, escravagista nas colónias americanas. Para além disso, a prata das Américas, inflacionava a economia europeia atingindo o império otomano, por excesso de produção, o que fez com que este importasse mais produtos europeus.

Após a Segunda Guerra Mundial, no período Republicano, com a marcante figura de Mustafa Kemal Atatürk – um oficial do exército que se tornou estadista, fundador da

República da Turquia e primeiro-ministro – a Turquia foi libertada do Império Otomano e da miserabilidade do povo. As imagens de Atatürk, o “pai dos turcos”¹⁰, circulam no país na forma de monumentos, fotografias, assim como constitui um símbolo da conquista de liberdade, da reforma da educação, do alfabeto, da transformação da escrita árabe em turco moderno, das proibições de costumes que se referiam à cultura e poder otomanos (como o uso do turbante), da dignidade civil, da independência e duma subtil figura icónica perfilada na masculinidade que representa até os dias de hoje, o espelho da elegância, autoridade e organização.

O Arquivo Otomano

A procura do arquivo histórico para quem sai da Taksim Square em direção à Biblioteca Taksim Atatürk, Kitaplığı é relativamente simples. A pessoa apanha o autocarro 48T, depois atravessa dois grandes túneis e uma linha acima dos olhos avista um viaduto que corta o horizonte e de onde se vê o segundo mais importante arquivo histórico da Turquia. Destaca-se na paisagem urbana pousado na margem direita de um robusto prédio, com telhados em semi-círculos, retilíneos e um domus com lâminas hexagonais. O prédio foi construído em linhas modernas, influenciado pela cultura otomana e é de autoria do arquiteto turco Hilmi Senalp¹¹. O arquivo foi especialmente criado para albergar os grandes volumes documentais modernos, recolhidos e, com o estabelecimento de Hazine-i Evrak, documento oficiais. Os arquivos institucionais referem-se a documentos de proveniências distintas, de carácter administrativo e centralizados em Kağıthane, um distrito de Istambul, do lado europeu, com uma população de 415.130 habitantes.

Assim como no caso do Arquivo Público do Estado de São Paulo, uma grande avenida permite aceder à sede e o acesso urbano é facilitado pelas linhas de autocarro, com referência a Taksim Square, e, também, pelas linhas de metro. A sua história como arquivo moderno teve início em 1847, e a sua organização teve origem em grupos documentais, no Conselho Imperial (Hümayun Divan-ı) e em registos comerciais. Os conjuntos documentais foram organizados a partir do Conselho Imperial (Divan-ı Hümayun), dos arquivos do Grand Vezir's (Bab-ı Ali), dos arquivos do Departamento Financeiro (Maliye), e dos arquivos do Departamento cadastras (tapu Tahrir Defteri), entre outros.

Com o estabelecimento da República Turca, pelas mãos de Atatürk, os arquivos Hazine-Evrak foram transferidos para Basvekalet Arsiv Umum Müdürlüğü e houve inclusão de vários arquivos otomanos datados do século XIX. A organização do arquivo moderno teve início em 1910, quando foram classificadas as primeiras coleções (Tasnif), cadernos de anotações (Defters) e documentos (Evrak) entre 1918 e 1921.

Ali E Miri classificou 180.361 documentos, İbnülemin Mahmud Kemal outras centenas e, em 1930, Muallim Cevdet classificou 184.256 documentos incluindo assuntos militares, registos de fundações de caridade e escritos imperiais. Possui documentos do sultão

¹⁰ A designação Atatürk, o “pai dos turcos” foi difundida em toda a Turquia.

¹¹ O local, arquitetura e abrigo dos documentos foram criticados em jornais e podem ser verificados. Disponível em: <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2015/02/turkey-ottoman-archives-undermine-akp.html>. Acesso em 15 mar. 2015.

Sülleyman, datados do século XVI, e mantém-se organizado tal como foi reordenado no século XVIII de acordo com os seus fundos históricos¹².

As características fundamentais de um arquivo estão relacionados com a história da instituição, a administração organizacional do General State Archives, em Ankara-capital, e do Ottoman Archives, em Istambul, isto é, são dois arquivos do governo. Não existem, como no caso do Brasil, arquivos estaduais, ou de Portugal, arquivos distritais.

Na intranet, à qual se pode aceder num dos vários monitores da sala de consulta, pode-se seleccionar o documento desejado, a partir das classificações existentes e das coleções particulares. O auxílio dos funcionários é fundamental para a tradução, embora a maioria dos pesquisadores conheçam a língua árabe, o otomano antigo e otomano moderno ou turco. O sistema faz a conversão do calendário muçulmano para o calendário romano. Estima-se que o arquivo recebe pesquisadores de dezenas de diferentes países diariamente. As referências diretas das categorias do programa de acesso utilizado na busca estão indicadas no quadro abaixo:

Quadro 2

Fon	Fundo
Kodu	Código
Dosya	Arquivo
No	Número
Gömlek	Camisa (embalagem)
İşaret No Tarih	Registo sem data
Belge	Documento
Adedi	s/ tradução
Konu	Tópico

A pesquisa inclui, também, uma entrevista que foi aplicada ao Sr. Durmus Kandina, Başbakanlık Osmanlı Arşivi, que possui a função de representante do arquivo e de apoio a pesquisadores, para além de fazer traduções para quem procura dialogar com os responsáveis da instituição. Na sua opinião, partindo do princípio da proveniência, consegue-se reconstruir o percurso de uma prática, por exemplo, se o estado decidir comprar uma sede e gera três documentos distintos, que são verificados na classificação e posteriormente descartados pela comissão nacional de eliminação, a proveniência decide a guarda permanente. Devido à questão do espaço, tal como acontece em países que possuem política de armazenamento documental, esta prática é aplicada apenas para os documentos do período moderno.

¹² Ali Emiri classificou 180.361 documentos com o código "A.E". İbnülemin Mahumud Kemal organizou 467 documentos de acordo com 21 títulos. As questões financeiras que envolviam 12.201 documentos, e as militares que estavam presentes em 8.227, receberam outros códigos como "I.E". Em 1930, Muallim Cevdet seguiu o exemplo de İbnülemin e classificou 184.256 em títulos, entre registos militares, fundação de caridade, e assuntos internos codificados em "C". Há três categorias de organização: Conselho Imperial, Grans vezirate e Assuntos de Estado.

Relativamente às perguntas colocadas na entrevista estas foram: 1. Como é a estrutura sistémica do arquivo? 2. Depois da transferência dos documentos para a sede definitiva como foi organizado o arquivo? Como são as classificações? 3. Qual a quantidade de documentos e de funcionários? 4. Como é o princípio de organicidade no momento da documentação digital?

Prontamente, o entrevistado descreveu que os grupos e séries se baseiam em proveniências de carácter administrativo. Existem também arquivos temáticos, com classificações menores e a maior parte são arquivos do governo. Não existem tópicos. No entanto, há uma classificação temática (em coleções) de, também, vários colecionadores. Seguindo os princípios de organicidade, não se separam os fundos respeitando a relação documental entre eles sendo que, apesar de não aplicarem o conceito da “organicidade”, entendem a coerência entre os documentos, uma vez que estes se complementam em termos de sentido dos conteúdos.

A classificação realizada pelos colecionadores, durante o tratamento documental, foi operacionalizada entre 1930-1940 e, depois, outra parte dos documentos administrativos seguiram uma forma de classificação distinta, pois possuem outro formato como cadernos, manuscritos, ou documentos em série. Quando se trata de um fundo, este é tratado internamente e é posteriormente confrontado com o histórico do Arquivo Otomano, segundo quem o classificou como administrativo, de transporte, de negócios, saneamento, saúde, educação, etc.

Durante o período Republicano aconteceu o mesmo que durante a organização dos documentos históricos do Império Otomano. O princípio de proveniência é importante para a instituição e, assim, é possível reconstruir o percurso de uma prática. Deste modo, por exemplo, de acordo com a vontade do Estado os documentos são identificados e guardados em “portefólio”. Se estes são considerados desnecessários, são eliminados, destruídos. A justificação para esta prática foi dada com referência, por exemplo, à situação do Brasil, que possui a Comissão do Arquivo Nacional, associada ao Ministério da Justiça, ou com qualquer outro país em que um “lugar” para reunir tantos documentos seria inviável, dada a quantidade de documentos produzidos.

Por isso foi instituída, no Arquivo Otomano, uma comissão para tratar e eliminar documentos turcos. Este procedimento de “modern archives”, segundo o entrevistado, representa práticas de destruição dos documentos modernos, resguardando os documentos históricos. A comissão deve levar a cabo a sua tarefa tendo em conta o que é importante e o que não o é, segundo ele. No entanto, estão a aguardar por uma lei para constituir arquivos estaduais no sentido de racionalizar a produção nacional de documentos. O modelo, por isso, é especificamente turco e a conservação segue os padrões europeus de preservação. O Arquivo Otomano nasceu no período de Osmani, por isso pertence à história do domínio turco.

Para terminar a entrevista questionámos o entrevistado sobre o que é mais significativo: a informação digital ou o documento? A resposta, por parte de um defensor dos arquivos históricos, não poderia ser diferente: no caso do Arquivo Otomano são importantes os documentos e, nos casos dos arquivos modernos, é importante a informação.

Estamo-nos a referir a documentos tradicionais, que atestam a forma como a cultura turca se edificou. Além disso, é importante mencionar a existência de um projeto que visa

a digitalização de todos os documentos no prazo de dois a três anos. Parte do acervo foi transcrita para o turco moderno e há, também, um guia publicado em língua inglesa. Diariamente, o Arquivo recebe cerca de 100 pesquisadores perfazendo uma média de 250 por mês. Ao contrário do Arquivo Nacional Chinês, que emprega uma enormidade de funcionários, na Turquia este número é reduzido a quinhentas pessoas em Ankara, e quinhentas pessoas em Istambul. Cerca de 350 pessoas estão alocadas à digitalização e à classificação. As restantes 150 pessoas estão alocadas aos setores administrativos.

A República da Turquia, o Primeiro-Ministro e a Direção Geral do Arquivo do Estado epigrafaram o Guia do Arquivo Geral do Arquivo do Estado, publicado em Ankara, em 2001. Este atesta, no prefácio, que o estabelecimento possui funções gerais do arquivo.

A sociedade e os indivíduos desejam transparência para o acesso privado aos registos assim como a todos os registos públicos. Diferentes arquivistas descreveram a documentação, de acordo com estratificações e épocas a partir de 1900, e tendo em consideração diferentes tempos de organização temática. O catálogo explica onde se encontram os fundos, que estão colocados numa determinada pasta, não havendo um resumo, contudo, acerca da informação contida no documento. As descrições que surgem no catálogo dizem, portanto, respeito aos nomes importantes do período otomano, não existindo, de facto, qualquer descrição adicional.

Tomando como exemplo um utilizador que busque o nome de um determinado arquiteto italiano que trabalhou na Turquia, durante o Império Otomano, este deve tentar a pesquisa pelo menos três ou quatro vezes, em função das letras e caligrafias diferentes referentes ao nome do arquiteto. Deste modo, o utilizador deve recorrer a polissemias e homofonias com registos diferentes para tentar encontrar a informação pretendida. Se há dificuldade no entendimento da caligrafia do otomano moderno, que foi transcrito do otomano antigo, ainda é necessário que o pesquisador leia o documento original. O arquivo criou serviços de atendimento relativos aos mapas, manuscritos e livros. Para além disso, é atualmente possível capitular resumos em as pastas, em catálogos eletrónicos.

A partir da experiência constatámos limitações que dificultam a pesquisa neste tipo de arquivos. Entre estas, destacam-se a falta de domínio da língua turca, na complexidade linguística do período de dominação do Império Otomano e a conversão para a escrita moderna, para o turco moderno. De facto, a língua otomana não é uma língua popularmente conhecida pelas gerações mais novas. As políticas de arquivo, em vários países, debatem-se com a necessidade de potenciar programas adequados, tecnologicamente capazes de difundir a cultura dos seus países, tal como seja a Cultura Otomana.

Turquia e a semelhança brasileira memorial na função social do arquivo

Iniciámos o artigo comparando a custódia dos documentos de dois países (Brasil e Turquia), tomando em consideração dois depoimentos e impressões de gestores e utilizadores. Constatámos que a base da história, os “locais da memória”, não se restringem, a nosso ver, ao endereço da centralização documental. Os “locais da

memória” possuem ramificações entre passado e presente que podem ser inspiradas em Pierre Nora. Assim, afirma-se:

“A função social dos arquivos. Nas considerações em direção à classificação de arquivos privados, é relevante mencionar a função social dos arquivos, custodiadores da informação arquivística. O arquivo é, muitas vezes, interpretado por um duplo significado: preservar o passado e ser o local onde podemos buscar provas e subsídios para reivindicar direitos. Nesse sentido, os arquivos podem assumir o papel de “lugares de memória”, aos quais os indivíduos recorrem para buscar informações que atestam suas origens ou trajetórias” (SILVA, 2011).

Tendo em atenção a razão memorial de ambos os arquivos na análise dos mesmos a dois níveis: a estrutura e a intervenção, lembramos a tese de doutoramento de Goldfeld (2012). O trabalho da pesquisadora foi iniciado com as questões: “As perguntas de pesquisa propostas são: como o Brasil e o Império Otomano negociaram acesso à sociedade internacional dos Estados soberanos centrada na Europa? Quais resultados esperados e inesperados surgiram desse processo? Como e por que esse período coincidiu com o aparecimento das primeiras conexões entre essas entidades periféricas?” (GOLDFELD, 2012:20).

A partir do trabalho desenvolvido, num primeiro nível, com o uso de fontes primárias incluindo as do Arquivo Otomano, os rumos desse artigo tornam-se pertinentes na medida em que o pesquisador, aquele que infere e constrói o conhecimento, possa ser o primeiro nível mediador da informação documental. O segundo nível, diz, por isso, respeito ao âmbito dos papéis sociais gerenciados pelo Estado-Nação.

Em conclusão, e referindo-nos, novamente, à notícia recente da transferência da documentação pertencente à comprovação de terras da Palestina, independentemente da sua notoriedade, constatámos que os arquivos Otomanos se prestaram a um amplo atendimento com caráter social, que vai além das suas fronteiras territoriais. Pelo contrário, e devido à sua própria localização geográfica, os esforços políticos que visam manter uma certa neutralidade quanto aos conflitos do Oriente Médio, na atualidade, após a chamada “Primavera Árabe” e a contínua luta do Estado de Israel versus os direitos de ocupação dos palestinos nas suas próprias terras, talvez preservem o Arquivo com a destacada função social de receber centenas de pesquisadores por dia e de fazer, da austera instituição, um espaço garantido para a pesquisa no âmbito democrático.

Interessa-nos, a partir do presente artigo, investigar posteriormente as categorias respeitantes à informação social, à informação de arquivo e à informação como fenómeno.

Considerações finais

Para o presente artigo seleccionámos anotações da pesquisa de pós-doutoramento¹³ podendo daí extrair elementos no âmbito da discussão da gestão arquivística. No

¹³ O pós-doutoramento (2014-2015) é realizado na Faculdade de Letras de Universidade do Porto, no Departamento de Jornalismo e Ciências da Comunicação. Tema de investigação: *Gestão da Informação: o corredor do café virtual confluente na dimensão da informação estruturada*, sob

espelhamento das instituições arquivísticas conhecidas do pesquisador na prática do levantamento documental, há redimensionamento do papel institucional e da relação social, no momento da remodelagem dos sistemas de tratamento condicionado pelos contextos culturais contemporâneos.

A partir da seleção de documentos e da sua interpretação, a respeito da temática em estudo, objetiva-se erguer temáticas na tentativa de qualificar a discussão a respeito do fenómeno da informação, da Arquivologia e dos sistemas integrados europeus, brasileiros ou turcos.

O exemplo tido em consideração neste artigo é relativizado e verifica-se que, mais do que um importante passo da política turca, como descreve o documento eletrónico argentino na divulgação de um suposta transferência documental, doando cópias dos arquivos otomanos ao governo palestino, este visaria uma importante ação para possibilitar a descentralização do arquivo, atualmente facilitada pelas técnicas eletrónicas, e deverá também ser feita uma reflexão neste âmbito.

Através da observação dos serviços no âmbito da função social destacada relativamente a um arquivo brasileiro, consideramos que a importância dada a este tipo de serviços se deve à articulação das razões de existência das políticas corretamente dirigidas e adequadas aos papéis sociais da instituição.

Considerámos o arquivo otomano, relativamente à estrutura social, a partir da visão de Giddens, demonstrando que a estruturação das instituições se alarga através das extensões de espaço-tempo. No entanto, resta-nos saber qual o percurso que se deve tomar para dar destaque social aos arquivos “custodiais”, sob a responsabilidade do arquivista e das contingências históricas e futuras. Esta ação é sugerida aos arquivos, por fazer uma reflexão da função social entre países de grande complexidade existencial na humanidade e poderá exemplificar situações de trocas nas desvalorizações culturais dos povos que sofrem abusos de poder naquelas regiões.

Referências bibliográficas

ARQUIVOS EM LINHA

[s. d.] Arquivos em Linha. In *Rede Portuguesa de Arquivos (RPA): fundamentos para o seu desenvolvimento e gestão Direção Geral dos Arquivos*. [Acedido em 15 mar. 2015]. Disponível em:
http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/rpa_mc.pdf

CIDIPAL

[s. d.] *Turquia Transfirió a los palestinos El archivo otomano*. [Acedido em 10 dez. 2014]. Atualizado em 21 abr. 2014. Disponível em:

orientação do Prof. Doutor Armando Malheiro da Silva. A tradução dos documentos do Arquivo Otomano, para o projeto de pesquisa do pós-doutoramento, foi realizada pelos universitários na Turquia: Uğur Güney (İstanbul Üniversitesi'nde lisans olarak Tarih, Sosyoloji (Çiftanadal) ve Siyasal Bilimler (yandal) bölümlerinde okumaktadır) e José Rafael Medeiros Coelho (İstanbul Üniversitesi'nde lisans olarak Sosyoloji ve Antropoloji (yandal) bölümlerinde okumaktadır).

<http://www.cidipal.org/noticias/interes-general/4075-turquia-transfirio-a-los-palestinos-el-archivo-otomano.html>

COELHO, M. M.

2011 Competência informacional no ambiente de trabalho: percepção do bibliotecário de órgão público. *Liinc em Revista*. Rio de Janeiro. 7:1 (2011) 170-196. [Acedido em 12 fev. 2015]. Disponível em: <http://www.ibict.br/liinc>

DEMANT, P.

2003 História das Relações Internacionais. Aula 9 - 1500-1750: os Descobrimientos e a primeira onda de colonização. São Paulo: Cursos da USP, Universidade de São Paulo; TV Cultura, 2003. [Acedido em 1 fev. 2015]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aJr9raQeKyo>

GIDDENS, A.

2003 *Constituição da Sociedade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

GOLDFELD, M.

2012 *O Brasil, o Império Otomano e a Sociedade Internacional: contrastes e conexões (1850-1919)*. [Acedido em 18 abr. 2015]. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/10366>

HAZINE

[s. d.] *A guide to researching the middle east and beyond*. Turquia: Hazine. [Acedido em 10 jan. 2015]. Disponível em: <http://hazine.info/2013/10/10/basbakanlik-arsivi>

PINTO, M. M.; SILVA, A. M.

2005 Um Modelo sistêmico e integral de gestão da informação nas organizações. In *2º CONTECSI – Congresso Internacional de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação = International Conference on Information Systems and Technology Management*. São Paulo, 2005. [Acedido em 5 jan. 2015]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3085.pdf>

SILVA, A. M.; PINTO, M. M.

2005 Gestão Integrada de Sistemas de Informação em Autarquias Locais: uma abordagem sistêmica. In *2º CONTECSI – Congresso Internacional de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação / International Conference on Information Systems and Technology Management*. São Paulo, 2005. [Acedido em 5 jan. 2015]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3085.pdf>

SILVA, W.

2011 *Arquivos de Interesse Público e Social: a atuação do Conselho Nacional de Arquivos*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. [Acedido em 2 mar. 2015]. Atualizado em 19 abr. 2015. Disponível em: http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Dissertacao_Wysterclay.pdf

TURQUIA

[s. d.] *T.C. Başbakanlık, Devlete Arşivleri. Genel Müdürlüğü*. [Acedido em 15 nov. 2014]. Disponível em: <http://www.devletarsivleri.gov.tr/>

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA ATRAVÉS DE UM ARQUIVO PESSOAL: o caso do arquivo do poeta Alberto de Moura

THE CONSTRUCTION OF MEMORY THROUGH A PERSONAL ARCHIVES: the case of Alberto de Moura poet's archives

Vanildo Pereira Pontes

Resumo: O artigo apresenta o contexto informacional do arquivo pessoal de Alberto Alexandre Viana de Moura, tem por objetivo apresentar a organização e análise do arquivo pessoal do mesmo como instrumento de construção de uma memória de si e coletiva. O processo metodológico circunscreve no referencial teórico de temas (memória, história, arquivo, ciência da informação) e na análise e organização atribuída ao arquivo, que resultará na resolução do arquivo como instrumento de transmissão da imagem de si construída pelo autor ou produtor do arquivo: unitária, coerente, linear, verdadeira ou sincera.

Palavras-chave: Alberto de Moura; Arquivo pessoal; Documentos; Memória

Abstract: The article presents the informational context of staff Alberto Alexandre Viana de Moura file, aims to present the organization and analysis of the personal file of the same construction as instrument of memory itself and collective. The methodological process limited in theoretical subjects (memory, history, archive, information science) and the analysis and organization assigned to the file, resulting in the resolution of the file as image transmission instrument itself built by the author or file producer: unitary, coherent, linear, real or sincere.

Keywords: Alberto de Moura; Personal archives; Documents; Memory

Introdução

A arquivologia é uma área do conhecimento que busca analisar os processos organizacionais relativos aos fluxos informacionais e propor formas adequadas para seu tratamento, incluindo regras de produção, trâmite, utilização, avaliação e destinação (preservação permanente ou eliminação) de documentos e informações orgânicas.

O arquivo pessoal é a composição de documentos pessoais de cunho privado e público do titular, que representa sua própria história, materiais esses acumulados durante toda a sua vida, sob a resolução construtiva da memória de si coerentemente integrada a esses documentos.

O arquivo pessoal pode ser percebido como uma escrita de si: a pessoa seleciona documentos – desde aqueles mais pessoais até aqueles relacionados à vida pública, passando por fotografias, coleções, objetos e correspondências – com o objetivo de compor relatos de suas histórias de vida. O arquivo pressupõe, portanto, registros e lembranças da vida íntima e da vida profissional.

Ao longo de sua vida de homem simples, público, político e aspirante a poeta, Alberto de Moura reuniu vários documentos e os arquivou para compor a sua memória individual. É esse conjunto de documentos o objeto de análise do presente trabalho. A experiência junto aos *personal papers* de Alberto de Moura apresentou-se como uma possibilidade de

reflexão teórica e metodológica a respeito dos arquivos pessoais, memória e escrita autobiográfica.

O objetivo geral do artigo é apresentar a organização e análise do arquivo pessoal de Alberto Alexandre Viana de Moura como instrumento de construção de uma memória de si e coletiva, discutindo conceitos como arquivo, memória, história, ciência da informação e autobiografia a partir de uma perspectiva interdisciplinar.

Este trabalho proporcionará a obtenção de informações relevantes sobre a contextualização informacional de referências dos estudiosos aos conceitos anteriormente citados e apresentação da organização e análise do arquivo pessoal de Alberto de Moura na construção de sua memória que representa a moldura da história construída por ele através de seus documentos.

Revisão literária - memória, história e arquivo: uma análise referencial

O estudo da memória é preenchido pelas noções de lembrança, esquecimento, silêncio, recordação, relíquia, lugares, passado, presente e futuro, traduzidos na dialética entre memória e história, entre o afetivo e a operação intelectual.

Ao pensar nesta relação entre memória e história, posso perceber a questão de como o passado será visto pelo presente e qual a implicação disso no futuro, mas também como o futuro de hoje será o presente, e o hoje, passado do amanhã.

Essa discussão me aproxima de Hartog (1996), de sua reflexão a respeito da inscrição e do funcionamento da História na dialética: passado, presente e futuro. Em seu artigo, Hartog (1996:140) apresenta a idéia de que “a memória também tem uma história”. Mais precisamente, identifica a “transformação desta economia do tempo” onde “não mais é o passado que deve esclarecer o futuro, mas, inversamente, cabe ao futuro esclarecer o passado” (1996:129). Mas Hartog (1996) também identifica como o futuro cede lugar ao presente, gerando uma crise.

Essa mudança na relação, entre história e memória, é percebida por Nora (1993), em sua obra *Lugares de Memória*, uma empreitada que envolveu diferentes autores em torno da temática da memória e, por que não dizer, da história. Para Hartog (1996:140), o objetivo de Nora, em sua obra, era o de explicitar isto por meio de um instrumento heurístico, os lugares de memória. Ele estava preocupado em perceber como a maré memorial iria influenciar as formas de escrita da história e do exercício do ofício do historiador.

Para Nora (1993), memória e história são completamente antagônicas, ou seja, o que hoje entendemos como memória nada mais é que história. Deixamos de ter uma história-memória, pois esta foi capturada pela história. Segundo o autor (1993:10), um “dos sinais mais tangíveis desse arrancar da história da memória é, talvez, o início de uma história da história, o despertar recente, na França, de uma consciência historiográfica”.

A visão de Nora (1993) acerca do fim da história-memória antecipa algumas das formulações de Hartog (1996) em relação às mudanças do regime de historicidade. O autor define três regimes de historicidade.

O primeiro, ligado à história mestra da vida, em que a memória se faz presente no mesmo patamar da história; ambas têm o mesmo significado. É um regime que tinha no passado seu principal referencial e, segundo Koselleck (*apud* Hartog, 1996:131), o início remonta a Cícero, na história retórica e finda entre o fim do século XVIII e o início do século XIX “quando se elabora – na Alemanha em primeiro lugar – um conceito moderno de história. É o momento das revoluções e de entender a nação, o povo, a república ou o proletariado por meio da ciência (HARTOG, 1996).

O segundo tem como marco a Revolução Francesa e finda em 1989, no bojo das comemorações pelo Bicentenário da Revolução Francesa. É conhecido como o regime moderno de historicidade e tem como marco principal a passagem da história plural para a singular. Na verdade, essa passagem de um regime a outro representa uma mudança do entendimento do tempo. No regime moderno, é o futuro que comanda.

O terceiro regime tem nos Lugares de Memória seu principal representante e como os outros dois regimes também implicam no entendimento do tempo. Neste caso, a questão do presente é que se impõe. Hartog (1996), em dado momento, discute se esse é um novo regime ou apenas um corte do regime moderno. No meu entender, entramos em um novo regime de historicidade, em que a busca pelo registro do que se lembra, do que se vê ou do que se fala é imperativa para a garantia de um lugar na história ou na memória. Mesmo que não seja a memória descrita por Nora.

Mas essa nova relação entre história e memória também identifica uma nova mudança, a que Halbwachs (*apud* Hartog, 1996:132) chamou de “ritmo cada vez mais acelerado de uma vida social” ou, como Nora denominou, a “aceleração da história”. Neste caso, é o futuro que cede terreno ao presente; o agora anseia pela eternidade; vivemos uma era do presentismo.

Para Hartog (1996) essa visão em que o presente busca nascer na memória do passado implica falhas. A primeira abrange a tentativa de o presente se instaurar no passado para conquistar seu lugar no futuro, seu lugar na memória dos outros. A segunda falha é que este movimento traz por parte do presente a busca por sua identidade e raízes, a conservação representada nos monumentos e a proteção ao ecossistema.

Por fim, Hartog (1996) sintetiza essa mudança sob três eixos: o da memória, o do patrimônio e o da comemoração. É dentro dessa crise do presentismo (Hartog, 1996), desse novo regime de historicidade, que a memória sofre uma transformação, uma metamorfose: “[...] menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas. Daí a obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo” (NORA, 199:14).

Essa transição entre memória e história que afeta a produção documental é observada por Rousso (1996), ao perceber a diferença entre documentos escritos e orais. Segundo o autor (1996:1-7), esses não são produzidos na mesma hora: um é contemporâneo ao fato, o outro não; um é produzido em abundância, o outro não; um tem caráter involuntário e o outro, voluntário. Mas ambos se inserem nesse movimento observado por Nora (1993), ao tornarem-se passíveis de crítica, deixando de ser apenas vestígios do passado para ocupar o lugar de fontes históricas em função do ato de escolha do observador. Com isso, fonte e indivíduo histórico são inventados.

Conseqüentemente o “arquivo muda de sentido e de ‘status’ simplesmente por seu peso. Ele não é mais a secreção voluntária e organizada de uma memória perdida. Ele dubla o vivido...” (NORA, 1993:16).

Para Nora (1993:14), essa mudança de sentido afeta “a preservação integral de todo o presente e a preservação integral de todo o passado”. A partir dessa observação, posso traçar um paralelo entre o movimento de aceleração observado na história por Hartog (1996) e Nora (1993) e o movimento ocorrido com os arquivos.

Do ponto de vista arquivístico, as falhas do presentismo observada por Hartog e a obsessão citada por Nora estão baseadas, segundo Colombo (1991:103), no “pressuposto de que a conservação é necessária” em função de uma “obsessão social que detesta o esquecimento e remove o esquecido como uma inquietante prova da impossibilidade de um arquivamento totalizante”.

A primeira coloca nas mãos dos administradores a responsabilidade de eliminar os documentos, excluindo desse processo o arquivista. A segunda tem uma preocupação maior com o que preservar e nega à administração a unicidade do poder de eliminar. A terceira linha transita em dois momentos: o primeiro se aproximando da linha inglesa e, posteriormente, da alemã.

A linha americana também apresenta a noção de valor. O documento é visto pelo valor dado à instituição produtora, à história administrativa e à história em geral. Schellenberg (2002) apresenta dois tipos de valores: o primário, voltado para a administração, e o secundário, para outros usos que não diretamente voltados à administração que os produziu.

A preocupação de Nora (1993) está na eliminação dessa segunda categoria informativa dos documentos de arquivo. Esse valor secundário, ao qual se investe o documento, pode ser compreendido como a transição da memória vivida para a memória historizada e a chave para entender como o arquivo se instaura na categoria de objeto da história.

Outro paralelo que se pode traçar em relação a essa aceleração da história é o que Colombo (1991:17) denominou “uma autêntica vocação para a memória, espécie de mania arquivística que permeia conjuntamente a cultura e a evolução tecnológica”. O autor define quatro categorias de memorização para a relação presente – passado – futuro.

A primeira é a gravação, ou seja, o registro do acontecimento em algum tipo de suporte. A segunda é o arquivamento, o que significa a possibilidade de localizar o registro em dado sistema. A terceira é o arquivamento da gravação, ou seja, a guarda do documento em si e a possibilidade de posterior recuperação. A quarta e última, a gravação do arquivamento. Nesse sentido, a guarda segura do documento, bem como a duplicação para segurança da informação (COLOMBO, 1991).

Essas categorias de memorização remetem à fala de Hartog (1996), Nora (1993) e Rousso (1996) ao analisarem a questão do registro da memória. Na verdade, Colombo (1991) apresenta uma forma de como a sociedade passou a preservar seu presente para, no futuro, garantir seu lugar no passado.

Segundo Colombo (1991), entrar atualmente num arquivo significa estar diante de uma tela de computador que leva as informações contidas em um banco de dados. A pesquisa

em si implica uma operação da memória, ou seja, a seleção, a fim de obtermos, ou recordarmos, aquilo que se deseja. Esse processo foi analisado por Weinrich (2001), ao falar sobre o oblivionismo da ciência apontando os critérios de seleção de um pesquisador de ponta durante a escolha do material a ser utilizado em sua pesquisa. Para o autor, o pesquisador deve seguir os seguintes critérios:

- O que está publicado em outro idioma que não o inglês - forget it.
 - O que foi publicado em outro texto que não o de um artigo de revista - forget it.
 - O que não foi publicado nas respeitadas revistas, x, y, z - forget it.
 - O que foi publicado há mais de cinco anos - forget it
- (WEINRICH, 2001: 293).

Isto significa dizer que o processo de memorização está ligado ao processo de esquecimento daquilo que não será útil. Do ponto de vista arquivístico, significa a seleção e eliminação dos documentos, ou seja, é o momento de escolha daqueles que serão para sempre preservados e, assim, farão parte da memória e da possibilidade de se tornarem objeto da história; é o momento daqueles que não mais têm valor para quem os produziu e não recebem o “valor de testemunho” mencionado por Rousseau e Couture (1998).

Nesse sentido, ao pensar na relação entre memória, história e arquivo, temos a relação que se instaura no sentido de objeto da história, bem como o das formas de acesso e preservação do passado para viabilizar a escrita da história.

Arquivo pessoal: arquivar a própria vida

O arquivo pessoal representa uma fonte de pesquisa única capaz de interagir com estruturas comunicacionais de um indivíduo e sua relação com o mundo. Os avanços de estudos teóricos e metodológicos da arquivologia transformaram esses conjuntos documentais em preciosos repositórios informacionais para pesquisadores que a cada dia se debruçam sobre o estudo acerca de personalidades do mundo da cultura, da filosofia e das artes.

No entanto, a construção desse tipo de arquivo não é privilégio apenas de pessoas com passados representativos. Produzimos e acumulamos informação dando origem a documentos guardados e organizados para um futuro próximo ou não. Essa prática é revisitada por Artiercs, (1998:11), como um mandamento originário da humanidade, quando diz:

Arquivamos, portanto nossas vidas, primeiro, em resposta ao mandamento ‘arquivarás tua vida’ - e o farás por meio de práticas múltiplas: manterás cuidadosamente e cotidianamente o teu diário, onde toda noite examinarás o teu dia; conservarás preciosamente alguns papéis colocando-os de lado numa pasta, numa gaveta, num cofre: esses papéis são a tua identidade; enfim, redigirás a tua autobiografia, passarás a tua vida a limpo, dirás a verdade.

O autor segue afirmando, “arquivamos nossa própria vida com um único destino: a socialização do mundo individual através da leitura de seus documentos, descortinados pelo próprio titular que o conserva, ou por terceiros autorizados (ou não)”.

Silva (2004:77) recorre à filosofia ao afirmar a necessidade de socialização do ser humano e diz: “sabe-se que o ser humano é eminentemente um ser social e político, como lucidamente observou Aristóteles”.

Aspectos psicossociais e psicossomáticos influenciam o indivíduo na guarda de documentos pessoais. Muitos são arquivados e outros descartados, sempre com o cuidado de não deixar a vista qualquer leitura equivocada sobre atos e omissões e que possa gerar repercussão negativa e interferir em foros íntimos do conteúdo de suas memórias.

A definição de um arquivo pessoal confunde-se com a de arquivo privado. A Lei 8.159, de 1991 possui um capítulo dedicado aos arquivos privados e o Decreto 2.942, de 1999 diz no “Art. 5º - Os arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional e podem ser declarados de interesse público e social.” Por sua vez, a Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), reafirma os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas. Nessa perspectiva, Bellotto (2007:207) registra:

A conceituação de arquivos pessoais está embutida na própria definição geral de arquivos privados, quando se afirma trata-se de papéis produzidos recebidos por entidades ou pessoas físicas de direito privado [...]. São papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística, de estadistas, políticos, artistas, literários, cineastas, etc. Enfim, os papéis de qualquer cidadão que apresentem interesse para a pesquisa histórica, trazendo dados sobre a vida cotidiana social, religiosa, econômica, cultural do tempo em que viveu ou sobre sua própria personalidade e comportamento.

Assim sendo, o arquivo pessoal visto como remissiva conceitual de arquivos privados dá origem a uma dicotomia comum aos acervos com documentos de valor histórico. Segundo Duarte e Farias (2005:39):

Antigamente os documentos pessoais eram considerados de índole completamente privada. Por isso eram excluídos dos arquivos públicos. A partir da história contemporânea, os documentos privados adquiriram a qualidade orgânica de documentos públicos. Com frequência, chegaram aos arquivos históricos para que recebam tratamento consoante os princípios arquivísticos.

A partir dessas e de outras definições passa a existir uma linha tênue entre a distinção de arquivos pessoais de cunho público com os de cunho privado. Essa compreensão não é muito nítida e pode complementar-se, pela influência de quem formou o arquivo, sobretudo de titulares que exercem atividades e deixam legado cultural em instituições públicas e privadas, fato bastante comum na maioria desses acervos.

A problemática se estende quando incluímos nesse contexto a definição de organicidade e a difusão de documentos pessoais emanados de ambientes virtuais.

A formação de documentos de arquivos pessoais na Web é uma realidade deste século, proporcionando gritantes mudanças tipológicas na documentação, desde as missivas às

correspondências eletrônicas, dos álbuns de fotografias aos *blog's* e *flog's*, dos telegramas ao SMS, dos diários aos *microblog's*.

Essas mudanças estimulam e renovam teorias arquivísticas. Portanto, estudos como este buscam acrescentar mais-valia naquilo que diz respeito a discussões temáticas sobre arquivo pessoal, na perspectiva da inter-relação da arquivologia com outras áreas.

A necessidade de refletir acerca das controvérsias dos princípios arquivísticos é sugerida por Olga Gallego Dominguez em 1984, e ganha amplitude noutros estudos teóricos de europeus como Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Pedro Abreu Peixoto, e nacionais como Ana Maria Camargo e Heloisa Bellotto, entre outros especialistas.

Por outro lado, o caráter interdisciplinar da arquivologia permite novas abordagens e reflexões sobre arquivos pessoais, comprovado pela estreita relação que possui com a museologia, biblioteconomia, letras, comunicação, psicologia, história e outras áreas.

Para Bellotto (1998), o diálogo entre essas áreas contribui com a arquivologia, uma vez que permite fornecer às metodologias arquivísticas novas possibilidades para melhor embasar a organização de documentos pessoais, sem destoar-se dos princípios básicos da arquivologia. Não obstante, Silva (2004), aponta para a necessidade de se tratar arquivos pessoais como sistema de informação, complexo, é claro, mas que pode ser avaliado de forma “profunda e interdisciplinar,” pela própria necessidade de aplicação de técnicas e métodos evidenciados em pesquisas realizadas pela ciência da informação (CI). Assim sendo, afirma o autor:

O documento pode materialmente existir como coisa, mas epistemologicamente só existe amarrado ao binómio informação-comunicação, não podendo ser estudado, nem difundido à margem deste enquadramento ontológico. Esta prevenção de cariz paradigmático justifica e prepara a operacionalização do método quadripolar através do jogo dialéctico de seus pólos – epistemológico, teórico, técnico e morfológico. (SILVA, 2004:12).

Chamamos atenção quanto à necessidade de se tratar a informação com notória cientificidade, através das técnicas de interpretação e representação disponibilizadas nas inúmeras pesquisas realizadas no âmbito da CI, principalmente as que evidenciam aspectos teóricos e técnicos.

Nesse patamar, consideramos a representação da informação indispensável suporte na análise do documento pessoal. Observamos a constatação de que há necessidade de olhar os arquivos como fonte de informação e com positivas perspectivas impostas pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC), vislumbrando novas possibilidades de acesso e principalmente o direito à informação.

No entanto, independente da adoção das TIC, toda a informação deverá ser tratada de forma criteriosa, respeitando os aspectos de preservação, sigilo, fidelidade e ética. Um arquivo de natureza pessoal carrega valores imbricados no complexo organismo familiar, envolto em objetivos próprios de gerações, baseados em trajetórias individuais.

Segundo Duarte (2007), as etapas do tratamento da informação arquivística possuem bases técnicas, metodológicas, deontológicas e política (incluindo: ética, legislação e

direito), não se limitando apenas aos tipos de arquivos e seus conteúdos, mas, sobretudo à estruturação e o contexto da informação.

Biografia de Alberto de Moura

Alberto Alexandre Viana de Moura, filho de Manoel Alexandre de Moura e Teresa Viana de Moura, nasceu no dia 9 de julho de 1915 no sítio Córrego, município de Cedro, estado do Ceará, o mesmo até aos seus dezanove anos viveu com os pais cuidando da agricultura e da pecuária, na sua cidade de origem. Teve uma vida simples e modesta, pautada numa linha de simplicidade e serenidade, sua vida escolar iniciou-se através de sua própria atenção aos ensinamentos de seus amigos e familiares que transmitiam o bom senso de aprender a ler e escrever, pois o mesmo não tinha recursos financeiros suficientes para suprir sua vida escolar.

O poeta Alberto de Moura foi um pesquisador em filologia e literatura, sendo muito consultado por conta de sua abrangência informacional no conhecimento dessas áreas. Era um infatigável leitor e grande estudioso dos segredos da nossa língua portuguesa a qual escrevia com segurança e vernaculidade, era um apreciador dos clássicos da língua portuguesa, de Luiz Vaz de Camões a João Batista da Silva Leitão de Almeida Garrett. Dos escritores brasileiros tinha preferência por Machado de Assis, Rui Barbosa e Euclides da Cunha e uma admiração pela obra “Os Sertões” a qual lia e estudava diariamente a mesma; o poeta possuía um acervo de quase 150 livros sobre o episódio de Canudos. Pela sua admiração literária nesta obra publicou os seguintes sonetos intitulados: *Canudos*, *Antônio Conselheiro* e *a Queda de Canudos*.

As inspirações poéticas de Alberto de Moura despertaram cedo, e ainda muito jovem ele já fazia versos de toda natureza literária, muitos deles humorísticos e críticos, o mesmo apresenta uma série de sonetos e trabalhos literários em publicações avulsas. O poeta Alberto de Moura era admirado pelas suas performances poéticas, pois muitos admiradores e amigos que conheceu o seu talento e a sua brilhante inteligência, publicavam suas obras literárias em jornais, revistas e livros, que eram recitados em festividades e reuniões culturais promovidos na cidade de Ipaumirim.

O poeta Alberto de Moura foi grande admirador e leitor dos poetas cearenses, principalmente José d’Abreu Albano, Júlio Barbosa Maciel e José da Cruz Filho, em seu acervo pessoal, estão inseridos diversas obras destes poetas, também em sua biblioteca pessoal um de seus suportes materiais encontra-se os melhores dicionários da língua portuguesa, desde Antônio de Moraes Silva até Aurélio Buarque de Holanda. Outras obras de fundamental importância em nossa literatura brasileira são encontradas em seu acervo como os Sermões do Padre Antônio Vieira e as obras do padre Manuel Bernardes dentre outros.

Autodidata, não tendo frequentado escola, o único diploma que possuía era de um curso que fez em Fortaleza com o dicionarista Aurélio Buarque de Holanda, que logo nas primeiras aulas observou o seu destaque no conhecimento da matéria e o convidou para proveitosas conversas particulares. Manteve correspondências com autoridades intelectuais do Ceará e de outros estados. Em sua residência encontra-se guardados como

reliquias as cartas e trabalhos do desembargador Valdetário Pinheiro Mota, do príncipe dos poetas cearenses Cruz Filho e da escritora Nenzinha Galeno.

Em 3 de janeiro de 1935, pelo então prefeito José Gabriel Diniz, foi nomeado amanuense arquivista da prefeitura de Cedro. Depois de exercer outros cargos na mesma repartição, em janeiro de 1947, foi nomeado, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), agente municipal de estatística. Em junho do mesmo ano, por imposição política, o IBGE o removeu para o município de Baixio-Ceará, onde ficou trabalhando até dezembro de 1953, quando aconteceu à transferência da sede daquele município para Ipaumirim - Ceará.

Em 1943 escreveu o soneto *Cidade do Cedro* e dedicou ao seu parente e amigo Cândido Acrísio Costa. Em 1944 casou-se com a professora Graziela Albuquerque e tiveram cinco filhos. Da sua terra natal, Cedro, ele falava sempre na família e nos amigos: Coronel Celsinho, Dr. João Viana, Raimundo Pinheiro, Horário Medeiros, Luiz de Moura e outros, e guardava com saudades lembranças dos Sr. Celso Alves de Araújo, conhecido por Celso Marinheiro, pai do ex-prefeito de Cedro, Dr. João Viana e outros que são continuadores daquela grande amizade que havia entre ele e seu genitor, do farmacêutico José Firmino, do médico Dr. Antenor Cavalcante, do poeta Antônio Valdivino, do comerciante Joquinha Bezerra, dos parentes, Plácido Viana, Salustiano de Moura e do advogado José Militão que fora seu sogro e amigo.

Até o presente momento da biografia do mesmo, se fala das lembranças que guarda da sua terra natal, mas sua história não se completa sem falar da sua vivência em Ipaumirim, terra que o adotou e acolheu como filho. Chegou o poeta Alberto de Moura a Ipaumirim no início do ano de 1954, logo conquistou a amizade de todos e principalmente do prefeito que acabara de assumir o cargo, o senhor Osvaldo Ademar Barbosa, que, como ele costumava dizer, fora o seu maior amigo. Nesta cidade o poeta Alberto de Moura consagrou-se numa pessoa simples, humilde e pesquisador da vida literária, lingüística e de informações cotidianas de seu período de vida.

Na cidade de Ipaumirim, Alberto de Moura goza do respeito e da amizade dos mais simples aos mais requintados espíritos da cultura desta terra: professores, advogados, sacerdotes, agricultores, empresários, comerciantes e políticos. Tanto na cidade de Baixio como em Ipaumirim, prestou serviços à justiça como promotor e defensor dativo. Pela sua admirável inteligência conquistou a amizade dos juízes e promotores que passaram por esta comarca nas décadas de 60 e 70. Ainda hoje lhe dispensam atenção especial os juízes Arisio Lopes da Costa e Paulo de Tarso Vieira Ramos e os desembargadores Gilson Viana e Raimundo Bastos de Oliveira, este último, há bem pouco tempo publicou um livro intitulado “Fatias de Pão”, no qual relata a sua vida como Juiz em Ipaumirim e fala em várias páginas do seu relacionamento com o poeta Alberto de Moura.

Homem de vida simples, todo o seu tesouro se encontra nos seus livros que ele tanto amou e sempre dizia que faria a mesma coisa se começasse a sua vida novamente. Ele sempre teve tendências políticas e foi eleito vereador por cinco legislaturas consecutivas com significativas votações e numa delas presidiu a Câmara Municipal de Ipaumirim.

Foi autor de várias obras regionais na cidade como: os hinos da Escola de Ensino Fundamental e Médio Dom Francisco de Assis Pires e Centro Educacional XI de Agosto (Hoje Escola de Ensino Fundamental Dr. Jarismar Gonçalves Melo), o hino centenário da

feira da padroeira de Ipaumirim Nossa Senhora da Conceição e um belo soneto intitulado *Ipaumirim*, dedicado ao ex-líder político Dr. Francisco Vasconcelos de Arruda.

Em 1981, casou-se em segundas núpcias com a professora Maria do Socorro Olímpio Lucena, com quem teve uma feliz união conjugal. Vivia diariamente em sua casa, na sua calçada, cercado por amigos, muitos de nível intelectual elevado. O poeta Alberto de Moura levou uma vida saudável, com leituras aprazíveis, estudos, charadas e gozadas anedotas.

Os cidadãos da cidade Ipaumirim que o conheceram traçam o seu perfil pela seguinte afirmação: “ele é um tanto esquisito e reservado por temperamento, sempre procura fugir de homenagens e elogios à sua pessoa”. Várias vezes foi convidado para receber o título de cidadão de Ipaumirim, honraria que sempre recusou alegando que é cidadão em qualquer lugar e que não é preciso título para ser cidadão. O poeta Alberto de Moura não procurava obter títulos de reconhecimento como personalidade, pois o seu maior interesse era ministrar e transmitir para as pessoas o mundo vivo da leitura, conhecer e aprender, era uma de suas metas conceituais de vida.

Literariamente o poeta e prosador subscreve os seus trabalhos com apenas dois nomes: Alberto de Moura, o mesmo prescreveu uma vida modesta e sábia que um dia há-de merecer um estudo maior para que os cidadãos do futuro possam valorizar um homem estudioso, um homem de letras, um mestre da língua; produto do seu próprio esforço, sendo um exemplo na educação no município de Ipaumirim.

“Inventariando” o arquivo pessoal de Alberto de Moura

O objeto de estudo deste trabalho – o arquivo pessoal de Alberto Alexandre Viana de Moura – é um arquivo pequeno quando comparado a outros arquivos pessoais, em especial os de homens públicos de expressão nacional que podem reunir milhares de documentos. Por isso, optou-se por criar um inventário que indicasse cada documento do arquivo. Trata-se antes de qualquer coisa, proceder a uma identificação dos documentos, uma vez que o arquivo nunca havia sido analisado anteriormente e também, como é comum nos casos dos arquivos pessoais, ele não possuía nenhuma espécie de organização própria.

De acordo com os objetivos da pesquisa, era importante conhecer o arquivo como um todo e obter um instrumento que pudesse fornecer essa imagem de forma mais imediata. Assim, longe de uma aplicação rígida de técnicas e práticas arquivísticas tradicionais, optou-se pelo inventário através da criação da tabela.

No arquivo pessoal de Alberto Alexandre Viana de Moura (AAVM) foram incluídos todos os documentos com data anterior à sua morte, e também aqueles sem data definida, mas cujo assunto permite incluí-los nesse conjunto. Também foram incluídos no arquivo de AAVM os documentos produzidos ou dirigidos a outras pessoas e que se encontram misturados aos documentos.

Alberto de Moura faleceu em 2007, pode-se evidentemente concluir que os documentos posteriores a essa data foram ali colocados por outra pessoa, e muito provavelmente essa outra pessoa foi sua viúva, Maria do Socorro Olímpio Lucena de Moura.

No inventário, cada documento foi listado e recebeu um número (entrada) à medida que foi retirado das pastas. Na Tabela 1 pode-se observar a distribuição quantitativa dos documentos, conforme sua classificação e número de entradas no inventário do arquivo de Alberto de Moura.

Tabela 1 - Arquivo de Alberto Alexandre Viana de Moura: distribuição dos documentos

Classificação dos documentos	Nº de entradas no inventário
Correspondências expedidas	166
Correspondências recebidas	119
Documentação pessoal	97
Material fonográfico	105
Material fotográfico	165
Material periódico (jornais e revista)	167
Objetos pessoais de Alberto de Moura	19
Produções de terceiros	48
Produções de terceiros sobre Alberto de Moura	15
Produções intelectuais de Alberto de Moura	37
Produções literárias de Alberto de Moura	49
TOTAL	987

Fonte: Inventário do Arquivo Pessoal de Alberto de Moura

No arquivo pessoal de Alberto de Moura foram encontrados documentos de diversos gêneros (textuais, bibliográficos, fotográficos, fonográficos, etc.) e para melhor identificá-los foi indicada, quando possível, a espécie documental (correspondência, lei, certidão, etc.) e a tipologia (carta, telegrama, ofício, lei, decreto, projeto de lei, certidão de nascimento, etc.). Procurou-se também apresentar algumas características da forma ou suporte do documento: se era manuscrito, impresso ou datilografado; se era um rascunho, um original ou uma cópia. Ainda considerou-se se era um recorte (caso de jornais e revistas).

Identificou-se datar os documentos de acordo com a data de sua produção ou acumulação. Quando isso não foi possível incluiu-se notação s/d (sem data). No caso de correspondências, datas dos carimbos postais também foram consideradas. Não foi registrada a data tópica (local).

Acrescentou-se ao inventário, uma coluna de observações, para melhor guiar os trabalhos de pesquisa. Assim, o número total de entradas inscritas no inventário 987 documentos, cuja totalidade dos mesmos no inventário não corresponde à totalidade geral dos documentos do arquivo, que é bem superior e será apresentado no título a seguir.

Organizando e analisando o arquivo pessoal de Alberto de Moura

Um sistema de arranjo do arquivo pessoal de Alberto de Moura poderia levar em consideração aspectos fundamentais de sua trajetória como homem público e como intelectual, ou seja, levar em consideração o contexto de produção e acumulação de documentos.

No caso dos arquivos pessoas físicas, segundo Janice Gonçalves, em texto sobre a classificação e organização de documentos de arquivos, pode-se estudar a vida da pessoa para estabelecer um sistema de arranjo:

Se o organismo produtor de arquivo for uma pessoa física, as fontes privilegiadas para a realização do estudo serão os documentos que concentram informações gerais sobre sua vida. Também aqui, há grande probabilidade de que estas fontes componham o próprio arquivo a ser organizado: currículos (muito úteis, por serem simultaneamente sintéticos e abrangentes), diários (ótimos para esclarecem dúvidas mais pontuais), relatos de caráter memorialístico etc. (GONÇALVES, 1998:21).

Desta forma, uma possibilidade de arranjo da documentação poderá se basear nos cargos e funções profissionais e pessoais que Alberto de Moura exerceu ao longo da vida, com as divisões sendo representando cada um destes cargos ou funções, comportando subdivisões.

Foram identificados os gêneros documentais: textual, iconográfico, fonográfico e objetos. Esses gêneros comportam espécies e tipos documentais, como as descritas abaixo:

- 1 - Documentos textuais (manuscritos, datiloscritos, mimeografados ou impressos; podendo ser: rascunhos, originais e cópias):
 - Pessoais – relacionados diretamente à identificação de Alberto de Moura e demais documentos de seu apreço;
 - Correspondências – recebidas e expedidas;
 - Produções e obras literárias – de Alberto de Moura;
 - Produções literária, religiosa e intelectual – de terceiros
 - Legislação, jurídicos, notariais e técnicos
 - Bibliográficos – Jornais e recortes
 - Panfletos e folders
 - Contábeis e fiscais
- 2 - Documentos iconográficos – fotografias
- 3 - Documentos fonográficos – discos, CDs, DVDs
- 4 - Objetos – materiais físicos e coleções

Identificados os gêneros documentais, delineou-se outra possibilidade de arranjo do acervo documental. Cumpre lembrar que o referido sistema de arranjo é apenas uma tentativa de se obter uma visão global do arquivo.

Após a realização da identificação dos gêneros e tipos documentais presentes no inventário e, pensando-se na possibilidade de um arranjo por séries e subséries

documentais, segundo um critério tipológico e não funcional, pôde-se chegar à distribuição dos documentos apresentada na Tabela 2.

As subséries reúnem documentos que têm formato, ou seja, características formais e de estilos de apresentação semelhantes. Por exemplo, a série correspondências comporta duas subséries: correspondências recebidas e expedidas. Em cada uma delas foram incluídos: telegramas, cartas, avisos, mensagens, ofícios, cartões etc.

Não se procedeu à separação entre os documentos de origem privada e os documentos de origem pública, o que implicaria em outra possibilidade de arranjo do arquivo pessoal.

Na Tabela 2 apresenta-se o número total de documentos (incluindo exemplares repetidos ou não), divididos por série e subsérie, após contagem dos mesmos.

Tabela 2 – Arquivo de Alberto Alexandre Viana de Moura: documentos por série

Série / Subsérie		Nº de Documentos
Pessoais		70
Correspondências	Expedidas	190
	Recebidas	177
	Envelopes com endereços	40
	Rascunhos de endereços	16
Bibliográficos/periódicos	Jornais	44
	Recortes de jornais	217
	Revista	01
Produções de A.A.V.M.	Produções literárias	463
	Produções intelectuais	40
	Produções culturais e religiosas	20
	Discursos, mensagens e informações políticas	13
	Rascunhos	38
Produções de terceiros sobre A.A.V.M.	Produções literárias	44
	Produções intelectuais	61
Produções de terceiros	Produções literárias	42
	Produções intelectuais	08
	Produções culturais e religiosas	12
Cartorários, jurídicos, legislação	Leis, pareceres, intimação	07
	Certidões, certificados, atestados, declarações	07
	Contratos, termos	03
Panfletos, cartões, folders	Panfletos políticos, folders, cartões	30
Contábeis, financeiros, fiscais	Notas fiscais, notas de consumo, recibos, impostos, promissórias, contra cheque	41
Iconográficos	Fotografias	204
Fonográfico	Disco	105
Objetos	Objetos físicos	68
	Cédulas	37
TOTAL		2067

Fonte: Documentos do Arquivo Pessoal de Alberto de Moura

Cabe reafirmar ainda que a divisão dos documentos do arquivo pessoal de Alberto de Moura em séries e subséries constituiu apenas uma estratégia para se ter uma visão geral do arquivo e que foi realizada a partir do inventário.

Na série “Documentos Pessoais”, foram incluídos os documentos de identificação de Alberto de Moura: certidão de casamento, certidão de óbito, certificados e outras certidões, título eleitoral, cédula de identidade, atos de nomeação para cargos públicos, diplomas, receituário médico e entre outros. Incluiu-se também nessa série a “Síntese Biográfica” respectivamente relacionada à biografia digitada e o rascunho do Alberto de Moura.

A série “Correspondência” é umas das maiores do arquivo, o que é comum em arquivos pessoais. Subdividiu-se a série nas subséries “correspondências recebidas” e “correspondências expedidas”, totalizando 387 documentos. A série contém cartas, telegramas, mensagens, bilhetes, ofícios, cartões, convites e outros tipos de correspondência, sejam eles de natureza privada ou pública.

Os assuntos principais da série são: eleições, partidos, administração pública, agradecimentos, cumprimentos ou congratulações, nomeações de funcionários públicos, obras públicas, pedidos e solicitações, manifestações de admiração, negócios, notícias familiares, soneto.

Pode-se identificar a maioria das assinaturas, remetentes e destinatários das correspondências. No conjunto da série “correspondências” aparecem nomes de vulto da política, do jurídico, da religião, do social, bem como “pessoas comuns”: colegas de trabalho, familiares e amigos.

Entre seus principais interlocutores (políticos, intelectuais, religioso, amigos, familiares e organizações) de suas correspondências estavam: ex-governador do Ceará Adauto Bezerra, ex-senador Beni Veras, ex-senadora Heloísa Helena, Paulo de Tarso, Celso Viana de Araújo, poeta cearense Cruz Filho, Chico Luiz, padre António Feitosa, Paulo Viana, União Brasileira de Trovadores, jornal O Estado de São Paulo.

Os documentos da subsérie “correspondências recebidas” têm datas entre de 28 de abril de 1944 e o ano de 2010, sem se considerar os documentos sem data. Os documentos que constam da subsérie são basicamente originais, cópias (manuscritas, digitadas, datilografadas e cópias carbono).

Já a subsérie “correspondências expedidas”, tem como datas-balizas 17 de fevereiro de 1951 e 04 de janeiro de 2008 (as correspondências expedidas nesta última data corresponde aos telegramas enviadas pela esposa Maria do Socorro Olímpio Lucena de Moura avisando as pessoas íntimas sobre a morte de Alberto de Moura), novamente desconsiderando-se os documentos sem data ou com data imprecisa. Os documentos desta subsérie são, em sua maioria, datilografados.

Estão também incluídas na série “correspondências” envelopes endereçados das correspondências recebidas e rascunhos de endereços guardados por Alberto de Moura, a totalidades dos mesmos correspondem a 56 documentos.

A série “Bibliográficos e periódicos” é composta de jornais (maior parte de recortes) e revista, com datas que se estendem desde 28 de maio de 1955 até o ano de 2007, a

maioria dos documentos é representada pelos muitos recortes colecionados por Alberto de Moura, às vezes colados em velhos livros, mas que foram listados individualmente no inventário. Além dos recortes, há também alguns jornais completos.

O documento mais antigo e de maior número de documentos da série “bibliográfico e periódico” do arquivo é uma série sobre Os sertões de Euclides da Cunha e a Guerra de Canudos, cujos documentos eram de mais-valia de Alberto de Moura resultando em estudos e produções literárias e intelectuais. Os recortes enfocam mais diretamente notícias sobre literatura, política, cultura, história e religião. A revista, apenas 01 documento do ano de 1963, também está incluída na série “bibliográfico e periódicos”. Destaca uma série de reportagem sobre a vida e a morte de John Kennedy, presidente dos Estados Unidos.

A série “Produção de Alberto Alexandre Viana de Moura” reúne os escritos produzidos de Alberto de Moura, correspondendo a diversos temas (política, religião, etc.), mas a maioria está estritamente relacionada aos temas literários (sonetos, poesias, etc.). Os documentos da série incluem manuscritos (impressos, digitados e datilografados) originais e cópias. No levantamento das produções de Alberto de Moura foram arrolados 523 documentos. No arquivo, há originais e diversas cópias dessas produções.

A subsérie “discursos, mensagens e informações políticas” engloba 13 documentos. Os discursos, mensagens e informações representam a trajetória política de Alberto de Moura como vereador na cidade de Ipaumirim (Ceará) nos anos de 1976, 1982, 1988, 1992 e 2000.

A subsérie “rascunhos” engloba 38 documentos que estão relacionados aos estudos lingüísticos de Alberto de Moura sobre a língua portuguesa.

Na série “Produções de terceiros sobre Alberto Alexandre Viana de Moura” incluem-se 105 documentos que correspondem às produções de terceiros em diversas formas (poesia, publicação em livro, crônica), que representam várias homenagens ao Alberto de Moura: em alguns desses documentos está incluída a homenagem do desembargador Raimundo Bastos de Oliveira no livro *Fatias de Pão*.

A série “Produção intelectual de terceiros” é composta de 62 documentos que reúnem diversos materiais literários, intelectuais, culturais e religiosos guardados por Alberto de Moura, os quais foram enviados por amigos, colegas e familiares.

A série “Cartorários, jurídicos, legislação e técnicos”, engloba 17 documentos diversos, referentes às leis, pareceres, intimações, certidões, certificados, atestados, declarações, contratos e termos de Alberto de Moura.

“Panfletos” é a série que reúne documentos como panfletos políticos, programas e propagandas de eventos. Há exemplares de alguns panfletos que se contam às dezenas, a exemplo daqueles de divulgação da candidatura de Alberto de Moura ao cargo de vereador de Ipaumirim - Ceará. Destacam-se os panfletos políticos, nos quais Alberto de Moura manifesta a arte literária de divulgar sua candidatura a vereador da cidade com palavras sérias e dinâmicas para se construir propostas para o crescimento do município.

Os documentos da série “contábeis, financeiros e fiscais” totalizam 41 documentos entre notas fiscais, notas de consumo, recibos, imposto de renda, notas promissórias e contra

cheque. Os documentos tanto se referem à vida privada quanto à vida pública de Alberto de Moura.

A série “Iconográficos” é representada por 204 fotografias. As fotografias integram-se perfeitamente ao conjunto dos documentos do arquivo, pois representam a comprovação da vida pública e privada, projetos políticos, profissionais e pessoais como: o convívio com a família e os amigos, participação em eventos, entre outros momentos.

A série “Fonográfico” é representada por 105 discos, DVDs e CDs. Nessa série há diversos gêneros da música (bolero, valsa, seresta, tango, forró, hino) e nomes da música brasileira como: Luiz Gonzaga, Angela Maria, Nelson Gonçalves, Dalva de Oliveira, Sílvio Caldas, Francisco José, Dilermando Reis, Altamiro Carrilho, Zequinha de Abreu. Os DVDs representam homenagens de amigos e familiares a Alberto de Moura e os CDs são gravações reproduzidas de alguns dos discos citados anteriormente que a esposa Maria do Socorro Olímpio mandou reproduzir.

Por fim, a série “Objetos” com a subsérie “objetos físicos” que formam um conjunto de utensílios de uso pessoal, tais como óculos, lanterna, lupa, par de lentes; coleção de chaveiros e cédulas, uma coleção que corresponde a 37 cédulas; em destaque nesta série a máquina de datilografar de Alberto de Moura, pois todas as suas atividades eram datilografadas.

Quanto ao estado de conservação dos documentos, poucos precisam de cuidados urgentes, mas é preciso retirar grampos metálicos, fitas durex. Também é preciso planificá-los e promover uma higienização. Por fim, é necessário dizer que elaborado o inventário, os documentos foram reacondicionados em pastas divisórias, tentando preservar ao máximo a ordem do momento em que foram recebidos.

Considerações finais

A ideia de alguém que se debruça sobre a própria história individual e coletiva que prepara o seu lugar no passado de forma a ser reconhecido no futuro foi o norte deste trabalho. Alberto Alexandre Viana de Moura, na sua biblioteca particular, acumulando e organizando documentos, guardados em pastas, agiu conscientemente, intencionalmente. Autobiográfico, o arquivo se impõe como instrumento de transmissão da imagem de si construída pelo autor ou produtor do arquivo: unitária, coerente, linear, verdadeira ou sincera.

Homem brilhante, inovador, progressista, leal, político, literário, lingüístico comprometido com os fatos e os acontecimentos do momento público e privado; um homem de vida familiar tranqüila e convívio digno entre seus amigos e colegas, que desde seus estudos da língua portuguesa e leitura das mais clássicas obras da literatura brasileira até suas atuações políticas e profissionais o faz caracterizar.

Há no arquivo um eu que enuncia e afiança o discurso e a construção da memória, que atesta uma verdade única neste arquivo. Os arquivamentos do eu são, aqui, a escrita de si e evidenciam uma pretensão de totalidade do indivíduo. Alberto de Moura acumulou documentos na expectativa de que se reconheça neste arquivo a sua verdade. Verdade atestada pelos documentos, provada.

A organização do arquivo do poeta Alberto de Moura possibilita uma prescrição da construção de uma memória única de um homem de meras e verdadeiras palavras datilografadas ou não em seus trabalhos, significando a força e a luta de construções informacionais que serão de uso futuro as novas gerações.

O arquivo não é apenas a memória do indivíduo Alberto Alexandre Viana de Moura, mas o projeto de construção do indivíduo numa memória coletiva – preservar e reunir documentos que comprovem sua participação na vida pública e privada. O dever da memória de garantir o merecido reconhecimento social, cultural e político da imagem individual que ele próprio tinha de si será apresentado para estudos e lembranças para as pessoas que o conheciam ou não.

Referências bibliográficas

ARTIERCS, Philippe

1998 *Arquivar a própria vida: estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FVG, 1998.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli

2007 *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BRASIL

1991 *Lei n. 8.159, de 8 de Janeiro de 1991*.

Lei de Arquivos. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>

BIOGRAFIA

2003 *Biografia do poeta Alberto de Moura*. Ipaumirim: [s. n], 2003.

COLOMBO, Fausto

1991 *Os Arquivos imperfeitos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

DUARTE, Zeny

2005 *O Espólio incomensurável de Godofredo Filho: resgate da memória e estudo arquivístico*. Salvador: EDUFBA, 2005.

GONÇALVES, Janice

1998 *Como classificar e ordenar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

HARTOG, François

1996 Tempo e História: como escrever a História da França hoje? *História Social*. Campinas. 3 (1996) 127-154.

NORA, Pierre

1993 Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo. 10 (dez. 1993) 7-28.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTOURE, Carol

1998 *Os Fundamentos da disciplina arquivística*. Trad. Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

ROUSSO, Henry

1996 O Arquivo ou o índice de uma falta. *Estudos Históricos*. 17 (1996). Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>

SCHELLENBERG, Theodore R.

2002 *Arquivos modernos: princípios e teorias*. Trad. Nilza Teixeira Soares 2.^a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SILVA, Armando Malheiro da

2004 Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interativo. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto. Série 1. 3 (2004) 55-84.

WEINRICH, Harald

2001 *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Vanildo Pereira Pontes | vanildopontes@hotmail.com

Bacharel em Biblioteconomia. Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil

Resumo: Mercê da quantidade de documentos e do interesse de bibliotecários e utilizadores das bibliotecas nasceu o fundo local. Numa tentativa de recordar, preservar e celebrar o fundo local enquanto resposta à necessidade humana de pertença e de criação de memórias, elabora-se uma revisão bibliográfica sobre o tema e tecem-se algumas considerações respeitantes ao conceito, aos destinatários, às marcas distintivas e à relevância desta coleção patrimonial. Conclui-se que, inegavelmente, o fundo local confere identidade, concretiza memória e apresenta-se como um fator de excelência da biblioteca pública.

Palavras-chave: Fundo local; Biblioteca Pública; Identidade; Memória

Abstract: The institutional local collection was born due to the considerable amount of documents, as well as to the interest of librarians and library users. In an attempt to recall, preserve and celebrate this collection as a response to the human need of belonging and creating memories, a literature review on the subject is undertaken whereas some considerations are made concerning the concept, the recipients, the hallmarks and the relevance of the institutional local collection. We conclude that it is undeniable that this collection provides identity, embodies memory and presents itself as a factor of excellence of the public library.

Keywords: Institutional Local Collection; Public Library; Identity; Memory

“O que é a memória?, perguntara-me o meu pai quando eu tinha sete anos.

*Seria um palácio na alma, pensamentos entrançados num cordão,
uma ponte entre tudo o que fomos e o que havemos de ser?”*

(ZIMLER, 2013, p. 116)

Introdução

Aos longos dos anos, as bibliotecas foram acumulando documentos de índole diversa. A necessidade de conhecimento e a realização de estudos sobre especificidades locais apontaram o caminho para a organização desses documentos e consequente constituição de áreas reservadas a coleções locais. No entanto, os tempos que correm exigem das bibliotecas um papel mais (pró)ativo, tornando-as um instrumento de intervenção e de inclusão social. Assim, considera-se pertinente um estudo bibliográfico sobre o fundo local, com o objetivo de recordar a sua função social identitária e memorialística, desta forma celebrando-o e preservando-o. Para tal, foi elaborada uma revisão bibliográfica de textos de autores academicamente mais relevantes na área do fundo local, da memória e da identidade social.

Da inevitável aurora aos diversos ocasos

Sendo um conceito de origem anglo-saxónica, os estudos locais são vistos como um centro de informação especializada, podendo ser também considerados uma secção das bibliotecas públicas. Nichols (1979:8) escreve que os estudos locais são um reflexo do interesse local demonstrado por bibliotecários e por leitores, provavelmente desde o início das bibliotecas. Pensato e Montanari (1984) designaram as coleções de estudos locais como “fontes locais”, colocando a ênfase nos documentos que se revelam um manancial para futuros estudos e pesquisas. Segundo estes investigadores (1984:36 e 49), as fontes locais são documentos relativos a todos os aspetos da história e da vida de um determinado território e o departamento dos estudos locais representa uma coleção com amplas margens de autonomia dentro de uma biblioteca geral. Considera-se, em suma, que os conceitos referem documentos especializados, já que são específicos de determinado local, pertencentes a um departamento da biblioteca pública.

Em Portugal, os estudos ou fontes locais prenderam a atenção de Henrique Barreto Nunes (1988:16), que os designa como o fundo local de uma biblioteca, reconhecendo-o como “conjunto organizado de espécies documentais, qualquer que seja o seu suporte (impressos e audiovisuais), produzidas por uma comunidade ou com ela relacionadas, que se referem aos mais variados aspectos da sua vida, história e actividades”. Posteriormente, Faria e Pericão (2008:277-278) referem algo semelhante que denominam de coleção local – “parte de uma biblioteca que recolhe e organiza todo o tipo de documentação que se refira a uma determinada zona geográfica, com a finalidade de poder oferecer aos utilizadores da biblioteca todas as fontes de informação possíveis sobre qualquer particularidade da história e vida dessa zona” – e de coleção de fundos locais – “aquela que se foi constituindo ao longo da vida de uma biblioteca, arquivo, serviço de documentação, etc. e que privilegia bibliografia respeitante à história e acontecimentos de uma determinada região”.

Esmiuçando os conceitos, encontram-se implícitas algumas *nuances* distintivas: Nunes coloca a tónica nos documentos, na sua organização e na organicidade dos conjuntos, enquanto Faria e Pericão (2008) parecem relevar um espaço e a constituição de uma coleção. Ainda que menos recente, a primeira definição parece mais profunda, pois esclarece sobre a diversidade do suporte documental e o enfoque é colocado na reunião quase natural e não na reunião artificial de documentos, isto é, na comunidade e não na zona geográfica, nas pessoas e não no espaço que habitam. Entende-se que as conceções destes teóricos parecem coincidentes no essencial, já que apontam para uma área específica e autónoma da biblioteca e, em termos de conteúdo documental, mencionam a vida e a história de um local/comunidade.

Nascido o fundo local, a quem se destina? Pensato e Montanari (1984:74) afirmam que os utilizadores desta recolha são predominantemente individuais e movidos por estudo, profissão, simples curiosidade ou razões afetivas e práticas. Calenge (1994:176) aprofunda e afirma que existe um público completamente local e um outro de estudiosos e investigadores exteriores à comunidade. H. B. Nunes refere que o “público privilegiado são os professores e estudantes, mas também poderá ser de grande utilidade para os investigadores e eruditos locais, os conferencistas, os jornalistas, os políticos e os autarcas” (1988:19), sendo certo que “cada vez é maior o número de leitores e de cidadãos interessados em conhecer pormenores sobre a comunidade em que vivem, quer quanto às suas origens, ao seu passado, ao seu património, às suas figuras de relevo, quer quanto à

informação sobre a actualidade” (1996:19). As ideias dos teóricos complementam-se e depreende-se que o público-alvo do fundo local seja vasto e abrangente. Além dos membros da comunidade local, quem poderá consultar este fundo serão alguns curiosos ou investigadores que demandam o estatuto utilitário secundário dos documentos, ou seja, uma utilidade posterior à que presidiu à sua produção, nomeadamente em âmbito académico.

Um dos méritos do fundo local foi reconhecido por Pensato e Montanari (1984:69), para quem o fundo local será certamente um impulso mais estabelecido para o ensino e pesquisa da história local. Considerando esta perspectiva um pouco redutora, será pertinente lembrar Nichols (1979:7), que afirma ser comum pensar que os documentos do fundo local têm um interesse apenas local, contudo a experiência dos investigadores mostra que estes materiais poderão constituir uma contribuição valiosa para estudos históricos de horizonte nacional. H. B. Nunes (1988:19) garante que este fundo “está especialmente vocacionado para prestar apoio às escolas, museus, arquivos, associações culturais e para a realização de diversos tipos de actividades culturais, como exposições, conferências, debates e visitas guiadas”. Assim, as informações constantes no fundo local afiguram-se extremamente úteis como instrumentos de produção de conhecimento das mais diversas áreas, o que procede do valor pedagógico-didático dos documentos, se vistos como fonte informativa de professores e alunos.

Considera-se reconhecida a potencialidade e o carácter instrumental do fundo local, não só enquanto motor de pesquisas e estudos académicos mas também de experiências culturais. Assegurando que “um fundo local (...) destina-se pois a ser utilizado pela generalidade da população local e essa possibilidade de utilização, essa acessibilidade da informação de carácter local é essencial ao cumprimento da função democratizadora da biblioteca pública”, M. B. Nunes (2002:59) acrescenta um mérito não menos relevante do fundo local, o de que este promove o carácter democratizante do acesso à informação e ao conhecimento, dada a diversidade e a abrangência de públicos.

Muito embora os fundos locais estejam implementados nas bibliotecas públicas da maior parte da Europa há já muitos anos, Barber (*apud* REID e MACAFEE, 2007:127) duvida do seu reconhecimento, nomeadamente a nível externo, afirmando que estes podem ainda ser vistos como um serviço de Cinderela, parcialmente incompreendido por funcionários de outros setores e pelo público em geral. Posição oposta é defendida por outros estudiosos: H. B. Nunes (1988:15) declara que o fundo local, bem como a sua “existência, composição e divulgação constituem uma das principais razões para o impacto de muitas bibliotecas públicas (municipais) junto da população”. Lage (2002:63) assegura que estes fundos “são geralmente a parte mais explorada dos fundos patrimoniais, pois se trata de fundos especializados de utilização variada”. Regedor (2004:2) afirma que “uma das funções das bibliotecas de leitura pública, não menos importante que as outras, é o de constituírem colecções de documentação da história local. Dessa forma contribuem para a preservação da memória e de protecção e valorização do património dos espaços em que a sua acção se inscreve”. Outros teóricos vão ainda um pouco mais longe e contextualizam o fundo local nas ideias e nos interesses da contemporaneidade, caso de Cornelsen e Miranda (2010:131-132), que asseguram que “nunca, como agora, o presente é tão pela vontade social de recordar. Essa vontade poder-se-ia denominar de ‘uma obsessão memorialista’, que se manifesta, por exemplo, [...] no culto ao património; na (re)invenção de tradições; [...] na proliferação de exposições históricas e fotográficas; [...]

na multiplicação dos arquivos; nas festas comemorativas; na recuperação de memórias e museus regionais”.

Não se concordando com a perspectiva de Barber, reconhece-se, contudo, que o fundo local é ainda desconhecido e descurado por alguns, como confirma Lage (2002:58), quando escreve que “estes fundos são ainda «negligenciados ou ignorados» apesar de serem de conhecimento prioritário para as gerações futuras”. Muito embora sejam desconsiderados por alguns, os documentos do fundo local não são irrisórios ou possuidores de um mero interesse picaresco para o local/comunidade que os produziu, não são um aglomerado de papel velho sem interesse. Ironizando sobre estes documentos, Miller (*apud* PENSATO e MONTANARI, 1984:159) refere que estas tralhas são peças de uma construção que se esforça por apresentar uma imagem luminosa da comunidade, posição que merece concordância.

Aquando da sua produção, todos os documentos possuem um estatuto utilitário, já que servem um fim e obtêm a sua funcionalidade no uso e proveito da comunidade em que são gerados. Considera-se que, com o passar do tempo, esses mesmos documentos adquirem um estatuto memorativo, revelando-se evocações constantes e testemunhos reais de um passado, projetados num presente ou num futuro indeterminado. Cardoso (2010:10) afirma que “os documentos manuscritos e impressos armazenados em bibliotecas, arquivos e museus contribuem para o resgate e a produção de memórias perdidas em papéis nem sempre conservados, trazendo ao conhecimento público fragmentos de informações corroídas pelo tempo”. Dita a experiência dos investigadores que alguns documentos mais antigos e locais contêm informações que os recentes e nacionais não referem e, caso não existisse um fundo local, restaria o conhecimento incompleto e descontextualizado ou a sua irremediável perda. Reconhecidos os seus préstimos, considera-se que, em regra, o fundo local deverá evidenciar-se em área de leitura geral; contudo, ponderado o valor dos documentos que o constituem, poderá distinguir-se administrativa e espacialmente e localizar-se numa área de acesso reservado e protegido, uma vez que poderá conter raridades patrimoniais. Face às novas tecnologias, não será de excluir uma concomitante existência virtual da coleção local.

Da natureza identitária à essência memorialística

Muitos são os documentos da biblioteca, porém, como saber se um documento pertence ao fundo local? Pensato e Montanari (1984:42) mencionam como condições essenciais o valor memorialístico e o vínculo a um lugar: a primeira condição é que os documentos do fundo local sejam adquiridos, armazenados, comunicados, não em virtude do seu valor e significado factual, prático, mas como testemunho, documento histórico e cultural de determinado local; a segunda condição é que os documentos se refiram a um local e este é precisamente o facto que une documentos de temas e áreas de estudo diferentes.

Considera-se que as fronteiras de pertença ou não de um documento ao fundo local são permeáveis, pelo que deve procurar-se uma marca distintiva que poderá ser artificialmente designada de externa (referências diretas, tal como autor local, título ou capítulo com toponímia local, assuntos e atividades desenvolvidos localmente...) ou de interna (resultante de estatutos, fontes e valores para determinado local/ comunidade). Do ponto de vista externo, é fundamental que se encontre coerência e coesão no tema e na

organicidade de um fundo, uma vez que os documentos que o constituem devem não só estar em conformidade com um lugar/comunidade e como devem obter pertinência e sentido quando inseridos num todo organizado, em que as partes se entrelacem. Do ponto de vista interno, é essencial que os documentos de um fundo local possuam um valor acrescido, que, ao fornecer testemunhos autênticos de si, se façam espelhar como imagem de um lugar/comunidade e que lhe permitam refletir a sua especificidade, vida, história e memória.

O fundo local é portador de um valor identitário para a biblioteca, pois é constituído por documentos do e sobre o local/comunidade, logo elementos essenciais à identidade da própria biblioteca municipal e da sua comunidade. Este valor manifesta-se na medida em que se revela como um contributo para a identidade individual, como a “imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria” (POLLAK, 1992:5), e para a identidade coletiva, enquanto “fonte de significado e experiência de um povo” (CASTELLS, 1999:22), cujos elementos partilham um sentimento de pertença, de harmonia e de continuidade. Todavia, para que haja identidade, revela-se fundamental a existência da memória, como defende Le Goff (1990:476), quando afirma que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”. Ideia similar é sustentada por Pollak (1992:5) ao declarar que a “memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. Castells (1999:84) esclarece que a comunidade é o fundamento da identidade, mas é a memória coletiva que garante a sua preservação: “as comunidades locais, construídas por meio da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, constituem fontes específicas de identidades”. Esquinsani e Esquinsani (2007:256) afirmam que a memória possui um caráter coletivo, pois “lembrar não é apenas recordar imagens e valores individuais, mas vinculá-los a valores mais amplos, que indicam o sentido de pertencimento do indivíduo que recorda”. Considera-se que estas perspetivas se complementam e que identidade e memória constituem dois conceitos interligados no âmbito do fundo local, de onde sobressai uma memória coletiva.

A construção das memórias, sua importância e sua diferenciação da História foram alvo da atenção de Halbwachs, em *La Mémoire collective* (1950). Segundo ele, “a memória é um assunto de como as mentes trabalham juntas em sociedade” [...] daí ser a sociedade o locus onde, normalmente, se manifestam as memórias. Na sociedade se recorda, se reconhece e se localiza a memória; a memória coletiva não se constitui a partir de uma lista de acontecimentos lineares e sucessivos que se conservam, mas na reconstrução conjunta das lembranças dos acontecimentos que têm importância para o grupo” (Halbwachs *apud* CORNELSEN e MIRANDA, 2010:135). Assim, a memória individual existe a partir da coletiva, pois cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva, sendo o indivíduo inspirado pelo grupo. Paradoxalmente, Halbwachs (1950:44 e 93) declara que não há nenhum ponto da memória coletiva que se realize num contexto espacial e que cada grupo fragmenta-se e reforça-se no tempo e no espaço. Considera-se que a memória coletiva será sempre um fenómeno de (re)construção social que necessita de uma comunidade afetiva, no entanto defende-se que serão necessários igualmente um tempo e um espaço. A questão do espaço é de vital importância, não só o espaço da

ocorrência da memória coletiva, mas principalmente o da sua rememoração, aquele onde a memória coletiva está disponível e organizada, para comemoração e para lembrança, para o presente e para o futuro, em suma, um espaço com características do que Pierre Nora (1984) designou de lugares de memória. A História vai-se escrevendo com o contributo da memória coletiva e enriquece com o estudo dos seus lugares, aqueles onde ela cristaliza e onde a sua transmissão às gerações vindouras fica assegurada. Estes podem ser geograficamente situados ou intelectualmente construídos, desde que o sejam com afeto e emoção e com o intuito principal de recordar, uma vez que sem a intenção de lembrar, os lugares de memória seriam indistinguíveis dos lugares de História (NORA, 1989:19). Partilha-se da perspetiva de Le Goff, em *História e Memória* (1990:473), onde são apontados como exemplos os lugares topográficos (arquivos, bibliotecas e museus), os lugares monumentais (cemitérios e arquiteturas), os lugares simbólicos (comemorações, peregrinações, aniversários e emblemas) e os lugares funcionais (manuais, autobiografias e associações). Considera-se que não seria acertado aferir unicamente um ‘valor histórico’ ao fundo local, uma vez que este cria uma memória sociocultural e aceita qualquer testemunho que se consiga obter. Não se trata de fazer História, ainda que seja inegável o papel do fundo local como fonte histórica, como alimento e condimento do conhecimento histórico; trata-se de constituir património representativo de um lugar/comunidade e de conceber e desenvolver uma memória coletiva que deve ser lembrada e preservada. Considera-se que pode encontrar-se no fundo local um significado histórico que não seria tão rico e completo caso os documentos estivessem dispersos ou desorganizados. Contudo, o desígnio é sempre o de lembrar, o da criação de uma identidade e de uma memória e não o do apuramento da História.

Idealmente, o fundo local tenta ser o “registro dos acontecimentos dignos de memória que constituem a tradicional situação espaço temporal de grupos que animam e mantêm viva a memória social” (CORNELSEN e MIRANDA, 2010:137), sobre todos os aspetos da vida de um local/comunidade. Halbwichs (1950) e, mais recentemente, Dodebei (2011) partilham a perspetiva de que “a memória é coletiva na medida em que seria constituída por imagens e esquemas do passado que estão diretamente associados à coesão dos grupos. Os indivíduos não recordam sozinhos. As lembranças são frutos destes esquemas ou quadros socialmente adquiridos e exercem uma função relevante na dinâmica social” (2011:38). Em concordância, considera-se que ficará para a posteridade o que o impulso do grupo determinar, uma vez que a construção da memória é essencialmente coletiva, à semelhança do que sucede com a coleção local.

O fundo local contém documentos com um significado global, representativo de uma memória social e das “propriedades e [d]os fenômenos que ocorrem com indivíduos ou com grupos sociais nas relações que estabelecem entre os fatos, imagens e acontecimentos vistos do presente em direção ao passado, ou em direção ao futuro” (DODEBEI, 2011:37). Consequentemente, acredita-se que uma vertente incontornável do fundo local é o seu estatuto simbólico, na medida em que este se declara um símbolo de um lugar/comunidade, representando-o, traduzindo-o, conferindo-lhe uma significação real, sólida, palpável e única. Nora (1989:19) afirma que mesmo um sítio puramente material, como um arquivo, torna-se lugar de memória se a imaginação o investir de uma aura simbólica, posição que merece toda a concordância.

Hoskins (*apud* REID e MACAFEE, 2007:130) afirma que, à medida que o mundo se torna maior e mais incompreensível, as pessoas ficam mais inclinadas a estudar algo de que entendam a importância e em que possam encontrar um significado individual. A mesma

opinião é partilhada por M. B. Nunes (2002:58), para quem o fundo local da biblioteca pública é o “instrumento privilegiado da missão que a compromete com a contribuição para a integração do indivíduo na comunidade, já que constitui um núcleo que procura espelhar a realidade local em todos os seus aspectos”. Compreende-se que ao estatuto simbólico do fundo local corresponda um valor identitário. Este património documental acarta uma inquestionável coesão social, mas igualmente um estreito sentido de pertença individual. É neste espaço da biblioteca que se pode descobrir o sentido pessoal e individual num mundo cada vez maior, isto é, encontrar a identidade dentro de um coletivo e integrá-lo.

Da ânsia identitária e memorialística ao fundo local da biblioteca pública

Para os indivíduos de determinado local/comunidade, um contributo para esta coleção e mesmo um simples contacto com os seus documentos podem constituir uma experiência pessoal extremamente significativa e que largamente ultrapassa o âmbito material, enquanto ligação sentimental e elo de adesão afetiva de um indivíduo ao seu grupo. Considera-se, então, que o fundo local, um fenómeno concomitantemente coletivo e individual, poderá apresentar-se como fonte emocional e como um elemento comunicador de riqueza social, uma vez que se revela criador do sentido de identidade e pertença e da memória social coletiva.

Longe da deusa Mnemosine e das tábuas de cera de Cícero, Nora (1989:13 e 5) explica que a memória é um armazém gigantesco do que seria impossível lembrar, um repertório do que talvez precise ser lembrado. Os “lugares de memória” são criados com o sentido de que não há memória espontânea, de que é preciso deliberadamente criar arquivos e organizar celebrações, porque tais atividades não ocorrem naturalmente. Assim, compreende-se que, quanto menor for a capacidade de o indivíduo interiorizar os acontecimentos, maior seja a necessidade de um apoio exterior e de dados visíveis e concretos, atestando esses acontecimentos e suportando as memórias. Neste sentido, o fundo local é percecionado como uma coleção obtida para conservar a memória documental da coletividade na sua área de influência (CALENGE, 1994:162), como um verdadeiro lugar de memória.

Enquanto lugar de memória, Lage (2002:61) atesta a importância do fundo local no contexto da biblioteca pública: “De existência comum em todas as bibliotecas e arquivos, [...] os fundos locais e regionais são geralmente considerados uma das razões de ser de bibliotecas municipais e arquivos municipais, constituindo mesmo para alguns deles o elemento fundador, matriz da sua identidade e fermento de identidade da própria localidade/região [...] na medida em que se trata de colecções que compõem a memória local, permitem conhecer-lhe de modo mais preciso e próximo a história, a cultura, a língua, os costumes, favorecendo pois o sentimento de pertença das populações à comunidade local e/ou regional”. À semelhança, H. B. Nunes (1996:156) assegura que “também da existência de um Fundo Local extremamente rico, diversificado quanto aos suportes e bem organizado, pode depender o êxito de uma biblioteca”.

Já foi reconhecido o valor memorialístico do fundo local e a âncora que traz ao sustento informativo dos tempos idos, no entanto, se limitada às gerações do tempo presente, a

informação não se transmite e perde-se, daí a necessidade da criação de uma memória, de algo não circunscrito no tempo, pois, segundo Ricœur (*apud* CORNELSEN e MIRANDA, 2010:140), esta “permanece, em última instância, como a única guardiã de algo que efectivamente ocorreu no tempo”. A memória de um outrora, mais ou menos longínquo, possui determinados mecanismos de transmissão, sendo que o que apresenta maiores potencialidades é, sem dúvida, a constituição de uma coleção local na biblioteca. À luz destas perspectivas, acredita-se que fica balizada a biblioteca pública enquanto lugar de memória, nomeadamente o fundo local, e aclarado o seu papel na preservação e na efervescência da identidade e memória coletiva dos indivíduos e das comunidades.

Conclusão

Feita uma revisão da literatura, conclui-se que o fundo local é uma coleção de documentos específicos, que concretiza memória e confere identidade individual e coletiva, apresentando-se como a união do indivíduo consigo e com a sua comunidade. Além do valor pedagógico-didático e do carácter promotor de experiências culturais, os documentos locais potenciam a inclusão social do indivíduo num todo, promovem o sentimento de pertença e cumprem a missão de lembrar. Assim, aclaradas as marcas distintivas, depreende-se que estas convertam o fundo local numa coleção irrepitível em quaisquer outras comunidades e bibliotecas. Aqueles documentos e aquela organicidade revelam-se algo único, precioso, digno de memória e de preservação.

A afirmação identitária e memorialística constitui um dos méritos mais marcantes do fundo local, que, numa perspectiva mais instrumental, poderá oferecer utilizações múltiplas, desde a simples fruição a estudos mais doutos, com acesso democrático à informação e ao conhecimento. Daí, ser-se forçado a concluir que, embora desconsiderada por alguns, esta será uma área da biblioteca muito visitada, como assegura Lage (2002:63) – “os fundos locais e regionais são geralmente a parte mais explorada dos fundos patrimoniais, pois se trata de fundos especializados de utilização variada”.

Na contemporaneidade, procura-se o encontro do passado com o presente/futuro, como se prova na constante celebração de efemérides, e entende-se que abandonar a consciência do passado e da comunidade é afastar a consciência do momento presente e de si próprio. Enquanto porta aberta à fruição da herança coletiva, a coleção local constitui uma resposta à ânsia do homem contemporâneo, pelo que merece não só o reconhecimento público do que somos como também uma constante comunicação do que fomos e do que haveremos de ser. Para que se enriqueça e enriqueça todos os que dele podem beneficiar, perspectiva-se um fundo local democrático e socialmente (pró)ativo, um verdadeiro espaço dinâmico de cidadania.

Face à relevância do seu significado social, didático e histórico, acredita-se que o fundo local não abandonará a sua aura simbólica e não deverá ser descurado, sendo uma parte irreversivelmente estabelecida e conhecida como fator de excelência de uma biblioteca. Cumprida a sua missão, confirma-se que visitar o fundo local de uma biblioteca pública seja marcar um encontro com a identidade e a memória.

Referências bibliográficas

CALENGE, B.

1994 *Les Politiques d'acquisition*. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 1994.

CARDOSO, C.

2010 Bibliotecas públicas e identidade: o fundo local. *Revista Municipal de Lousada. Suplemento do Património*. 77 (2010) 1-4.

CASTELLS, M.

1999 *O Poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORNELSEN, J.; MIRANDA, M.

2010 Sentidos e acepções da memória: da custódia à pós-custódia. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. Série 2. 5 (2010) 131-164.

DODEBEL, V. D.

2011 Memória e património: perspectivas de acumulação/dissolução no ciberespaço. *Aurora*. 10 (2011) 36-50.

ESQUINSANI, R. S. S.; ESQUINSANI, V. A.

2007 Leitura, património cultural e lugares de memória: o papel da escola. *Ágora*. 13:2 (2007) 253-262.

FARIA, M. I.; PERICÃO, M. G.

2008 *Dicionário do livro: da escrita ao livro electrónico*. Coimbra: Almedina, 2008.

LE GOFF, J.

1990 *História e memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.

HALBWACHS, M.

1950 *La Mémoire collective*. Paris: Les Presses Universitaires de France, 1950.

LAGE, M. O.

2002 Abordar o património documental: territórios, práticas e desafios. *Cadernos NEPS*. 4 (2002) 1-78.

NICHOLS, H.

1979 *Local studies librarianship*. London: Clive Bingley, 1979.

NORA, P.

1984 Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In *Les Lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984, vol.1.

NORA, P.

1989 Between memory and history: les lieux de mémoire. *Représentations*. 26 (1989) 7-25.

NUNES, H. B.

1988 A Biblioteca e a memória da vida local. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de V. N. Famalicão*. 9 (1988) 15-20.

NUNES, H. B.

1996 *Da biblioteca ao leitor: estudos sobre a leitura pública em Portugal*. Braga: Autores de Braga, 1996.

NUNES, M. B.

2002 Para um acesso democrático às colecções de carácter local: o papel da Biblioteca Pública. *Cadernos de Estudos Municipais*. 17/18 (2002) 57-65.

PENSATO, R.; MONTANARI, V.

1984 *Le Fonti locali in biblioteca*. Milano: Editrice Bibliografica, 1984.

POLLAK, M.

1992 Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. 5:1 (1992) 200-212.

REGEDOR, A.

2004 As Bibliotecas públicas e o património cultural local. *Dunas: temas e perspectivas: revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. 4:4 (2004) 1-3.

REID, P.; MACAFEE, C.

2007 The Philosophy of local studies in the interactive age. *Journal of librarianship and information science*. 39:3 (2007) 126-141.

ZIMLER, R.

2013 *Goa ou o guardião da aurora*. Alfragide: D. Quixote, 2013.

Patrícia de Almeida Silva | [mepatricia@gmail.com](mailto:mebpatricia@gmail.com)

Ministério da Educação e Ciência

Resumo: Em uma perspectiva comparada latino-americana, o texto se desenvolve no sentido de que o acesso à informação oficial, como um direito fundamental exigível diretamente de normas constitucionais e convencionais, deve ser assegurado por autoridades administrativas independentes. Na ausência destas autoridades, o autor reforça a importância de uma codificação legislativa que tenha como papel preponderante reduzir a ampla margem de manobra do poder decisório das autoridades públicas e os seus efeitos negativos.

Palavras-chave: Acesso à informação; Direitos Humanos; Códigos Legislativos; Autoridades Administrativas Independentes; Lei Modelo Interamericana sobre Acesso à Informação Pública

Abstract: From a Latin American comparative perspective, this paper proposes that access to official information, as a fundamental right that can be claimed directly from the Constitution and international conventions, even in the absence of pre-existing (statutory) laws to that purpose, should be guaranteed by independent administrative authorities (quasi-judicial). In the absence of such authorities, the author stresses the importance of a legislative code whose main role would be to reduce the wide leeway (room for interpretation) enjoyed by the public authorities in their decision-making powers and the associated negative effects.

Keywords: Access to Information; Human Rights; Legislative Codes; Independent Administrative Authorities; Model Inter-American Law of Access to Public Information

Introduction

1. Implementation of the right of access to information held by the authorities

Although the right of access to information is not explicitly mentioned in most constitutions and not uniformly protected by statutes in Latin America, notions of transparency and rules requiring public disclosure are commonly found, along with constitutional court precedents establishing transparency as a necessary condition according to the basic principles of the democratic constitutional State¹.

With that in mind, we may ask how public authorities should deal with the need for constitutional interpretation and gaps in the laws governing the right to access information held by the state.

¹ See SOMMERMANN, Karl-Peter - La exigencia de una Administración transparente en la perspectiva de los principios de democracia y del Estado de Derecho. In GARCÍA MACHO, Ricardo, org. - *Derecho administrativo de la información y administración transparente*. Madrid: Marcial Pons, 2010, p. 12 e 19.

Is the right of access to information a benefit that can be claimed directly from the constitution and international conventions?

Are administrative authorities entitled to grant the demands to exercise rights of access to information held by the State with no underlying basis in [statutory] law?

In 2000, the Inter-American Commission on Human Rights of the OAS approved the “Declaration on the Principles of Freedom of Expression²” [affirming that the State has the obligation to allow public access to its information, which may be denied only in exceptional circumstances previously established by law].

Thus, it is only the restrictions that need to be previously established by [statutory] law according to that Declaration, which is seconded by the information access laws of many countries.

Later on, the 2004 OAS Special Summit of the Heads of State and Government of the Americas approved the Declaration of Nuevo León, according to which access to information held by the State must comply with the applicable constitutional and legal norms, including the rights to privacy and confidentiality³.

In fact, it is not an absolute principle that the actions of the public authorities are circumscribed by the pre-existing [statutory] laws. It depends on the social, cultural and legal reality of each country.

Nevertheless, in order to grant benefits based on constitutional norms without any underlying statutory basis, it is necessary to understand the dual implications of the principle of legality: the principle of supremacy of law – in the sense of a statute or act of Parliament – over other forms as norms and the principle that only the law may set limits to fundamental/constitutional rights (*Grundsatz des Vorbehalts des Gesetzes – Princípio da reserva da lei* – interferences in the freedom of citizens need to be covered by a law that was adopted by parliament in accordance with the Constitution).

It is generally agreed that the administrative authorities in a well-established State under the rule of law should act according to the hierarchy of fundamental rights.

The principle that the public authorities must act in accordance with pre-established laws, is connected with the idea that [statutory] law, in the strict sense of the term, has a three-fold foundation: the powers and duties of the public authorities must (i) respect the constitutional rights and liberties of the citizens; (ii) be derived from effective democratic deliberations by society; and (iii) ensure equal access to advantages and equal exposure to disadvantages.

In reality, however, we may observe in certain systems an exaggerated concentration of powers in the public authorities for various reasons, which range from the apathetic inertia on the part of lawmakers to the need for laws governing subjects related to new

² ORGANIZATION OF AMERICAN STATES - *Declaration of Principles on Freedom of Expression*. 2000. Available at: <http://www.oas.org/en/iachr/expression/showarticle.asp?artID=26&IID=1>. Access in 27 Jan. 2014.

³ CÚPULA DAS AMÉRICAS, 4, 2004, Mar del Plata - *Declaração de Nuevo León*. Available at: http://www.oas.org/xxxivga/portug/reference_docs/CumbreAmericasMexico_DeclaracionLeon.pdf. Access in 31 Jan. 2014.

technologies that require highly specialised and complex expertise that is often only comprehensible to a government agency (this phenomenon has been called “parliamentarisation of the Executive Branch”)⁴.

Evolving in a field in which the Legislative Branch formerly held a monopoly, (non judicial) administrative procedures intended to grant public services or benefits or to restrict individual rights have come to play a crucial role in democratic societies. It is therefore imperative to ensure that such procedures are effective through compliance with due process of law.

The negative effects of public authorities wielding such power without the support of a truly effective (non judicial) administrative procedure are noticed in our courts: firstly, through the increasing number of disputes referred to the courts and secondly, paradoxically, in certain actions by the administrative authorities which have come to depend on prior judicial intervention, such as a court to disclose information protected by banking secrecy for the purposes of criminal or fiscal investigation.

2. What would be the ideal institutional conditions for an effective (non judicial) procedure of access to information?

In countries in which the proceedings of the public authorities are considered effective and democratic, it is less important to rely on the principles that the actions of public authorities are circumscribed by pre-existing laws and are subject to judicial approval⁵.

Naturally, more is demanded of the legislators and of judges in systems in which the administrative authorities tend to display authoritarian or “inquisitorial” behaviour without observing the basic rules of a fair administrative proceeding⁶.

How can such decision-making power be used to generate credibility among administrative authorities? What would be the ideal institutional conditions for an effective procedure of access to information?

3. To what extent could a legislative code promote the effectiveness of the right to information?

In any case, in the absence of such ideal conditions, to what extent can a legislative code contribute to the effectiveness of the right to information and avoid excessive judicial review?

Do the general rules and principles governing the right to information, when interpreted systematically with the support of a commentary by the legislative body, provide sufficient clarity and reduction of the freedom of interpretation of the administrative authorities with respect to the teleological exegeses currently open to controversy and uncertainty?

⁴ See SOMMERMANN, Karl-Peter - *Ob. cit.*.

⁵ See PERLINGEIRO, Ricardo - *Administrative Justice in Brazil: a Judicial, Non Judicial or Hybrid Jurisdiction?* (February 7, 2014). Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=2390774> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2390774>. Access in 31 Jan. 2014.

⁶ See ASIMOW, Michael - *Five Models of Administrative Adjudication*. Available at: <http://law.huji.ac.il/upload/Five.models.doc>. Access in: 31 Jan. 2014.

4. Proposed objectives

Thus, from a Latin American perspective, this paper is oriented in three different basic directions.

First, it proposes that the institutions supervising information access should be effectively independent. Secondly, in the absence of such independence, it emphasises the role played by general laws or legislative codes as instruments ensuring the effectiveness of the right to access information. Finally, it points out the fundamental principles and general rules that need to be given a higher degree of consideration in a system that does not provide for independence of supervisory institutions.

1. Access to information as a fundamental human right

The Inter-American Court of Human Rights, in its decision *Claude Reyes and Others v. Chile* of 2006⁷, recognised the existence of the right to access official information – to seek and receive information – based on Article 13 of the Inter-American Human Rights Convention on the principles of freedom of thought and expression.

A significant development in 2008 was the adoption, by the Inter-American Juridical Committee, of *Principles on the Right of Access to Information*. This document contains a statement of 10 principles governing the right to information, including that it is a fundamental human right, that it should apply broadly to all public bodies, including the executive, judicial and legislative branches of government, and all information, that exceptions should be clearly and narrowly drawn and that there should be a right of appeal to an administrative body against denial of the right⁸.

Indeed, the information about the institutions and actors in charge (institutional transparency), information about the processes of influencing policy-making (procedural transparency) and information about the decisions and the associated motives (material transparency) helps individuals monitor the behaviour of public institutions, participate in public affairs and facilitate the realisation of their rights⁹.

Thus, transparency of the public powers is an essential element in the strategy of restoring confidence in the democratic system and to safeguard the rule of law in an increasingly complex reality; as a logical corollary, the withholding or concealment of information that might show deficiencies in a public system are now considered characteristic of a dictatorial regime with problems of establishing its legitimacy¹⁰.

⁷ *Claude Reyes and Others v. Chile*, 19 Sep. 2006, Series C No. 151, para. 77 Inter-American Court of Human Rights. Available at: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_151_ing.pdf. Access in 27 Jan. 2014.

⁸ See MENDEL, Toby - *The Right to Information in Latin America*. UNESCO, 2009, p. 13. Available at: http://www.oas.org/cji/CJI-RES_147_LXXIII-O-08.pdf. Access in 27 Jan. 2014. See COMITÉ JURÍDICO INTERAMERICANO, CJI/RES. 147 (LXXIII-O/08) - *Principios sobre el derecho de acceso a la información*. Rio de Janeiro, 2008. Available at: http://www.oas.org/cji/CJI-RES_147_LXXIII-O-08.pdf. Access in 27 Jan. 2014.

⁹ See SOMMERMANN, Karl-Peter – *Ob. cit.*

¹⁰ See SOMMERMANN, Karl-Peter – *Ob. cit.*

2. The institutional guarantees in the implementation of the right to access information in the Model Inter-American Law of Access to Public Information

The administrative authorities behaving as an integral part of a genuine second Branch of the State, oriented according to fundamental rights, acting on the basis of administrative decisions preceded by (non judicial) procedures ensuring due process of law, having administrative procedures in which citizens have the possibility of influencing the result in a democratic manner, all mean that public authorities must have at least certain minimal favourable conditions if their actions are to be more than a mere formality.

In this particular, I am referring to one of the administrative conflict-resolution techniques, namely making use of independent public authorities (quasi-judicial), so that the claims are settled by someone who is not under the control of the public authority at issue¹¹.

The prerogatives that ensure such independence vis-à-vis the public authorities tend to be similar to the prerogatives of the courts and judges, namely (i) institutional prerogatives, such as administrative and financial autonomy of the decision-making institutions; (ii) personal prerogatives, such as irremovability (security of tenure) and fair compensation for the individuals in the decision-making role, who should be appointed according to transparent selection criteria¹².

Indeed, conflict-resolution based on the technique of independent administrative authorities is appropriate for the procedures intended for the right to access official information, where vulnerability to the risks of political interference is even greater.

In addition, the more effective the (non judicial) administrative procedure, the less judicial intervention is required, and Latin American courts are already giving signs of exhaustion. Besides the fact that not all courts specialise in administrative law, many of them are saturated in a system with widespread judicial review; the administrative authorities, in the exercise of their powers, seem to depend on or take advantage of that situation.

In fact, although still in its initial phases, there has been a tendency to create independent institutions (quasi-judicial) for access to information.

¹¹ On the concept of independent administrative authority, see Conseil d'État, *Les autorités administratives indépendantes - Rapport public 2001*. Available at: <http://www.conseil-etat.fr/fr/rapports-et-etudes/contributions.html>. Access in 27 Jan. 2014. See also ZILLER, Jacques - *Les Autorités administratives indépendantes entre droit interne et droit de l'Union européenne*. *Revue Française de Droit Administratif*. 5 (2010) 901-906. On US independent agencies, see ASIMOW, Michael – Ob. cit.

¹² See Council of Europe, Consultative Council of European Judges - *Magna Carta of Judges: Fundamental Principles*. Available at: [https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?Ref=CCJE-MC\(2010\)3&Language=lanEnglish&Ver=original&BackColorInternet=DBDCF2&BackColorIntranet=FDC864&BackColorLogged=FDC864](https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?Ref=CCJE-MC(2010)3&Language=lanEnglish&Ver=original&BackColorInternet=DBDCF2&BackColorIntranet=FDC864&BackColorLogged=FDC864). Access in 24 Feb. 2014. See also United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) - *Commentary on The Bangalore Principles of Judicial Conduct*. *Comentar*. 26(a) 36. Available at: <http://www.coe.int/t/dghl/cooperation/cje/textes/BangalorePrinciplesComment.PDF>. Access in 24 Feb. 2014.

In Latin America, there are four examples of supervisory institutions that are inclined towards effective independence ensured by the legally established prerogatives: Mexico, with the *Instituto Federal de Acceso a la Información y Protección de Datos* [Federal Institution of Information Access and Data Protection]; or Chile, with its Consejo para la Transparencia [Council for Transparency]; Honduras, with the *Instituto de Comisionados* [Commissioners' Institute]; and El Salvador, with the *Instituto de Acceso à Información Pública* [Institute of Access to Public Information]¹³.

Independent supervisory institutions can also be found in countries of other regions, but there are not many that have similar characteristics.

Especially worthy of mention in this respect are Serbia, with The Commissioner, Slovenia, with The Commissioner for Access to Public Information, Liberia, Independent Information Commissioner, India, with The Central Information Commission, Antigua and Barbuda, with The Information Commissioner, Macedonia, with the Commission for Protection of the Right to Free Access to Information of Public Character, and Azerbaijan, with the Authorized Agency¹⁴.

In general, they are autonomous institutions, with their own legal personality and specific budget allocations. The members of such institutions hold a term of office. They are appointed and removed from office according to specific rules with the participation of the Legislative and Executive Branches and, in certain cases, the Judiciary.

It is also relevant to mention that the Model Inter-American Law of Access to Public Information, ratified in 2010 by the OAS General Assembly¹⁵, calls for an Information Commission to promote effective implementation of the right to access public information, including by acting as the highest decision-making authority for information access requests. The proposed Information Commission is to have full legal personality and operative, budgetary and decision-making autonomy (Articles 46 to 49 and 53 to 62)¹⁶.

According to Article 58 of the Model Inter-American Law, “[t]he Commissioners will be appointed by the [Executive Official] after nomination by a two-thirds majority vote of the [legislative body] and in a process in accordance with the following principles: (a)

¹³ Article 33 of the Law of Mexico, Article 31 of the Law of Chile, Article 8 of the Law of Honduras, and Articles 51 to 60 of the Law of El Salvador.

¹⁴ SERBIA, *Law on Free Access to Information of Public Importance*, articles 32 to 35. Available at: <http://www.rti-rating.org/files/pdf/Serbia.pdf>. Access in 3 Feb. 2014; SLOVÊNIA, *Access to public information act*, articles 28 to 30. Available at: <https://www.ip-rs.si/index.php?id=324>. Access in 3 Feb. 2014; LIBERIA, *The freedom of information act of 2010*, Cap. 5. Available at: <http://www.liberianembassyus.org/uploads/documents/Liberia%20Freedom%20of%20Information%20Act%202010x.pdf>. Access in 3 Feb. 2014; INDIA, *Act n° 22/2005*, articles 12 to 14. Available at: <http://www.iitb.ac.in/legal/RTI-Act.pdf>. Access in 3 Feb. 2014; ANTIGUA and BARBUDA - *The Freedom of Information act of 2004*, articles 35 to 40. Available at: <http://www.laws.gov.ag/acts/2004/a2004-19.pdf>. Access in 3 Feb. 2014; MACEDÔNIA, *Law on free access to information of public character*, articles 30 to 35. Available at: <http://komspi.mk/DokumentiDetails.aspx?lang=3&itemID=1>. Access in 3 Feb. 2014; AZERBAIJÂN, *Law of the Republic of Azerbaijan on right to obtain information*, article 44. Available at: <http://www.rti-rating.org/files/pdf/Azerbaijan.pdf>. Access in 3 Feb. 2014.

¹⁵ ORGANIZATION OF AMERICAN STATES (OAS) - *Access to information*. Washington. Dec. 10 (2012). Available at: http://www.oas.org/dil/access_to_information_model_law.htm. Access in: 27 Jan. 2014.

¹⁶ Articles 46 to 49 and 53 to 62 of Model Inter-American Law.

participation by the public in the nomination process; (b) transparency and openness; and (c) publication of a short-list of candidates” and that “Commissioners hold office for a period of [5] years, which may be renewed once”

Regarding the Commissioners’ compensation, the Model Law stipulates that they “shall serve full-time and be paid the same salary as a [high court judge]. The Commissioners shall not hold another job, position or commission, except in educational, scientific or charitable institutions”.

As far as removal from office is concerned, “[t]he Commissioners may not be removed or suspended from office, except in accordance with the procedure by which he or she was appointed and only for reasons of incapacity or behaviour that renders him/her unfit to discharge his/her duties. Such behaviour includes: (a) conviction of a criminal offence; (b) infirmity that affects the individual’s capacity to discharge his duties; (c) severe breach of the provisions of the Constitution or of this Law; (d) refusal to comply with objective disclosure requirements, such as regarding salary or benefits”.

3. The contribution of codification to the realisation of access to information

The discussion of the pros and cons of a legislative code dates back to the debate between the legal scholars Thibault and Savigny in Germany in 1814. Thibault believed in scientific systematisation of unified norms, providing objectivity and clarity; Savigny was worried about the stagnation that codes might cause in the evolution of laws.

The codification of the right to information has been a global tendency in recent years. Nearly ninety laws on information access in the form of codes are currently in force worldwide; most of them were ratified after the 1990s.

Twelve out of the twenty Latin American countries have general laws on the right to access information: Mexico, Peru, Argentina, Ecuador, the Dominican Republic, Honduras, Nicaragua, Chile, Guatemala, Uruguay, El Salvador and Brazil¹⁷, Bolívia,

¹⁷ MÉXICO - Law n° 27.806/2002 (*Ley Federal de Transparencia y Acceso a la Información Pública Gubernamental*) [Federal Law on Transparency and Access to Public Information] of 2002. Available at: <http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/244.pdf>. Access in 24 Jan. 2014; PERU - Ley n° 27.806/2002 (*Ley de Transparencia y Acceso a Información Pública*) [Law on Transparency and Access to Public Information]. Available at: <http://www.congreso.gob.pe/ntley/Imagenes/Leyes/27806.pdf>. Access in 24 Jan.2014; ARGENTINA - Administrative Decree n° 1172/2003 (*Reglamento general del acceso a la información pública para el Poder Ejecutivo Nacional*) [General regulations on access to public information for the National Executive Branch]. Available at: <http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/90000-94999/90763/norma.htm>. Access in 24 Jan.2014 - the only country in which the code originated in a presidential decree; ECUADOR - Law 34/2004 (*Ley Orgánica de Transparencia y Acceso a la Información Pública*) [Organic Law on Access to Public Information]. Available at: <http://www.rti-rating.org/files/pdf/Ecuador.pdf>. Access in 24 Jan.2014; DOMINICAN REPUBLIC - Law 200/2004 (*Ley General sobre el Libre Acceso a la Información Pública*) [General Law on Transparency and Access to Information]. Available at: http://www.camaradediputados.gob.do/serve/listfile_download.aspx?id=904&num=1. Access in 24 Jan.2014; HONDURAS - Legislative Decree n° 170/2006 (*La Ley de Transparencia y Acceso a la Información*) [Law on Transparency and Access to Information]. Available at: http://www.tse.hn/Transparencia/Documentos-T/Leyes/Ley_de_Transparencia.pdf. Access in 24 Jan.2014; NICARAGUA - Law n° 621/2007 (*Ley sobre el Acceso a la Información Pública*) [Law on

Colombia, Costa Rica, Panama and Paraguay are currently discussing a legislative draft of a general national law¹⁸. The Inter-American Human Rights System includes the above-mentioned Inter-American Model Law on Access to Public Information of 2010.

It is not difficult to understand why there is so much enthusiasm about legal codes governing access to information: a branch of the law that was practically unknown in the legal culture of most countries before the late 1990s; a branch of the law in which the State's duties to honour requests for information are derived directly from international and constitutional norms, which explains why there is such a wide margin of interpretation; branch of the law with scanty, unclear legislation in which the public authorities are expanding their margin of interpretation in decision-making.

The advantages of a legislative code of access to information may therefore be noted in the following respects: (i) the administrative authorities have to adapt to an extensive concept of the principle that the actions of public authorities are circumscribed by pre-existing laws [*Vorbehalt des Gesetzes*], reaffirming the institutional role of the legislators in a democratic State under the Rule of Law; (ii) the broad leeway of the administrative authorities is narrowed, which increases legal certainty; (iii) society is endowed with the means of implementing the right to information, which leads to reinforcing the corresponding institutional and procedural guarantees and to a gradual increase in their credibility.

Access to Public Information]. Available at: [http://legislacion.asamblea.gob.ni/Normaweb.nsf/\(\\$All\)/675A94FF2EBFEE9106257331007476F2](http://legislacion.asamblea.gob.ni/Normaweb.nsf/($All)/675A94FF2EBFEE9106257331007476F2) Access in 24 Jan.2014; CHILE - Law n° 20.285/2008 (*Ley sobre el Acceso a la Información Pública*) [Law on Access to Public Information]. Available at: <http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=276363>. Access in 24 Jan.2014; GUATEMALA - Legislative Decree n° 57/2008 (*Ley de Acceso a la Información Pública*) [Law on Access to Public Information]. Available at <http://old.congreso.gob.gt/archivos/decretos/2008/gtdcx57-0008.pdf>. Access in 24 Jan. 2014; URUGUAY - Law 18.381/2008 (*Ley sobre el Derecho de Acceso a la Información Pública*) [Law on the Right of Access to Public Information]. Available at: <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccessoTextoLey.asp?Ley=18381&Anchor=>. Access in 24 Jan.2014; EL SALVADOR - Decree 534/2011 (*Ley de Acceso a la Información*) [Law on Access to Information]. Available at: <http://www.asamblea.gob.sv/eparlamento/indice-legislativo/buscador-de-documentos-legislativos/ley-de-acceso-a-la-informacion>. Access in 24 Jan. 2014; BRAZIL - Law 12.527/2011 (*Lei de Acesso à Informação*) [Law on Access to Public Information]. Available at: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Access in 24 Jan. 2014.¹⁸ BOLIVIA - *Proyecto de ley de transparencia y acceso a la información pública*. Available at: http://www.transparencia.gob.bo/data/marco_legal/anteproy_leyes/proyecto.pdf. Access in 21 fev. 2014; COLÔMBIA - *Proyecto de ley n° 156 de 2011 (Ley de transparencia y del derecho de acceso a la información pública nacional)*. Available at: http://www.oas.org/es/sla/ddi/docs/acceso_informacion_base_dc_leyes_pais_CO_10.pdf. Access in 21 fev. 2014; COSTA RICA - *Proyecto de ley de transparencia y acceso a la información pública*. Available at: http://www.asamblea.go.cr/Centro_de_informacion/biblioteca/Centro_Dudas/Lists/Formule%20su%20pregunta/Attachments/349/16198-proyecto.pdf. Access in 21 fev. 2014; PANAMÁ - *Proyecto de ley n° 584 (Que Crea la Autoridad Nacional de Transparencia y Acceso a la Información)*. Available at: http://www.asamblea.gob.pa/apps/seg_legis/PDF_SEG/PDF_SEG_2010/PDF_SEG_2013/PROYECTO/2013_P_584.pdf. Access in 21 fev. 2014; PARAGUAI - *Proyecto de ley de libre acceso ciudadano a la información pública y transparencia gubernamental*. Available at: <http://sil2py.senado.gov.py/formulario/VerDetalleTramitacion.pmf?q=VerDetalleTramitacion%2F101629>. Access in 21 fev. 2014.

In an effort to achieve such results, a code on the right to access information should define the vague concepts as explicitly as possible (through an authentic interpretation of law), indicate the fundamental principles and organise the general rules on at least two different levels.

Such a code should have four chapters on the introductory level: the first chapter defining the vague concepts (legal definition); the second the fundamental principles; the third the substantive rights and duties; and the fourth the procedural rights and duties.

On the next level, with a subdivision, such a code should cover the following aspects in the chapter on substantive rights and duties: (i) the scope of the State's duties to honour requests for access to information; (ii) the duties of *ex officio* disclosure; (iii) the restrictions on the duty to disclose information; and (iv) the various administrative, civil and criminal sanctions for a breach of such duties.

The code's chapter on procedural law should point out: (i) the institutional guarantees, such as the organisation of the administrative authorities competent to rule on requests for information; and (ii) the procedures in the strict sense of the term, in light of the guarantees of *due process of law*, combining the right of petition with the right of defence, by defining the elements of standing to sue (*legitimatío ad causam*) and the following procedural rights: free assistance, argumentation, proof, adversary proceedings, statement of reasons for the decision, decision-making in a public hearing, right of appeal, and conclusion within a reasonable time.

This form of presentation of a legal code on the right of access to information may be found in certain Latin American laws, although not always in the sequence proposed above.

4. Vulnerabilities in the Latin American codes on access to information

From a comparative perspective based on national laws and the Model Inter-American Law of Access to Public Information, noticeable progress has been made in implementing the right to information in Latin America.

With clear orientations based on the Inter-American human rights system, the recent legislative codes have proven capable of resolving various controversial questions that had been raised by the authorities themselves.

There are numerous examples of this trend. We shall examine three of them: the scope of the information access laws; the right to information as a universal right; and information subject to proactive disclosure.

For the first example, the understanding has now been adopted that a law on access to information imposes duties on all public authorities, at every level of all three branches (Legislative, Executive and Judiciary). Such duties also extend to private entities or individuals exercising public authority or providing some other service with public funds, in which case the duties of disclosure are limited to the public activities and funds.

That rule is set out in Article 3 of the Model Inter-American Law, and likewise in the [above-cited] laws of El Salvador, Nicaragua, Brazil, Chile, Guatemala, Mexico and the Dominican Republic¹⁹.

It has now generally come to be accepted that all citizens are entitled to enforce the right to access information without having to identify themselves or to demonstrate any special interest, which reinforces the thesis that all information held by the administrative authorities is public in nature.

Such rule can be found in Article 5 “d” and “e” of the Model Inter-American Law and in the [above-cited] laws of El Salvador, Honduras, and Brazil²⁰.

Finally, regarding proactive disclosure, the codes have defined a class of key information to be disclosed within a certain time limit, such as the qualifications and remuneration of the high-ranking civil servants and the pay scales for all the categories of employees or consultants who work in a public administrative authority.

The norm in question is found in Article 11 of the Model Inter-American Law, as reflected in the legislation of El Salvador, the Dominican Republic, Guatemala, and Nicaragua²¹.

Despite the successful systematisation of countless rules in general laws on access to information, some of them still do not meet the standards of a legislative code, especially in confrontation with the socio-political reality of Latin America.

I am referring to the rules that continue to be highly imprecise and subject to controversial interpretations among the public authorities, almost always without any guarantees of independent action.

The rules of greatest impact are the ones concerning the limitations on information access. Such limitations are generally based on private interests, such as the right to privacy, and on public interests, such as public safety or national defence.

As a basis of analysis, Article 40 of the Model Law is transcribed below:

The public authorities may deny access to information only under the following circumstances, when **strictly and legitimately necessary** in a Democratic society based on the **standards and jurisprudence of the Inter-American system**:

a) When access would harm the following private interests:

1. the right to privacy, including privacy concerning one’s life, health and safety;

2. **legitimate commercial and economic interests**;

[...]

b) When access would create a clear, probable and specific risk of doing significant harm to the following public interests:

1. **public safety**;

2. **national defence**;

¹⁹ Articles 7 and 8 of the law of El Salvador, Article 1 of Nicaragua, Articles 1 and 2 of the Brazilian law, Article 2 of the Chilean Law, Articles 2 and 6 of the Guatemala, Articles 1 and 3(XIV) of the Mexican Law, and Articles 1 and 6 (4) of the Law of the Dominican Republic.

²⁰ Articles 2 and 9 of the Law of El Salvador, Article 20 of the Legislative Decree of Honduras, Article 10 (3) of the Brazilian Law.

²¹ Article 10 (7) of the law of El Salvador, Article 3 of the law of the Dominican Republic, Article 10 (4) of the law of Guatemala, and Article 20 c of the law of Nicaragua.

- [...]
7. **law enforcement**, prevention, investigation and prosecution of crime;
8. **the State's capacity to control the economy**;
9. **legitimate financial interests of the public authority**; and.
[...]

This Article has been adopted with similar wording in the laws on information access in Brazil, El Salvador, Guatemala, Uruguay, Mexico, the Dominican Republic and Honduras²².

Some of the expressions are excessively broad and vague, such as “legitimate commercial and economic interests”, “public safety”, national defence and law enforcement.

As we know, all of them require constant efforts of evaluation based on the principle of proportionality, which, enshrined in the preamble to Article 40 of the Model Inter-American Law (...when strictly and legitimately necessary in a Democratic society...), open the door to countless exceptions (to the limitations on free information) which are only detectable in the specific case by the public authorities.

Doubts are increasing significantly regarding the exceptions to the restrictions to free information (i.e., the cases in which there should no restrictions on information access).

There are situations that admit objective analysis, such as the case of civil servants, who cannot claim the right to privacy in the exercise of their duties according to the Model Inter-American Law and the laws of Brazil, Guatemala and Mexico²³.

Similarly, public disclosure and access to information constitute absolute values in cases of severe human rights violations and crimes against humanity according to the Model Inter-American Law, and the laws of Brazil, Nicaragua, El Salvador, and Guatemala²⁴.

However, the rules establishing restrictions on information access are open to subjective evaluation. One common technique, for example, is to weigh the interests at issue to determine whether the public interest in accessing information outweighs the public or private interests in protecting classified information. As a result, the above-cited rules defining situations in which secrecy should prevail are inapplicable to cases in which non-disclosure would do greater harm to the public interest in disclosure than to the interests by confidentiality.

Consider the wording of the following norm (Article 43 of the Model Inter-American Law): “No public authority may refuse to indicate whether or not a document is in its possession or refuse to disclose a document in accordance with the exceptions referred to in Article 40 unless the harm that would be done to the protected interest outweighs the public interest in obtaining access to the information”²⁵.

²² Articles 23 and 24 of the Brazilian Law, Articles 19 and 24 of the Law of El Salvador, Article 23 of the Law of Guatemala, Article 9 of the Law of Uruguay, Articles 13 and 14 of the Law of Mexico, Articles 17 and 18 of the Law of the Dominican Republic, and Article 17 of the Legislative Decree of Honduras.

²³ Article 21 (*parágrafo único*) of the Brazilian Law, Article 24 of the law of Guatemala, and Article 14 (2) of the law of Mexico.

²⁴ Article 31 V of the Law of Brazil, Article 3 (7) of the Law of Nicaragua, Article 21 (c) of the Law of El Salvador, and Article 26 (3) of the Law of Guatemala.

²⁵ Article 43 of the Model Inter-American Law.

That rule is reflected in the national laws of El Salvador, Guatemala and Uruguay²⁶.

As we have seen, there are many uncertainties; it is apparent, however, that the principle of action circumscribed by pre-existing laws should be followed, as is required by various national laws and international declarations, including the recommendations in the preamble of the Model Inter-American Law (*The exceptions to the right of access to information must be clearly and **specifically** established by law*).

In reality, there is no difference between a law that fails to specify the requirements for restrictions on information disclosure and a law that makes a general reference to “public safety”, for example, as a justification for restricting disclosure.

In the absence of a law [prescribing otherwise], it would be perfectly natural to deny access to information whenever there is a risk of injury to the public interest. That is due to a collision between fundamental values. The expression “public safety”, which is now consecrated as intrinsic to the public interest, would inevitably be derived from an interpretation of any kind of norm ([statutory] law, Constitution or International Convention) that lays down unspecified rules concerning the “public interest”.

A law that merely mentions “public safety” is therefore unnecessary and does not comply with the principle of action circumscribed by pre-existing laws, at least not in the Latin American context.

In the absence of a law, or when the law is so general that it amounts to the absence of a law, the administrative authorities therefore have to rely on the Constitution and international conventions in order to back up their actions.

Incidentally, the Model Inter-American Law indicates that the national administrative authorities must comply with the case law of the Inter-American Court of Human Rights. Yet what degree of certainty can we expect from the Latin American public authorities, with their well-known structural defects, by obligating them to base their administrative decisions directly on the case law of the Inter-American system, as above their national legal system?

It cannot be denied that the rules limiting the right to information involve subjects that are not easy for legislators to deal with on an abstract level²⁷, but more detailed laws are required²⁸, especially in legal systems that lack administrative authorities endowed with the prerogatives of independence, even the more so when the courts are overloaded. In such cases, the objective of the principle of action circumscribed by pre-existing laws is to prevent the public authorities from having an unlimited range of interpretations at their disposal.

²⁶ Article 4 (a) of the Law of El Salvador, Article 21 of the Law of Guatemala, and Article 8 of the Law of Uruguay.

²⁷ On the difficulty of interpreting vague legal terms in the abstract, see MAURER, Hartmut - *Derecho administrativo alemán*. México: UNAM, 2012, p. 141.

²⁸ On the possibility of reducing the vagueness of norms, including general clauses, by means of “definitions”, see GUASTINI, Riccardo - Interpretare e argomentare. In MESSINEO, Francesco [et al.] - *Trattato di Diritto Civile e Commerciale*, Milano: Giuffrè, 2011, p. 56. On interpretation in the abstract and authentic interpretation of law, ver MESSINEO, Francesco [et al.] – *Ob. cit.*, p. 81-90. On general clauses, vague legal terms, interpretation in the abstract and legal definitions, see WOLF, Hans J.; BACHOF, Otto; STOBBER, Rolf - *Direito Administrativo* [Administrative Law]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, vol. 1, p. 448-450.

The Model Inter-American Law (Article 40 b), although it mentions the public interest, public safety and national defence in general terms, makes the application of such concepts conditional on more detailed laws. In that particular, however, it would have been better if the Model Inter-American Law itself had presented a detailed analysis of those concepts, which would make it easier to incite national legislators to do the same.

In that respect, the Model Law on Access to Information for African Union Member States, of 2013, drafted by the African Commission on Human and People's Rights²⁹ provides more detailed exceptions to the right to access information; in Articles 24 to 39, for example, "commercial and confidential information" is broken down into seven different items (Article 28), "national security and national defence" into nine items (Article 30) and "law enforcement" into four items (Article 33).

See, verbatim:

Art. 28 Commercial and confidential information of an information holder or a third party

(1) Subject to subsection (2), an information officer may refuse a request for information if it contains

- (a) trade secrets of the information holder or a third party; or
- (b) information about the information holder or a third party that would substantially prejudice a legitimate commercial or financial interest of the information holder or third party.

(2) A request may not be refused in terms of subsection (1) where

- (a) the disclosure of the information would facilitate accountability and transparency of decisions taken by the information holder;
- (b) the information relates to the expenditure of public funds;
- (c) the disclosure of the information would reveal misconduct or deception;
- (d) the third party consents to the disclosure; or
- (e) the information is in the public domain.

Art. 30 National security and defence

(1) An information officer may refuse to grant access to information where to do so would cause substantial prejudice to the security or defence of the state.

(2) For the purpose of this section, security or defence of the state means

- (a) military tactics or strategy or military exercises or operations undertaken in preparation for hostilities or in connection with the detection, prevention, suppression, or curtailment of subversive or hostile activities;
- (b) intelligence relating to
 - (i) the defence of the state; or
 - (ii) the detection, prevention, suppression or curtailment of subversive or hostile activities;
- (c) methods of, and scientific or technical equipment for, collecting, assessing or handling information referred to in paragraph (b);
- (d) the identity of a confidential source; or
- (e) the quantity, characteristics, capabilities, vulnerabilities or deployment of anything being designed, developed, produced or considered for use as weapons or such other equipment, excluding nuclear weapons.

(3) For the purpose of this section, *subversive or hostile activities* means

- (a) an attack against the state by a foreign element;
- (b) acts of sabotage or terrorism aimed at the people of the state or a strategic asset of the state, whether inside or outside the state; or
- (c) a foreign or hostile intelligence operation.

²⁹ AFRICA COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE' RIGHTS - *Model Law on Access to Information for Africa*. Available at: http://www.achpr.org/files/news/2013/04/d84/model_law.pdf. Access in 14 Feb. 2014.

Art. 33 Law enforcement

An information officer may refuse to grant access to information, where to do so would cause prejudice to:

- (a) the prevention or detection of crime;
- (b) the apprehension or prosecution of offenders;
- (c) the administration of justice; or
- (d) the assessment or collection of any tax or duty.

Closing considerations

In recent years, the codification process has been successful in most Latin American countries, thanks to approval of the general laws on access to official information compatible with the guidelines of the Inter-American human rights system, particularly the rules concerning proactive disclosure, information access and the associated restrictions.

However, the paucity of supervisory institutions with prerogatives of independence may be considered a fault in the systems of information access in Latin America.

This lacuna is exacerbated by the still embryonic culture of administrative law in Latin American in terms of the technique of conflict resolution through independent public authorities, despite the consensus that the (non judicial) administrative procedures on any subject must incorporate the guarantees of *due process of law*.

The most obvious negative effect of this situation is the intensified overload on the (non-specialised) courts; firstly, by conflicts that could be avoided or resolved more efficiently in the administrative sphere itself, and secondly by judicial claims that strictly speaking should have been referred to the administrative authorities from the start, but were not because of the lack of credibility of such authorities.

Against this backdrop, the right to access information would become more effective if the lack of independent supervisory institutions were compensated by legal codes, which should anticipate, as much as possible, interpretations (definitions or explanations) of the vague legal concepts that the public authorities are presently (still in many Latin American systems) free to interpret entirely at their discretion.

In the absence of legal prerogatives ensuring the independence of the institutions supervising the right to access information, it is advisable for the codes to modify the most sensitive rules open to fluid interpretation in such a way that the public authorities feel bound to abide by the letter of the law, which would create greater legal certainty and improve the credibility of the system in general.

This is a challenge that should be taken up by the legal codes in Latin America, increasing the effectiveness of the right to access information without depending on exaggerated judicial review, which is hardly ever ideal.

Final remark:

This text is an adaptation of the talk *The role of a legislative code in ensuring the effectiveness of the right of access to information in Latin America* of the Conference “Systematisation and

Codification of the Laws on Information” (*Систематизация и кодификация информационного законодательства*), held by the Institute of State and Law of the Russian Academy of Sciences (*Институт Государства и Права Российской Академии Наук*), in Moscow on 13- 14 March 2014.

I wish to thank professors Dr. Christopher Newdick of University of Reading, Dr. Hermann-Josef Blanke of *Universität Erfurt*, and Dr. Jacques Ziller of University of Pavia for proofreading the translation of this article. I Also thank Federal Appellate Judge Carmen Silvia Lima de Arruda (Brazil) and Judge Szymon Mazur (Germany).

References

AFRICA COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE' RIGHTS

[s. d.] *Model Law on Access to Information for Africa*. Available at: http://www.achpr.org/files/news/2013/04/d84/model_law.pdf . Access in 14 Feb. 2014.

ANTIGUA and BARBUDA

2004 *The Freedom of Information Act of 2004*.

ARGENTINA

2003 *Decreto n° 1172 de 2003* (Reglamento general del acceso a la información pública para el Poder Ejecutivo Nacional) [General regulations on access to public information for the National Executive Branch].

ASIMOW, Michael

2014 *Five Models of Administrative Adjudication* (September 26, 2014). Forthcoming: *American Journal of Comparative Law*. 63 (2015). Stanford Public Law Working Paper No. 2502210. Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=2502210>

AZERBAIJAN

[s. d.] *Law of the Republic of Azerbaijan on right to obtain information*.

BOLIVIA

[s. d.] *Proyecto de ley de transparencia y acceso a la información pública*.

BRAZIL

2011 *Lei n° 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)* [Law on Access to Public Information].

CHILE

2008 *Ley n°. 20.285/2008 (Ley sobre el Acceso a la Información Pública)* [Law on Access to Public Information].

COLÔMBIA

2011 *Proyecto de ley n° 156 de 2011 (Ley de transparencia y del derecho de acceso a la información pública nacional)*.

CONSEIL D'ÉTAT

[s. d.] *Les Autorités Administratives Indépendantes: rapport public 2001*. Available at: <http://www.conseil-etat.fr/fr/rapports-et-etudes/contributions.html>. Access in 27 Jan. 2014.

COSTA RICA

[s. d.] *Proyecto de ley de transparencia y acceso a la información pública.*

COUNCIL OF EUROPE

[s. d.] *Consultative Council of European Judges. Magna Carta of Judges: Fundamental Principles.* Available at: [https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?Ref=CCJE-MC\(2010\)3&Language=lanEnglish&Ver=original&BackColorInternet=DBDCF2&BackColorIntranet=FDC864&BackColorLogged=FDC864](https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?Ref=CCJE-MC(2010)3&Language=lanEnglish&Ver=original&BackColorInternet=DBDCF2&BackColorIntranet=FDC864&BackColorLogged=FDC864). Access in 24 Feb. 2014.

CUMBRE DE LAS AMÉRICAS

2004 *Declaração de Nuevo León, Mar del Plata, 2004.* Available at: http://www.oas.org/xxxivga/portug/reference_docs/CumbreAmericasMexico_DeclaracionLeon.pdf. Access in 31 Jan. 2014.

DOMINICAN REPUBLIC

2004 *Ley n° 200-04 (Ley General de Libre Acceso a la Información Pública)* [General Law on Transparency and Access to Information].

ECUADOR

2004 *Ley n° 34/2004 (Ley Organica de Transparencia y Acceso a la Información Publica)* [Organic Law on Access to Public Information].

GUASTINI, Ricardo

2011 *Interpretare e argomentare.* In MESSINEO, Francesco [et al.] - *Trattato di Diritto Civile e Commerciale.* Milano: Giuffrè, 2011.

GUATEMALA

2008 *Decreto n° 57/2008 (Ley de Acceso a la Información Pública)* [Law on Access to Public Information].

HONDURAS

2006 *Decreto Legislativo n° 170/2006 (Ley de Transparencia y Acceso a la Información Publica)* [Law on Transparency and Access to Information].

INDIA

2005 *Act n° 22/2005. (The Right to Information).*

INTER-AMERICAN COURT OF HUMAN RIGHTS

2006 *Merits, reparations and costs n° 12.108: Case of Claude Reyes et al. v. Chile Judgment, San José, September 19, 2006.* Séries C n° 151. Available at: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_151_ing.pdf. Access in 27 Jan. 2014.

INTER-AMERICAN JURIDICAL COMMITTEE

2008 *CJI/RES. 147 (LXXIII-O/08): Principios sobre el derecho de acceso a la información* [Principles on the Right of Access to Information]. Rio de Janeiro, 2008. Available at: http://www.oas.org/cji/CJI-RES_147_LXXIII-O-08.pdf. Access in 27 Jan. 2014.

LIBERIA

2010 *Freedom of information Act of 2010.*

MACEDÓNIA

[s. d.] *Law on free access to information of public.*

MAURER, Hartmut

2012 *Derecho administrativo alemán*. México: UNAM, 2012.

MENDEL, Toby

2009 *El derecho a la Información en América Latina*. UNESCO, 2009. Available at: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001832/183273s.pdf> . Access in 27 Jan. 2014.

MESSINEO, Francesco [et al.]

2011 *Trattato di Diritto Civile e Commerciale*. Milano: Giuffrè, 2011.

MÉXICO

2002 *Ley Federal de Transparencia y Acceso a la Información Pública Gubernamental de 2002* [Federal Law on Transparency and Access to Public Information of 2002].

NICARAGUA

2007 *Ley n° 621/2007 (Ley sobre el Acceso a la Información Pública)* [Law on Access to Public Information].

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES

[s. d.] *Access to information*. Available at:

http://www.oas.org/dil/access_to_information_model_law.htm. Access in 27 Jan. 2014.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES

2000 *108th regular period of sessions: Declaration of Principles on Freedom of Expression*. Washington, 2000. Available at: <http://www.oas.org/en/iachr/mandate/Basics/19.FREEDOM%20EXPRESSION.pdf>. Access in 27 Jan. 2014.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES

2010 *4th plenary session: AG/RES. 2607 (XL-O/10): Model Inter-American law on access to Public Information*. Washington, 2010. Available at: http://www.oas.org/dil/AG-RES_2607-2010_eng.pdf. Access in 18 Feb. 2014.

PANAMÁ

[s. d.] *Proyecto de ley n° 584 (Que Crea la Autoridad Nacional de Transparencia y Acceso a la Información)*.

PARAGUAY

[s. d.] *Proyecto de ley de libre acceso ciudadano a la información pública y transparencia gubernamental*.

PERLINGEIRO, Ricardo

2014 *Administrative Justice in Brazil: A Judicial, Non Judicial or Hybrid Jurisdiction?*, 7 Feb. 2014. Available at SSRN: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2390774. Access in 21 Mar. 2014.

PERU

2002 *Ley n° 27.806/2002 (Ley de Transparencia y Acceso a Información Pública)* [Law on Transparency and Access to Public Information].

EL SALVADOR

2011 *Decreto n° 534/2011 (Ley de Acceso a la Información)* [Law on Access to Information].

SERBIA

[s. d.] *Law on Free Access to Information of Public Importance.*

SLOVÊNIA

[s. d.] *Access to public information Act.*

SOMMERMANN, Karl-Peter

2010 La Exigencia de una Administración transparente en la perspectiva de los principios de democracia y del Estado de Derecho. In GARCÍA MACHO, Ricardo, org. - *Derecho administrativo de la información y administración transparente.* Madrid: Marcial Pons, 2010.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME

[s. d.] Commentary on The Bangalore Principles of Judicial Conduct. *Comentar.* 26 (a). Available at:
<http://www.coe.int/t/dghl/cooperation/ccje/textes/BangalorePrinciplesComment.PDF>. Access in 24 Feb. 2014.

URUGUAY

2008 *Ley n° 18.381/2008 (Ley sobre el Derecho de Acceso a la Información Pública)* [Law on the Right of Access to Public Information].

WOLF, Hans J.; BACHOF, Otto; STOBER, Rolf

2006 *Derecho Administrativo.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, vol. 1.

ZILLER, Jacques

2010 Les autorités administratives indépendantes entre droit interne et droit de l'Union européenne. *Revue Française de Droit Administratif.* 5 (2010) 901-906.

Ricardo Perlingeiro | perlingeiro@nupej.uff.br

Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

O DIREITO À INFORMAÇÃO E AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

THE RIGHT TO INFORMATION AND THE PUBLIC LIBRARIES IN THE CONTEXT OF THE LAW ON ACCESS TO INFORMATION

Emanuelle Geórgia Amaral Ferreira

Resumo: O presente artigo refere-se a uma pesquisa exploratória tendo como finalidade, a partir da literatura, desenvolver algumas ideias e reflexões, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos para pesquisas futuras. Discute-se como as bibliotecas públicas, a partir da literatura, podem garantir o direito à informação no contexto da Lei de Acesso à Informação. Diante disso, verifica-se que as bibliotecas públicas ao disponibilizar o acesso à informação pública contribuem tanto para a criação quanto para a manutenção de uma sociedade bem informada, onde os cidadãos podem agir de maneira consciente.

Palavras-chave: Direito à informação; Bibliotecas Públicas; Lei de Acesso à Informação

Abstract: The present article refers to a exploratory research having as purpose, from the literature, develop some ideas and reflections, with a view to the formulation of problems more accurate for future research. It discusses how the public libraries, from the literature, can guarantee the right to information in the context of the Law on Access to Information.

Keywords: Right to information; Public Libraries; Law on Access to Information

1. Introdução

No Brasil, pode-se afirmar que parte da população não participa das políticas públicas, de maneira geral, por desconhecimento de seus direitos e deveres na sociedade, uma vez que para participar é necessário estar informado. O direito de acesso à informação pública é considerado um direito humano fundamental por vários organismos internacionais. A Constituição Brasileira assegura a todo o cidadão o pleno direito à informação, cultura e lazer.

“A mobilização pelo acesso à informação pública parte do entendimento de que o direito à informação se configura como um direito social, ou um direito que antecede os demais e que subsidia o exercício dos direitos políticos ou sociais”. (MARTINS; REIS, 2014:164).

O direito à informação é considerado direito síntese dos direitos humanos no processo de efetivação da cidadania, sem o qual os outros ficariam prejudicados, confluindo a busca por esses direitos de cidadão com objetivos de igualdade social e democracia. Diante disso, a Lei nº 12.527 de 2011, conhecida por Lei de Acesso à Informação, regulamentada pelo Decreto nº. 7.724, de 16 de maio de 2012, é um passo muito importante para a sociedade brasileira.

As bibliotecas públicas configuram hoje um importante instrumento de promoção e articulação da cidadania. Conforme nos aponta Mukherjee (1985, p. 21) a biblioteca “é, talvez, a única instituição social que oferece condições para a participação integral e máxima dos indivíduos, de modo que, estes tenham condições de usufruir das melhores tradições da democracia”.

De acordo com as Diretrizes da IFLA sobre os serviços da Biblioteca Pública (2013), o fornecimento de informação foi sempre uma missão essencial da biblioteca pública e os modos através dos quais a informação pode ser reunida, obtida e apresentada mudaram radicalmente nos últimos anos.

Segundo Silva (2012:28), "O papel da biblioteca pública de contribuir para a construção da cidadania é tão fundamental quanto o de formar um público leitor". No contexto da Lei de Acesso à Informação brasileira, as bibliotecas públicas devem assumir sua função social de democratizar o acesso à informação de modo que os cidadãos exerçam seu direito de questionar.

Diante disso, pretende-se discutir como as bibliotecas públicas, a partir da literatura, podem garantir o direito à informação no contexto da Lei de Acesso à Informação. Trata-se de uma pesquisa a nível exploratória, que tem como finalidade desenvolver algumas ideias e reflexões, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos para pesquisas futuras.

2. Direito à Informação

Jürgen Habermas, em "Três modelos normativos de democracia", apresenta as diferenças de democracia nas concepções liberal e republicana, e nos apresenta uma nova proposta de democracia realizada de forma deliberativa.

Habermas (1995:39) afirma que "a política (no sentido da formação política da vontade dos cidadãos) tem a função de agregar e impor os interesses sociais privados perante um aparato estatal especializado no emprego administrativo do poder político para garantir fins coletivos. Segundo a concepção republicana a política não se esgota nessa função de mediação".

Em seu livro, "A Era dos Direitos", Norbert Bobbio (1992:57) afirma que a história tem apenas o sentido que nós, de acordo com o contexto vivenciado, atribuímos a ela. "E, portanto, não tem um único sentido. Refletindo sobre o tema dos direitos do homem, pareceu-me poder dizer que ele indica um sinal do progresso moral da humanidade".

Para Bobbio (1992), o termo "direito" trata-se de uma linguagem na qual se fala de normas e sobre normas.

"A existência de um direito, seja em sentido forte ou fraco, implica sempre a existência de um sistema normativo, onde por "existência" deve entender-se tanto o mero fato exterior de um direito histórico ou vigente quanto o reconhecimento de um conjunto de normas como guia da própria ação" (BOBBIO, 1992).

Bobbio (1992) salienta a importância dos direitos fundamentais e a evolução destes no decorrer do tempo. O autor acreditava que os direitos são frutos de uma evolução histórica. Com isso podemos fazer alusão à nossa Constituição Federal (1988) que já previa o direito a informação, mas que só foi regulamentado com a Lei nº 12.527 de 2011, a Lei de Acesso a Informação. Tal qual como Bobbio (1992) afirma, os direitos não nascem todos de uma vez, mas surgem de acordo com o progresso da sociedade.

Bobbio (1992) nos diz que as Constituições modernas se baseiam na proteção dos direitos do homem, cuja proteção depende da paz e da democracia.

“Também os direitos do homem são, indubitavelmente, um fenômeno social. Ou, pelo menos, são também um fenômeno social: e, entre os vários pontos de vista de onde podem ser examinados (filosófico, jurídico, econômico, etc.), há lugar para o sociológico, precisamente o da sociologia jurídica” (BOBBIO, 1992:68).

Para Cohen (2003), os direitos constitucionalizam a diferenciação entre a sociedade civil e o Estado:

“[...] os direitos constitucionalizam a diferenciação entre a sociedade civil (com suas organizações informais, pluralidade interna e públicos civis) e os sistemas administrativos e políticos do Estado, que formulam decisões coletivas e compulsórias e são organizados pelo poder do Estado - ou pelo *power medium*, conforme a expressão de Habermas” (COHEN, 2003:424).

Habermas (1995) diferencia o conceito de cidadão a partir das concepções liberal e republicana. Para ele, na concepção liberal os cidadãos gozam da proteção do Estado na medida em que se empenham em prol de seus interesses privados dentro dos limites estabelecidos pelas leis. “[...] os cidadãos, em seu papel de integrantes da vida política, podem controlar em que medida o poder do Estado se exerce no interesse deles próprios como pessoas privadas” (HABERMAS, 1995:41).

Já na concepção republicana, Habermas (1995:41) afirma que os direitos de cidadania, entre os quais se sobressaem os direitos de participação e de comunicação de políticas, são melhor entendidos como liberdades positivas.

“[...] o processo político não serve somente para o controle de atividades do Estado por cidadãos que, no exercício de seus direitos privados e de suas liberdades pré-políticas, já alcançaram uma prévia autonomia. Também não cumpre uma função de articulação entre o Estado e a sociedade, já que o poder administrativo não representa poder originário algum, não é um poder autóctone ou um dado” (HABERMAS, 1995:41).

O objetivo da democracia, conforme aponta Habermas (1995) é institucionalizar-se progressivamente. Ou seja, as leis devem ser criadas pelos próprios cidadãos, por meio de um processo democrático institucionalizado em que os discursos e as negociações são estruturadas de modo que as questões políticas passam a ter um tratamento racional.

Um Estado será tão evoluído quanto for seu cidadão informado. Com isso, pode-se afirmar que a prática da cidadania, tanto na conquista dos direitos políticos quanto dos direitos civis e sociais passa necessariamente pela questão do acesso e uso de informação.

“[...] o direito à informação é um dos principais fundamentos da democracia, na medida em que informação e conhecimento correspondem aos elementos essenciais à consciência política, à participação cidadã e ao controle social” (SOUZA, 2014:2.544)

“O acesso a informações de posse do Estado permite o monitoramento da tomada de decisões pelos governantes e amplia a possibilidade de

participação na formulação, execução e monitoramento das políticas públicas. Isso faz com que o direito à informação esteja intrinsecamente ligado ao fortalecimento de regimes democráticos participativos, os quais pressupõem o envolvimento da sociedade na condução da vida pública” (MARTINS; REIS, 2014:167).

Cohen (2003, p. 426) afirma que a finalidade de uma opinião pública formada discursivamente é influir nos debates travados nas esferas decisórias políticas e jurídicas pertinentes (legislativos, tribunais constitucionais), a fim de obter controle informal sobre as ações e decisões dos governantes e legisladores (princípio da receptividade).

“A liberdade de acesso e a participação paritária (direito igual de emitir opinião) são o ideal de regulação de todos os arranjos institucionais que reivindicam uma legitimidade democrática; todos os cidadãos sujeitos à lei deveriam ter o direito de participar e de expressar suas opiniões, de tentar exercer influência, e todos os participantes deveriam ser capazes de fazê-lo em igualdade de condições” (COHEN, 2003:426).

A participação dos cidadãos é necessária como força opositora que limita o poder e criadora que legitima as leis. Conforme aponta Souza (2014, p. 2544), o direito à informação, com efeito, se situa nos limites de um possível conjunto de antinomias entre o livre acesso à informação, o direito à propriedade e o direito à privacidade.

2.1. A Lei de Acesso à Informação

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, prevê que todos têm direito a receber dos órgãos públicos, tanto informações de seu interesse particular, quanto de interesse coletivo ou geral. Os incisos a seguir complementam os direitos de acesso a informação presentes na Constituição Federal:

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu; interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

- a) o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;
- b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

LXXII - conceder-se-á habeas data:

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXVII - são gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania. (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal assegura o direito à informação, conforme mencionado acima, que pode ser pautado de três modos: o direito de informar; o direito de ser informado e o direito de se informar.

O Artigo 37 da Constituição Federal assegura como dever das entidades públicas a divulgação das informações:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII.

Entre 2009 e 2011, a Lei de Acesso à Informação foi discutida e votada pelo Congresso Nacional. Conforme afirma Martins; Reis (2014:163)

Como é próprio à conquista de outros direitos, a aprovação da Lei 12527/2011 decorreu de um amplo processo histórico iniciado com a mobilização da comunidade internacional desde o final da Segunda Guerra Mundial, a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, a articulação de atores da sociedade civil organizada e, nos últimos anos, da iniciativa de órgãos fiscalizadores do Estado, como a Controladoria Geral da União. (MARTINS; REIS, 2014:163)

Em 2009, o Poder Executivo enviou à Câmara o Projeto de Lei 5228/2009, para regulamentar o acesso à informação pública. O referido Projeto de Lei foi o grande ponto de partida. A Câmara criou uma Comissão Especial para analisar o projeto que reuniu outros projetos de lei que tratavam do mesmo assunto: PL 219/2003; PL 1019/2007 e PL 1924/2007.

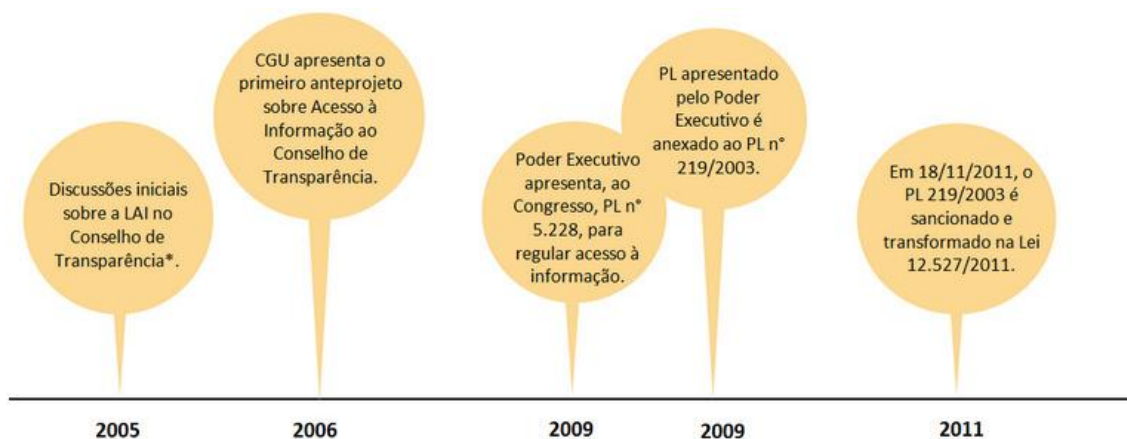
Ao final das análises e debates realizados, o presidente da Comissão Especial da Câmara, o então deputado Mendes Ribeiro apresentou um texto para substituir a proposta do Executivo. Tal texto fora aprovado no plenário da Câmara em 24 de fevereiro de 2010, sendo renomeado como PLC 41/2010, ao chegar ao Senado.

A Lei nº 12.527 de 2011, a Lei de Acesso a Informação, regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012, regularizou o direito à informação, garantido pela Constituição Federal, obrigando órgãos públicos a considerar a publicidade como regra e o sigilo como exceção. Conforme apontam Martins e Reis (2014):

“A regulamentação do acesso à informação traz para o contexto da sociedade brasileira a garantia do exercício de um direito e revela, ainda, que sua institucionalização traduz os embates e relações de força presente na sociedade, evidenciando para os brasileiros que reivindicar direitos é uma

prática cidadã e não benesse dos órgãos/setores do Estado” (MARTINS; REIS, 2014:168-169).

FIGURA 1 – Histórico da Lei de Acesso à Informação



Fonte: Acesso à Informação.

Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/historico-da-lai>.

Acesso em 14 dez. 2014

A Lei de Acesso à Informação tem como premissa que todas as informações produzidas ou sob guarda do poder público são públicas e, desse modo, são acessíveis a todos os cidadãos, com exceção as informações pessoais e as hipóteses de sigilo legalmente estabelecidas, conforme podemos ver no Artigo 3º:

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

- I observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V desenvolvimento do controle social da administração pública. (BRASIL, 2011)

3. Biblioteca Pública

O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia define biblioteca pública como “aquela que é posta a disposição da coletividade de uma região, município ou estado, e que é financiada principalmente por dotações governamentais” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008:52).

Por sua vez, a Coordenadoria do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas da Biblioteca Nacional do Brasil afirma que “a biblioteca pública é um elo de ligação entre a necessidade de informação de um membro da comunidade e o recurso informacional que nela se encontra organizado e à sua disposição” (BRASIL. Fundação Biblioteca Nacional..., 2000:17).

De acordo com Antonio Miranda (1978), em linhas gerais os objetivos que inspirariam a missão das bibliotecas públicas são os seguintes: promover o idioma nacional; fornecer publicações oficiais; fornecer livros e outros materiais para o estudante; apoiar campanhas de alfabetização e fornecer livros adequados aos neo-alfabetizados; ser depositária do acervo da inteligência e da história local; e fornecer serviços de informação técnica e comercial.

Miranda (1978) afirma também que é função da biblioteca pública fornecer publicações oficiais para que os cidadãos possam informar-se sobre leis, instituições e serviços que afetem a sua própria vida. Ou seja, o usuário tem o direito de encontrar na biblioteca local os textos de leis, decretos e toda informação pertinente que possa interessar-lhe como cidadão.

Para Silva (2012:29), "O que se espera da biblioteca pública é colaborar para que os indivíduos aprimorem suas habilidades na obtenção de informação, sendo capazes de se mobilizarem e se desenvolverem tendo a informação como alicerce para esta transformação".

“O principal objetivo da biblioteca pública é fornecer recursos e serviços em diversos suportes, de modo a ir ao encontro das necessidades individuais ou coletivas, no domínio da educação, informação e desenvolvimento pessoal, e também de recreação e lazer. Desempenha um papel importante no desenvolvimento e manutenção de uma sociedade democrática, ao dar aos indivíduos acesso a um vasto campo de conhecimento, ideias e opiniões” (IFLA, 2013:13).

De acordo com os Princípios e Diretrizes das Bibliotecas Públicas, realizado pela Fundação Biblioteca Nacional em 2000, as bibliotecas públicas caracterizam-se por:

- 1) destinar-se a toda coletividade, ao contrário de outras que têm funções mais específicas;
- 2) possuir todo tipo de material (sem restrições de assuntos ou de materiais);
- 3) ser subvencionada pelo poder público (federal, estadual ou municipal). Ela difere da biblioteca comunitária/popular, que surge da comunidade e é por ela gerida, sendo o atendimento feito, geralmente, por voluntários (BRASIL. Fundação Biblioteca Nacional..., 2000:18).

4. Bibliotecas Públicas viabilizando o direito à informação

A biblioteca pública possui um grande potencial para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, embora seja pouco utilizada em nosso país. Mukherjee (1985:28) aponta que embora a biblioteca [pública] seja elementarmente uma instituição designada para servir o leitor, sua posição atual da sociedade sugere um dinamismo, além de prover acesso aos livros.

Milanesi (2012) afirma que prestar informações persiste como pedra angular da biblioteca pública. Podemos, assim, afirmar que prover acesso à informação pública tendo com base instrumental a Lei de Acesso à Informação é uma das atribuições da biblioteca pública.

"A prestação de serviço público é uma função da biblioteca pública. [...] as bibliotecas devem estar prevenidas e deve ser definido se, e como, irão ser prestados estes serviços públicos, dentro dos limites da sua missão e recursos disponíveis. É recomendável que se averigüe a capacidade do pessoal, bem como parcerias com a administração pública existente, de modo a garantir a melhor preparação possível para esta tendência, aparentemente inevitável, que se verifica nas comunidades" (IFLA, 2013:28).

De acordo com as Diretrizes da IFLA sobre os serviços da Biblioteca Pública (2013), a informação

"constitui um direito humano básico o de aceder e compreender a informação; existe hoje em dia mais informação disponível do que em qualquer outro momento da história. Enquanto serviço público acessível a todos, a biblioteca pública desempenha um papel crucial na recolha, organização e tratamento da informação, bem como no fornecimento de acesso a um vasto leque de fontes informativas" (IFLA, 2013:14).

Ou seja, a biblioteca pública, no contexto da Lei de Acesso à Informação, ao reorientar suas práticas para além dos processos técnicos, no sentido da ação política, cumpre com o Artigo 216 da Constituição Federal: "§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem".

Conforme se pode ver na Lei de Acesso à Informação, o acesso às informações públicas pode ser garantido por meio da criação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para atender o público. Os SICs têm como objetivos:

- Atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;
- Conceder o acesso imediato à informação disponível;
- Informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;
- Protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.

No caso da biblioteca pública, há um espaço em especial que pode fazer as vezes do Serviço de Informação ao Cidadão: o Serviço de Referência. De acordo com Macedo (1990:12) num sentido mais amplo, o serviço de referência é a interface entre informação e usuário, tendo à frente o bibliotecário de referência, respondendo questões, auxiliando, por meio de conhecimentos profissionais, os usuários.

Macedo (1990: 14) afirma que a essência do Serviço de Referência corresponde a:

“assistência direta, profissional, respondendo a questões genuínas de referência. Pode ser por telefone, correspondência, no terminal do computador, num espaço determinado, entrevistando o usuário, em qualquer espaço da biblioteca, informalmente ou em situações várias” (MACEDO, 1990:14).

Contudo, o Serviço de Referência na biblioteca pública deve ter seu escopo ampliado para disponibilizar informação pública em consonância com a Lei N^o 12.527, levando-se em consideração que este serviço deve ir além das atribuições mencionadas acima, conforme aponta Macedo (1990). O Serviço de Referência deverá se colocar também como um espaço de fomento à participação democrática dos cidadãos.

Considerações finais

O acesso à informação se apresenta como uma importante ferramenta para que os cidadãos exerçam seus direitos. O fornecimento de informação pública por meio da Lei de Acesso à Informação fixa a biblioteca pública como um espaço de incentivo à participação democrática dos cidadãos. Nesse contexto, a Lei de Acesso à Informação, cria um verdadeiro sistema para obtenção das informações estabelecendo, assim, os procedimentos, os prazos para fornecimento das informações.

Ao garantir o direito à informação por meio da Lei de Acesso à Informação, as bibliotecas públicas atuam como um ambiente propício para operacionalizar a participação democrática dos cidadãos. Ou seja, as bibliotecas públicas contribuem tanto para a criação quanto para a manutenção de uma sociedade bem informada, onde os cidadãos podem agir de maneira consciente. Neste sentido, ressalta-se a relevância do serviço de referência nas bibliotecas públicas no cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

Referências bibliográficas

ACESSO A INFORMAÇÃO

[s. d.] Acesso à informação. Disponível em: <http://www.acessoinformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/historico-da-lai>. Acesso em 14 dez. 2014.

BOBBIO, Norberto

1992 *A Era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Congresso Nacional

2011. *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em 20 nov. 2014.

BRASIL. Constituição

1988 *Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988*. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/ConstituicaoTextoAtualizado_EC84.pdf. Acesso em 20 nov. 2014.

BRASIL. Fundação Biblioteca Nacional; Coordenadoria do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

2000 *Biblioteca Pública: princípios e diretrizes*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento de Processos Técnicos, 2000. Disponível em: http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/ArquivoFinal28_08.pdf. Acesso em 13 dez. 2014.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2012 *Decreto nº. 7.724, de 16 de maio de 2012*. Brasília, DF, 2012.

COHEN, Jean L.

2003 Sociedade civil e globalização: repensando categorias. *Dados: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, 46:3 (2003) 419-459. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n3/a01v46n3.pdf>. Acesso em 20 nov. 2014.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira

2008 *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília DF: Briquet de Lemos Livros, 2008.

HABERMAS, Jurgen

1995 Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo. 36 (1995). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n36/a03n36.pdf>. Acesso em 20 nov. 2014.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2013 *Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública*. 2ª ed. Lisboa, 2013. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>. Acesso em 13 dez. 2014.

MACEDO, Neusa Dias de

1990 Princípios e reflexões sobre o serviço de referência e informação (contínua). *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. São Paulo. 23:1/4 (jan.-dez. 1990) 9-37. Disponível em: <http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/392/366>. Acesso em 13 dez. 2014.

MARTINS, Ana Amélia Lage; REIS, Alcenir Soares dos

2014 A informação pública como direito e acesso ao poder: a Lei 12.527/2011 em debate. In: MOURA, Maria Aparecida, org. - *A Construção social do acesso público à informação no Brasil: contexto, historicidade e repercussões*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

MILANESI, L.

2012 Informação pública e as bibliotecas. *Folha de São Paulo*. São Paulo. (2 jul. 2012). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinia0/52178-informacao-publica-e-as-bibliotecas.shtml>. Acesso em 10 dez. 2014.

MIRANDA, António

1978 A missão da biblioteca pública no Brasil. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*. 6:1 (jan.-jun. 1978) 69-75.

MUKHERJEE, A. K.

1985 *Filosofia da Biblioteconomia*. Trad. Maria das Graças Targino. Teresina: Associação dos Bibliotecários do Estado do Piauí, 1985.

SILVA, Aline Gonçalves da

2012 *A Biblioteca pública como fator de inclusão social e digital: um estudo da Biblioteca Parque de Mangueiras*. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2012. Disponível em: <http://tede-dep.ibict.br/bitstream/tde/100/1/silva2012.pdf>. Acesso em 12 dez. 2014.

SOUZA, Edivanio Duarte

2014 O Direito à informação: das condições de acesso à Lei nº. 12,527/11. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2014 - *Anais...* 2014. p. 2.544-2.564.

Emanuelle Geórgia Amaral Ferreira | emanuelle.gaf@gmail.com

Escola de Ciência da Informação - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil

A TELEMEDICINA NO ÂMBITO DAS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS: aspectos legais e implicações

THE TELEMEDICINE AND THE ARCHIVAL PRACTICES: legislation and implications

Isaac Newton Cesarino da Nóbrega Alves | André Luiz Dias de França

Resumo: Objetiva analisar a legislação referente à Telemedicina no Brasil, considerando aspectos de preservação sobre a produção audiovisual a partir da prática arquivística. O progresso oriundo das tecnologias promove mudanças significativas na sociedade. Nesse sentido, desenvolvemos esse estudo sobre a Telemedicina, ou seja, uma atividade mediada por meio de equipamentos tecnológicos que possibilita a prestação de serviços de saúde a distancia. Desta forma, fizemos uso da pesquisa bibliográfica das áreas da saúde, tecnologia e ciência da informação para utilização adequada dos termos e conceitos desses saberes. Num segundo momento, de forma sucinta, descrevemos o histórico da Telemedicina no Brasil. Posteriormente, procedemos com a análise documental da legislação do acervo do Conselho Federal de Medicina, que aborda a temática desse trabalho. Ao final, percebemos dentre outras coisas, a ausência de orientações sobre a forma de preservação da produção audiovisual, preocupação essa da ciência arquivística.

Palavras-chave: Telemedicina; Legislação; Preservação

Abstract: The aim of this study was to analyze the legislation on this type of activity in our country, considering aspects of preservation of the audiovisual production from archival practice. The progress of technology originating promotes significant changes in society. Accordingly, we developed this study on Telemedicine, *i.e.* mediated by technological equipment activity that enables the provision of health services at a distance. Thus, we used the literature in the areas of health, science and technology information for proper use of terms and concepts such knowledge. Secondly, succinctly describe the history of telemedicine in Brazil. Later, we proceed with the documentary analysis of the legislation of the acquis of the Federal Medical Council, which addresses the theme of this work. At the end, we realized among other things, the lack of guidelines on how to preserve the audiovisual production, this concern of archival science.

Keywords: Telemedicine; Legislation; Preservation

1. Introdução

Nos primórdios da nossa civilização, o homem sentiu a necessidade de vencer duas grandes barreiras no tocante ao ciclo da informação quando discutimos geração, coleta, organização, armazenamento, disseminação e o seu uso: a permanência e a distância. As verbalizações, até então utilizadas para a comunicação e transmissão de saberes, procedimentos, fazeres de sua cultura, tinham pouco alcance e não eram possíveis os seus registros, a não ser nas memórias do seu povo. Para Bordenave (1997), somente com a escrita, é que a linguagem humana pôde ser perpetuada, e o conhecimento daquele povo agora seria preservado não só na mente de seus notáveis, mas também em paredes, rochas, pergaminhos, papiros e, mais recentemente, em materiais celulósicos. O saber registrado pôde ser transmitido em longas distâncias.

Como o afã de novas conquistas, o homem, como ser desbravador, passou a sentir a necessidade de conquistar novos territórios, seja por terra, seja por água, e assim novos “mundos” iam sendo descobertos e as extensões territoriais tornando-se mais amplas. O

mundo, até então representado por tribos¹ (primeira fase), estava se “destribalizando” e a comunicação humana padecia agora de um novo obstáculo: velocidade. Mesmo com a permanência e o alcance já superados, a informação em registros escritos necessitava de um tempo razoável para sair do emissor e chegar ao receptor (segunda fase). Para o filósofo McLuhan (2007), a terceira fase reside na “retribalização” e surge com a eletricidade. O mundo, agora contraído, faz uso de artefatos eletrônicos, abolindo assim a dimensão espacial. Para o autor, passaríamos a viver com a “velocidade instantânea do movimento informacional” (MCLUHAN, 2007:276) e por consequência, e “graças à eletricidade, retomamos os contatos pessoa a pessoa como se atuássemos na escala da menor das aldeias” (MACLUHAN, 2007:287). Mesmo com extensões territoriais ampliadas, o homem volta a se comunicar como outrora.

Com a eletricidade, surge o telégrafo, instrumento que permite transmissão de informações em longo alcance e, que pela etimologia de seu nome, denotamos as partes *tele* (do grego *téle* – à distância) e *grafo* (do grego *grafé* - grafia). O primeiro prefixo está presente em tantos outros equipamentos (televisão, telefone, telescópio, etc) e práticas (teleaprendizado, teletrabalho, Telemedicina, etc) cuja intenção seja a da disseminação (ou acesso) da informação rompendo-se a barreira da distância.

Contemporaneamente, a Internet tem potencializado o avolumar de informações em todos os campos do conhecimento, e ao retomamos a geração, coleta, organização, armazenamento, disseminação e o uso da informação, compreendemos que o cientista da informação e o seu profissional são revestidos de elevada responsabilidade, sobretudo na medicina, quando vidas humanas estão em foco. Os documentos resultantes de tais práticas necessitam assim de um olhar atento, preciso e acurado sob o pano de fundo da prática arquivística com o risco da perda de informação, ocasionando prejuízos não somente aos usuários, mas também aos profissionais que dela fazem uso para a prestação de serviços, quer seja na área médica, quer seja em outras.

Nesse âmbito e pelo exposto, compreender os aspectos legais que permeiam a atividade da medicina, especificamente na Telemedicina, sob o viés da arquivologia destaca a magnitude e a responsabilidade social inerentes no trato da informação de tal modo a cobrar do cientista, as suas reflexões, questionamentos e posicionamentos sobre as melhores e mais adequadas práticas para as duas áreas no cenário que ora se apresenta.

É com essa abordagem que se propõe este trabalho: descortinar o cenário das práticas arquivistas na Telemedicina. Para tanto, objetivamos analisar a legislação referente a esse tipo de atividade em nosso país, considerando aspectos de preservação sobre a produção audiovisual a partir da prática arquivista. Utilizamos, assim, a pesquisa bibliográfica das áreas da saúde, tecnologia e ciência da informação para adequada familiarização dos termos e conceitos desses saberes. Num segundo momento e de forma sucinta, descrevemos o histórico da Telemedicina no Brasil e, na sequência, a análise documental da legislação do acervo do Conselho Federal de Medicina que aborda a temática desse trabalho.

¹ Mundo tribalizado, destribalizado e retribalizado são conceitos para contextualizar em recortes temporais as fases da história humana e sua evolução comunicativa. Tais reflexões foram disseminadas pelo filósofo canadense Marshall McLuhan em sua obra *Os meios de comunicação como extensões do homem* (2007).

2. A informação e a sua importância na área da saúde

Ao longo dos últimos anos, nossa sociedade vem passando por profundas transformações. Com o imperativo tecnológico da sociedade da informação e do conhecimento, agilidade e alcance são possíveis agora como em nenhum outro momento da civilização humana, o que inevitavelmente nos remonta aos prenúncios da Aldeia Global de McLuhan (2007), comentada anteriormente, na qual viveríamos em uma convergência tamanha que não existiriam barreiras para o acesso à informação. Essas mudanças se inserem em todos os contextos, tais como, ambiente de trabalho, ensino e aprendizagem, relações pessoais, entre outras.

Nesse contexto, a informação ganha espaço privilegiado, em que devemos compreendê-la como elemento vital de todas as ciências (FRANÇA, 2013). É importante também destacar as palavras de Souto (2014:1) quando explica que “a sociedade vem evoluindo no sentido de reconhecer cada vez mais o valor da informação e do conhecimento como insumos e produtos geradores de bens e serviços”, gerando uma ansiedade por informações nunca antes registradas, em uma era na qual as pessoas fazem de seus dispositivos eletrônicos de comunicação extensões de suas próprias vidas, tornando-as carentes, naturalmente, de ascensão ao conhecimento por meio do acesso a tais conteúdos. E se as organizações são constituídas por grupos humanos unidos em busca de um só objetivo como missão, tais premissas podem ser estendidas aos sistemas de informação daquelas organizações uma vez que também são feitas pelos e para os homens.

Desta forma, consideramos necessário que antes de conhecermos a importância da informação na área da saúde, que seja apresentado o seu significado, para uma melhor compreensão e aplicação do termo em questão. Em Santos *et al.* (2008:192), corroboramos quando afirmam que informação é “um elemento modificador da consciência do homem e de seu grupo social”. Oliveira (2008) é direta e resume a informação como nada mais senão a matéria-prima que origina o conhecimento. Outra definição é a apresentada por Silva (2009:24) quando explica que:

A informação parecerá, pois, uma espécie de «substância», susceptível de ser movimentada, transferida, manipulada e «consumida», muitas vezes com vista à satisfação de uma necessidade psicológica. Assim sendo, essa substância deverá ter existência material e, conseqüentemente, terá de ser depositada sobre algo manuseável, ou seja, um suporte físico.

Esses são alguns dos muitos conceitos e que devemos ficar atentos aos que são usados em cada área do saber humano, principalmente no momento da escrita de produções acadêmicas, expressando a nuance que de cada abordagem apresenta em cada trabalho discutido.

No que se refere à importância da informação para as instituições públicas e empresas privadas, Choo (2003:27) afirma que:

A informação é um componente intrínseco de quase tudo que uma organização faz. Sem uma clara compreensão dos processos organizacionais e humanos pelos quais a informação se transforma em percepção,

conhecimento e ação, as empresas não são capazes de perceber a importância de suas fontes e tecnologias de informação.

Corroborando com esse pensamento, Bueno e Valentim (2010:233) explicam que “a informação se constitui em um recurso vital para a sobrevivência das organizações, visto que pode gerar mais qualidade e produtividade [...]”. Nesse contexto, encontram-se as unidades de saúde de nosso país, inseridas no âmbito da iniciativa privada ou no sistema público. Assim, para a área da saúde, Galvão e Ricarte (2012:172) explicam que “a informação, portanto, é elemento central na tomada de decisão e requisito essencial para provisão do cuidado e gerenciamento em saúde”. Essa realidade descrita pela autora nem sempre acontece, devido às mudanças impostas pela sociedade da informação sobre a competitividade em que se exige excelência na produtividade e qualidade. (BUENO e VALENTIM, 2010).

De maneira mais detalhada, podemos compreender a importância das informações para a área da saúde a partir dos registros feitos em um prontuário do paciente, conforme afirmação de Bentes Pinto (2012:311) em que diz:

Todas as informações relativas a uma pessoa doente e as ações de cuidados e tratamentos a ela dispensados, a fim de que seja possível gerenciar o curso da patologia identificando os sintomas, causas e os remédios para solucioná-los. São ricas fontes de informação e de comunicação, tanto para a equipe de saúde e os pacientes, com também para os estudos e pesquisas.

Portanto, constatamos que a informação configura como sendo um elemento indispensável e complexo, que possibilita a transformação do saber científico no contexto da saúde, permitindo que os serviços ofertados melhorem significativamente. Ademais, e como cita Barité “a humanidade só avança na medida em que consegue sistematizar o saber acumulado para cumprir determinados propósitos” (2001:39) [tradução nossa]. Para que isso aconteça, é preciso que haja conscientização por parte do poder público para promover cada vez mais estudos e pesquisas, além de profissionais com qualificação desejável, para que avanços ocorram tendo a informação como matéria-prima da constituição de um pleno conhecimento.

3. Serviços de saúde e a utilização da tecnologia

Na atualidade, muitos serviços ofertados a população sofreram mudanças ocasionadas pelas tecnologias. Citamos como exemplo dessa nova realidade, a mediação do computador em diferentes instituições, como também em residências, promovendo assim novas relações na vida social e profissional das pessoas. Sobre essa situação, Castells (1999:69) afirma que:

O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e o uso.

Nesse sentido, as tecnologias são utilizadas para expandir serviços nas áreas da educação, saúde, mobilidade urbana, entre outros. Na saúde, as tecnologias têm sido utilizadas para o suporte à gestão. (GALVÃO e RICARTE, 2012). A envergadura e a multidisciplinaridade de tais avanços são expostas quando aqueles autores explicam que “as inovações tecnológicas e de informatização têm sido amplamente incorporadas às práticas de saúde e diferentes profissionais (médicos, enfermeiros, fonoaudiólogos, profissionais de apoio e assistentes sociais) podem usar os mesmos sistemas visando ao melhor atendimento aos clientes/usuários” (GALVÃO e RICARTE, 2012:225)

No tocante ao uso, Perroti (2009) aponta crítica à redução simplista do trato à informação. Para o autor, a preocupação dos gestores tem se resumido em apenas oferecer o acesso “sem que se considerem os mecanismos complexos de mediação que interferem nos processos de apropriação simbólica, sem que se levem em conta sua natureza, sua razão de ser, suas particularidades, suas exigências, seus modos especiais de produção, de circulação, de recepção [...]. (2009:13) Além disso, ainda incorremos em questões inerentes à implantação e à utilização de tecnologias que podem esbarrar em dificuldades dada à complexidade dos serviços e da gama de profissionais envolvidos, assim:

[...] os efeitos da implantação de novos sistemas podem ser decididamente perturbadores em função da complexa dinâmica que envolve o contexto clínico. A implantação e utilização efetivas desse tipo de tecnologia na área de saúde requerem cooperação entre as pessoas, bem como o envolvimento dos profissionais e gestores (GALVÃO e RICARTE, 2012:225).

Desta forma, a implantação de sistemas para melhorar os serviços de atendimento aos pacientes necessita de cooperação de diferentes profissionais envolvidos, como vimos, uma vez que a abrangência de tal implantação ocorre em diferentes especialidades.

Não obstante à problemática do paradigma do acesso citado por Perroti (2009) e da multidisciplinaridade resultante de diversos profissionais envolvidos, esbarramos na “multiplicidade de aplicações, desde sistemas típicos de gestão de informações a sistemas de automatização e apoio as tarefas de diagnóstico”, apontadas por Galvão e Ricarte (2012:225). Esses sistemas se encontram interligados não somente no que se referem aos equipamentos, mas também nas atividades desempenhadas por cada um dos profissionais envolvidos, em que os resultados obtidos num determinado setor, serão utilizados em outra área e por outros especialistas.

Tamanha quantidade e complexidade de variáveis envolvidas na relação “tecnologia x saúde”, urge a necessidade de dispositivos legais tais como leis, decretos, resoluções e normas que busquem regulamentar e orientar aqueles profissionais no trato da informação. Diante dessa premissa, percebemos que um dos avanços ocorridos recai sobre a relação paciente-médico, a partir da Telemedicina, que é o objeto de estudo dessa pesquisa, e que abordaremos mais detalhadamente a seguir.

4. Breves considerações sobre a Telemedicina no Brasil

Ao falarmos de Telemedicina, é necessário que antes de quaisquer considerações, que apresentemos o seu conceito. Há uma variação de significados que foram mudando ao

longo dos anos, desde o surgimento dessa atividade nos anos 1960, por questões tecnológicas como também por interesses na área da saúde (CHAO, 2011). Desta forma, apresentaremos as que consideramos mais relevantes para esse trabalho. Soirefmann *et al* (2008:1) explicam que “a Telemedicina é definida atualmente como o uso da informação médica através da comunicação eletrônica para a saúde do paciente e educação dos profissionais de saúde”. No *site* da Telemedicina do Coração (TELCOR), é apresentada uma definição da Organização Mundial de Saúde (OMS) para essa atividade:

Telemedicina compreende a oferta de serviços ligados aos cuidados com a saúde, nos casos em que a distância é um fator crítico; tais serviços são prestados por profissionais da área da saúde, usando tecnologias de informação e de comunicação para o intercâmbio de informações válidas para diagnósticos, prevenção e tratamento de doenças e a contínua educação de prestadores de serviços em saúde, assim como para fins de pesquisas e avaliações.

Outro conceito apresentado é o do Conselho Federal de Medicina (CFM), por meio da resolução nº 1.643, de 2002, que em seu art. 1º define a Telemedicina como “o exercício da Medicina através da utilização de metodologias interativas de comunicação audiovisual e de dados, com o objetivo de assistência, educação e pesquisa em Saúde”. Pelos conceitos apresentados, podemos compreender que a tecnologia é elemento indispensável e que possibilita uma relação diferente entre o paciente e os profissionais, em que a distância já não configura como um problema para a prestação dos serviços de saúde.

Em nosso país, a realidade da Telemedicina pode ser facilmente compreendida pelas palavras de Soirefmann *et al.* (2008:118) quando afirmam que “no Brasil, apesar da aplicação da Telemedicina ainda ser menor do que nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, novos projetos surgem a cada ano”. Corroborando com esse pensamento, CHAO (2008:8) explica que:

A Telemedicina vem tendo uma importante evolução e consolidação no Brasil nestes últimos 4 anos [ano referência 2008] com o incentivo obtido junto às agências de fomento à pesquisa e com as ações governamentais, que possibilitaram a formação de equipes e núcleos de pesquisa em diversas instituições universitárias brasileiras [destaque nosso].

Nesse sentido, analisando o estado da arte na *World Wide Web* do surgimento da Telemedicina no Brasil, recuperamos informações contraditórias nas quais a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)² e a Telemedicina da Bahia³ divergem sobre a atividade em nosso país. A UFSC explica que a Telemedicina nasceu em Santa Catarina no ano de 2005, em uma ação da própria universidade em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde (SES/SC) e que em 2007, o Ministério da Saúde criou o Programa de Telessaúde Brasil. Por sua condição de pioneirismo, Santa Catarina foi um dos estados brasileiros escolhidos para a implantação de um núcleo de Telessaúde. Já para a Telemedicina da Bahia, a instituição comemora 14 (quatorze) anos de prestação de

² Disponível em: <https://www.telemedicina.ufsc.br/rctm/>. Acesso em 24 maio 2014.

³ Disponível em: <http://www.telemedicina.com.br/>. Acesso em 24 maio 2014.

serviços, ou seja, esses serviços iniciaram-se em maio de 1999, segundo relata a referida página na web.

Pelos estudos realizados por Chao (2008:8), a Telemedicina no Brasil apresenta um terceiro panorama, diferenciado do que foi visto anteriormente. O referido autor apresenta três marcos importantes. O primeiro se deu por meio do lançamento do edital “Institutos do Milênio”, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 2005, que considerava a Telemedicina como área estratégica para o desenvolvimento de estudos nos contextos universitários. Nesse mesmo ano, surge o projeto de Telemedicina – Estação Digital Medica que serviu para ampliar os serviços pelo país.

O segundo marco considerado seria a elaboração do projeto Telemática e Telemedicina do Ministério da Saúde para prestação de apoio à Atenção Primária no Brasil, entre os anos de 2005 e 2006. O terceiro e último marco foi o desenvolvimento do projeto da Rede Universitária de Telemedicina (RUTE) da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), ainda no primeiro semestre de 2006.

Como o resgate histórico não é objeto deste trabalho, mas o de contextualizar o cenário do surgimento da Telemedicina no Brasil, partiremos para a abordagem dessa atividade no contexto da legislação. Encerramos assim esse tópico sem nos aprofundar nessas questões, mas enxergando que deve ser mais bem discutido em outra oportunidade, visto que compreender o passado significa realizar as melhores práticas no presente para um futuro melhor e mais promissor.

5. A legislação sobre as informações e os documentos produzidos no contexto da Telemedicina brasileira

A Telemedicina no mundo faz uso da Declaração de Tel Aviv, de 1999, como um importante instrumento de responsabilidade e ética para conduzir esse tipo de atividade na área médica. Em nosso país, fora esse documento que também é utilizado por outras nações, percebemos a ausência de legislação específica, sendo encontrada somente a Resolução nº 1.643 do CFM, comentada anteriormente e que define e disciplina os serviços de saúde prestados por meio de tal prática.

Ao analisarmos o referido dispositivo, percebemos que no art. 2º há a recomendação de que os serviços devem possuir infraestrutura tecnológica apropriada, sem, no entanto, detalhar e regulamentar os tipos de equipamentos e seus usos. Ainda nesse mesmo artigo, é descrito que os serviços prestados na Telemedicina devem observar as normas técnicas do CFM referentes à guarda, manuseio, transmissão de dados, confidencialidade, privacidade e garantia do sigilo profissional. Contudo, em pesquisa documental realizada, há apenas normas sobre a guarda para os prontuários, conforme podem ser identificadas no Quadro 1 a seguir:

QUADRO 1 – Resoluções do CFM utilizadas na Telemedicina

RESOLUÇÃO	DETERMINAÇÕES
RESOLUÇÃO CFM nº 1.639/2002 (revogada)	Aprova as "Normas Técnicas para o Uso de Sistemas Informatizados para a Guarda e Manuseio do Prontuário Médico", dispõe sobre tempo de guarda dos prontuários, estabelece critérios para certificação dos sistemas de informação e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CFM nº 1.821/2007	Aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde.

Fonte: Desenvolvimento nosso

Deste modo, fica a pergunta: **Como proceder com a guarda da produção audiovisual na Telemedicina?** Já que as normas apenas aplicam-se aos prontuários do paciente em seus diferentes aspectos, tais como a guarda, a confidencialidade dos dados, a digitalização, etc. Inquieta-nos ainda saber se: **Para atestar que as informações e os documentos produzidos na Telemedicina são autênticos e fidedignos ao que foi relatado e produzido pela consulta, não seria importante preservar a gravação audiovisual, definindo prazos de guarda e descarte, bem como definir o suporte físico em que será disponibilizado?** A resolução não elucida tais questões além de não fazer referência à legislação em que os profissionais envolvidos poderão ser inseridos nos casos de violação de sigilo de informações, perda de dados, entre outros. Devemos atentar que, não somente existe o código de ética médica, mas sim, as diversas leis que podem punir os indivíduos que violem os direitos das outras pessoas. Poderíamos citar a Constituição Federal e, mais recentemente, e a criação da Lei nº 12.527, de 2011.

A partir dos questionamentos apresentados, acreditamos que a ausência de legislação pode comprometer os serviços prestados na Telemedicina, principalmente no sentido de preservar a produção audiovisual que gera as informações e os documentos, e isso reflete diretamente na prática arquivista, muito embora a resolução nº 1.821, de 2007, do CFM, considere a aplicabilidade da legislação arquivística brasileira sobre os documentos produzidos no prontuário médico. Não é possível trabalhar o arquivamento de documentos sem seguir diretrizes sobre a sua guarda, acesso e uso, principalmente quando se trata de documentos em meio digital, em que a obsolescência configura como um obstáculo para a preservação.

6. Considerações finais

Nesse estudo, buscamos tratar da Telemedicina relacionando a medicina com o trato da informação, em que as tecnologias desempenham papel fundamental para eliminar a distância entre pacientes e profissionais da saúde. Apesar de apresentarmos um histórico conflituoso dessa atividade em nosso país, uma vez que identificamos que há mais de uma vertente para o início da mesma, essa situação não impediu que nosso estudo se realizasse, já que a abordagem se deu no campo da legislação vigente sobre a Telemedicina no Brasil, que por sua vez é bastante escassa e incipiente.

Consideramos que no aspecto ético, os serviços em saúde mediados pelas tecnologias encontram-se bem amparados em nível internacional pela Declaração de Tel Aviv, assim como também no contexto nacional, com as resoluções do CFM e os códigos de ética de diversos profissionais que se inserem nesses procedimentos. O que não ocorre quando falamos de preservação, acesso e uso da produção audiovisual gerada pela prática da Telemedicina, que por sua vez culminará com a produção de informações e documentos relativos ao prontuário do paciente. Tal constatação ressona na atividade dos profissionais da informação, como no caso dos arquivistas, que devem possuir um olhar diferente para as informações e documentos produzidos em âmbito eletrônico. É preciso saber como produzir, organizar, usar, acessar e preservar esse tipo de acervo considerando as inovações proporcionadas pelas tecnologias que se renovam constantemente.

Referências bibliográficas

BARITÉ, Mario

2001 Organización del Conocimiento: um nuevo marco teórico-conceptual em bibliotecologia y documentación. In CARRARA, Kester, org. – *Educação, Universidade e Pesquisa*. Marília: Unesp Publicações; FAPESP, 2001.

BORDENAVE, Juan Dias

1997 O que é comunicação. Coleção: Primeiros Passos. Brasília: Editora Brasiliense, 1997.

BRASIL. CFM

2002 Resolução n.1.643, 7 de agosto de 2002. *Diário Oficial da União: Poder Executivo*. Brasília. Seção I (26 ago. 2002) 205. Disponível em: http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/2002/1643_2002.pdf. Acesso em 24 maio 2014.

BUENO, Danilo André; VALENTIM, Marta Lígia Pomim

2010 *Fluxos documentais em ambientes empresariais: características, tipologias e usos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

CASTELLS, Manuel

1999 *A Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAO, Lung Wen

2008 Telemedicina e Telessaúde: um panorama no Brasil. *Informática Pública*. 10:2 (2008) 7-15. Disponível em: http://www.ip.pbh.gov.br/ANO10_N2_PDF/Telemedicina_tesasaude.pdf. Acesso em 24 maio 2014.

CHAO, Lung Wen

2011 Telemedicina e telessaúde: inovação e sustentabilidade. *Inovação Tecnológica em Educação e Saúde*. Disponível em: <http://www.telessaude.uerj.br/resource/goldbook/pdf/5.pdf>. Acesso em 24 maio 2014.

CHOO, Chun Wei

2003 *A Organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo: Senac, 2003.

FRANÇA, André Luiz Dias de

2013 *Análise de Redes Sociais: o fluxo de informações do Sistema Nacional de Transplantes do Brasil*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques

2012 *Prontuário do paciente*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

MCLUHAN, Marshall

2007 *Os Meios de comunicação como extensões do Homem*. São Paulo: Cultrix, 2007.

OLIVEIRA, Marlene

2008 Origens e evolução da Ciência da Informação. In *Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

PERROTI, Edmir

2009 Olhando a significação: do paradigma do acesso ao da apropriação da informação. In MARTELETO, Regina Maria; STOTZ, Eduardo Navarro – *Informação, saúde e redes sociais: diálogos de conhecimentos nas comunidades da Maré*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

PINTO, Virginia Bentes

2012 Epistemologia do registro e da organização do conhecimento n contexto da saúde. In CAVALCANTE, Lidia Eugenia; PINTO, Virginia Bentes; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório, org. – *Ciência da informação: tessituras e olhares*. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

SANTOS, Vanderlei Batista dos; INNARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarcisio Barbosa de, org.

2008 *Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento*. 2ª ed. Distrito Federal: SENAC, 2008.

SILVA, Armando Malheiro da [et al.]

2009 *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

SOIREFMANN, Mariana [et al.]

2008 Telemedicina: uma revisão da literatura. *Revista HCPA*. 28:2 (2008) 116-119. Disponível em:

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28899/000661733.pdf?sequence=1>. Acesso em 24 maio 2014.

SOUTO, Leonardo Fernandes

2014 *Gestão da Informação e do conhecimento: práticas e reflexões*. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

TELEMEDICINA DO CORAÇÃO (TELCOR)

[S. d.] *O Que é telemedicina*. Disponível em: <http://www.telcor.com.br/artigos/?id=3>. Acesso em 24 maio 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

[S. d.] *Telemedicina: nossa história*. Disponível em: <https://www.Telemedicina.ufsc.br/rctm/#>. Acesso em 24 maio 2014.

VALENTIM, M. L. P.

2002 Inteligência competitiva em organizações: dado, informação e conhecimento. *Data Gram Zero*. 3:4 (2002).

VALENTIM, M. L. P.

2010 *Ambientes e fluxos da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

Isaac Newton Cesarino da Nóbrega Alves | maxsteelbr@hotmail.com

Mestrando em Ciência da Informação – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

André Luiz Dias de França | andreluizjpb@gmail.com

Mestre em Ciência da Informação – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Resumo: O presente artigo pretende constituir um contributo para a comunidade editorial e para os interessados nas transformações que o mercado livreiro sofreu com o aparecimento do digital, apresentando o percurso e os marcos mais relevantes da transição do livro impresso para o *eBook*. Caracteriza detalhadamente os formatos presentemente mais utilizados, comparando-os entre si, e explora um conjunto de vantagens e desvantagens para o leitor e para o editor, relativamente ao *eBook*. Analisa o mercado editorial atual, direcionando a análise para o volume de mercado dos *eBooks* em determinados países.

Palavras-chave: eBook; Mercado editorial

Abstract: Abstract: This article aims to be a contribute to the publishing community and for those interested in the changes that the book market suffered with the emergence of digital, presenting the route and the most important landmarks of the transition of the printed book to eBook. Detailed features of the currently most popular formats are given, comparing them to each other. A set of advantages and disadvantages of the eBook to the reader and the editor is explored. This article also analyzes the current publishing market, directed to the market's volume of eBooks in certain countries.

Keywords: eBook; Publishing market

1. Introdução

A tecnologia tem hoje um grande protagonismo no panorama social, profissional e familiar, sendo utilizada em todas as tarefas do quotidiano, da mais trivial à mais diferenciada. No setor editorial surgiram grandes mudanças que colocaram em causa todo o modelo de negócio desta indústria. Onde havia uma estrutura de participantes bem definida, hoje há um a rede flexível de atores que podem ou não colaborar no processo de edição; o único interveniente garantido é apenas o autor, porque os restantes (editor, distribuidor, retalhista) têm vindo a tornar-se cada vez menos definidos. Com a evolução do *eBook* e dos *eReaders* (leitores de *eBooks*) tem-se assistido a um aumento, todos os anos, do número de pessoas que lê neste formato, deixando de lado o formato impresso ou, então, lendo em ambos.

Para termos uma noção mais clara do mercado atual e da sua evolução podemos partir da análise geral do mercado editorial musical. Este serve de comparação, ainda que registe números um pouco diferentes, pelo facto de que foi mais cedo atingido pela mudança.

No início deste século surgiu a partilha de ficheiros digitais em MP3, recorrendo a serviços como o Napster ou o Kazaa. A partir daí muitas empresas compreenderam que, só reformulando o modelo de negócio, é que poderiam capitalizar as vantagens trazidas pelas novas tecnologias. A expansão deu-se com o lançamento da loja de música *online*

iTunes, da Apple Inc., em 2003. Passou a ser possível comprar ficheiros singulares, todos a 99 cêntimos, independentemente do artista e da editora. A aposta revelou-se acertada, com as vendas em formato digital a ultrapassarem (50,3%) as vendas físicas, no ano de 2011 (Jornal da Tarde, 2012). No mercado de livros impressos e *eBooks* isso ainda está longe de acontecer, porque estes últimos ainda ocupam uma quota muito reduzida do mercado editorial global. Ainda assim, o seu crescimento é assinalável principalmente em países de língua inglesa, como os Estados Unidos da América (EUA) ou o Reino Unido, mas também em alguns países da Ásia Oriental. Por exemplo, nos EUA, nos primeiros 11 meses de 2011, as vendas de *eBooks* aumentaram 123,4%, comparando com o mesmo período de 2010, representando uma quota de mercado de 17%. No Brasil os números são razoáveis: o país disponibiliza mais de 16 mil obras. A primeira análise feita no país acerca da venda de *eBooks* abrange o período entre 2011 e 2012 e aponta para a venda de 227.292 *eBooks* nesses 2 anos, correspondente a uma faturação de 3.500 milhões de reais. A tendência é para aumentar largamente estes números, até porque a Apple apenas começou a vender *eBooks* brasileiros em Outubro de 2012 e a Google, a Amazon e a Kobo só chegaram ao mercado brasileiro em dezembro desse ano (MELO, 2013). Já na Coreia do Sul, os números não são tão representativos: na maior editora do país as vendas de *eBooks* representam menos de 2% do total de vendas e só se venderam 50 mil leitores de *eBooks* em 2010. Na China, por seu lado, o número de leitores de *eBooks* aumentou para 101 milhões, tendo as receitas em 2009 sido de 49 milhões de dólares, correspondentes a 53,7 milhões de *eBooks* vendidos (LEE, 2013).

2. Evolução do eBook

Projeto Gutenberg

O Projeto Gutenberg é considerado pioneiro na transição do impresso ao digital. Estávamos ainda no ano de 1971 quando Michael Stern Hart decidiu criar uma coleção eletrónica que abrangesse todo o tipo de livros e que atingisse um público o mais diversificado possível, pois percebeu que *“a maior valência criada pelos computadores não seria a computação mas o armazenamento, a recuperação e a pesquisa daquilo que estava armazenado nas nossas bibliotecas”*. Assim, o Projeto Gutenberg é considerado a mais antiga biblioteca digital do mundo. O principal objetivo, para além do enunciado acima, é o de divulgar milhares de obras, de forma gratuita, que possam ser lidas em quase todos os computadores para que, assim, haja uma transmissão de cultura entre todos. Isso mesmo pode ser verificado na declaração de missões do projeto, de forma mais completa (Project Gutenberg, 2013):

“Encourage the Creation and Distribution of eBooks”

“Help Break Down the Bars of Ignorance and Illiteracy”

“Give As Many eBooks to As Many People As Possible”.

O Projeto funciona quase exclusivamente em sistema de voluntariado (semelhante à *Wikipedia*), em que os voluntários fazem uma revisão cuidadosa dos textos e digitalizam-nos para ficarem disponíveis ao público. De realçar que todos os *eBooks* lançados até à data foram previamente editados em formato impresso por editoras certificadas, pelo que a sua qualidade está assegurada. Atualmente a coleção conta com mais de 38 mil livros

eletrónicos, sendo que disponibiliza mais de 100 mil através dos seus parceiros (Project Gutenberg, 2013). Até 1989 os textos eram inseridos manualmente, o que fez com que o ritmo de entradas de documentos fosse muito mais lento do que é hoje. Essa data coincide com a melhoria dos *scanners* de imagem e de *software* de reconhecimento ótico de caracteres e, conseqüentemente, da maior utilização dessa tecnologia, que tornou a digitalização de livros mais praticável.

Os textos estão disponíveis em vários formatos, como HTML, PDF, ePUB, MOBI e Plucker, daí falar-se na universalidade e na abrangência do projeto. A maioria dos documentos está, naturalmente, em língua inglesa mas também os há noutros idiomas. Por exemplo, em língua portuguesa há, até hoje, 523 obras e o objetivo para esta década é o de tornar o nosso idioma o terceiro europeu com mais obras na plataforma, segundo o que se pode ler no *website*. Por dia são efetuados, em média, cerca de 160 mil *downloads* de obras e outros idiomas fortemente representados são o Francês, o Alemão, o Finlandês, o Holandês e o Mandarim.

Com isto, percebe-se facilmente a importância que o Projeto Gutenberg teve (e tem) na transformação do mundo editorial como nós o conhecíamos há algumas décadas atrás. O projeto e o seu criador, Michael Stern Hart (falecido em 2011), são os pioneiros do modelo de negócio editorial digital e podem ser encarados como os verdadeiros precursores dos *eBooks*.

Pós-Projeto Gutenberg: percurso do eBook e do eReader

Após a ação pioneira de Michael Stern Hart em divulgar algumas obras *online*, numa altura em que isso parecia impossível, só 10 anos depois é que aparece o primeiro livro eletrónico com fins comerciais. Talvez o mercado não estivesse preparado ou não se soubesse que o livro eletrónico seria uma grande oportunidade de negócio e de geração de lucro, mas o facto é que esses anos passaram sem que houvesse uma iniciativa real de aproximação ao mercado. Foi apenas em 1981 que a editora Random House (uma das principais editoras de língua inglesa do Mundo) publicou um dicionário em formato digital (Pinheiro, 2011). O lançamento do livro *Literary Machines*, por Ted Nelson, no mesmo ano, foi também um marco importante na história do *eBook*. Nelson é considerado um dos pioneiros das tecnologias de informação, sendo o criador dos termos hipertexto, hipermédia, ou virtualidade. Nesta obra, ele aborda o tema da Internet, do que ela poderia trazer de novo e quais seriam as mais-valias resultantes do seu aparecimento.

Tal como tinha acontecido aquando da invenção da imprensa, por Johannes Gutenberg, também ela uma grande (r)evolução face ao vigente na altura, os manuscritos, houve um aproveitamento do suporte anterior, quase um “imitar as velhas formas físicas” (BUFREM e SILVA, 2001). Tal como com a chegada da imprensa de Gutenberg a leitura de manuscritos não acabou, também com a chegada do *eBook* não se perdeu o gosto pelo livro físico. Isto porque apenas o suporte sofre alteração, não o conteúdo, esse sim o mais importante. No entanto, é bom notar que esta evolução é muito mais significativa do que a ocorrida com a imprensa, já que aí apenas as técnicas sofreram uma mudança, enquanto que com o *eBook* acresce a mudança de suporte e tudo o que isso envolve. Talvez o livro físico seja visto daqui a umas décadas como as máquinas de escrever e as cartas manuscritas são vistas hoje: pouco utilizadas mas não extintas. Até agora, depois de algumas décadas de o *eBook* ter aparecido, o livro impresso ainda resiste.

Como já foi referido, na década de 80 do século passado, o futuro do *eBook* era ainda muito indefinido, não havia um público vasto e o desenvolvimento de ferramentas estava ainda a dar os primeiros passos. Muitos formatos estavam a emergir, quer fossem desenvolvidos por grandes companhias (como a Adobe Reader) ou por programadores de *open source*. Apareceram também alguns *eReaders* que, na maioria, estavam associados apenas a um formato, o que contribuiu para a fragmentação do mercado.

Um marco importante na história do *eBook* foi a escrita de *Afternoon, a Story*, em 1987. Esta obra de Michael Joyce (um especialista em literatura eletrónica norte-americano) é considerada a primeira ficção em hipertexto. Trata-se de um género inserido na literatura eletrónica, que se caracteriza pela sobreposição de narrativas com que o leitor se depara, “clicando” em hiperligações ao longo da leitura da história (JOHNSON, 2013). Isto é, a história vai sofrendo alterações mediante a “vontade” de quem está a lê-la. O termo pode ser abreviado para “*hyperfiction*”. A obra foi publicada e distribuída em disquete em 1990. Em finais do ano de 1998 e inícios de 1999 surgem os primeiros *sites* de venda de *eBooks*: *eReader.com* e *eReads.com*. Com isso, o crescimento da venda de *eBooks* acentuou-se para não mais parar. Para tal, em muito contribuiu o sempre ativo Projeto Gutenberg que, três anos antes, atingiu os mil títulos e projetou como objetivo a médio / longo prazo o milhão de obras. Foi também em 1998 que foi lançado o Rocket eBook, um dos primeiros *eReaders* como são conhecidos hoje. Criado pela NuvoMedia, depressa alcançou sucesso no mercado pelas suas características inovadoras: permitia “fazer anotações nas margens, sublinhar passagens e definir marcadores” (PC Magazine, 2013). Tinha memória para 4 mil páginas (cerca de 10 livros) e custava 500 dólares (EVANS, 1998). A versão seguinte, o Rocket eBook Pro version, já suportava 16 mil páginas (cerca de 40 livros).

Riding the Bullet, lançado em 2000, é tido como o primeiro *eBook* vendido em massa mundialmente. É da autoria de Stephen King, 27º autor mais vendido da década passada com 5.268.577 de cópias (MACARTHUR, 2009). Foi editado somente na Internet (numa primeira fase) e as suas 67 páginas eram vendidas a 2.50 dólares (CLARKE, 2001). Vendeu 400 mil cópias nas primeiras 24 horas e, mesmo que King tenha arrebatado uma pequena quantia por cada exemplar (cerca de 1.50 dólares) a verdade é que o ganho de reputação associada a esses números pode ter compensado esta aparente perda de ganhos. Além disso, se o livro fosse em formato físico seria mais caro e não seriam vendidas tantas cópias. Revelou-se, por isso, uma aposta acertada, tanto por parte do autor como por parte da editora, a Simon & Schuster, a 29ª maior editora do mundo em 2012 segundo a Publishers Weekly (2013). Se dúvidas houvesse, o mercado dos *eBooks* estava prestes a disparar, com um autor de renome a perceber as vantagens que isso traria (não só para ele como também para os leitores). Também se tornou num dos marcos mais importantes na história do *eBook*, já que é sempre vantajoso um produto emergente ter associação a um autor por demais (re)conhecido como Stephen King. Abriu portas a muitos outros que se lhe seguiram até que hoje se alastrou a todo o espectro de autores. E o próprio Stephen King começou a utilizar a Internet com frequência: nesse mesmo ano publicou *A Planta* num modelo diferente e ambicioso, ou seja, comprometeu-se a publicar os dois primeiros capítulos (num total de oito), sendo que a publicação dos restantes iria depender da adesão do público aos dois primeiros e se eles pagariam ou não pelo conteúdo. Na primeira semana em que esteve disponível, o primeiro capítulo foi descarregado 152.132 vezes, tendo mais de 76% dos leitores pago por ele (BING, 2000). Mais um sucesso para Stephen King e uma grande alavanca para o mercado de *eBooks*.

Após alguns anos de francas e constantes evoluções no mercado do *eBooks* e dos *eReaders* - com a Google a anunciar querer digitalizar as obras das maiores editoras (o que deu origem ao Google Books Library Projects, ainda hoje em evolução), em 2004, e os processos de que foi alvo no ano seguinte por parte das editoras devido à empresa ter digitalizado conteúdo ainda protegido por *copyright*; ou com o acordo entre a Google e a Biblioteca Nacional do Brasil para digitalizar 2 milhões de títulos, em 2006 – eis que os *eReaders* se transformam naquilo que são hoje. Há quatro aparelhos importantes e que ainda hoje são utilizados por milhões de pessoas: o Sony Reader, da gigante multinacional tecnológica japonesa Sony, o Kindle da Amazon, o Nook da Barnes & Noble e o Kobo. Os últimos modelos já têm uma memória superior a 34 Gb (com expansão micro SD incluída), muito superior aos cerca de 64 Mb iniciais. Ao contrário do que acontece nos computadores, *tablets* ou *smartphones* que usamos diariamente e nos quais podemos ler *eBooks* ou ficheiros eletrónicos, os *eReaders* não emitem luz, tornando a experiência da leitura o mais próxima possível da leitura de papel impresso. As vantagens desta tecnologia, chamada “*e-ink*”, ou tinta eletrónica, em português, são óbvias: 1) reduz substancialmente o esforço que os nossos olhos fazem para ler o impresso, tanto pela luz intensa a que estão expostos como pela radiação prejudicial que os ecrãs transmitem; 2) como qualquer dispositivo eletrónico, ajuda a poupar papel, recurso cada vez mais escasso e que, ao contrário do que muitas vezes se pensa, teve um brutal aumento de consumo com o aparecimento da Internet e das novas tecnologias - por exemplo, calcula-se que com o início do uso do *e-mail* o consumo do papel nos escritórios dos EUA tenha aumentado 40% (PACHECO, 2008); 3) tem uma autonomia bastante duradoura, visto que apenas consome energia quando se muda de página, estando sem consumir no momento da leitura em si.

O *eReader* mais vendido mundialmente é o Kindle. Poder-se-ia tecer muitas considerações acerca deste lançamento, mas talvez o aspeto mais elucidativo seja ao mesmo tempo o mais simples: o lançamento do Kindle, da Amazon, em 2007, mudou para sempre a indústria livreira, assim como alguns hábitos de milhões de consumidores de livros. Isto porque, para além de ser o *eReader* mais referido mundialmente, é provavelmente o mais visível ao público geral (CHIOU, LING e HUANG, 2013). No entanto, o considerável sucesso do Kindle deve-se não só à tecnologia inovadora mas ao abundante conteúdo digital da Amazon. A empresa conseguiu integrar com sucesso aparelhos para leitura (*eReaders*), conteúdo (*eBooks*) e serviço (o *site* da Amazon). Os utilizadores cedo perceberam as potencialidades deste produto e esgotaram a primeira encomenda de Kindles para as lojas em 5 horas e meia e o aparelho permaneceu esgotado até abril do ano seguinte (MASHABLE, 2014). Esta já é, aliás, uma tradição para a Amazon e o Kindle, pois o público esgota rapidamente os novos modelos.

3. Tipos de formatos

Como vimos, há uma grande variedade de formatos de *eBooks*. O problema para as editoras é que todos eles são válidos e convenientes para serem usados, dependendo do tipo de documento que se deseja criar (e também do gosto pessoal do editor), para além, obviamente, do tipo de aparelho que se possui, visto que alguns formatos são exclusivos de determinados dispositivos.

Formato MOBI

Começamos pelo MOBI, o qual se afigura como um dos formatos mais utilizados mundialmente. Desenvolvido para ser visualizado no leitor MobiPocket e para ser suportado pelo dispositivo Kindle, ambos da Amazon, o seu nome mais curto é também um diminutivo de mobile, o que significa que ele foi desenhado para dispositivos móveis mas, atualmente, é multiplataformas. É, ainda assim, mais adequado para pequenos ecrãs porque o limite de tamanho da imagem é de 64 Kb. Isso aliado ao facto de o formato da imagem ser GIF torna difícil a sua visualização em dispositivos maiores, como *tablets* (GUIDINGTECH, 2014). Tem a vantagem de permitir fazer anotações e possui um dicionário incorporado, uma ferramenta bastante útil e valorizada na leitura de *eBooks*. Esta aparente contradição de o formato MOBI ser concebido para Kindle mas não ter capacidade para ser visualizado em dispositivos maiores do que os *smartphones*, explica-se pelo facto de a Amazon ter desenvolvido, posteriormente, outro formato baseado no MOBI, o Kindle AZW, que é essencialmente uma cópia do MOBI mas com uma opção de alta compressão, que permite a leitura não só em *smartphones*, mas também em computadores e *tablets*. Difere ainda no esquema de DRM, um aspeto que iremos explicar mais à frente. Apesar de ser um formato muito utilizado no mundo inteiro, a grande vantagem do MOBI é estar associado à Amazon e ao Kindle, o que lhe permite ter grande visibilidade. Contudo, como este dispositivo permite a leitura de outros formatos, o mercado começa a inclinar-se para outros dois formatos de *eBook* que iremos analisar de seguida.

Formato ePUB

O ePUB é uma abreviatura de *electronic publication*, que se traduz por publicação eletrónica. Foi desenvolvido pelo IDPF – International Digital Publishing Forum – e assumida como padrão de uso dessa organização em 2007. A última versão do ePUB foi lançada em 11 de outubro de 2011 e é chamada de *EPUB 3.0 Recommended Specification*. A combinação de quatro especificações aumenta significativamente as capacidades do ePUB em suportar um maior número de requisitos das publicações, como *layouts* complexos, media avançada e interatividade. O objetivo é que o EPUB 3 seja utilizado numa vasta gama de conteúdos, como livros, revistas e publicações educacionais, profissionais e científicas (IDPF, 2011). O ePUB não é mais do que um formato para armazenamento e uso de publicações eletrónicas ou *eBooks*. Tem compatibilidade com vários leitores e, talvez por isso, se tenha assumido como a norma universal no setor dos leitores de *eBooks*. Ainda assim, o Kindle, da Amazon, que revolucionou o mercado digital de livros, não suporta o formato ePUB, sendo o único dos principais leitores de *eBooks* a não fazê-lo (HIDALGO, 2013).

O ePUB surgiu porque havia uma preocupação em relação à proliferação de formatos que eram incompatíveis e dificultavam a leitura de *eBooks* em dispositivos diferentes. Assim, quase toda a indústria americana está a utilizar o ePUB. Está construído em 3 partes: conteúdos de endereçamento, metadados do pacote e arquivo (FERRARA, 2013). Este formato trabalha com tecnologias utilizadas mundialmente e conhecidas de todos, como o XHTML, o CSS e o XML, o que é uma vantagem. O conteúdo é quase sempre escrito em XHTML e é formatado através de uma folha de estilo, o CSS.

Formato PDF

O formato PDF, sigla de *Portable Document Format* - formato de documento portátil - começou a ser desenvolvido pela Adobe Systems em 1993. O objetivo do cofundador da Adobe, John Warnock, ao criar o sistema “Camelot”, que evoluiu para PDF mais tarde, era o de conceber um formato de ficheiro que representasse documentos independentemente da aplicação do *software*, do *hardware* e do sistema operativo. O processo revelou-se bem-sucedido e o formato passou a descrever documentos com texto, gráficos e imagens.

A adoção do PDF no começo foi feita de forma lenta e isto aconteceu por vários motivos: 1) os documentos em formato PDF eram muito maiores do que os documentos de texto e isso levava a mais tempo de *download*, quando a velocidade da Internet era muito menor do que é nos dias de hoje; 2) o Adobe Acrobat, produto da Adobe para ler e criar ficheiros em PDF, não estava distribuído de forma gratuita; 3) as primeiras versões não possuíam suporte para *hiperlinks*, o que tornava inútil a sua utilização na Internet; e 4) a apresentação de arquivos PDF era lenta nas máquinas lentas dessa altura (PREPRESSURE, 2013).

Atualmente os ficheiros em formato PDF podem incluir etiquetas, texto equivalente, subtítulos, descrições em áudio, etc. Podem ter contidas restrições DRM, que limitam a cópia, a edição e a impressão, dependendo do *software* de leitura. Em suma, e segundo Bear (2013), o formato PDF pode ser utilizado, entre outras atividades, para:

- Partilhar ficheiros com outros que não tenham o mesmo *software*, *hardware* ou sistema operativo;
- Partilhar ficheiros que podem ser protegidos contra visualização, impressão, cópia e edição não-autorizada;
- Editar documentos eletrónicos;
- Criar ficheiros com anotações, *hyperlinks* e marcadores que poderão ser partilhados através de *e-mail* e na Web;
- Criar formulários interativos.

Comparação entre ePUB e PDF

A principal diferença entre os dois últimos formatos descritos é, essencialmente, o modo como apresentam a informação para o leitor. Se virmos o exemplo de uma página impressa com 500 caracteres e se ela for transformada para PDF e ePUB, para ser lida num computador, as diferenças não serão muitas. Pelo contrário, num *tablet* ou num *smartphone* a leitura altera-se drasticamente: se com o formato ePUB o texto se adapta ao dispositivo, alterando o tamanho da letra e a disposição do texto, com o PDF este mantém-se inalterado, o que tornará muito difícil a leitura de tantos caracteres num ecrã de dimensões reduzidas. Esta e outras características em que os formatos diferem um do outro estão resumidas na tabela seguinte:

Tabela 1 - Comparação entre os formatos PDF e ePUB

	PDF	ePUB
Texto	<p>A apresentação do texto é estática.</p> <p>Preserva o <i>layout</i> original com qualquer tipo de dados (texto, imagem, etc.).</p> <p>Ideal para textos curtos ou com várias tabelas, gráficos, imagens, mapas, etc.</p>	<p>O texto molda-se ao dispositivo onde é lido.</p> <p>Ideal para documentos longos ou com grande quantidade de texto.</p>
Dispositivo mais adequado	Computador	<i>eReaders</i> , <i>smartphones</i> e <i>tablets</i>
Tamanho do ficheiro	Grande	Pequeno
Leitura	O virar de página é feito de forma horizontal.	O leitor muda de página fazendo <i>scroll</i> na vertical. Devido às margens no topo da página o espaço entre o texto pode ser grande.
Segurança	A segurança DRM é obrigatória	A segurança DRM pode ser um complemento adicionado, não sendo no entanto obrigatória.

Ambos os formatos têm disponíveis funcionalidades importantes que tornam a leitura mais agradável: pesquisa, anotação, cópia de texto, áudio e vídeo. Analisando as características de cada um deles, surge a ideia de que o formato PDF foi bastante importante no começo do *eBook*, sendo pioneiro na apresentação de conteúdo. Contudo, e apesar de ser um formato muito popular, utilizado por milhões de pessoas em todo o mundo, no que diz respeito ao *eBook* não se conseguiu adaptar convenientemente e começa a ser ultrapassado pelo ePUB. Este último é mais voltado para o dinamismo do conteúdo, o que dá uma experiência de leitura bastante mais agradável. Para além disso, a leitura de *eBooks* faz-se recorrendo não só ao computador mas também (e sobretudo) a *eReaders*, *tablets* e *smartphones*, dispositivos em que a leitura em PDF se torna muito difícil e pouco prática.

Numa discussão que envolveu todo o território brasileiro, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) decidiu que todos os livros escolares em formato digital nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências e Arte (para alunos dos 6 aos 10 anos) passariam a estar disponíveis em PDF. Esta decisão gerou uma enorme discussão, tendo sido considerada “um retrocesso”. No entanto, Gabriela Dias, especialista em edição digital, resumiu a situação de forma a confirmar exatamente o que discutimos acima: “[...] O fato de o governo ter estipulado uma configuração mínima já pode ser considerado um avanço e o PDF, apesar de não ser o formato mais avançado, é o mais universal e portátil” (NETO, 2014).

4. Vantagens do eBook

Milhões de pessoas já leram ou lêem habitualmente *eBooks* e preferem este formato ao tradicional impresso. O que as levará a abandonar o formato que sempre conheceram para se aventurarem num mundo novo, ainda a dar os primeiros passos? Destacaremos a seguir as vantagens que nos parecem mais significativas do formato digital em relação ao impresso.

4.1. Vantagens para o editor

a) Poupança de custos de produção e de distribuição

Apesar do elevadíssimo custo inicial, tanto tecnológico como humano (uma das principais razões que inibe as editoras de entrar no mercado digital), após essa primeira fase os custos irão reduzir substancialmente, até mesmo acabar, nomeadamente na impressão, encadernação e distribuição dos livros. Apenas a título de exemplo e falando dos jornais, que também estão a aderir com bastante sucesso ao digital, Nicholas Carlson (2009) refere que imprimir o *New York Times* custa o dobro do que custaria enviar um Kindle para todos os subscritores do jornal. Por aqui se percebe a enormidade dos custos de impressão, que podem ser facilmente anulados com versões digitais. Mesmo assim, pode haver casos em que a produção de um *eBook* seja mais cara do que a sua versão impressa (principalmente quando o texto inclui *hiperlinks* multimédia ou um trabalho muito demorado de paginação feito pelo designer), sendo que somente na distribuição temos a certeza de que o custo baixa realmente.

b) Eliminação dos custos com excesso de stock

Segundo José Fernando Gonçalves (2010) há três tipos de custos associados a um sistema de *stocks*: 1) custo dos aprovisionamentos (valor pago ao fornecedor e custo associado ao processamento das encomendas, como papel, telefone, transporte, controle de qualidade, etc.); 2) custos associados à existência de *stocks* (armazenamento, seguro, perda de qualidade e custos de capital); e 3) custos associados à rutura dos *stocks* (que pode originar perda de clientes, um custo muito difícil de calcular). Com o *eBook* há, obviamente custos de *stock*, começando por um sistema de bases de dados, no entanto, o armazenamento e a rutura dos *stocks* são eliminados, criando uma vantagem para o editor.

c) Facilidade de edição

Uma das grandes vantagens dos *eBooks* para os editores é a facilidade com que eles podem ser editados, para correção de erros, para acrescentar informação ou simplesmente para lançamento de uma nova edição. Já no livro impresso acontece o contrário, onde um erro ortográfico pode demorar meses a ser corrigido, tendo em conta que o processo de edição é mais lento (e também mais dispendioso).

4.2. Vantagens para o leitor

a) Maior comodidade

Imaginemos o processo de compra de um livro impresso por parte de um leitor: tem que sair de casa, dirigir-se a uma livraria, feira do livro ou outro local que venda o livro que pretende e voltar para casa. Essa deslocação pode ser feita a pé, mas também de automóvel ou em transportes públicos onde o autor gastaria algum dinheiro. Considerando a venda *online*, o leitor terá o processo facilitado, todavia tem de esperar pela receção do(s) título(s) que adquiriu. Quando compra um *eBook* o leitor apenas tem que ligar o computador ou outro dispositivo que tenha essa funcionalidade, como *tablets* ou *smartphones*, escolher o livro que pretende e efetuar o pagamento, um processo que pode demorar menos de um minuto. A partir desse momento poderá ler o livro.

b) Poupança de dinheiro

Este é, talvez, o argumento que leva mais pessoas a adotarem o digital como principal formato de leitura de um livro. A perceção geral é a de que um *eBook* é entre 30% a 70% mais barato do que a sua versão impressa. Essa percentagem depende do género a que o livro pertence, bem como o local onde se compra e o momento. Veja-se um exemplo de um *best-seller* recente, lançado em Maio de 2013 (julho do mesmo ano, em Portugal), “Inferno”, de Dan Brown, em duas realidades distintas: na Amazon, líder mundial de venda de *eBooks*, a versão impressa custa 9 libras, enquanto o *eBook* do mesmo livro custa 2,40 (Amazon, 2015a); já no portal Wook, propriedade da Porto Editora, editora líder em Portugal, a versão impressa deste livro tem o preço de 19,98€ (WOOK, 2015a) e o *eBook* de 17,99€ (WOOK, 2015b). Ou seja, se no primeiro caso temos uma diferença de 7,40£, no segundo caso a descida é de apenas 2€. Esta diferença explica-se pela lei do mercado da oferta e da procura, em que a do nosso país é muito reduzida. De qualquer forma, o *eBook* é, em geral, mais barato do que a versão impressa, havendo casos em que é mesmo gratuito. Isto acontece pela redução de custos descrita acima. Poder-se-ia utilizar o argumento da necessidade de se possuir um aparelho para ler o *eBook*. Não sendo o argumento incorreto, a verdade é que grande parte da população dos países desenvolvidos é tecnologicamente avançada e autónoma e já possui computador e ligação à Internet, mesmo que não leia *eBooks*. Quanto aos *eReaders* usados especialmente com esta finalidade, trata-se de um investimento, mas que é feito esporadicamente, talvez uma vez de cinco em cinco anos, se for um leitor exigente e que goste de estar a par das novas tecnologias. O preço do Kindle em Portugal varia entre 67 dólares (a versão mais antiga), 109 dólares (Kindle Paperwhite) e 169 dólares (Kindle Voyage) (AMAZON, 2015b).

c) Grande interatividade

Os modelos mais recentes dos *eReaders* incluem ligação *Wi-Fi* que permite ligação às redes sociais. Com esta funcionalidade os leitores podem mostrar aos seus amigos o que

estão a ler e partilhar com eles as suas passagens favoritas do livro. Podem ainda avaliar e comentar o livro, ajudando, indiretamente, a promovê-lo. Possuem ainda uma ligação a dicionários *online* e, quando o leitor não souber o significado de uma palavra, basta que coloque o dedo sobre a palavra para que a sua definição apareça imediatamente.

d) Poupança de espaço físico

Quantos metros quadrados teríamos que reservar em nossa casa para armazenar 3 mil livros? Com as últimas versões de *eReaders* podemos ter essa quantidade de livros num dispositivo do tamanho de um livro apenas.

e) Possibilidade de leitura no escuro

Pode não parecer a característica mais fundamental de um *eBook* ou, neste caso, de um *eReader*, mas é sempre uma vantagem quando podemos ler em qualquer tipo de espaço, quer seja escuro ou iluminado. E isso não acontece com o livro tradicional, em que é preciso ter-se uma boa fonte de iluminação para se poder ler, ao contrário de um *eBook*.

f) Mais facilidade na procura de obras antigas

Um dos maiores problemas que encontramos nas livrarias físicas mais populares é a escassez de obras mais antigas, pois o negócio dessas livrarias está mais voltado para o presente e para as novidades que possam cativar os leitores.

g) Maior portabilidade

Já falámos na poupança de espaço físico e nas vantagens que o *eBook* traz em questões de armazenamento. Mas também no transporte dos livros há um grande benefício. Veja-se mais uma vez o exemplo do Kindle Fire, um dos *eReaders* mais vendido no mundo: o seu peso é de 394 gramas (THE VERGE, 2012).

Há ainda vantagens evidentes do *eBook*, não só para editores e leitores como para toda a Humanidade. A sustentabilidade do meio-ambiente é uma das consequências do uso do *eBook*, pela proteção do ecossistema ao diminuir o fabrico de papel. E, se todos tivermos consciência ambiental, provavelmente optaremos pelo que irá prejudicar menos a Natureza, neste caso o *eBook*.

5. Desvantagens do eBook

Apesar de, genericamente, o *eBook* oferecer grandes vantagens, quer a consumidores, quer a produtores e comerciantes, como, aliás, vimos atrás, ele não está isento de algumas desvantagens, sobretudo numa fase inicial de desenvolvimento. Seguidamente detalhamos alguns aspetos menos positivos relacionados com o *eBook*.

5.1. Desvantagens para o editor

a) Forte investimento inicial

Embora haja uma redução substancial nas despesas dos editores, nomeadamente na produção, no armazenamento e na distribuição, também é verdade que é necessário um grande investimento quando se aposta no digital. Uma organização tradicional que está habituada ao impresso não está preparada para enfrentar os desafios do digital. É essencial ter a tecnologia adequada e, mais importante, possuir o *know-how* necessário na produção e comercialização de *eBooks*, ou seja, recursos físicos, tecnológicos e humanos adequados.

5.2. Desvantagens para o leitor

a) Consumo de energia

Como qualquer dispositivo tecnológico, o *eReader*, o computador, o *tablet* e o *smartphone* (os principais aparelhos de leitura de *eBooks*) consomem energia. Ainda que haja avanços nesta tecnologia, como por exemplo o facto de a bateria dos últimos *eReaders* a serem lançados no mercado durar mais de um mês, todos os aparelhos consomem energia, por muito pouco que seja.

b) Risco oftalmológico

É muito comum o aparecimento de patologias oculares que podem estar associadas ao uso de computadores e de dispositivos eletrónicos de leitura, constituindo, um risco acrescido, sobretudo em casos de utilização prolongada (ROSENFELD, 2011).

c) Alteração de alguns hábitos

Muitas pessoas têm o hábito de emprestar livros a familiares ou amigos ou partilhar do movimento chamado *book crossing* que consiste, essencialmente, em deixarmos um livro num local público para que outros possam lê-lo. Quando acabarem a leitura o ciclo repete-se. E, para quem lê mais livros do que aqueles que poderia comprar, pedir um livro emprestado é uma ótima solução. Com o *eBook* isto deixa de acontecer, pois grande parte deles podem ser lidos exclusivamente em um dispositivo.

Nos meios rurais e mais isolados há algumas tradições importantes para a divulgação do livro e da leitura, normalmente promovidas pelas bibliotecas de leitura pública. Um desses hábitos é a requisição de livros às bibliotecas itinerantes, as quais se deslocam aos locais mais remotos onde, em muitos casos, não existem qualquer contacto com a cultura. É bastante importante sobretudo para as crianças com poucos recursos que assim podem ganhar o gosto pela leitura, o que de outra forma não seria possível. Se este método tem em comum com o *eBook* o facto de limitar as barreiras geográficas, difere no facto de este quebrar também barreiras económicas e sociais, sendo totalmente gratuito. Já com o *eBook* é necessário o investimento no dispositivo de leitura e ainda a compra do livro.

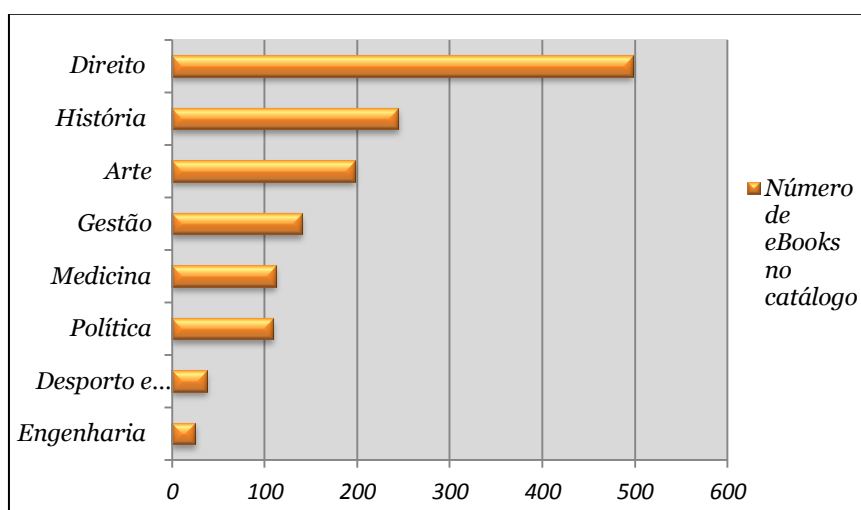
O livro é sempre um dos objetos a que recorremos quando queremos presentear alguém, pois é relativamente barato e há livros sobre os mais variados assuntos. Como diz Al Rocker, um livro é “o mais divertido que se pode ter por menos de 25 € (...)”. Julie Andrews acrescenta que “os livros são óptimos presentes porque são as coisas favoritas de

toda a gente”. Mas a declaração mais significativa vem de John Lithgow, dizendo que “os livros são ótimos presentes porque são algo que amamos e que podemos partilhar” (Books are Gifts, 2010). O que acontece com os *eBooks* é que essa partilha não existe. Já falámos do fim dos empréstimos, mas também ainda não se encontrou solução para as ofertas de livros. Como se processará? Teremos que fornecer a nossa *password* do sistema? Teremos que emprestar também o nosso *eReader*? Ambos os casos parecem-nos pouco práticos e, sobretudo, pouco seguros. Partimos, obviamente, do pressuposto de que os *eBooks* estão protegidos com a segurança DRM, caso contrário, a partilha e a oferta são ainda mais fáceis com o *eBook*.

d) Pouca quantidade de exemplares em algumas áreas do saber

Por ainda estar numa fase embrionária no que à projeção no mercado diz respeito, os *eBooks* atuais estão ainda muito limitados a certos temas. Dando o exemplo do portal da Wook, pode verificar-se isso mesmo no seguinte gráfico:

Gráfico 1 – Número de *eBooks*, por tema, presentes no catálogo da Wook



Fonte: www.wook.pt (consultado em 24 mar. 2015)

Depreende-se daqui que áreas mais especializadas, como Engenharia e Medicina, ainda não estão contempladas com muitos *eBooks* (têm 25 e 112 *eBooks*, respetivamente).

e) Pouca diferenciação estética

Um livro, para além de um objeto de leitura por definição, é também uma peça com representação estética. Se o conteúdo do livro não muda consoante seja ele impresso ou eletrónico, a sua forma altera-se bastante. E uma das principais críticas ao *eBook* é o facto de todos os livros ficarem semelhantes na sua estética exterior, havendo poucas diferenças entre eles.

f) Menos contacto das pessoas com os livros

Quando vamos a uma livraria ou qualquer outra superfície onde se comercializem livros, ainda que possamos estar em busca de um livro em específico, temos sempre contacto com outros livros, o que pode fazer com que encontremos alguma obra interessante e que não estava nos nossos planos. Durante uma visita rápida de 10 minutos a uma livraria vemos e folheamos dezenas de livros, enquanto num portal *online* o processo pode tornar-se mais demorado e cansativo.

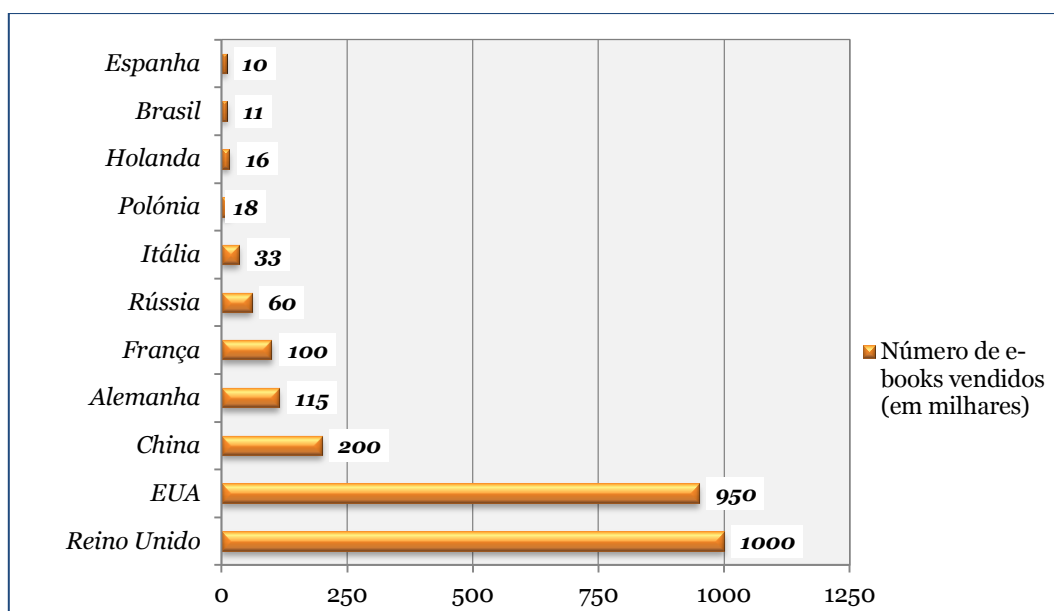
g) Desformatação do texto

Quando lemos algum *eBook* em formato ePUB (com o PDF isso não acontece) temos que nos adaptar ao modo como surge o texto, que se molda segundo o dispositivo onde é lido. O número das páginas altera-se conforme o tamanho do texto e não temos noção do quanto já lemos e do quanto nos falta ler para terminar o livro. Um outro aspeto relevante prende-se com a eventual ausência de compatibilidade com a numeração das páginas de um livro impresso. Neste caso, os livros de leitura obrigatória ou os manuais escolares em versão eletrónica podem causar alguma perturbação no processo de aprendizagem em sala de aula.

6. Caracterização do mercado de eBooks

Podemos afirmar, com segurança, que o mercado de *eBooks* (a sua produção e comercialização) está a crescer de ano para ano, a um ritmo acentuado. É a ideia geral que se tem, tendo em conta os números demonstrados nos relatórios anuais de cada país. No entanto, cada território tem o seu próprio mercado estabelecido e o crescimento existe na maior parte dos países, mas os valores reais desse crescimento, naturalmente, diferem bastante. Se os países desenvolvidos levam alguma vantagem em relação aos restantes, a verdade é que mesmo dentro desses ainda se encontram diferenças: os EUA e o Reino Unido são os líderes (ambos partilham o mesmo idioma), com outros países como Japão, Alemanha, China e França, estes também com grandes perspetivas de sucesso a médio-prazo. O resto dos países ainda se encontra numa fase muito inicial de implementação do *eBook* no mercado, conforme podemos visualizar no gráfico 2.

Neste tópico, será abordada a situação no passado e a atual de alguns países: os EUA e o Reino Unido por serem os líderes mundiais, Espanha por ser um país muito próximo do nosso e o Brasil por ser o maior país e o mercado mais forte de língua portuguesa. Portugal será, naturalmente, abordado mas, infelizmente, os dados são muito escassos. E mais do que isso, não há relatórios anuais dedicados a esta temática que se assumam como uma referência de análise ao mercado português de *eBooks*, como tantos outros países têm.

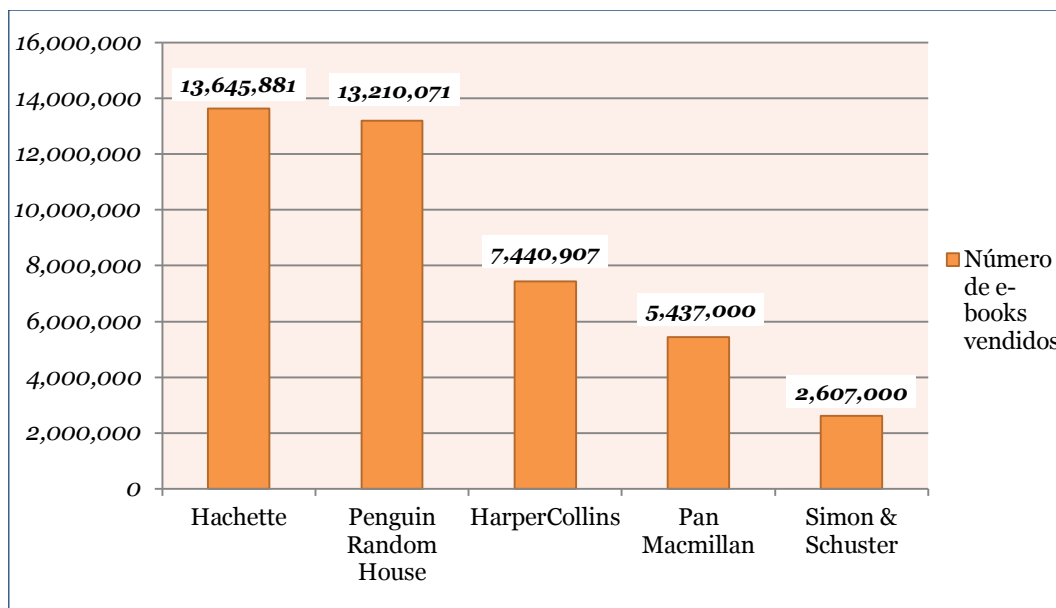
Gráfico 2 - Número de *eBooks* vendidos em alguns dos principais mercados mundiais em 2012

Fonte: CARRENHO, 2012

6.1. Reino Unido

Foram várias as mudanças que ocorreram no Reino Unido devido à ascensão do *eBook*, sendo um dos mercados mais fortes a nível mundial. Muitos consideram que o *eBook* tem sido prejudicial para as pequenas editoras. Alguns números interessantes podem ajudar a sustentar essa ideia: o *eBook* forçou ao encerramento de 98 editoras no Reino Unido (mais 42% do que no ano anterior), noticiou o jornal inglês *The Guardian* em novembro de 2013 (BURY, 2013). Isto acontece devido ao decréscimo acentuado que o *eBook* e as grandes empresas, como a Amazon, provocam no preço dos livros e na consequente pressão sobre as editoras para também baixarem os valores por elas praticados. Muitas dessas editoras, evidentemente, não conseguem acompanhar esta tendência. Liz Bury, no mesmo artigo, refere que o nicho académico é particularmente vulnerável, porque está bastante exposto ao fenómeno da pirataria digital e da “venda *online* de livros em segunda mão”. Em 2012 as vendas do *eBook* no Reino Unido subiram 134%, passando a valer 7,4% do mercado livreiro. A venda de livros impressos, por oposição, decresceu 1%. Já no ano de 2013 as vendas de *eBooks* aumentaram 20% em relação a 2012 (ver gráfico 3 relativo ao volume de vendas por editora), alcançando um valor próximo dos 250 milhões de libras, enquanto o mercado impresso, embora tenha registado uma descida de 4%, ainda domina claramente, com vendas de 2,2 mil milhões de libras (HOFFELDER, 2014).

A realidade do Reino Unido é a que mais se aproxima da dos Estados Unidos da América, em volume e crescimento, sendo uma das prováveis causas o idioma. No entanto, há outros motivos válidos para tal: a presença de grandes editoras que conseguiram adaptar-se aos novos tempos, como a Penguin, a Springer e a Simon & Schuster.

Gráfico 3 - Número de *eBooks* vendidos no Reino Unido em 2013 pelas principais editoras

Fonte: ABRAM, 2014

Também o facto de ser uma região próspera da Europa tem alguma influência. A tabela seguinte mostra como o número de utilizadores de *tablets* no Reino Unido está a aumentar (e apresenta a previsão de que a subida continue, pelo menos, até 2017):

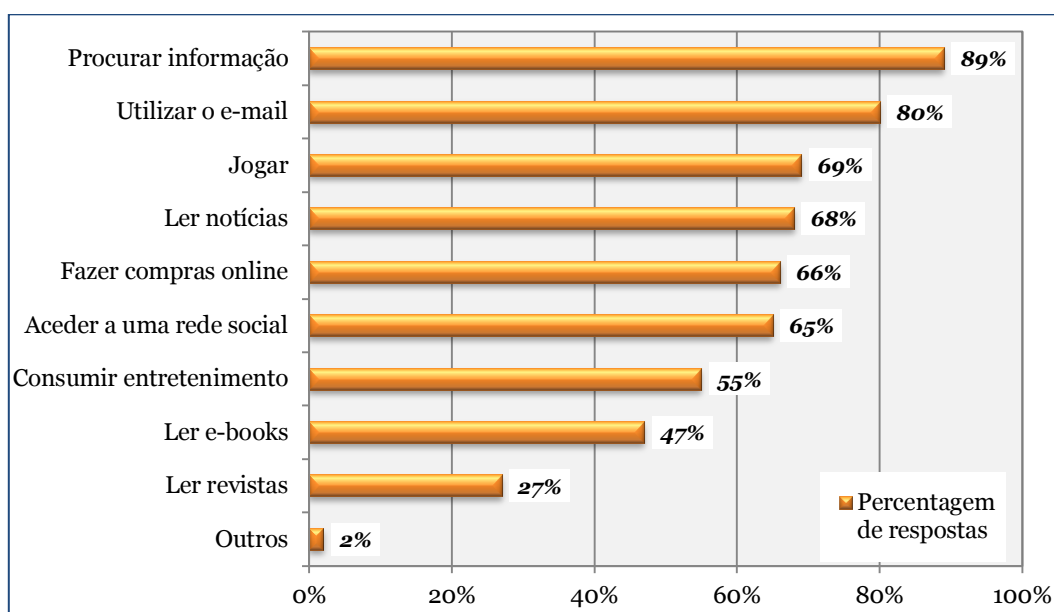
Tabela 2 - Utilizadores de *tablets* no Reino Unido

Utilizadores de <i>tablets</i> , 2011-2017							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Utilizadores de <i>tablets</i> (milhões)	5,3	14,1	19,7	24,4	28,1	31,6	34,6
% de aumento	221%	165%	39%	24%	15%	13%	9%
% da população total	8,5%	22,3%	30,9%	37,9%	43,3%	48,3%	52,4%
% dos utilizadores de internet	11,8%	30,4%	41,1%	49,7%	56,1%	62,0%	66,9%

Fonte: EMARKETER, 2014a

O aumento de *eBooks* registrar-se ao mesmo tempo que se vê um aumento de *tablets* não é simples coincidência. É necessário ter um dispositivo de leitura e, hoje em dia, o computador começa a perder protagonismo no mercado, com o *tablet* e os *smartphones* a assumirem alguma representatividade. E para quem possui um *tablet* é relativamente fácil adquirir e ler um livro eletrónico em pouco tempo. O gráfico seguinte mostra um número bastante razoável, nesta matéria, dizendo que 47% dos inquiridos (com idades entre os 18 e os 80 anos) utilizam o *tablet* para ler *eBooks*:

Gráfico 4 - Atividades preferidas dos utilizadores de *tablets* no Reino Unido em 2013

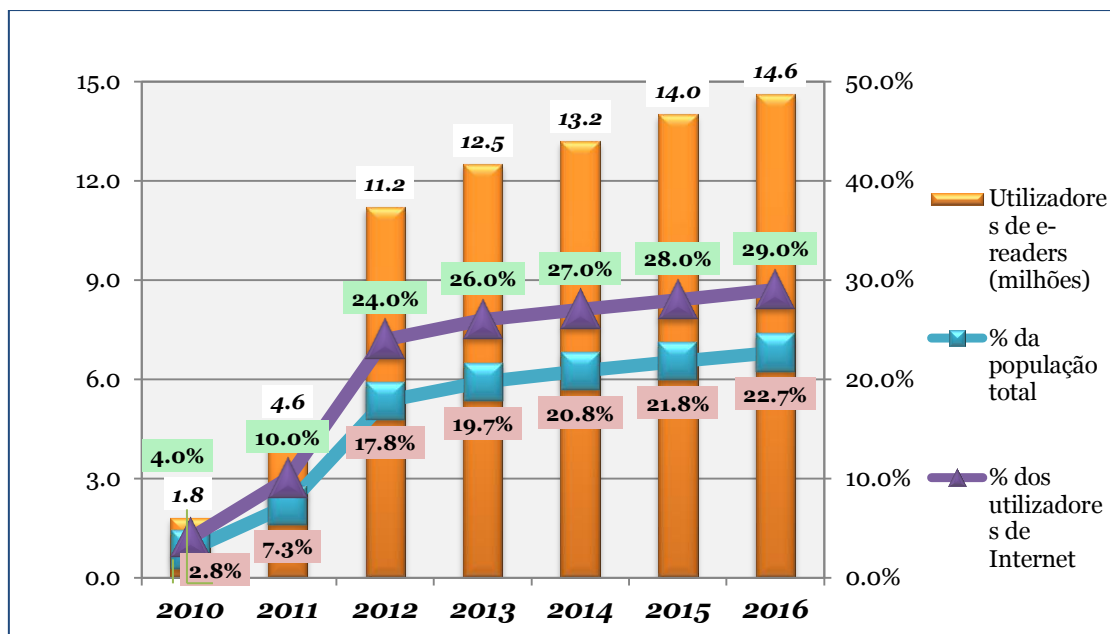


Fonte: EMARKETER, 2014a

Não nos podemos esquecer que aqui não estão representados os *eReaders*, que também contam com milhares de utilizadores. Em 2012, por exemplo, a eMarketer estima que houvesse 9,5 milhões de utilizadores de *eReaders* no Reino Unido. A previsão para 2016 é de 14,6 milhões de utilizadores, correspondentes a 22,7% da população (Gráfico 5).

A Amazon está muito presente no mercado britânico: nos primeiros três meses de 2013, 79% das pessoas que fizeram *download* ou partilharam um *eBook* utilizaram a plataforma da Amazon. A iBookstore da Apple foi a segunda plataforma mais utilizada, com 9% de acessos, e a Google a terceira, com 8% (CAMPBELL, 2013).

Gráfico 5 - Utilizadores de eReaders no Reino Unido



Fonte: EMARKETER, 2014b

6.2. Espanha

A Espanha, apesar de ser um país de média dimensão tendo em conta a área total e o número de habitantes, tem uma característica muito importante, o idioma. Com 650 milhões de pessoas a terem o castelhano como primeira língua, toda a cultura do país é dirigida e exportada para a América Latina. Isto faz com que seja dos mercados livreiros mais fortes do mundo: em 2010, por exemplo, Espanha registava 88 mil novos títulos por ano, tinha 48 mil *eBooks* disponibilizados e gerava um volume total de 2.772 milhões de euros em vendas de formato impresso e digital. O ano de 2011 foi bastante importante para o mercado espanhol: a entrada em força no país da Apple, em outubro, e da Amazon, em Dezembro, bem como o lançamento de uma plataforma espanhola por parte da Kobo e do aparecimento do Google Editions foram uma grande alavanca para a ascensão dos *eBooks* naquele território. Segundo David Pemán, o ano seguinte não ficou nada atrás: diz o autor que em 2012 “o mercado cresceu mais e aconteceram mais coisas que em toda a sua história” (PEMÁN, 2013). A subida galopante do mercado do *eBook* contrasta com a descida dos preços praticados: se em 2010 havia muitos *eBooks* com preço de lançamento de 14 euros, em 2011 o preço médio rondava os 8,5 euros e em 2012 os 7,8 euros. A faturação do *eBook* reflete esse sucesso: se em 2011 Espanha registava 2 milhões de euros de faturação neste produto (materializadas em 1,5 milhões de downloads), no ano seguinte o valor era de 12 milhões, 6 vezes mais (PEMÁN 2013).

A Federação de Grémios de Editores de Espanha, numa análise de 2011 solicitada à consultora Conecta, dá a conhecer uma evolução drástica desse ano em relação a 2010 (CONNECTA, 2012):

Tabela 3 - Edição digital em Espanha

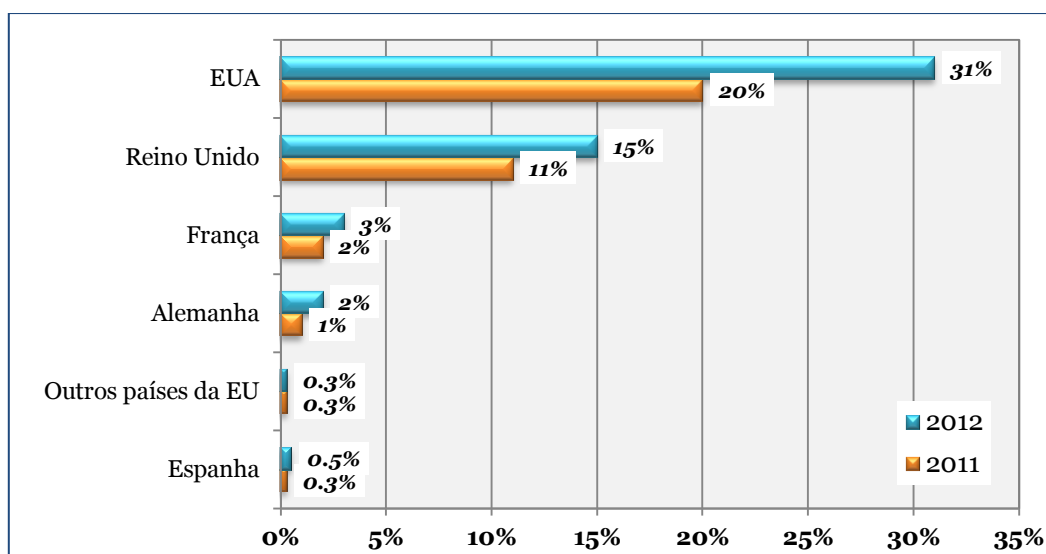
	2010	2011	Aumento de
Títulos editados em 2011	11.748	40.328	243,3%
Títulos digitalizados do fundo do catálogo	25.927	81.169	213,1%
Títulos comercializados em formato digital	25.567	52.005	103,4%
Faturação em venda de livros em formato digital (em milhões de euros)	70,50	72,58	2,9%

Fonte: CONECTA, 2012

6.3. EUA

Não poderíamos abordar o mercado mundial de *eBooks* sem mencionarmos o líder nesta matéria. Os Estados Unidos da América contam com um mercado firme e com sustentabilidade suficiente para se assumir como mais poderoso do que o tradicional já na próxima década. Nos primeiros 11 meses de 2011 as vendas de *eBooks* nos EUA aumentaram 123,4% comparado com o mesmo período do ano anterior, representando uma quota de mercado de quase 20%, muito mais do que os anteriores 9%. Nesse ano, o país tinha cerca de 1,7 milhões de *eBooks* disponíveis ao público. Em 2012 voltou a registar-se um aumento acentuado, com o *eBook* a atingir uma quota de 31% do mercado livreiro. No gráfico seguinte poderemos verificar isso mesmo, além de vermos o reforço do domínio dos EUA em relação aos outros países:

Gráfico 6 - Vendas de *eBooks* em comparação com o mercado global livreiro



Fonte: ENDERS ANALYSIS, 2012

Poder-se-ia dizer muito acerca do mercado digital neste país, mas tudo o que se escreveu atrás sobre a evolução do *eBook*, desde o projecto Gutenberg até aos dias de hoje, incluindo a chegada da Amazon e dos *eReaders* (e, posteriormente, os *tablets*), aplica-se apenas e só aos Estados Unidos da América, pois foi lá que tudo se iniciou e deu os primeiros passos. Desde o início que registaram progressos significativos e constantes e, mesmo hoje, os números continuam a ser muito animadores. A Simon & Schuster, uma das maiores editoras norte-americanas, refere que, no segundo trimestre de 2013, 29% das receitas dizem respeito à venda de *eBooks*. Mas foi também em 2013 que se viram os primeiros sinais de abrandamento do mercado: nos primeiros seis meses do ano os 731,4 milhões de dólares em volume de vendas mostram uma queda nas receitas de 3,6% (HOFFELDER, 2013).

No entanto, só o facto de a Amazon vender, desde 2012, mais *eBooks* para o Kindle do que livros impressos dá a entender que este produto está bem consolidado e em pouco tempo vai dominar o mercado livreiro no país. A consultora PwC previu que, em 2017, o mercado dos *eBooks* nos Estados Unidos será maior do que o mercado de livros impressos (Owen, 2013).

6.4. Portugal

Como dissemos anteriormente, o mercado de *eBooks* em Portugal ainda é reduzido e não há ainda dados concretos sobre ele, o que em muito dificulta uma análise objetiva e fiável. O estudo de José Soares Neves e Jorge Alves dos Santos *Edição e comercialização de livros em Portugal: empresas, volume de negócios e emprego (2000-2008)*, de 2010, é muito interessante mas apresenta resultados que poderão estar desatualizados no presente momento (os mais recentes são de 2008) e, além disso, não se concentra no livro eletrónico, que é o que nos interessa neste trabalho. Seria interessante que fosse feito um estudo semelhante pelas entidades competentes e que abordasse os dois tipos de formato do livro, para se ter uma ideia da evolução da edição e das vendas do *eBook*.

Segundo a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, a editora Centro Atlântico foi a primeira, em Portugal a editar *eBooks*, em 1999 (PORTUGAL, 2014). Mas, como se pode ver na reportagem de Cruz (2011), em 2011 as editoras portuguesas tinham poucos *eBooks* em catálogo. Isto revela o grande atraso de Portugal a este nível porque, nos países digitalmente mais avançados, esse foi já um ano de confirmação do formato. A reportagem referida mostra que o grupo Leya, que integrava 17 editoras, era o *player* mais destacado na venda de *eBooks*, mas contava apenas com cerca de 200 obras em catálogo.

6.5. Brasil

O mercado brasileiro começou a desenvolver-se muito lentamente, mas tem vindo a registar resultados bastante interessantes. Estima-se que em 2013 havia já cerca de 9,5 milhões de leitores de *eBooks* neste país (SANTI, 2013).

Para as editoras, no início, era um risco muito elevado e, conseqüentemente, não estavam interessadas em vender para pequenas livrarias. Apenas a Xeriph, a primeira distribuidora e agregadora de livros digitais no Brasil, o fazia. Essas pequenas livrarias não conseguem suportar os custos elevados que um serviço de *e-commerce* exige (técnicos e tecnologia). Para se ligarem ao sistema da Xeriph as livrarias teriam que pagar à distribuidora 750 reais por mês, sendo que ficavam com uma parcela de 45% a 50% das

vendas. Isto significa que uma livraria teria que faturar 1500 reais por mês, o equivalente a 50 *eBooks* a 30 reais cada um, apenas para pagar o custo de ligação. Para quem tem uma base de clientes pequena o risco é muito grande (MELO e TAVARES, 2013).

No ano de 2012 deu-se o *boom* do mercado brasileiro: de fevereiro a agosto de 2012 foram colocados à venda mais de 5 mil novos *eBooks*, chegando aos 16 mil títulos (um aumento de quase 50%). As 10 maiores editoras ofereciam 1/3 dos *eBooks* em português; quase 30 ofereciam mais de 100 *eBooks* para venda (60% do total); por outro lado, mais de 150 editoras oferecem menos de 15 *eBooks* (6,7% do total). Quase uma centena delas oferecia menos de 5 *eBooks*, o que significa que havia ainda um longo caminho a percorrer. Em número de compradores, o Brasil alcançou o 3º lugar a nível mundial, com 15 milhões de compradores até fevereiro de 2012, apenas atrás dos Estados Unidos da América (57 milhões) e da Índia (25 milhões). Mercados aparentemente mais fortes, como o britânico ou o coreano foram ultrapassados pelo brasileiro.

No gráfico abaixo poderá ver-se a evolução da venda dos *eBooks* no Brasil durante todo o ano de 2012:

Gráfico 7 - Venda de *eBooks* no Brasil em 2012



Fonte: MELO, 2013

A razão mais plausível para o crescimento abrupto da venda de *eBooks* em dezembro de 2012 é o facto de este ter sido o primeiro mês em que a Amazon começou a vender no Brasil, com uma oferta inicial de 1,4 milhão de livros digitais, 13 mil deles em português. O crescimento continuou ainda no ano seguinte, tendo o Brasil alcançado o 10º lugar mundial dos maiores catálogos de livros digitais, com 11 mil publicações em português.

7. Considerações finais

As incertezas acerca do futuro do *eBook* e do seu mercado são ainda muitas. Este artigo constitui uma contribuição, em grande parte, para a percepção o mais aproximada possível da realidade atual que as editoras têm que enfrentar. Permite-nos tirar conclusões interessantes, algumas delas já esperadas:

- O *eBook* é o futuro da indústria livreira. É certo que a evolução para um modelo de negócio digital nos livros surgiu muito depois de outras indústrias, como a fonográfica ou a cinematográfica, mas hoje pode dizer-se que crescimento do *eBook* é inevitável, será impossível que ele não ocupe uma larga fatia do mercado nos próximos anos. Hoje, nos mercados mais fortes como são o britânico e o norte-americano, assiste-se já a uma presença bem vincada do digital, com cerca de 20% dos adultos em cada país a ter feito já o *download* de pelo menos um *e-book*. Uma previsão da PwC diz mesmo, como vimos atrás, que em 2017, nos Estados Unidos, o mercado de *e-books* irá ultrapassar o de livros impressos (OWEN, 2013);
- Apesar de as inúmeras vantagens elencadas ao longo do texto, a verdade é que os sucessivos avanços tecnológicos podem prejudicar a fixação plena do *eBook* nos tempos mais próximos em alguns mercados. Enquanto que o livro impresso teve (e tem) uma durabilidade como formato de vários séculos, com a tecnologia não sabemos com o que podemos contar: as ferramentas que usamos hoje, amanhã poderão estar obsoletas;
- O mercado português revela ainda uma certa desconfiança em relação ao *eBook*. Se podemos considerar este aspeto como algo normal resultante de sermos um mercado reduzido e de a grande parte das editoras serem de pequena/média dimensão, a verdade é que torna-se um pouco preocupante quando outros países têm já uma aposta consolidada e uma estratégia delineada para o digital. O facto de não haver qualquer estudo acerca desta realidade emergente demonstra essa mesma desconfiança.

Arriscamos afirmar que é bastante improvável que, nas próximas décadas, o *eBook* venha a substituir em definitivo o livro impresso. É certo que devido à evolução tecnológica galopante a que temos assistido, o mercado livreiro está, neste momento, em busca de novos públicos e modelos de negócio, parecendo apostar cada vez mais na valorização do conteúdo através de um suporte eletrónico, contudo, como diz Faustino (2011), “uma tecnologia nova nem sempre substitui uma tecnologia menos recente; a página impressa ainda não está a ponto de desaparecer”.

Referências

ABRAM, Stephen

2014 *The Ebook market in 2013*. Ontario: Stephen's Lighthouse, 2014. [Em linha]. [Consult. 10 mar. 2014]. Disponível em:

<http://stephenslighthouse.com/2014/02/01/the-uk-e-book-market-in-2013>.

AMAZON

2015a *Inferno [Hardcover]*. Seattle: Amazon, 2015. [Em linha]. [Consult. 3 mar. 2015]. Disponível em: http://www.amazon.co.uk/Inferno-Dan-Brown/dp/0593072499/ref=sr_1_1?ie=UTF8&qid=1389329334&sr=8-1&keywords=inferno.

AMAZON

2015b *Kindle*. Seattle: Amazon, 2015. [Em linha]. [Consult. 3 mar. 2015]. Disponível em: http://www.amazon.co.uk/gp/product/BookDRUCJY/ref=sv_kinc_o.

BEAR, Jaci Howard

2013 *PDF: definition of PDF: what is a PDF*. [S. l.]: About.com, 2013. [Em linha]. [Consult. 4 out. 2013]. Disponível em: <http://desktoppub.about.com/od/electronicpublishing/g/pdf.htm>.

BING, Jonathan

2000 *King leaves e-legacy; Stine's 'room' booms*. New York: Variety, 2000. [Em linha]. [Consult. 5 out. 2013]. Disponível em: <http://variety.com/2000/voices/columns/king-leaves-e-legacy-stine-s-room-booms-1117784493>.

BOOKS ARE GIFTS

2010 *Home*. [S. l.]: Books Are Gifts, 2010. [Em linha]. [Consult. 7 jan. 2014]. Disponível em: <http://www.booksaregreatgifts.com>.

BUFREM, Leilah Santiago; SILVA, Giana Mara Seniski

2001 Livro electrónico: a evolução de uma ideia. In *XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação*. Campo Grande: INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2001. [Em linha]. [Consult. 7 jan. 2014]. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP4BUFREM.pdf>.

BURY, Liz

2013 *Ebooks and discounts drive 98 publishers out of business*. London: The Guardian, 2013. [Em linha]. [Consult. 5 jan. 2014]. Disponível em: <http://www.theguardian.com/books/2013/nov/04/ebooks-discounts-98-publishers-closure>.

CAMPBELL, Lisa

2013 *Amazon has 79% of e-Book market in UK*. [S. l.]: The Bookseller, 2013. [Em linha]. [Consult. 5 jan. 2014]. Disponível em: <http://www.thebookseller.com/news/amazon-has-79-e-book-market-uk.html>.

CARLSON, Nicholas

2009 *Printing the NYT costs twice as much as sending every subscriber a free kindle*. New York: Business Insider, 2009. [Em linha]. [Consult. 3 jan. 2014]. Disponível em: <http://www.businessinsider.com/2009/1/printing-the-nyt-costs-twice-as-much-as-sending-every-subscriber-a-free-kindle>.

CARRENHO, Paulo

2012 *15 tendências que nenhum editor brasileiro – especialmente você – pode ignorar*. [Em linha]. Brasil: Publishnews, 2012. [Consult. 12 Mar. 2014]. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/carrenho/15-tendencias-que-nenhum-editor-brasileiro-pode-ignorar>.

CLARKE, Roger

2001 *Stephen King and e-publishing*. Canberra: Australian National University, 2001. [Em linha]. [Consult. 4 out. 2013]. Disponível em: <http://www.rogerclarke.com/EC/KingEP.html>.

CONECTA

2012 *Comercio interior del libro en España 2011: avance de resultados*. Madrid: Federación de Gremios de Editores de España, 2012. [Em linha]. [Consult. 10 mar. 2014]. Disponível em: http://www.federacioneditores.org/o_Resources/Documentos/Comercio_Interior_2011.pdf.

CRUZ, Vanessa

2011 *Livros digitais: e se a moda pegar?* Lisboa: TVI24, 2011. [Em linha]. [Consult. 5 jan. 2014]. Disponível em: <http://www.tvi24.iol.pt/media-e-comunicacoes/e-books-livros-livros-digitais-tablets-e-readers-agencia-financeira/1228457-5239.html>.

EMARKETER

2014a *Rising ebook sales prop up UK's overall book market*. [S. l.]: eMarketer, 2014. [Em linha]. [Consult. 10 jan. 2014]. Disponível em: <http://www.emarketer.com/Article/Rising-Ebook-Sales-Prop-Up-UKs-Overall-Book-Market/1009891>.

EMARKETER

2014b *UK book sales move online, even as ebooks stall*. [S. l.]: eMarketer, 2014. [Em linha]. [Consult. 10 jan. 2014]. Disponível em: <http://www.emarketer.com/Article/UK-Book-Sales-Move-Online-Even-Ebooks-Stall/1009770>.

ENDERS ANALYSIS

2012 *Digital Europe: diversity and opportunity*. [S. l.]: Enders Analysis, 2012. [Em linha]. [Consult. 20 jan. 2014]. Disponível em: https://www.letsgoconnected.eu/fileadmin/Events/Brussels_2012/Studys/Lets_go_connected_Brussels_090512_FINAL_REPORT.pdf.

EVANS, Peter

1998 *A Brief survey of current technologies*. [S. l.]: Bibliotech Review, 1998. [Em linha]. [Consult. 11 dez. 2013]. Disponível em: http://www.bibliotech.com/BTR999/January_99/e-book_technology.html.

FAUSTINO, Paulo

2011 *Estratégias, marketing, concentração e tendências de modelos de negócio nas editoras de livros. Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. 8 (2011) 19-68.

FERRARA, Darla

2013 *A Look at electronic publication (EPUB): how does XML fit into world of e-publishing*. [S. l.]: About.com, 2013. [Em linha]. [Consult. 16 dez. 2013]. Disponível em: <http://webdesign.about.com/od/epub/a/look-at-epub.htm>.

GONÇALVES, José Fernando

2010 *Gestão de aprovisionamentos*. 2ª ed. Porto: Publindústria, 2010.

GUIDINGTECH

2014 *GT explains: what is the difference between EPUB, MOBI, AZW and PDF ebook formats?* [S. l.]: GuidingTech, 2014. [Em linha]. [Consult. 5 jan. 2014]. Disponível

em: <http://www.guidingtech.com/9661/difference-between-epub-mobi-azw-pdf-ebook-formats/>.

HIDALGO, Jason

2013 *EPUB definition: what is EPUB?* [S. l.]: About.com, 2013. [Em linha]. [Consult. 10 mar. 2014]. Disponível em: <http://portables.about.com/od/ebookreasers/f/What-Is-Epub.htm>.

HOFFELDER, Nate

2013 *eBook sales down almost 4% in the first half of 2013: AAP reports*. [S. l.]: The Digital Reader, 2013. [Em linha]. Disponível em: <http://www.the-digital-reader.com/2013/09/19/ebook-sales-almost-4-first-half-2013-aap-reports/#.UzX4yoUglKh>

HOFFELDER, Nate

2014 *UK ebook market grew by 20% in 2013*. [S. l.]: The Digital Reader, 2014. [Em linha]. [Consult. 21 mar 2013]. Disponível em: <http://www.the-digital-reader.com/?p=65228>.

INTERNATIONAL DIGITAL PUBLISHING FORUM

2011 *EPUB 3 overview: recommended specification*. [S. l.]: International Digital Publishing Forum, 2011. [Em linha]. [Consult. 16 dez. 2013]. Disponível em: <http://www.idpf.org/epub/30/spec/epub30-overview.html>.

JOHNSON, Steven

2013 *Why no one clicked on the great hypertext story*. New York: Wired Magazine, 2013. [Em linha]. [Consult. 2 jan. 2014]. Disponível em: <http://www.wired.com/magazine/2013/04/hypertext>.

JORNAL DA TARDE

2012 *Música digital já vende mais do que CDs nos EUA*. São Paulo: Jornal da Tarde, 2012. [Em linha]. [Consult. 22 mar. 2015]. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/jt-seu-bolso/musica-digital-ja-vende-mais-do-que-cds-nos-eua/>.

LEE, Sungjoon

2013 *An Integrated adoption model for e-books in a mobile environment: evidence from South Korea*. *Telematics and Informatics* 30:2 (2013) 165–176. [Em linha]. [Consult. 16 dez. 2013]. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S073658531200007X>.

MACARTHUR, Brian

2009 *Bestselling authors of the decade*. London: Daily Telegraph, 2009. [Em linha]. [Consult. 10 dez. 2013]. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/culture/books/6866648/Bestselling-authors-of-the-decade.html>.

MASHABLE

2014 *Amazon kindle*. [S. l.]: Mashable, 2014. [Em linha]. [Consult. 7 jan. 2014]. Disponível em: <http://mashable.com/category/amazon-kindle>.

MELO, Eduardo

2013 *Ebooks no Brasil: faturamento de R\$ 3.85 milhões em 2012*. [S. l.]: Revolução eBook, 2013. [Em linha]. [Consult. 16 dez. 2013]. Disponível em: <http://revolucaoebook.com.br/ebooks-brasil-faturamento-3-85-milhoes-2012/>.

MELO, Eduardo; TAVARES, José Fernando, org.

2013 *O Mercado de ebooks no Brasil*. São Paulo: Simplíssimo Livros, 2013. [Em linha]. [Consult. 16 dez. 2013]. Disponível em: <http://www.kulturklik.euskadi.net/wp-content/uploads/2013/04/O-mercado-de-eBooks-no-Brasil-Eduardo-Melo2.pdf>.

NETO, Leonardo

2014 *MEC dá diretrizes para livros didáticos e cria polêmica*. [S. l.]: Publishnews, 2014. [Em linha]. [Consult. 15 fev. 2014]. Disponível em: <http://www.publishnews.com.br/telas/noticias/detalhes.aspx?id=75719>.

OWEN, Laura Hazard

2013 *PwC: the U.S. consumer ebook market will be bigger than the print book market by 2017*. [S. l.]: GigaOM, 2013. [Consult. 5 jan. 2014]. Disponível em: <http://paidcontent.org/2013/06/04/pwc-the-u-s-consumer-ebook-market-will-be-bigger-than-the-print-book-market-by-2017>.

PACHECO, Máximo

2008 O Crescimento do consumo de papel. In *330 Forum Anave*. São Paulo, 2008. [Em linha]. [Consult. 7 jan. 2014]. Disponível em: http://www.anave.org.br/forum_crise/10h55_Maximo_Pacheco.pdf.

PC MAGAZINE

2013 *Definition of: rocket ebook*. [S. l.]: PC Magazine, 2013. [Em linha]. [Consult. 7 nov. 2013]. Disponível em: <http://www.pcmag.com/encyclopedia/term/50592/rocket-ebook>.

PINHEIRO, Carlos

2011 *História do ebook*. 2011. [Em linha]. [Consult. 16 dez. 2013]. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/ladonordeste/histria-do-ebook>.

PORTUGAL. Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

2014. *Edição*. Lisboa: DGLAB, 2014. [Em linha]. [Consult. 5 jan. 2014]. Disponível em: <http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugues/links/Paginas/Edi%C3%A7%C3%A3o.aspx#edi%C3%A7%C3%A3o%20online>.

PREPRESSURE

2013 *The History of PDF*. New York: Prepressure, 2013. [Em linha]. [Consult. 16 dez. 2013]. Disponível em: <http://www.prepressure.com/pdf/basics/history>.

PROJECT GUTENBERG

2013 *Project Gutenberg*. 2013. [Em linha]. [Consult. 10 dez. 2013]. Disponível em: <http://www.gutenberg.org>.

PUBLISHERS WEEKLY

2013 *The World's 60 largest book publishers, 2013*. [S. l.]: Publishers Weekly, 2013. [Em linha]. [Consult. 7 jan. 2014]. Disponível em: <http://www.publishersweekly.com/pw/by-topic/industry-news/financial-reporting/article/58211-the-global-60-the-world-s-largest-book-publishers-2013.html>.

ROSENFELD, Mark

2011 Computer vision syndrome: a review of ocular causes and potential treatments. *Ophthalmic and Physiological Optics*. 31:5 (2011) 502-515.

SANTI, Gustavo

2013 *O Mercado de e-books no Brasil: infográfico*. [S. l.]: E-Commerce Brasil, 2013. [Em linha]. [Consult. 20 mar. 2014]. Disponível em: <http://www.ecommercebrasil.com.br/eblog/2013/05/06/o-mercado-de-e-books-no-brasil-infografico>.

THE VERGE

2012 *Amazon kindle fire HD (7-Inch)*. New York: The Verge, 2012. [Em linha]. [Consult. 3 jan. 2014]. Disponível em: <http://www.theverge.com/products/kindle-fire-hd-7-inch/6097>.

WOOK

2015a *Inferno*. Ed. portuguesa. Porto: Wook, 2015. [Em linha]. [Consult. 3 mar. 2015]. Disponível em: <http://www.wook.pt/ficha/inferno-edicao-portuguesa/a/id/14952312>.

WOOK

2015b. *Inferno: ebook*. Porto: Wook, 2015. [Em linha]. [Consult. 3 mar. 2015]. Disponível em: <http://www.wook.pt/ficha/inferno/a/id/15076501>.

Pedro Coutinho | mci2023@fe.up.pt

Mestre em Ciência da Informação – Universidade do Porto, Faculdade de Engenharia e Faculdade de Letras

Olívia Pestana | opestana@letras.up.pt

Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CETAC.MEDIA

Resumo: A pesquisa debruçou-se sobre o universo dos egressos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Configura-se como descritiva, de caráter quali-quantitativo e tem como objetivo descrever o perfil e a trajetória profissional destes sujeitos. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário misto e inferências percentuais e estatísticas básicas para tratamento dos dados, além da técnica de categorização presente na análise de conteúdo. Os resultados apontam para uma forte presença do gênero feminino na pós-graduação, que tem sua trajetória profissional marcada pela integração dos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos ao longo da formação acadêmica e atuação profissional. A maior parte dos sujeitos (96%) está exercendo suas atividades profissionais no âmbito das práticas biblioteconômicas e docentes. Conclui-se que a formação acadêmica em Ciência da Informação permitiu aos egressos adquirir conhecimentos e habilidades para o exercício da sua profissão, além de possibilitar a ampliação das concepções teórico-metodológicas, despertando a capacidade de revisar o mundo de maneira mais crítica a partir dos conceitos relacionados à Ciência da Informação.

Palavras-chave: Atuação profissional; Estudos de egressos; Trajetória profissional: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Abstract: The research was developed under the universe of the graduates of the Postgraduate Program in Information Science from the Federal University of Paraíba. It is configured as a descriptive research, with qualitative and quantitative approach, whose objective is to describe the profile and the professional trajectory of these subjects. The data collection was done by means of a mixed questionnaire and statistical and percentage basic inferences for data treatment, as well as the technique of categorization that is present in the content analysis. The results appoint that there is a strong presence of the feminine gender in postgraduate programs. Also, their professional trajectory is marked by the integration of theoretical and practical knowledge that were acquired along the academic formation and professional actuation. Most of subjects (96%) are exercising their professional activities in the ambit of teaching and Librarianship practices. Therefore, it is concluded that the academic formation in Information Science permitted to the graduates the acquisition of knowledge and skills for the exercise of their profession, as well as to make possible the extension of theoretical and methodological conceptions, arousing the capacity of revise the world in a more critical way, from the concepts related to Information Science.

Keywords: Professional actuation; Graduates' studies; Professional trajectory; Postgraduation Program in Information Science

1. Introdução

A ideia de que para cada indivíduo existe uma estrutura geral do comportamento pressupõe uma análise da conjuntura social em que este indivíduo está inserido. As rápidas mudanças pelas quais a sociedade vem passando ao longo dos últimos anos influenciaram substancialmente os modos de pensar e agir dos sujeitos.

As formas tradicionais de construção e preservação das memórias e das identidades se tornaram plurais e multifacetadas, este processo tem acarretado profundas

transformações no exercício e na prática de várias profissões e, por conseguinte, provocaram nos profissionais a necessidade de capacitação e formação da sua identidade profissional.

A Ciência da Informação (CI) deve estar preocupada em esclarecer um “problema social concreto, o da informação, e voltada para o ser social que procura informação, situa-se no campo das ciências sociais que são o meio principal de acesso a uma compreensão do social e do cultural” (LE COADIC, 2004:19). Ao esclarecer o problema enunciado por Le Coadic a CI discute a prática profissional, tendo em vista que os problemas pressupõem soluções práticas, e para tanto é necessário adentrar ao contexto social em que o profissional está inserido.

Neste sentido, os estudos sobre os egressos oportunizam entender o processo de adaptação e mudança que levaram os indivíduos a modificarem seu *status quo*. O mercado de trabalho “exige profissionais cada vez mais comunicativos, criativos, capazes de analisar, sintetizar e recuperar informações em idiomas diversas” (COSTA, RAMALHO e SILVA, 2003:153).

Ademais a CI procura viabilizar práticas e técnicas de formação profissional, em que o sujeito pode inculcar formas de atuação. Neste sentido, a pesquisa debruçou-se sobre o universo dos egressos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB) a fim de entender e perceber a conjuntura de formação destes sujeitos e sua trajetória profissional. Percebendo suas particularidades enquanto formação acadêmica e, sobretudo, a aplicação dos conteúdos informacionais.

Esta perspectiva denota a construção de atributos necessários para o enfrentamento e resolução dos desafios profissionais que surgem após formação acadêmica, sobretudo porque os profissionais egressos dos programas de pós-graduação participam do desenvolvimento da sociedade influenciando o perfil e o desempenho de outros profissionais.

O artigo apresenta os resultados da pesquisa: “Os egressos do PPGCI/UFPB: representações, perfil e trajetórias profissionais”. Faz um levantamento do histórico do PPGCI/UFPB desde a sua fundação até a consolidação com a aprovação do curso do doutorado, bem como descreve a importância dos estudos sobre os egressos para as academias e para os Programas de pós-graduação. Conclui elucidando o perfil dos egressos do PPGCI/UFPB e sua trajetória profissional mostrando a atuação destes sujeitos após formação no Programa.

2. Percurso metodológico

As pesquisas sociais partem do interesse em compreender e obter novos conhecimentos no campo da realidade social, evidentemente, pode-se, portanto, entendê-la como um caminho processual percorrido em busca da formulação de respostas para os problemas presentes na sociedade.

É preciso entender pesquisa como uma atividade artesanal, onde a marca, a identidade do autor estão presentes, ou seja, antes de debruçar-se sobre os métodos e técnicas, torna-se necessário uma reflexão acerca das motivações para a aplicação de determinada pesquisa.

Compreender a trajetória profissional dos egressos do PPGCI/UFPB diante da conjuntura por que passa a sociedade contemporânea foi à motivação necessária para perceber este universo como fundamental no processo da investigação científica acerca da inserção destes profissionais na sociedade da informação, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico.

Evidentemente, os problemas decorridos do processo de globalização, principalmente a explosão informacional, motivaram mudanças na forma de atuação desses profissionais, surgindo à necessidade de traçar o perfil dos egressos e descrever a sua trajetória profissional a fim de identificar que tipo de mudanças sofreu essas formas de atuação.

A pesquisa se configura como de natureza descritiva e procurou reconstruir a trajetória de vida profissional dos cientistas da informação. Assim, segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006:102) os estudos descritivos almejam “medir ou coletar informações de maneira independente ou conjunta sobre os conceitos ou as variáveis a que se referem”, neste caso sobre a trajetória profissional dos egressos do PPGCI/UFPB.

Os estudos descritivos permitem identificar as características dos fenômenos, podem abarcar aspectos amplos de uma sociedade bem como o comportamento de grupos sociais. Segundo Richardson (1985:30) “os estudos de natureza descritiva propõem-se a investigar ‘o que é’, ou seja, a descobrir as características de um fenômeno como tal.” Para Sampieri, Collado e Lucio (2006:101) os estudos descritivos “medem, avaliam ou coletam dados sobre diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenômeno a ser pesquisado”. Ora, se descrever é coletar dados, então em uma pesquisa do tipo descritiva seleciona-se uma série de questões e mensura-se ou obtém as informações sobre cada uma delas para apresentar o que se pesquisa (SAMPIERI, COLLADO e LUCIO, 2006). Sabe-se ainda que de acordo com Gil (2010:28) “as pesquisas descritivas, juntamente com as exploratórias, são as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática”.

A abordagem quanti-qualitativa adequou-se melhor por se tratar de uma pesquisa social de caráter descritivo que “permite a obtenção de conhecimentos no campo da realidade social” (GIL, 2010:26), além de permitir apreensão da realidade social em que estão inseridos os sujeitos sob duas perspectivas a qualitativa através da fala dos indivíduos e a quantitativa por meio da caracterização do perfil.

A pesquisa social tem “seu foco na apreensão, tanto dos aspectos mais profundos da realidade, que a especificam e a tornam particular, como os mais aparentes e superficiais, que a generalizam e que são passíveis de quantificação.” (ALVES e AQUINO, 2012:81).

Para representar o universo da pesquisa optou-se por escolher o período de formação dos egressos que compreende os anos de 2007 a 2013, perfazendo um total de 95 sujeitos.

A escolha deste período deu-se por dois motivos: no ano de sua criação (1977) o PPGCI/UFPB funcionava como Mestrado em Biblioteconomia, com área de concentração voltada para sistemas de bibliotecas públicas. Em 1997, o programa passa por reestruturação tem sua área de concentração voltada para “informação e sociedade” e

titula mestres em Ciência da Informação, entretanto no ano 2001 o Programa é descredenciado e volta às atividades no ano de 2007, com área de concentração “informação, conhecimento e sociedade”. Outro grande motivo para a escolha deste período foi à preocupação de englobar todo o período diante da sua nova configuração, É importante ressaltar que foram considerados, no universo da pesquisa, os egressos que defenderam suas dissertações até o mês de abril de 2013.

Como instrumento de coleta de dados utilizou-se questionário misto que compreendeu perguntar abertas e fechadas. Destarte, como questionário entende-se “a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses [...]” (GIL, 2010:121). Para Minayo (2005) os questionários são objetos que detêm as características do grupo social no qual foram aplicados.

Os questionários se configuram como dispositivos normatizados e padronizados, que captam a presença ou ausência de determinada característica ou atributo no indivíduo, permitindo medir a magnitude com que essa característica ou atributo se distribui naquele grupo (MINAYO, 2005:33).

Desta forma, o uso do questionário possibilita a racionalização do tempo na coleta dos dados, pois permite que os sujeitos respondam no momento em que julgar conveniente, além de consentir ao pesquisador a apropriação de mais informações em curto espaço de tempo.

A amostra da pesquisa foi feita por acessibilidade aos sujeitos. Desta forma foi possível enviar o questionário para grande maioria dos indivíduos, salientando que do total de egressos (95) formados no período de 2007-2013, foram escolhidos 4 (quatro) para participar do pré-teste. Sendo assim, o universo da pesquisa compreendeu 91 sujeitos, dos quais 51 (56%) responderam ao questionário.

Os dados da pesquisa foram tratados de forma quantitativa e qualitativa. Após realizar a organização dos dados e informações contidas nos questionários preenchidos pelos egressos, estes foram criteriosamente analisados e os resultados descritos a partir das inferências percentuais fiéis às respostas dos sujeitos. Foi utilizado como técnica de tabulação e análise de dados, as inferências percentuais e estatísticas básicas, além da técnica de categorização presente na análise de conteúdo de Bardin (1977), que segundo Gomes (1994:74), nos permite “encontrar respostas para as questões formuladas”, bem como “descobrir o que está por trás dos conteúdos manifestos”.

A técnica de categorização permite estabelecer relações dialógicas entre os sujeitos pesquisados, isto porque além de agrupar elementos e ideias acerca de um determinado conceito, produz novos conceitos a partir da percepção apreendida pelos indivíduos, bem como define Minayo (1994:70) “significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito” capaz de abarcar classificações mais amplas.

Ao propor como método de apreciação dos dados a análise de conteúdo foi possível obter informações, por meio da fala dos sujeitos, que caracterizam o grupo. Assim especifica Bardin (1977:11) a análise de conteúdo é “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos

extremamente diversificados”. Assim, a partir do conteúdo presente nas respostas dos sujeitos reconstruiu-se a trajetória profissional dos sujeitos.

3. O PPGCI/UEPB: sua trajetória

A Pós-Graduação em Ciência da Informação na UEPB remonta ao Curso de Mestrado em Biblioteconomia criado em 1977 e oficializado através da Resolução 203/77, do Conselho Universitário; sua área de concentração estava voltada para Sistemas de Bibliotecas Públicas, com duas linhas de pesquisas: “Hábitos de Leitura” e “Planejamento e Gerência de Bibliotecas Públicas”.

Em 1997, tendo em vista a ampliação das discussões do campo da Ciência da Informação o Curso de Mestrado em Biblioteconomia passa por uma reestruturação e denomina-se a partir de então como Curso de Mestrado em Ciência da Informação - CMCI, tendo como área de concentração “Informação e Sociedade” e duas linhas de pesquisas: “Informação e Cidadania” e “Informação para o Desenvolvimento Regional”.

Em 2001 o CMCI é descredenciado, o Curso perdeu suas características consideradas expressivas, deixando à margem as particularidades inerentes à pós-graduação exigida pelas agências de fomento à pesquisa. Ainda dentro destes aspectos Souza (2012:80) lembra:

O campo da Ciência da Informação neste País está submetido a um processo de avaliação pelas agências de fomento à pesquisa e pós-graduação em que o padrão de análise dos resultados produzidos tem como origem predominante os modos de organização da pesquisa e pós-graduação.

Sobre as possíveis causas do descredenciamento a Prof.^a Francisca Arruda Ramalho nos diz em entrevista “As causas? Prefiro dizer que se constituiu na morte de muitos sonhos, tanto da parte do corpo docente quanto discente” (COSTA *et al.*, 2009:151).

Para Araújo, Tenório e Farias (2003:2) o motivo do descredenciamento foi “a alta dispersão dos temas, teorias e métodos apresentados nas dissertações de mestrado, o que estaria levando este curso e seus pesquisadores a não produzirem conhecimento científico pertinente com a Ciência da Informação desenvolvida no país”.

No ano de 2007 o CMCI é recredenciado pela CAPES, com área de concentração “Informação, Conhecimento e Sociedade”, e suas linhas de pesquisas: Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação e Ética, Gestão e Políticas de Informação. A partir de então o CMCI tem sido alvo de elevados conceitos pelas agências reguladoras, além de alavancar pesquisas nas diversas áreas de interesse da CI, observando as suas respectivas linhas de pesquisas.

Outros desafios foram perseguidos pelo PPGCI/UEPB como a implantação do curso de doutorado, dadas as avaliações positivas pelos órgãos de fomento no ano de 2012 foi aprovado o doutorado no PPGCI/UEPB, o que representou a concretização de mais um sonho em que outrora era apenas expectativa se tornava realidade para o PPGCI. Evidentemente que a trajetória do PPGCI é fruto do esforço conjunto dos docentes e discentes que o compõe e fazem com que os resultados das pesquisas desenvolvidas no

âmbito do Programa contribuam para o desenvolvimento da Ciência da Informação no Brasil.

4. Estudos sobre egressos

Os estudos que se debruçaram sobre o universo dos egressos pressupõem uma análise a trajetória profissional destes sujeitos. É preciso, portanto, partir de critérios bem delimitados que permitam obter informações sobre a aplicação dos conteúdos informacionais recebidos durante a formação.

São os egressos que movem a sociedade, que inserem no contexto da sua atuação profissional as teorias discutidas e debatidas no âmbito das academias. Assim Machado (2001:37) destaca:

Cabe à empresa, à sociedade e especialmente aos egressos, realimentarem a escola com as informações necessárias para análise dos currículos, tendências do mercado, desenvolvimento de tecnologia, métodos e processos de trabalho, novos equipamentos, etc., de modo a facultar à Instituição Escolar o pleno atendimento das necessidades desse importante segmento da sociedade.

O acompanhamento dos egressos deve ser parte integrante das práticas educacionais, tendo em vista que este acompanhamento permitirá a reavaliação das políticas educacionais e institucionais buscando a melhoria da qualidade dos programas. Portanto, toda análise que se debruça sobre os egressos é produto da avaliação institucional, pois são esses os indivíduos que levarão a marca das instituições.

O que credencia uma boa universidade não é a sua infraestrutura, muito menos os recursos humanos, mas o seu produto, o conjunto de todos esses fatores faz com que a universidade possa ser bem conceituada (HOYOS, 1998).

Destarte, é preciso considerar a relevância destes estudos para a consolidação das universidades, porém não há uma política institucional que defina diretrizes e critérios para estes estudos.

Apesar da quantidade de estudos que tratam da realidade dos egressos falta uma política institucional que de fato contribua para a avaliação dos programas e das instituições a partir dessa realidade. É sabido que as universidades estão preocupadas na formação de seu corpo discente e os órgãos de fomento a pesquisa demonstram um quê de preocupação quanto à avaliação dos programas de pós-graduação, no entanto, a falta de estudos sobre os egressos revela uma política educacional que prioriza a formação e esquece a atuação.

Os estudos sobre os egressos, sobretudo no que tange aos de Pós-Graduação, evidenciam que a procura por estes programas vai além das questões profissionais, que está vinculada não só ao aspecto acadêmico, mas ao pessoal, ao desejo de especialização, a aspiração de obter um grau de instrução que corrobore com a profissão e contribua para o desenvolvimento pessoal e profissional.

Percebe-se que o desenvolvimento de pesquisas voltadas para o universo dos egressos, seja no âmbito geral da pós-graduação, seja ainda mais específico na CI, permite compreender as aspirações dos sujeitos envolvidos, o que certamente contribui para a consolidação das instituições.

É válido ressaltar ainda que os Programas de Pós-Graduação, tendo em vista o arcabouço prático da sua atuação, enquanto campo empírico de pesquisa se torna capazes de responder significativamente às demandas produzidas pelos egressos. Desta forma, materializando o conhecimento produzido não apenas em meios abstratos, mas práticos, teóricos, epistemológicos e humanos por assim dizer, como subscreve Saracevic (1996) os problemas devem ser focados em termos humanos.

5. Quem são os egressos? Onde acontece sua atuação profissional?

A pesquisa evidenciou uma maior participação feminina na pós-graduação em CI na Paraíba, onde a quantidade de mulheres corresponde a 65% do total do universo e a quantidade de homens a 35%. Os dados não divergem dos números nacionais de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) o número de mulheres tituladas em nível de pós-graduação *stricto sensu* vem aumentando ao longo dos últimos 10 anos, “O Brasil é um país pioneiro entre aqueles que conseguiram alcançar esse marco histórico da igualdade de gênero no nível mais elevado da formação educacional” (DOUTORES..., 2010:43).

Evidentemente, pode-se constatar uma participação feminina nos cursos de pós-graduação em CI no Brasil porque a grande parte dos alunos destes cursos tem como formação básica o bacharelado em biblioteconomia, graduação que historicamente tem um número maior de mulheres, como percebido na pesquisa de Melo Filho (2011), onde se constatou que 92,4% dos bibliotecários formados pela UFPB são do gênero feminino.

Quanto à formação acadêmica dos egressos percebe-se que o curso que teve maior número de egressos foi o de Biblioteconomia com 56,90%, seguido por Comunicação Social e História cada um com 6,90%, como pode ser observado na Tabela 1. Este dado vem confirmar a informação de que a maior parte dos egressos dos programas de pós-graduação em CI advém da biblioteconomia.

Caso se agregue à Tabela 1 cursos que são extremamente afins, ou melhor, que façam parte de um mesmo conjunto de saberes e técnicas, ter-se-á algumas considerações importantes no caso dos cursos voltados para a área de tecnologia como Sistemas para internet, Tecnologia em telemática, cada uma com 1,72%. Se admitirmos a Arquivologia também como disciplina afim, ela aparece com 3,45%. Desta forma, entende-se que a origem desses egressos contribui para a ampliação dos debates na Ciência da Informação, como Araújo (2009:203) preconiza “a informação deixa de ser apreendida como um objeto físico [...] e passa a ser entendida como fenômeno humano (portanto, cultural e histórico) tal como o poder, a ideologia, a felicidade, entre outros”.

Assim cabe aos pesquisadores da informação alicerçar essas discussões preocupando-se em analisar os hábitos de informação a partir de pressupostos teóricos que, mesmo marcada pela interdisciplinaridade, identifique um direcionamento para validar esses hábitos. Segundo Miranda (2006:103) “as pessoas usam a informação para resolver

problemas ou desenvolver uma tarefa. O ambiente social na qual a informação é encontrada determina seu valor e sua importância.” Dada essa importância Saracevic (1996:43) diz que “a informação é um dos mais importantes insumos para se atingir e sustentar o desenvolvimento”, daí a importância da formação dos egressos para a construção de um debate amplo que enriqueça a Ciência da Informação.

Tabela 1 – Curso de Graduação dos egressos PPGCI/UFPB

Curso de graduação	n	%
Biblioteconomia	33	56,90
Comunicação Social	4	6,90
História	4	6,90
Arquivologia	3	5,17
Administração	2	3,45
Direito	2	3,45
Licenciatura em Ciências	1	1,72
Licenciatura em Letras	1	1,72
Tecnologia em Telemática	1	1,72
Ciências Sociais	1	1,72
Sistemas para internet	1	1,72
Educação Artística	1	1,72
Pedagogia	1	1,72
Odontologia	1	1,72
Artes visuais	1	1,72
Psicologia escolar	1	1,72
TOTAL	58¹	100,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2013

Outra análise feita a partir dessa questão é quanto à natureza do estabelecimento escolar onde os egressos realizaram seus cursos de graduação.

Quanto aos egressos graduados em biblioteconomia, 100% da amostra realizou sua graduação em escola pública (federal), ao passo que 75% dos que fizeram Comunicação Social realizaram o curso também em escola pública (federal) e 25% em escola pública

¹ O número total de respondentes superou o número da amostra para essa questão, pois havia alguns egressos que tinha mais de um curso de graduação. Portanto foi contabilizado os dois títulos de graduação.

(estadual), o mesmo ocorre com os egressos que tem graduação em História 75% em escola pública (federal) e 25% em escola pública (estadual).

Um fato relevante nessa questão é o de que apenas os egressos que têm formação em Administração são provenientes de escola privada, todos os outros sujeitos realizaram suas graduações em escola pública, seja no âmbito federal e/ou estadual.

Considerando os dados expressos analisa-se que, possivelmente, o número de originários de escolas públicas seja mais presente na amostra, pelo fato das universidades públicas no Brasil investiram mais em pesquisa, sobretudo através de bolsas de iniciação científica para os discentes da graduação, de modo que seu ensino tem como foco o aperfeiçoamento de habilidades profissionais, principalmente o de pesquisa. Certamente esse foco pode levar ao aluno a ter um interesse maior em relação à continuidade das pesquisas em nível de pós-graduação. Enquanto que as instituições privadas de ensino superior têm foco no mercado trabalho, voltadas para o ensino com o objetivo de aplicar os conhecimentos na prática profissional.

É fácil perceber que a história de vida do sujeito está associada à história de vida coletiva, do grupo do qual faz parte, assim afirma Pieruccini e Perrotti (2010, p. 6) “a história de vida de cada indivíduo faz parte, assim, de uma história mais geral” que ora está associada ao coletivo, ora está dissociada, entretanto é arquitetado no “complexo e permanente fluxo de relações entre as memórias que forja o todo social, a ancoragem para a construção contínua e comum da experiência matéria” (PIERUCCINI e PERROTTI, 2010: 6), concomitantemente pessoal e coletiva.

Neste sentido, mergulha-se no aspecto representacional dos egressos para descobrir sua trajetória profissional. A busca pela valorização profissional e a preocupação com os estoques informacionais crescentes, sobretudo por volta de 1960, despertou a reinserção social das experiências dos mais antigos no desenvolvimento de técnicas que proporcionasse a construção da identidade de um grupo.

Diante disso, as experiências de vida dos sujeitos permitem compreender a sua trajetória profissional a partir da relação que estes mantiveram com o PPGCI/UFPB.

Quanto à ocupação do discente ao entrar no PPGCI/UFPB observa-se que 76% (39) trabalhavam quando do seu ingresso, enquanto que apenas 24% (12) não trabalhavam.

Em relação à profissão dos que trabalhavam constatou-se que 38,5% atuavam como bibliotecários, 20,5% exerciam atividades docentes do ensino superior, 7,7% como professores do ensino fundamental, 5,1% como técnicos administrativos e as demais citadas no questionário (cerimonialista, professor ensino técnico, assessor de comunicação, jornalista, analista de TI) cada uma com 2,6%.

Quando questionados sobre a continuidade do trabalho 77% (30) responderam que continuaram trabalhando após ingresso no PPGCI/UFPB e apenas 23% (9) decidiram se dedicar exclusivamente à pesquisa, os servidores públicos federais usufruíram de um direito prescrito na Lei 8.112/1990 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidos Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais que é o afastamento para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* no país (Capítulo V, seção IV da Lei 8.112/1990), outros egressos receberam a bolsa de pesquisa e decidiram também se dedicar exclusivamente ao mestrado.

Quanto à inserção no campo da ciência da informação antes da realização da pós-graduação no PPGCI/UFPB. Mais de $\frac{3}{4}$ dos egressos, 76%, disseram que estavam inseridos de alguma forma na área da ciência da informação antes do ingresso no curso. Uma minoria, 24%, respondeu que não estavam inseridos na área.

Diante dos dados apresentados é importante analisar como se dava, na perspectiva dos egressos, essa inserção no campo da ciência da informação. Conforme sistematizado em categorias na Tabela 2, a maioria declarou que estava envolvido em alguma área do conhecimento bastante próxima, ou ainda, que sua atividade profissional perpassa por questões ligadas à informação.

Tabela 2 – Forma de inserção na CI antes do ingresso no PPGCI/UFPB

Categorias	n	%
Arquivologia e/ou Biblioteconomia	18	46,2
Desenvolvimento de pesquisas na área	7	17,9
Docência na área	5	12,8
Oficina de Criatividade ²	3	7,7
Aluno especial do PPGCI/UFPB ³	2	5,1
Outro tipo	2	5,1
Tecnologia de Informação	1	2,6
Competência Informacional	1	2,6
TOTAL	39	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2013

No que se refere à atuação profissional destes sujeitos após a formação recebida no Programa. Tem-se que 90% (46) dos sujeitos responderam que estão trabalhando atualmente e apenas 10% (5) não está trabalhando. Dos 90% que estão trabalhando, 96% (44) está atuando com atividades relacionadas à CI e apenas 4% (2) não tem atividade laboral relacionada com a CI.

Para melhor ilustrar a fala dos sujeitos agrupou-se as repostas em seis categorias que permitem visualizar a forma de inserção dos egressos no campo da CI, como pode ser observado no Quadro 1.

² Oficina de criatividade científica no campo da informação, coordenado pela Profa Dra Isa Maria Freire (membro do corpo docente do PPGCI/UFPB), tem por objetivo apoiar candidatos ao concurso para seleção do PPGCI da UFPB na elaboração de projetos de pesquisa.

³ Os alunos especiais do programa são aqueles matriculados apenas em disciplinas isoladas de acordo com o art.17º do regimento geral da UFPB em conformidade com o art.23 da resolução 15/2011 CONSEPE/UFPB.

QUADRO 1 - Respostas dos egressos em relação à atuação profissional

Categoria	Respostas
Arquivologia	“Sim, tem relação, continuo trabalhando no Arquivo do NDIHR ⁴ . Trabalho com a Memória da Instituição e com a memória de algumas pesquisas realizadas na UFPB a partir de 1976 até mais ou menos o ano de 2000” (EG20)
Biblioteconomia	“Minha atuação prática sempre foi em sintonia com toda a teoria da graduação/ pós-graduação. Acho essa parte a mais fascinante de tudo e espero sempre manter isso. Um olhar teórico na prática do cotidiano profissional” (EG31)
Comunicação	“Tal qual a comunicação, sempre conseguiremos associar a CI a todo ambiente de trabalho” (EG2)
Docência	“[...] continuo dando aula de Ciências e Biologia, logo, uso a informação diariamente em sala de aula” (EG11)
Gestão da informação	“A relação com a linha de pesquisa e temáticas abordadas na pesquisa: TIC, processo de ensinoaprendizagem, gestão da informação” (EG26)
Tecnologia da informação	“Sim. Preservação digital, usabilidade e arquitetura da informação na web” (EG13)

Fonte: Dados da pesquisa, 2013

Outro dado relevante na trajetória profissional do egresso PPGCI/UFPB é que 90% destes profissionais estão (continuam) inseridos no campo de atuação, 41% atuam em bibliotecas e 37% como docentes. Percebe-se então um estreito vínculo entre a formação acadêmica e a atuação profissional, tendo vista o objetivo destes egressos que é o aperfeiçoamento profissional.

Consegue-se visualizar dentro da trajetória profissional dos egressos seu papel enquanto agente social, que busca entender os problemas relativos à informação, assim como elucida Wersig (1993), além de compreender a formação acadêmica no Programa como uma oportunidade de trabalho, que abre novos caminhos para atuação, bem como perceber o valor estratégico da informação.

Na conjuntura que se instala com a formação acadêmica entende-se que a informação passou a ser vista como um insumo de trabalho que possibilita o desenvolvimento científico e tecnológico, como destaca Araújo (2009:198) “[...] o desenvolvimento científico e tecnológico torna-se central, estratégico. E, para o aumento da produtividade e da velocidade de produção de novos conhecimentos científicos. Os sujeitos passaram a

⁴ Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional é um órgão suplementar da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba, que tem como objetivos básicos o resgate e a preservação da memória e a produção do conhecimento crítico sobre a realidade nordestina.

perceber a importância da informação como recurso substancial para a formatação do trabalho, conforme explica Araújo (2009:198) “Informação passou a ser entendida [...] como um recurso, uma condição de produtividade. Cientistas precisavam de informação com rapidez, com qualidade, com exatidão”. Da mesma maneira que a informação ganha o status de artefato, de produto, que precisa ser organizado para posterior recuperação. A formação acadêmica propicia esta modelagem no sujeito, produzindo e/ou despertando nele a capacidade de desenvolver as suas habilidades no que concerne a atuação profissional.

Vale salientar que os egressos já estavam inseridos no campo da CI de alguma forma, conforme as categorias elencadas mostraram que estes sujeitos estavam situados na Arquivologia e/ou Biblioteconomia, além de desenvolver pesquisas relacionadas com a CI. Este fato corrobora para a apropriação por parte desses profissionais dos conceitos da CI, inserindo-se dentro do contexto da informação, a fim de produzir conteúdo para o desenvolvimento da área como um todo, transformando a informação e o conhecimento em forças produtivas (FREIRE e FREIRE, 2010).

Os egressos do PPGCI/ UFPB procuram relacionar a sua formação com a atuação profissional, neste sentido, mesmo o mestrado sendo acadêmico e tendo foco na formação de professores, muitos dos egressos direcionam as suas práticas para questões inerentes a informação, entendendo os problemas relacionados com a informação de forma prática, acrescenta-se aqui o caráter social da informação preconizado em Wersig (1993), Freire (2001), Pinheiro (2007) entre outros autores. Desta forma, os egressos podem atuar no entorno da CI compreendendo os aspectos interdisciplinares dessa ciência e possibilitando várias facetas de respostas aos problemas relacionados, pode-se dizer que, mesmo inconscientemente, os sujeitos adquirem a capacidade de contextualizar as adversidades apresentadas no seu campo de trabalho a partir de propostas teóricas da CI, assim eles estabelecem essa relação que pode ser estratégica, pode estar relacionada às práticas docentes, às oportunidades de trabalho, e de pesquisas, na organização e recuperação da informação para o usuário. Assim sendo, entende-se o mestre em CI como um agente social que busca propor soluções práticas para os problemas relacionadas à informação/ conhecimento (WERSIG, 1993).

6. Considerações finais

O mestrado acadêmico possibilitou aos egressos o aperfeiçoamento das técnicas adquiridas com a graduação. É bem verdade que os profissionais buscam cada vez mais se capacitar para realização das suas atividades. Isto acontece porque com o advento das tecnologias a informação passou a ser, ainda mais, vital para o desenvolvimento da sociedade, dita da informação.

Neste sentido, Valentim (2000:20) assevera que o profissional da informação deve antever, “[...] as mudanças nos canais de distribuição de informação e é necessário que ele esteja preparado para esses novos canais de distribuição da informação.” Tendo em vista as exigências do mercado profissional é indispensável que a partir da percepção de mudança da conjuntura social e informacional os profissionais da informação possam modificar a forma e o meio de mediar, adequando-se e desenvolvendo modelos eficazes para atender as novas realidades (VALENTIM, 2000).

Certamente, a formação no nível de mestrado prepara o sujeito para essa mudança na percepção da informação e dos seus canais para assegurar a mediação como forma prática de desenvolver o conhecimento. Desta forma, Oddone (1998:84) afirma que a preocupação da CI deve “abranger todo o conjunto de atividades, especialistas, organizações, tecnologias, produtos e linguagens que se encontra imerso nesse espaço paradigmático cujo epicentro é a informação”.

Destarte, a relação entre a formação no PPGCI/UFPB e a atuação profissional dos egressos está posta, de maneira que esta se torna fundamental para o desenvolvimento das práticas profissionais, tanto no campo acadêmico (docência) quanto no campo profissional (mercado), conforme os próprios egressos elencaram.

Logo, cabe ao profissional da informação, egresso do PPGCI/UFPB, atentar para as nuances teóricas, os novos horizontes metodológicos que a formação no Programa permitiu, por conseguinte procurando preencher a lacuna que existe na sociedade da informação, que busca conteúdo informacional, mas não sabe interpretá-lo, decodificá-lo compreender que o hiato entre a informação e o conhecimento só pode ser suprimido se houver mediação. Essa mediação é feita pelo profissional da informação.

Por conseguinte, a formação acadêmica *stricto sensu*, em nível de mestrado, pôde ampliar as concepções teórico-metodológicas dos egressos, despertando nos sujeitos sua capacidade de revisar o mundo de maneira mais crítica a partir dos conceitos relacionados com a Ciência da Informação.

Referências bibliográficas

ALVES, E. C.; AQUINO, M. A.

2012 A Pesquisa qualitativa: origens, desenvolvimento e utilização nas dissertações do PPGCI/UFPB: 2008 a 2012. *Informação & Sociedade: Estudos*. João Pessoa. 22:nº especial (2012) 79-100.

ARAÚJO, C. A. A.

2009 Correntes teóricas da ciência da informação. *Ciência da Informação*. Brasília. 38:3 (set.-dez. 2009) 192-204.

ARAÚJO, E. A.; TENÓRIO, J. K. G.; FARIAS, S. N.

2003 A Produção de conhecimento na Ciência da Informação: análise das dissertações no curso de mestrado em ciência da informação - CMCI/UFPB no período de 1997/2001. São Paulo: ECA/USP, 2003. Disponível em: http://www.eca.usp.br/nucleos/pc/artigo/eliany_enancib5.pdf. Acesso em 20 jun. 2014.

BARDIN, L.

1977 *L'Analyse de contenu*. Paris: Quadrige, 1977.

LE COADIC, Y. F.

2004 *A Ciência da Informação*. 2.^a ed. rev. e atual. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

COSTA, L. F. [et al.]

2009 A Pós-graduação em ciência da informação na UFPB: entrevista com a professora Francisca Arruda Ramalho. *Informação & Sociedade: Estudos*. João Pessoa. 19:3 (set.-dez. 2009) 147-155.

COSTA, L. F.; RAMALHO, F. A.; SILVA, A. C. P.

2003 Pela (in)formação profissional: necessidades e perspectivas dos estudantes de graduação em Biblioteconomia/UFPB, em seu processo de conclusão. *Informação & Sociedade: Estudos*. João Pessoa. 13:2 (jul.-dez. 2003) 151-172.

DOUTORES 2010

2010 *Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

FREIRE, G; FREIRE, I.

2010 *Introdução à Ciência da Informação*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2010.

FREIRE, I.

2001 *A Responsabilidade social da Ciência da Informação e/ou o olhar da consciência possível sobre o campo científico*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001. Tese de doutorado em Ciência da Informação.

GIL, A. C.

2010 *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6.^a ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, R.

1994 A Análise de dados em pesquisa qualitativa. In MINAYO, Maria Cecília de Souza, org. - *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

HOYOS, P. J.

1998 El Papel de la Universidad de egreso. *Jornal Institucional Universidad del Valle: Síntesis*. Santiago de Cali, Colômbia, 1998. Disponível em: <http://sintesis.univali.edu.co/julho99/hoyos.html>. Acesso em 13 jun. 2014.

MACHADO, A. S.

2001 *Acompanhamento de egressos: caso CEFET-PR – unidade de Curitiba*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção.

MELO FILHO, E. T.

2011 *Quem somos e o que pensamos? : Os bibliotecários paraibanos da primeira década do século XXI e sua profissão*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2011. Monografia da Graduação em Biblioteconomia.

MINAYO, M. C. S.

2005 Construção dos instrumentos qualitativos e quantitativos. In MINAYO, M. C. S., org. - *Avaliação por triangulação de métodos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MINAYO, M. C. S., org.

1994 *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIRANDA, S.

2006 Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. *Ciência da Informação*. Brasília. 35:3 (set.-dez. 2006) 99-114.

ODDONE, N. E.

1998 *Atividade editorial e Ciência da Informação: convergência epistemológica*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação.

PIERUCCINI, I.; PERROTTI, E.

2010 Memória experiência e informação: a estação memória. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11º, Rio de Janeiro, 2010 – *Anais...* Rio de Janeiro: ANCIB, 2010.

PINHEIRO, L. V. R.

2007 Cenário da pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil, influências e tendências. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8, Salvador, 2007 – *Anais...* Salvador: UFBA/ANCIB, 2007.

RICHARDSON, R. J.

1985 *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1985.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B.

2006 *Metodologia da pesquisa*. 3.^a ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SARACEVIC, T.

1996 Ciência da Informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*. Belo Horizonte. 1:1 (jan.-jun. 1996) 41-62.

SOUZA, F. C.

2012 Ciência da Informação no Brasil: o desenvolvimento da pesquisa e suas implicações na formação de mestres e doutores. *Informação & Sociedade: Estudos*. João Pessoa. 22:1 (jan.-abr. 2012) 79-94.

VALENTIM, M. L. P.

2000 O Moderno profissional da informação: formação e perspectiva profissional. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Florianópolis. 9 (2000) 16-28.

WERSIG, G.

1993 Information science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Processing Management*. 29:2 (1993) 229-239.

Edilson Melo Filho | edilsondmelo@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Eduardo Carvalho Alves | edvaldocalves@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

“É a vez dos novos, agora”: uma carta de Rocha Madahil a António Cruz*

Luís Cabral

Eram os anos do pós-guerra, em que alguns alimentavam um certo desejo de mudança também na ordem da Cultura, como de resto em toda a sociedade portuguesa. António Augusto Ferreira da Cruz (1911-1989) tinha há pouco (1947) sido nomeado diretor da principal biblioteca pública portuguesa, a Biblioteca Pública Municipal do Porto. Logo no ano seguinte é convidado a visitar diversas bibliotecas nos EUA. Desse périplo resultou o relatório *As Bibliotecas Americanas*. Porto, 1949.

É precisamente numa pequena pasta que se guarda no arquivo histórico da BPMP que vamos encontrar um conjunto de cartões, cartas e recortes que constituem uma memória complementar dessa viagem de estudo. Das mensagens de agradecimento é uma carta de António Gomes da Rocha Madahil (1893-1969) a que apresenta o conteúdo mais interessante. De facto, contém uma sucinta e realista apreciação do estado geral das nossas bibliotecas (e arquivos) em meados do século XX.

O Autor, depois de se afirmar como estando a par da literatura da especialidade demonstra algum azedume ou pessimismo face à situação vigente, passando a comentar os seguintes pontos:

- O leitor é referido como “essa entidade a que em Portugal se não liga importância alguma”.
- Constata um desinteresse dos governantes face a toda esta problemática: “os nossos governantes não têm a menor noção dos problemas que a tal respeito existem”.
- Sobre a qualidade e a oportunidade da publicação diz: “o seu relatório é precioso e vem na hora própria”.
- Faz referência ao Grupo da Biblioteca Nacional, citando os nomes de Raul Proença e António Joaquim Anselmo.
- Sublinha o “desinteresse do público”, associado ao “ambiente oficial, nenhum”, o que não ajuda à solução dos problemas.
- Recomenda uma ampla distribuição do relatório especialmente aos políticos: “mande-o aos Deputados e a todos os Ministros”.
- Por último, chama a atenção para a necessidade de existir uma revista da especialidade (reportando-se aos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, uma espécie de saudade de um sonho, um projeto perdido, como tantos outros).

* Sobre ANTÓNIO CRUZ podem, entre outros, ver-se: EIRAS, Ermelinda – Professor Doutor António Cruz: notas para a sua biografia. *Bibliotheca Portucalensis*. Porto. Série 2. 4 (1989) 7-16, e CABRAL, Luís – António Cruz, *Director da Biblioteca Pública Municipal do Porto: breve memória*. Trofa, 2011 (no prelo). Sobre ROCHA MADAHIL são de consultar os espólios existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no Museu de Aveiro.

Em poucas palavras, diríamos existir, do ponto de vista de Rocha Madahil, uma atmosfera de um certo entusiasmo pessoal perdido ou até mesmo de algum desencanto geracional. No entanto, o autor da carta confessa não lhe faltarem forças para esperar mudança do entusiasmo de quem começava. Tudo se passaria, naturalmente, no quadro do sistema socio cultural vigente e a mudança esperada ocorreria através da introdução de ideias e técnicas inovadoras e progressivas face ao que “lá fora” (já não era só a Europa) se fazia em matéria de bibliotecas.

9. III.49

Meu prezado Amigo:

Gostei muito de ler o seu relatório; não porque me desse novidades, confesso, mas porque reconheço a necessidade, cada vez mais imperiosa, de introduzir no nosso sistema bibliotecário o conjunto de medidas que o seu livro preconiza, e, acima de tudo ainda, o espírito de respeito e de dedicação por essa entidade a que em Portugal se não liga importância alguma, e que é – o Leitor.

Se eu, que acompanho, há mais de 20 anos, a bibliografia estrangeira da especialidade, conheço o que lá fora se faz em matéria de biblioteconomia e de arquivoeconomia, a generalidade dos nossos compatriotas não o sabe, e os nossos governantes não têm a menor noção dos problemas que a tal respeito existem. É por isso que o seu relatório é precioso e vem na hora própria.

O desinteresse do público, extinto o entusiasmo, infelizmente sem sequência, criado pelo grupo de Raul Proença e de António Anselmo, é absoluto; e a vida mesquinha, de profunda ignorância, que se leva nas nossas bibliotecas e arquivos, é o que o meu Amigo e eu sabemos.

Ambiente oficial, nenhum.

E preciso voltar ao princípio, criar tudo de novo.

Distribua largamente o seu livro; mande-o aos Deputados e a todos os Ministros; e implante quanto antes na sua Biblioteca um conjunto de reformas que sirva de exemplo e de lição viva a todo o País.

E não esqueça, para já, um boletim da especialidade, mas sem historicismos nem literatices à mistura, que é o nosso grande mal; técnica e bibliografia. Mais nada. O público também gosta de coisas sérias. Sou do tempo em que os Anais das Bibliotecas e Arquivos apareceram; não faz ideia do entusiasmo que se espalhou!

Hoje caíram na miséria que vê ... e não têm quem os leia.

Estou cansado de trabalhar, e Deus sabe em que condições! É a vez dos novos agora. Mas nunca me faltará entusiasmo para aplaudir trabalhos como o seu relatório e actividades como a que fico aguardando se lhe seguirá para bem de todos nós, os devotos do livro!

Abraça-o muito gratamente o seu Amigo e Admirador convicto, que o felicita,

Rocha Madahil

Esta carta, datada de 9 de março de 1949, está escrita em papel timbrado de *Terras do Mondego: revista trimestral de História, Tradições, Arte e Arqueologia, Etnografia e Regionalismo*, que Rocha Madahil dirigia.

Num quadro de certo pessimismo, mas com alguma energia, dizia Madahil: “É preciso voltar ao princípio, criar tudo de novo” ou, como escolhemos para título, “É a vez dos novos, agora”. Por nós, pensamos que é importante estudar este período mais recente da História das nossas bibliotecas, e mesmo também dos nossos arquivos, museus e outros serviços culturais. O aparecimento e a divulgação de documentos como esta carta de Rocha Madahil a António Cruz – de um profissional a outro – constituem, sem dúvida, significativos contributos nesse sentido.

No caso do Porto, para se analisar tudo o que de continuidade e de inovação houve em meados do século XX, deixamos a algum ou alguns desses novos, que queira tomar agora a sua vez, um bom ponto de partida. Trata-se do guia *Actividades Culturais*, editado pela Câmara Municipal do Porto, em 1951. Era esse o tempo de António Cruz na direção Biblioteca Pública Municipal do Porto e o de Artur de Magalhães Basto na Repartição dos Serviços Sociais e Culturais da Câmara Municipal do Porto, época em que o Município estendia a sua ação cultural e social a áreas muito diversificadas como a BPMP (por sinal, a maior biblioteca portuguesa sob tutela municipal), o Gabinete de História da Cidade, num contexto em que a especialidade dos Estudos Portuenses se encontrava em processo de franco desenvolvimento, uma intervenção decisiva na área da Música, não só através do seu envolvimento direto no Conservatório de Música do Porto, como sobretudo com a recém-fundada Orquestra Sinfónica do Porto...

Antes de terminar, direi também do gosto que tenho em ver esta carta publicada em *Páginas a&b*, hoje quase a única publicação periódica da especialidade (a outra, como se sabe, é a cinquentenária revista *Cadernos BAD*).

Páginas a&b, fundada em 1997 por Luísa Cabral, é hoje dirigida por Fernanda Ribeiro. Este título tem prosseguido, com uma regularidade e qualidade que, no nosso contexto, são exemplares. Por isso, uma saudação às duas colegas aqui fica – a Luísa Cabral, pelo contributo fundamental que deu para o desenvolvimento da nossa Biblioteca Nacional e também do conjunto das outras bibliotecas portuguesas; a Fernanda Ribeiro, pelo esforço que tem feito na árdua tarefa de formar novas gerações de profissionais nesta importante área da Ciência da Informação.

Luís Cabral | luisborgescabral@gmail.com

Câmara Municipal do Porto

Terras do Mondego

Coimbra

Revista trimestral de História,
Tradições, Arte e Arqueologia,
Etnografia e Regionalismo

9. III. 49

Meu prezado Amigo:

Gostei mt. de ler o seu relatório; não porque me desse novidades, confesso, mas porque reconheço a necessidade, cada vez mais imperiosa, de introduzir no nosso sistema bibliotecário o conjunto de medidas que o seu livro preconiza, e, acima de tudo ainda, o espírito de respeito e de dedicação por essa entidade a que em Portugal se não liga importância alguma, e que é — o leitor.

Se eu, que acompanyo, há mais de 20 anos, a bibliografia estrangeira da especialidade, conheço o que lá fora se faz em matéria de biblioteconomia e de arquivos e economia, a generalidade dos nossos compatriotas não o sabe, e os nossos governantes não têm a menor noção dos problemas que a tal respeito existem. É por isso que o seu relatório é precioso e vem na hora própria.

O desinteresse do público, extinto o entusiasmo, infelizmente sem recuperação, criado pelo grupo de Raul Proença e de António Azevedo, é absoluto; e a vida mesquinha, de profunda igno-

de todos vob's, os
develos do livro:
Afrax - o sub?
gratualmente,
seu Grupo e
algum or comitê,
que o felicita,
Rochakundalind

rância, que se leva nas nossas bibliotecas e arquivos,
é o que o meu Grupo e eu sabemos.
Ambiente oficial, nenhum.
É preciso voltar ao princípio, criar tudo de novo.
Distribua largamente o seu livro; mande-o aos
deputados e a todos os Ministros; e implante
quanto antes na sua Biblioteca um conjunto de
reformas que sirva de exemplo e de lição viva
a todo o País.

É não esqueça, para já, um boletim da espe-
cialidade, mas sem historicismos nem lene-
raticos à mistura, que é o nosso grande mal.
Técnica e bibliografia. Mais nada. O público
também gosta de coisas sérias. Sou do tempo em
que os Anais das Bibl^{as} e Arquivos apareceram;
não faz ideia do entusiasmo que se espalhou!
Hoje, caíram na miséria que vê ... e não têm
quem os leia.

Estou cansado de trabalhar, e Deus sabe em
que condições! É a vez dos novos agora. Mas
nunca me faltará entusiasmo para aplaudir
trabalho, como o seu relatório e actividades, como
a que fico aguardando se me seguirá para bem